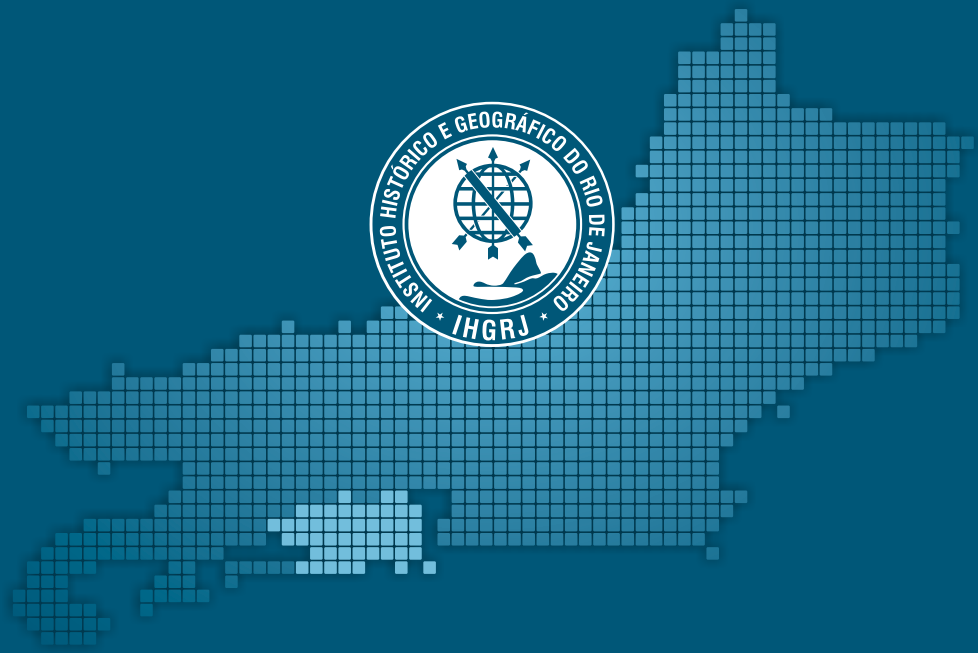
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678



Ano 27 • Número 27 • p. 09-236 • 2020

Rio de Janeiro
2020

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 – p. 09-236 • 2020

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2020-2021

Presidente: *Lená Medeiros de Menezes*
Vice-Presidente: *Neusa Fernandes*
1º Secretário: *Olínio Gomes Paschoal Coelho*
2ª Secretária: *Vera Cabana de Andrade*
1º Tesoureira: *Lucia Helena da Silva*
2º Tesoureira: *Fânia Fridman*

Conselho Fiscal

Efetivos:
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Fernando Tasso Fragoso Pires
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo

Suplentes:
Jaime Antunes da Silva
Manoel José Miranda Neto
Roselene de Cassia Coelho Martins

Comissões Especiais

Admissão e Exclusão de Sócios:
Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia:
Arno Wehling
Maria de Lourdes Vianna Lira
Mary Del Priore

Ciências Auxiliares da História:
Margareth da Silva Pereira
Ondemar Ferreira Dias Gomes
Vera Lucia Botrel Tostes

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678

Ano 27 • Número 27 – p. 09-236 • 2020

Rio de Janeiro
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
2020

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 27, número 27, 2020.

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 2015
Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Editores Responsáveis:
Nelson de Castro Senra
João Carlos Nara Júnior

Conselho Editorial:
Fânia Fridman
João Eurípides Franklin Leal
Marco Aurélio Martins Santos
Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira
Miridan Britto Falci
Paulo Knauss de Mendonça
Rogéria de Ipanema

Avaliadores pareceristas que autorizaram ter seus nomes citados:
Denise G. Porto
Fânia Fridman
João Carlos Nara Júnior
João Eurípides Franklin Leal
Marco Aurélio Martins Santos
Marcos Cotrim de Barcellos
Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira
Miridan Britto Falci
Nelson de Castro Senra
Paulo Knauss de Mendonça
Roberto Schmidt de Almeida

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) – História – Periódicos. 2. Brasil – História – Periódicos. 3. Cultura – Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 6 de dezembro de 1957

ano 27, número 27, 2020.

SUMÁRIO

CARTA DOS EDITORES: *CIDADE ESVAZIADA* 9
João Carlos Nara Júnior & Nelson de Castro Senra

• ARTIGOS

A FORÇA DA TRADIÇÃO: A HISTÓRIA FLUMINENSE
E SUAS VARIAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS 15
Paulo Knauss

A "PEQUENA MONTMARTRE" E A "PRINCESINHA DO MAR":
REPRESENTAÇÕES DOS BAIRROS DA LAPA
E DE COPACABANA NOS ANOS DE 1960 43
Cláudia Mesquita
Muza Clara Chaves Velasques

AO REI DOS MÁGICOS: A LOJA CARIOCA
QUE VENDIA O EXTRAORDINÁRIO NO SÉCULO XIX 71
Viviane Santos de Oliveira

NO RASTRO DO CONDE DE BOBADELA 89
Neusa Fernandes

150 ANOS DO CENSO DA CORTE EM 1870.
FIGUEIRA DE MELLO: FIGURA PÚBLICA EMINENTE 95
Nelson de Castro Senra

• ESBOÇO TEMÁTICO

VEREDAS DA ARQUITETURA MODERNISTA
NO RIO DE JANEIRO 117
Nireu Oliveira Cavalcanti

MIRAN DE BARROS LATIF – O TRÓPICO E A ARQUITETURA 159
Alex Nicolaeff

A PRESENÇA DOS CRISTÃOS-NOVOS
NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL 169
Marcelo Miranda Guimarães

• RESENHAS DE LIVROS

HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO EM 45 OBJETOS 183
Elias Thomé Saliba

O RIO DE JANEIRO ENTRE CONQUISTADORES E COMERCIANTES:
MANOEL NASCENTES PINTO (1672-1731) E A FUNDAÇÃO
DA FREGUESIA DE SANTA RITA 187
Denise G. Porto

"O REINO, A COLÔNIA E O PODER", UM MARCO
NA HISTÓRIA DE SÃO PAULO 195
Nireu Oliveira Cavalcanti

• DISCURSOS E SAUDAÇÕES

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO IHGRJ 201
Lená Medeiros de Menezes

RELATÓRIO DE NOSSA GESTÃO 2016-2019 207
Neusa Fernandes

- **O INSTITUTO MÊS A MÊS**

O INSTITUTO MÊS A MÊS EM 2020 229

- **QUADRO SOCIAL**

QUADRO SOCIAL 233

CARTA DOS EDITORES
CIDADE ESVAZIADA

A COVID-19 distinguiu o corrente ano de 2020 de forma inesperada. A pandemia manifestou-se como um evento realmente novo, invasivo e surpreendente. Cruzando fronteiras, o alcance da moléstia parece estabelecer um novo limiar, não mais ditado por territórios, grupos sociais ou orientações ideológicas, e sim por novas formas de estar e de viver. Explicar a magnitude do ocorrido é tarefa ingente que evidencia a falta de recursos teóricos em muitos intelectuais. Por outro lado, pretender avaliar a situação atual pela rasoura das costumeiras convicções é, de antemão, expediente fracassado, pois a crise ultrapassa o âmbito sanitário e aprofunda os contrastes: vidas ceifadas, desigual distribuição de riscos, choque de cosmovisões, falta de previsibilidade, carência de projetos, falência de empreendimentos, arena política esvaziada.

Várias posturas intelectuais disputam o enquadramento epistemológico da pandemia. Por exemplo, o clássico claro-escuro das relações entre natureza e cultura retornou no debate entre os que defendem a vingança do Planeta contra os abusos ecológicos, na linha da filósofa Isabelle Stengers, e os que advogam pela existência do "antropoceno", isto é, um novo período geológico marcado pela força destrutiva da humanidade predadora. Outra disjuntiva, de cunho geopolítico – a qual já servira para distinguir entre Ocidente e Oriente, e que é brilhantemente explorada pelo ensaísta Byung-Chul Han –, conduz ao debate sobre qual seria o sistema mais adequado de combate ao vírus: ou o soberano europeu de gestão social do território, ou o intrusivo asiático de controle individual dos súditos. Para uns, o modelo ocidental seria preventivo e democrático, embora custe vidas; para outros, o asiático seria preditivo e autoritário, porém mais eficaz para evitar os óbitos.

No Brasil, entretanto, o dilema é percebido em outro nível. A tradicional polarização política, agudizada a partir de 2013 pela rejeição popular ao governo em suas várias esferas, parece ter chegado ao paroxismo. Poucos pensam como Slavoj Žižek, em cuja opinião estamos todos no mesmo barco, como se a pandemia não distinguisse privilegiados e desprovidos. Para os pessimistas, sem dúvida o tsunami da COVID-19 lançou a sociedade inteira no mesmo mar, mas cada um precisa cuidar do próprio barco para não afundar, haja vista a incapacidade dos governantes para gerir a crise da nação. Contrariamente, os otimistas esperam pelo retorno da anterior normalidade, deplorando que alguns sejam colhidos pelo azar, como aliás reiteradamente acontece a cada epidemia. Em tão grande confusão, não surpreende a coincidência do pensamento de alguns setores da direita com o do anarquista Giorgio Agamben, que veem na reação

à pandemia mais uma invenção biopolítica do Estado controlador. Não é nada cômodo optar entre tais esperanças, pois o igualitarismo de oportunidades parece desmentido pela aleatoriedade das infecções. Ademais, o desencontro de informações e o desacordo político fazem suspeitar da instrumentalização política e econômica do controle social.

Independentemente do consolo teórico proporcionado a cada grupo social que adira a tais narrativas explicativas, a constatação do vazio das cidades causou nos habitantes dos grandes aglomerados um desalento não pequeno, como reversão do longo processo de ajuntamento vivido ao longo dos tempos, sobretudo na perspectiva dos idosos. Se a vizinhança era um paliativo para o crescente isolamento – a ponto de o Reino Unido criar um órgão para lidar com a solidão –, o que fazer quando o afastamento social se torna regra?

A fim de adaptar as dinâmicas do IHGRJ à nova situação, quis nossa nova presidente, com o aval dos seu conselho, transferir os eventos para o meio digital. Como registro histórico, consta a relação das palestras e outros eventos havidos nas seções mensais do Instituto na última seção da Revista, "Discursos e saudações", lado a lado com o "Relatório da gestão na presidência 2016-2019", feito por Neusa Fernandes ao concluir seu mandato, além do "Discurso de posse na presidência do IHGRJ" da Professora Lená Medeiros de Menezes.

Na seção "Artigos", o leitor terá cinco ótimos textos: primeiro, "A forma da tradição: a história fluminense e suas variações historiográficas", em que Paulo Knauss, passeia, com maestria pela escrita da história fluminense, entendida como a história regional do Rio de Janeiro; segundo, "A 'Pequena Montmartre' e a 'Princesinha do Mar': representações dos bairros da Lapa e da Copacabana nos anos de 1960", em que Cláudia Mesquita e Muza Clara Chaves Velasques lançam um olhar sobre o jeito boêmio de ser carioca; terceiro, "Ao Rei dos Mágicos: a loja carioca que vendia o extraordinário no século XIX", em que Viviane Santos de Oliveira, lançando mão da micro-história, e focando uma loja havida na cidade do Rio de Janeiro, analisa prática dadas como mágicas; quarto, "No rastro do Conde de Bobadela", em que Neusa Fernandes focaliza o governo de Gomes Freire de Andrade, com destaque para o Aqueduto da Carioca; quinto, por fim, "150 anos do Censo da Corte m 1870. Figueira de Mello, figura pública eminente", em que Nelson de Castro Senra, lança um olhar sobre o censo que serviu como início do censo geral de 1872, dando realce ao seu gestor, notável homem público.

Seguindo, na seção "Esboço temático", estão três textos: "Veredas da arquitetura modernista no Rio de Janeiro", de Nireu Cavalcanti; "Miran de Barros Latif, o trópico e a Arquitetura", de Alex Nicolaeff; e, "A presença dos cristãos-novos na colonização do Brasil", de Marcelo Miranda Guimarães. Nos três textos são

feitos enfoques abrangentes nas temáticas propostas, e todos estão em acordo ao sentido dessa seção, como exposto no editorial da Revista passada, quando a criamos.

Na seção "Resenha de livros", que segue, três livros foram analisados: primeiro, "História do Rio de Janeiro em 45 objetos", por Elias Thomé Saliba; segundo, "O Rio de Janeiro entre conquistadores e comerciantes", por Denise Porto; e, por fim, "'O Reino, a Colônia e o Poder', um marco na história de São Paulo", por Nireu Cavalcanti". Todas sendo resenhas bastante estimulantes, e mesmo a última que não diz respeito (diretamente) ao Rio de Janeiro, cidade e estado, bem deverá interessar aos historiadores, pela forma como aborda suas temáticas.

Concluindo, gostaríamos de agradecer, primeiro, aos autores que nos prestigiaram com seus textos; segundo, aos avaliadores (alguns sendo do Conselho Editorial, mas nem todos) que não mediram esforços em atender com presteza, e a máxima eficiência, aos nossos pedidos de pareceres (a todos enviamos os devidos certificados atestando suas participações). Sem eles não haveria essa Revista, por certo em crescente qualidade, para honra do IHGRJ.

João Carlos Nara Júnior & Nelson de Castro Senra

ARTIGOS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

A FORÇA DA TRADIÇÃO: A HISTÓRIA FLUMINENSE E SUAS VARIAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Paulo Knauss[1]

Resumo:

O artigo tem como objeto de estudo a escrita da história fluminense, compreendida como a história regional do Rio de Janeiro caracterizada pelo recorte estadual. A partir de um amplo inventário bibliográfico empreendido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), apresenta-se um panorama da historiografia, identificando variações da operação historiográfica, conforme definida por Michel De Certeau. O objetivo é discutir as possibilidades da interpretação histórica a partir do recorte regional, considerando que a escrita da história é uma das formas pelas quais se define a região como uma noção aberta à construção significativa, que não pode ser reduzida ao dado natural. Assim, o trabalho conclui salientando que a escrita da história fluminense elabora diferentes representações do espaço regional fluminense reunidas numa historiografia constituída pela força da tradição.

Palavras-chave: Historiografia; História Fluminense; Estado do Rio de Janeiro; Região; Regionalismo .

Abstract:

The issue of this paper is the writing of the Fluminense history, understood as the regional history of Rio de Janeiro characterized by the state outline. Based on a wide bibliographic inventory undertaken by the Historical and Geographical Institute of Rio de Janeiro (IHGRJ), an overview of historiography is presented, identifying variations of the historiographic operation, as defined by Michel De Certeau. The aim is to discuss the possibilities of a historical interpretation from the regional perspective, considering that the writing of history is one of the ways in which the region is defined as a notion open to meaningful construction, that can´t be reduced to a natural fact. Thus, the work concludes by pointing out that writing of history produces different representations of the regional Fluminense space gathered in a historiography constituted by the persistence of tradition.

Keywords: Historiography; Fluminense History; State of Rio de Janeiro; Region; Regionalism.

A escrita da história fluminense é rica e variada, reúne inúmeros títulos e autores, mas convive com a ausência de centros de referência especializados e repertórios sistemáticos, situação agravada pela falta de coleções bibliográficas exaustivas. Observa-se que há títulos que nunca deixaram de ser consultados e que aparecem citados pontualmente como fontes de informações factuais, submetidas ao uso instrumental, evitando a interrogação historiográfica ou da história da escrita da história.[2]

1 Historiador, professor da Universidade Federal Fluminense. Sócio Efetivo do IHGRJ, do qual foi Presidente.

2 Cabe destacar a originalidade das pesquisas de Rui Aniceto Nascimento Fernandes desde seu doutorado: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Historiografia e a identidade fluminense; a escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950; *Tese de doutorado em História Social da Cultura*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

É possível considerar que a situação apontada decorre do fato de que a pesquisa da história fluminense nunca encontrou uma via de institucionalização. Conforme indicou Carlos Wehrs, o empenho em estabelecer o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, que existiu entre 1909 e 1918, na cidade de Niterói, então capital estadual, não prosperou.[3] O estabelecimento desse tipo de instituição acadêmica difundida no Brasil, teve que aguardar décadas para reviver de modo bem diferente no atual Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) que assumiu um caráter original no meio das instituições congêneres por se dedicar à história da cidade e do estado ao mesmo tempo. No âmbito universitário, a antiga Faculdade Fluminense de Filosofia, sediada em Niterói, implantou um programa de Estudos Fluminenses, que mesmo reunindo nomes importantes da pesquisa em Humanidades, sob a liderança intelectual de Marcos Almir Madeira, não vingou ao longo dos anos.[4] Contemporaneamente, no conjunto das linhas de pesquisas universitárias e dos programas de pós-graduação existentes, o enfoque regional em perspectiva histórica também não tem encontrado terreno fértil para sua institucionalização.[5]

Diante desse quadro, propõe-se uma reflexão sobre a escrita da história fluminense oferecendo um panorama com base em amplo inventário bibliográfico sobre a história fluminense empreendido no âmbito das atividades do IHGRJ.[6] A análise se desenvolve caracterizando vertentes da escrita da história fluminense a partir da identificação de variações da operação historiográfica.[7] A pesquisa tem a intenção de discutir as possibilidades da interpretação histórica a partir do recorte regional, considerando que a escrita da história é uma das formas pelas quais a região, em não sendo dado natural, define-se como uma noção aberta à construção significativa.[8]

3 WEHRS, Carlos. *Niterói, cidade sorriso; história de um lugar*. Rio de Janeiro, s. ed., 1984.

4 FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. "Estudos fluminenses": a Faculdade Fluminense de Filosofia e aa identidade regional. In: NEVES, Lucia Maria Bastos pereira das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal Guimarães; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 207-220.

5 Vale frisar como exceção, a iniciativa editorial interinstitucional do periódico acadêmico Cadernos de Desenvolvimento Fluminense. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf.

6 KNAUSS, Paulo & MIRANDA, Victorino Chermont de (org.). *Bibliografia Fluminense: História dos Municípios*. Rio de Janeiro: IHGRJ, 2013. Todas as obras citadas nesse texto e são referenciadas nesse catálogo que ganhou um segundo volume organizado por Marco Santos e publicado pelo IHGRJ em 2018, por iniciativa de Neusa Fernandes, ex-presidente do IHGRJ.

7 O conceito de *operação historiográfica* foi cunhado em: DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

8 Para uma interrogação sobre o conceito de região relacionado a um ponto de vista histórico, veja-se: CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. *Revista de História Regional*. v5, n2, p.39-56, Inverno 2000. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional56.pdf.

Dilema fluminense

O conhecimento histórico oferece elementos para as representações do passado e a memória regionalista. A história da construção do território fluminense, por exemplo, remete aos muitos caminhos de navegantes, missioneiros, tropeiros, caminhos de ferro e rodovias que definem conexões regionais, relativizando fronteiras e dilatando as dinâmicas espaciais. Esse dado serviu de inspiração ao pensamento social para construir a representação do Rio de Janeiro como terra de passagens, conexões e entroncamento de estradas e caminhos.[9] Em alguma medida, pode-se dizer que essa imagem se contrapõe ao conceito de sertão que tanto serviu ao ideário regionalista brasileiro, mas não se afirmou na tradição fluminense, ainda que a memória da resistência das populações nativas tenha se integrado nas narrativas interioranas e a toponímia não deixa esquecer. O caso fluminense, apresenta-se assim como uma rara solução em que se interpreta a singularidade da experiência regional por resultar na construção de um território aberto que ultrapassa a si mesmo.

Noutra direção, a referência histórica tão comum a tipos sociais que servem à elaboração de identidades regionais do Brasil ganham um sentido especial em relação ao regionalismo fluminense. Tipos sociais regionais do sudeste do Brasil, como o caipira ou caiçara paulista, o tropeiro mineiro ou paranaense, e o imigrante capixaba poderiam encontrar equivalentes representativos da vida fluminense, mas nesse caso sem singularizá-la de modo propriamente dito. Coelho Netto e Olavo Bilac, por exemplo, escreveram um livro de leitura escolar chamado *A terra fluminense: educação cívica*, datado de 1898, que em capítulos concebidos como crônicas curtas são caracterizados tipos sociais que traduzem a experiência fluminense.[10] Pai João, legítimo representante do passado escravista, é apresentado como "o velho preto" que passou a vida no trabalho da terra e cujos senhores lhe garantiram um retiro calmo, assim como o colono é representado pelo imigrante napolitano, que em guardando a memória de sua origem estrangeira conclui por reconhecer que a terra do neto é a sua terra. Junta-se ainda o lenhador, que vive da exploração das matas, além do soldado inválido que retornou da guerra do Paraguai e o marujo mártir da Revolta da Armada. Na caracterização dos autores, em não havendo apenas um tipo social capaz de caracterizar a singularidade da experiência histórica, a vida regional termina se caracterizar pela reunião dos tipos variados. Uma rara solução que sustenta a marca particular numa síntese abrangente e que dá sentido à singularidade ao mesmo tempo em que esvazia seu sentido próprio. Caracteriza-se, então, um dilema fluminense que se instala entre o nacional e o local.

9 O argumento da relação dos caminhos naturais com a identidade fluminense aparece, por exemplo, em: KELLY, Celso. Ecologia fluminense. *Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia*. Niterói, 1957. p. 65-80.

10 NETTO, Coelho & BILAC, Olavo. *Terra fluminense: educação cívica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

No plano político, esse dilema ganha força, considerando que o território fluminense se constituiu como construção excepcional no quadro brasileiro. O Rio de Janeiro se constituiu como capitania real de jurisdição duvidosa por ter se constituído como capitania real sobre área de donataria hereditária, sem a participação e consentimento de seu donatário, o que rendeu um processo conhecido existente nos Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal. Sem fronteiras demarcadas previamente, o destino da capitania colonial foi ser assentada parcialmente sobre as terras da capitania de São Vicente, origem do atual estado de São Paulo e que prolonga o Sul fluminense, até que foi englobada a antiga capitania de São Tomé, que corresponde grosso modo ao atual Norte fluminense.[11] Também, trata-se da única capitania em que nos primórdios de sua ocupação territorial a distribuição das primeiras sesmarias, que equivalia a repartir a posse da terra aos primeiros colonos, era firmada por um capitão-mor sem autorização regimental conhecida, o que justifica a situação inusitada do governador-geral reconfirmar concessões de terras.[12] Em outro momento, essa relação entre poder local e geral foi recolocada quando a capitania real do Rio de Janeiro dividiu o governo-geral colonial sediado na Bahia pela criação *sui generis* da Repartição do Sul, com a nomeação, em 1576, do governador Antonio de Salema (?-1586). Essa primeira tentativa de dividir a administração colonial não vingou, mas terminou por ganhar corpo prático entre 1733 e 1763, na época do governo de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela (1685-1763), quando o Rio de Janeiro se tornou o baluarte da defesa das fronteiras sul da América portuguesa, assim como eixo de expansão territorial em direção ao Mato Grosso, passando pelas Minas Gerais. A condição de centro da administração colonial se confirmou em definitivo a partir do estabelecimento do vice-rei na cidade do Rio de Janeiro, transformando a cidade em sede do governo-geral do Estado do Brasil, em 1763, e colocando a capitania sob o comando direto do vice-rei do Brasil e governador-geral. Tudo numa época em que o ouro das Minas Gerais se tornou o centro das atenções da exploração colonial.

Posteriormente, a capitalidade assumida pela cidade do Rio de Janeiro ao longo da história se fixou com a instalação da Corte portuguesa a partir de 1808 e a transformação em capital do Estado nacional independente como Município Neutro, que abrigava a Corte imperial, e que foi renovada pela condição de Distrito Federal, centro do poder republicano, até 1960. O ato adicional de 1834, do período da Regência Trina, ainda que tenha autonomizado a administração da província fluminense em relação à Corte, estabelecendo em seguida a capital provincial na cidade de Niterói, não evitou que a política regional continuasse atrelada de perto aos rumos da política nacional. A mudança da

11 ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro: 1502-1700*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson, 2010. 2v.

12 MACEDO, Roberto. *Cidade do Rio de Janeiro: fundação e primeiros governadores*. Rio de Janeiro: DASP, 1967.

capital federal, em 1960, e a solução original que foi o estado da Guanabara, não facilitou a afirmação fluminense, mantendo o protagonismo da cidade do Rio de Janeiro no plano da política nacional. A fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975, criou um novo quadro político-administrativo inusitado na história do Brasil que resultou na mudança da capital estadual para a cidade do Rio de Janeiro. A partir de então o sentido de capitalidade do Rio de Janeiro se renova pela sua integração regional com o território do antigo estado, tornando a tradicional dicotomia entre um destino carioca e outro fluminense sem propósito, recolocando a questão regional a partir da integração da capital e do estado. Assim sendo, é inevitável considerar que a construção política regional é conturbada pelas mudanças institucionais da política nacional, tendo como marca a descontinuidade.[13]

Aliás, não se pode perder de vista que a possibilidade de um imaginário fluminense sempre se coloca em concorrência com um imaginário carioca que encontra expressão, por exemplo, no predomínio dos usos da imagem do morro do Pão-de-Açúcar sobre a imagem do pico do Dedo de Deus. Mesmo sendo o emblema da bandeira e destaque do brasão de armas estadual, o pico da Serra dos Órgãos fluminense permanece popularmente em segundo plano, quando não é reduzido a símbolo municipal de identidade local. Assim, o caso fluminense parece traduzir um contexto que enfrenta a dificuldade de afirmação de representações regionalistas.

Prática da erudição

Na busca por uma trilha pioneira da historiografia fluminense é inevitável o encontro com a leitura de *Memória topográfica e histórica sobre os Campos dos Goytacazes*, escrito por José Carneiro da Silva (1788-1864), futuro Barão e depois Visconde de Araruama, e publicado em 1819. O autor era natural da região do atual norte fluminense no seio de uma família de capitão de aldeamento indígena e que se tornaram grandes proprietários de terras na área de Quissamã. Sua experiência nos negócios e seus estudos sobre o desenvolvimento regional deram sentido a sua destacada atuação política nos primeiros tempos do Império do Brasil, defendendo interesses da província fluminense. Seu livro sobre a região dos Campos dos Goytacazes, certamente tem lugar importante na sua projeção social e política. O livro se divide numa primeira parte que se caracteriza pela *descrição topográfica* que apresenta as riquezas naturais, rios e lagoas, clima, incluindo vilas e freguesias, seguida de uma segunda parte que "compreende a história" que trata dos povos originais da terra e apresenta um quadro geral da controle territorial da região, para em seguida caracterizar as atividades econômicas regionais, completando-se com uma lista de donatários

13 Para uma discussão sobre o nacional e o local na história do Rio de Janeiro, vale consultar: OSÓRIO, Mauro. *Rio nacional*, Rio local. Rio de Janeiro: Ed. SENAC RJ, 2005.

e "homens públicos". Sendo assim, o livro realiza uma grande empresa de reunião de dados sistematizados.[14]

Ao livro do futuro Visconde de Araruama, um ano após seu lançamento, iniciou-se a publicação da crônica eclesiástica do bispado fluminense de Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (1753-1830) *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, cuja publicação se inicia em 1820, estendendo-se até 1822.[15] Pizarro & Araújo era natural do Rio de Janeiro, mas seguiu estudos na Universidade de Coimbra e depois se decidiu pela vida religiosa, assumindo posições eclesiásticas e de estado, fixando-se no Brasil e tendo papel político como deputado durante o Primeiro Reinado, depois da Independência nacional, no tempo de d. Pedro I. Sua abordagem da história do Rio de Janeiro tinha como inspiração o trabalho de abade provincial beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) autor de livro sobre a história da capitania de São Vicente, publicada originalmente em Lisboa, no ano de 1797.[16]

A pesquisa de Monsenhor Pizarro & Araújo tinha como base sua vivência em visitas pastorais realizadas em toda a província do bispado fluminense no fim do século XVIII e resultou numa obra em 9 (nove) volumes, recheado de nota com referências e transcrições de documentos antigos. O primeiro volume da obra trata da afirmação do domínio colonial lusitano na região da baía de Guanabara, destacando a derrocada do empreendimento francês do século XVI e que levou à fundação da cidade e, um salto temporal, trata a história dos ataques de corsários franceses ao Rio de Janeiro no início do século XVIII. Relaciona, assim, claramente a história do domínio colonial português ao quadro de disputa colonial e de rivalidade de coroas europeias. Nos volumes seguintes, a abordagem se concentra efetivamente na história eclesiástica do Rio de Janeiro desde a fundação da cidade até a época dos vice-reis e que antecede à transferência da corte portuguesa para o Brasil. Nos volumes 2 e 3, trata-se do período da prelazia, assim como os volumes 4 e 5 tratam o período do bispado, de acordo com um roteiro geral que apresenta os prelados ou bispos, freguesias, matrizes, filiais e seus párocos e vigários com a descrição das edificações, terminando com a caracterização dos governos da administração colonial. O volume 6 trata a história da catedral, enquanto o volume 7 apresenta a situação

14 SILVA, José Carneiro da. *Memória topographica e histórica sobre os Campos dos Goytacazes*; com uma notícia breve de suas produções e comércios, oferecida ao muito alto e muito poderoso Rei e Senhor nosso D. João VI, por um natural do mesmo país. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1416597/drg1416597.html#page/2/mode/2up.

15 ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro; e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil; dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-22. 9v. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898.

16 DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da capitania de São Vicente; hoje chamada de São Paulo; notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920. Disponível em: file:///C:/Users/Paulo/Documents/MemoriaCapitaniadeSaoVicente-FreiGaspardaMadredeDeus.pdf.

geral da cidade, ruas, edificações, fortalezas, além da atividades econômicas de comércio, agricultura pecuária, pesca e administração, abrangendo câmara, juízes, tribunais e fazenda, incluindo a Casa da Moeda, além de ordens terceiras, casas religiosas de mulheres, recolhimento de órfãos, hospitais. Os dois últimos volumes tratam de outras capitanias sobre as quais se estendia a autoridade do vice-rei sediado no Rio de Janeiro. Assim, o volume 8 da crônica trata da Bahia, Pernambuco com capitanias anexas e São Paulo, enquanto o volume 9 trata de Minas Gerais.

Não há como deixar de observar que as duas obas se distinguem fortemente em relação ao recorte territorial. O livro do futuro Visconde de Araruama se concentra em torno da região dos Campos de Goytacazes. Nesse caso, trata-se de um recorte territorial desprendido de demarcações próprias da administração colonial e que, segundo a crônica, encontrava expressão na natureza e na organização social que condicionou a configuração de uma região econômica caracterizada pelo dinamismo e prosperidade, sem dependência da ação do poder central da Coroa. A região dos Campos dos Goytacazes era compreendida, portanto, pela sua autonomia em relação à cidade do Rio de Janeiro. Em direção contrária, o recorte territorial da crônica de Pizarro & Araújo estava assentado nas demarcações da administração eclesiástica relacionada à organização da administração colonial lusitana, nos marcos do padroado que integrava Coroa e Igreja em Portugal, estendendo-se muito além da antiga capitania do Rio de Janeiro e abarcando outras capitanias. Assim, compreende-se como a história da cidade do Rio de Janeiro, como sede do poder eclesiástico e colonial, ocupa posição central na crônica de monsenhor Pizarro e Araújo, mesmo sendo sua obra referência obrigatória para se conhecer a história de muitas localidades fluminenses atuais. Aliás, a história da construção territorial fluminense se inicia pelo Descobrimento do Brasil e a frota de Pedro Álvares Cabral, em 1500, compreendendo a história da fundação da cidade do Rio de Janeiro e de criação da capitania no contexto da disputa colonial. Para o futuro Visconde de Araruama, por seu turno, a história dos Campos de Goytacazes se inicia pela referência aos povos originários para depois seguir tratando o estabelecimento da capitania donatária de Paraíba do Sul ou do Cabo de São Tomé, no século XVI, caracterizando como processo de povoamento da região no início do século XVII foi marcado pelo conflito entre colonos e a administração colonial sediada na cidade do Rio de Janeiro devido ao regime de concessão de terras e estabelecimento de engenhos. Claramente para um autor as instituições de governo se definem como o agente principal da história, enquanto para o outro autor são os sujeitos do controle territorial e das riquezas da terra que se atuam na história. Decorre que num caso a história regional é compreendida pela extensão do poder colonial sediado na cidade do Rio de Janeiro,

enquanto noutro caso o recorte regional está demarcado pelo conflito com a sede do poder central do colonialismo português.

Nessa altura, cabe situar que as duas obras datam do período joanino e foram dedicadas ao rei d. João VI, sendo publicadas pela Imprensa Régia, caracterizando o lugar social da escrita da história. A época de publicação dos dois títulos importantes para inaugurar a reflexão sobre a história fluminense corresponde a um contexto de muitas reformas políticas do estado português e de mudanças significativas em torno do estatuto político do Brasil e suas capitanias a partir da transferência da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro ocorrida em 1808 e que resultou na elevação do Brasil a Reino Unido, em 1816. É preciso compreender, assim, que a produção das duas crônicas sobre a história fluminense decorria do ambiente de interrogação do Brasil na época de d. João VI. Mas o que reúne as duas obras é que a pesquisa histórica se organiza pela cronologia e pela menção a documentos de época, especialmente em notas. Se no livro do Visconde a referência é mais rarefeita, considerando que a parte histórica concentra apenas uma parte da exposição, na obra do Monsenhor a transcrição de fontes na íntegra ou parcial abunda.

Na passagem do século XIX para o XX, novos títulos valorizaram a escrita da história fluminense. Depois da Independência nacional e o estabelecimento da organização provincial do Império do Brasil, a velha província fluminense viveu tempos de dinamismo econômico movido pela riqueza canavieira dos Campos dos Goytacazes e da cafeicultura do Vale do Paraíba. O fausto da época tinha como base a grande lavoura do latifúndio monocultor e sustentado pela exploração da mão-de-obra escravizada de origem africana. No fim do século XIX, o processo de abolição da escravidão e de sua substituição pelo trabalho livre a partir da promoção da grande imigração, bem como a falta de renovação tecnológica do mundo agrário fluminense, combinaram-se à mudança do regime político definido pelo fim da monarquia e proclamação da República no Brasil, resultando numa crise política e econômica no contexto regional fluminense.

Em 1888, Augusto de Carvalho (1844-1908) lançou a edição de *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé* que se destacaria pelo trabalho de edição de documentos de época.[17] O autor já era conhecido em sua época como um pensador engajado na crítica da escravidão e pela defesa do trabalho livre e da imigração, sendo autor de livro importante para as ideias da época.[18] Seu livro sobre a história fluminense, porém, tinha como tema a história do

17 CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé*. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000107&m=877&n=00205.

18 CARVALHO, Augusto de. *O Brazil: colonisação e emigração, esboço histórico*; 2ª revista e acrescentada. Porto: Imprensa Portuguesa, 1876. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0163/bndigital0163.pdf.

processo de ocupação territorial do norte fluminense nos primeiros tempos coloniais e caracterizava as bases da economia regional, atualizando o ponto de vista do Visconde de Araruama, José Carneiro da Silva.

Do ponto de vista da operação historiográfica empreendida, a abordagem da história fluminense desenvolvida por Augusto de Carvalho se valoriza especialmente pela atenção especial às fontes de época tratadas como a base do conhecimento construído e da narrativa elaborada. A dedicação às fontes não se restringe a notas ou menção no texto. A obra inova justamente ao dedicar uma parte exclusiva em que apresenta a transcrição de documentos de época emblemáticos da história colonial regional. Portanto, a originalidade do trabalho decorre do compromisso com a objetividade do conhecimento histórico, que o autor resumiu do seguinte modo: "Aconselha a boa crítica que se proceda à investigação dos fatos, antes da afirmação de qualquer juízo. É o que vamos fazer."[19]

Tal pressuposto justificava a dedicação de Augusto de Carvalho ao levantamento de dados históricos reunidos com base na pesquisa de fontes de época, caracterizando, assim, a prática da pesquisa histórica com base na erudição documental. Foi justamente pelo trabalho documental que seu livro chamou atenção e promoveu o debate sobre a questão da autenticidade das fontes históricas, lançando critérios para a crítica documental.[20] Nesse sentido, pode-se dizer que o livro de Augusto de Carvalho ao tratar a história fluminense no tempo da capitania de São Tomé acompanhava a tendência erudita da operação historiográfica no Brasil do século XIX.

A dedicação à construção de conhecimento histórico com base na erudição documental ganhou sua maior expressão na historiografia fluminense nos estudos de Alberto Frederico de Morais Lamego (1870-1951) e na publicação de sua obra monumental intitulada *Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos*.[21] O autor era herdeiro da elite agrária fluminense e depois de regressar de 14 anos de vida na Europa, instalou-se na grande propriedade familiar em Campos dos Goitacazes e passou a escrever regularmente para a imprensa. Em seu Solar dos Airizes, hospedou, nos anos de 1920 e 1930, muitos viajantes que em missão de estudos a caminho do interior do país, como Mario de Andrade e outros modernistas, desfrutavam de sua biblioteca e coleções. O título de sua grande obra já traduz o compromisso com o estudo de documentos para caracterizar a análise histórica. Os cinco primeiros volumes da obra foram publicados em

19 *Idem*. p. 11.

20 KNAUSS, Paulo & SANTOS, Fabiano Vilaça. O Roteiro dos Sete Capitães: a história de um documento. In: *Roteiro dos Sete Capitães*; documento e ensaios. Macaé: FUNEMAC Livros FAZENDA, José Vieira da. Roteiro do Maldonado. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: T. LXXI, Parte 1, p. 5-21, 1908.

21 LAMEGO, Alberto. *Terra goitacá: à luz de documentos inéditos*. Paris: L´Edition d´Art, 1913-1947. 5v. il.

Paris, em 1913, no tempo em que o autor vivia na Europa. Posteriormente, a obra seria acrescida de novos volumes editados no Brasil, sempre difundindo fontes históricas.

O conjunto dos volumes, aborda a história da região fluminense que nos primórdios foi identificada pelos colonizadores portugueses como sendo ocupada pelo grupo indígena goitacá, o que justifica o título geral da obra. Esse território goitacá corresponde à região da antiga capitania de São Tomé, mais tarde chamada de Paraíba do Sul, no tempo do domínio dos viscondes de Asseca (1674-1753) e, portanto, coincide com o recorte espaço-temporal dos estudos de Augusto de Carvalho e de José Carneiro da Silva. O plano original de organização dos volumes correspondia ao universo documental que, em linhas gerais, seguia a cronologia do controle territorial colonial que passou de área de concessão hereditária à administração direta da coroa portuguesa. A prática da pesquisa histórica de Alberto Lamego se sustentou em seu ímpeto de colecionador, reunindo um conjunto de documentos e livros raros importantes para o estudo da história colonial do Brasil e especialmente da história colonial fluminense, atualmente preservados no Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo (IEB-USP). [22]

Desse modo, Alberto Lamego aproximava sua obra do trabalho de Augusto de Carvalho, considerando que ambos assumiam que o conhecimento histórico tem como base o registro de fatos que se sustentam em documentos de época, definindo a prática que organizava a escrita da história fluminense dos dois autores. Ambos se reúnem na mirada histórica definida pelo recorte cronológico, elegendo os tempos mais antigos do colonialismo como referência para analisar a sociedade regional. Mas o que define sua operação historiográfica é a prática de publicar documentos de época transcritos e editados, como prova da objetividade de suas análises históricas.

Pedagogia cívica

Ao lado das abordagens eruditas da história regional, no início do século XX, há outra trilha da historiografia fluminense relacionada aos seus usos escolares. Essa trilha pode ser bem representada pela trajetória e a obra de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. A estreia como autor ocorreu com a publicação de *O estado do Rio de Janeiro*, cuja primeira edição data de 1907.[23] O livro acompanhava as diretrizes oficiais da instrução pública, o que conferia característica de

22 A dedicação à pesquisa histórica de Lamego resultou ainda em obras valiosas para a história do norte fluminense como: *Verdadeira notícia do aparecimento da milagrosa imagem de N. S. da Conceição que se venera na cidade de Cabo Frio*, publicado em 1919; e *Mentiras históricas: verdadeira história da fundação da matriz de São Salvador e de seus párocos de 1652 a 1925*, publicado em 1925, que trata da história de Campos dos Goytacazes.

23 Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. *O estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Viúva Azevedo & C. Ed., 1907.

manual escolar ao livro que confirmava a trajetória profissional do autor como professor e inspetor de ensino, futuro diretor estadual de Instrução Pública.[24] Com esse livro a interpretação da história fluminense encontrou sua versão a partir do modelo disciplinar da Corografia.

Certamente, a boa repercussão do livro e a atuação destacada no campo educacional de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos fez com que recebesse o convite do governo do presidente de estado Raul Veiga (1878-1947) para elaborar o *Álbum do estado do Rio de Janeiro*, cuja publicação se tornou um marco da celebração estadual do centenário da Independência nacional, em 1922. Trata-se de publicação de alto padrão gráfico em grande formato, ricamente ilustrada pelas fotografias de Daniel Ribeiro, e que foi produzida sob os auspícios oficiais. Na parte de inicial do livro, apresenta-se um panorama do território fluminense, descrevendo a topografia, as sub-regiões, as riquezas da natureza e registra dados da economia regional. Em seguida, a descrição se estende na apresentação dos 48 municípios estaduais, que combina dados da geografia com informações da cronologia histórica. Ao final, o livro contém um capítulo sobre a instrução pública e outro sobre o trabalho com quadros estatísticos, informando realizações de governo em relação aos diferentes níveis e modalidades de ensino (primário, profissional, normal e secundário, superior) e em favor da diversificação econômica no campo (café, mandioca, cana de açúcar, gado etc.) e nas cidades (indústria têxtil, sal, frigorífico, metalurgia, naval, e da energia elétrica etc.).[25] Portanto, a abordagem corográfica serviu igualmente a elaboração do *Álbum do estado do Rio de Janeiro*.

Por meio da Corografia, Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos se integrava numa tradição de estudos que se firmou no Brasil desde que em 1817 foi publicada a célebre obra *Corografia brasílica, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, de autoria do padre Manuel Aires de Casal (1754-1821), português que no fim do século XVIII se ficou na cidade do Rio de Janeiro como capelão da Misericórdia.[26] Trata-se de uma das obras de referência sobre o Brasil mais difundidas no século XIX, caracterizada pela abordagem descritiva e que compilava dados e informações de todas as províncias do Brasil. O modelo de estudo corográfico traduz o domínio intelectual do território a partir do conhecimento de sua geografia e história a partir da caracterização da sua ocupação e povoamento, identificando as atividades econômicas e as riquezas da natureza.

24 Sob a mesma inspiração escolar da Corografia o autor publicaria ainda: VASCONCELLOS, Clodomiro Rodrigues de. *Corografia do Brasil*; textos e mapas, para os cursos primários. Pimenta de Mello, 1927.

25 Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. *Álbum do estado do Rio de Janeiro*; centenário da Independência do Brasil. Niterói, 1922.

26 CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg27882/drg27882.pdf.

A Corografia integrou os programas escolares no Brasil, antes da afirmação da História e da Geografia como disciplinas escolares autônomas. O estado do Rio de Janeiro não fugiu à regra e difundiu seu estudo na rede de ensino até a reforma da instrução pública estadual empreendida em 1928, no governo de Manuel Duarte (1877-1944). Como seu desdobramento, no ano seguinte, ocorreu a implantação da cátedra de História Fluminense na Escola Normal, como parte da renovação da formação de professores. Esse contexto foi decisivo para a historiografia fluminense ao definir um lugar social para seu desenvolvimento. João Pinheiro Ribeiro inovou o ensino de história no primeiro segmento escolar ao lançar em 1928 o livro *História do estado do Rio de Janeiro; resumo didático para uso nas escolas primárias*, constituindo-se em um marco do gênero de escrita da história.[27] O empenho historiográfico, no entanto, encontrou sua expressão escolar mais importante com a publicação, em 1929, de novo livro de Clodomiro Rodrigues de Vasconcelos, intitulado *História do estado do Rio de Janeiro*, acompanhando a nova cátedra da Escola Normal.

Esse novo livro de Clodomiro Rodrigues Vasconcellos marcou a virada da leitura do passado fluminense ao deixar de lado a tradição corográfica e demarcar um novo ponto de vista da escrita da história regional. O novo título constituía um dos volumes da coleção "Resumo Didático", publicada pela editora paulista Melhoramentos, dedicada à história regional de todo o país e que reunia autores consagrados da historiografia nacional na época. Ao ser integrado no projeto da editora Melhoramentos, o autor fluminense se reuniu a nomes importantes da historiografia brasileira da época, alguns sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e membros da Academia Brasileira de Letras (ABL). Entre os mais jovens autores da coleção estava Pedro Calmon (1902-1985), que na coleção foi responsável pelo livro sobre a história da Bahia, que no fim dos anos de 1920 já tinha alguns títulos publicados com reconhecimento, mas ainda não havia obtido a notoriedade intelectual que o conduziria a presidente do IHGB. A coleção, no entanto, se valorizava, sobretudo, pela participação de autores consagrados, como o paranaense Rocha Pombo (1857-1933), escritor de obra variada e conhecido pela sua *História do Brasil* em 10 volumes e que publicou na coleção da Melhoramentos os títulos dedicados à história do estado de São Paulo e Paraná. Na mesma coleção, incluía-se também um volume dedicado à história da cidade do Rio de Janeiro, de autoria de Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, que havia prefaciado o livro de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos *Corografia do Brasil*, que fora publicado em 1927.[28] Por sua vez,

27 RIBEIRO, João Pinheiro. *História do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1928. Para uma contextualização e análise do livro, veja-se: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Um livro para contar a história fluminense; o primeiro manual didático de história do estado do Rio de Janeiro. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. cap. 19. p. 345-366.

28 VASCONCELLOS, C. R. *Corografia do Brasil*. *Op. cit*.

o livro sobre a história fluminense foi valorizado pela apresentação de Afonso d´Escragnolle Taunay (1876-1958), então diretor do Museu Paulista e escritor de livros de repercussão social sobre a história de São Paulo colonial e das bandeiras. A rede de sociabilidade que envolvia o livro *História do estado do Rio de Janeiro* se completava com o registro do próprio autor de que fora indicado aos editores por Oliveira Viana, a quem havia sido feito o convite originalmente para escrever o volume da coleção. Disso resulta que, ao integrar como autor da coleção da editora Melhoramentos, o fluminense Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos se juntou a um universo de outros nomes de historiadores reconhecidos nacionalmente no meio editorial brasileiro.[29]

O mais importante, porém, é frisar os aspectos de *História do estado do Rio de Janeiro* renovadores da abordagem da história fluminense e que distanciou o estudo regional do modelo corográfico. Logo no início do livro, esse distanciamento é caracterizado pelo autor ao comentar que o estudo da história fluminense carece de fontes documentais e se ressente da ausência de biografias e retratos dos "fluminenses notáveis". Assim, de um lado, o abandono da perspectiva corográfica se justificou exatamente pelo interesse em valorizar a base documental da construção do conhecimento. Por outro lado, o abandono da perspectiva corográfica implicou, sobretudo, em ir além da descrição do território ao propor uma leitura dos fatos da história, recorrendo a ênfase na participação de indivíduos de ação excepcional no processo social e associados aos rumos da política e do governo. Assim, um dos principais argumentos do livro de história fluminense de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos se organizava em torno da chave interpretativa da história a partir da identificação da "colaboração do povo fluminense" para "a formação da nacionalidade", para usar a expressão do próprio autor.

Nessa altura, verifica-se uma clara aproximação com ideias da época e que foram representadas principalmente por Antonio Figueira de Almeida, que antes de publicar sua *História fluminense*, já mencionada, havia se distinguido com a reflexão proposta em *Os fluminenses na história do Brasil*.[30] O professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal do Rio de Janeiro ao enfatizar que os grandes eventos da história nacional contaram com a atuação decisiva de personalidades de origem fluminense, proclamava um ufanismo regional ao anotar que "a

29 Para uma abordagem da história editorial do livro *História do estado do Rio de Janeiro*, de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos, consulte-se FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Como ensinar história no Estado do Rio de Janeiro na década de 1920? Escolanovismo e ensino de história na História do Estado do Rio de Janeiro de Clodomiro Vasconcellos. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300884579_ARQUIVO_Texto_Completo_Rui_Fernandes.pdf.

30 ALMEIDA, Antonio Figueira de Melo. *Os fluminenses na história do Brasil*. Niterói: Jeronymo Silva, 1928.

grandeza fluminense é que determina a grandeza do Brasil".[31] Essa perspectiva imprimia à história o caráter de processo que a descrição espacial da corografia não permitia, mas tendia a resumir a ação histórica à ação de indivíduos.

Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos ao conceber a sua leitura da história fluminense dedicou a maior parte dos capítulos de *História do estado do Rio de Janeiro* ao período colonial, de modo que a história regional serviu para exemplificar o processo geral de construção do domínio colonial da América portuguesa, o que justificava a menção aos povos originários nativos da região e a organização da capitania do Rio de Janeiro, seguida da referência aos personagens de época que demarcam a contribuição fluminense para os acontecimentos históricos. Por consequência, Alvarenga Peixoto (1742-1792) ganhou importância na leitura elaborada sobre a história da Inconfidência Mineira, considerando que era natural do Rio de Janeiro, mesmo tendo feito sua vida entre Portugal e Minas Gerais. Na mesma linha, ao tratar o contexto da Independência nacional e a construção do Império do Brasil, o livro valorizou a história da criação da província imperial e enfatizou a ação decisiva de personagens históricos, como o Visconde de Itaboraí (1802-1872), o Visconde de Uruguai (1807-1866), o Marquês do Paraná (1801-1856), o Visconde de Sepetiba (1800-1855), que foram presidentes da província do Rio de Janeiro e tiveram papel proeminente na política imperial, traçando assim os elos da história regional e nacional. Ao final, a narrativa histórica valoriza o protagonismo de Benjamin Constant, natural da terra fluminense, na Proclamação da República para depois oferecer o panorama dos governantes estaduais e suas realizações, sublinhando a sintonia dos processos da política regional e nacional na construção republicana. Com esse mesmo espírito, o último capítulo é dedicado a apresentar um rol de esboços biográficos das letras, ciências e artes fluminenses e traduzem a colaboração dos filhos da terra para a formação da nacionalidade.

No mesmo ano em que Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos lançou seu novo livro de história, Antonio Figueira de Almeida publicou também *História fluminense*, obra em dois volumes, sendo o primeiro dedicado ao período colonial da capitania e o segundo à província imperial.[32] A coincidência do ano de 1929 para a edição dos dois títulos aproxima a trajetória e o diálogo dos dois autores, mas indica a afirmação de um ambiente de ideias sobre o mundo fluminense que moveu a produção editorial.

Nessa mesma época, foi lançado o livro *O estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo da história*, escrito por José Mattoso Maia Forte (1873-1945) e que

31 *Idem*. p. 9.

32 ALMEIDA, Antonio Figueira de. *História fluminense; do início até a Independência*. Niterói: Jeronymo Silva, 1929. v 1.; e *História Fluminense; a província*. Niterói: E. P. Washington Luis, 1929. v. 2.

se tornaria um dos títulos sobre a história fluminense de maior difusão.[33] No panorama da historiografia da época, Mattoso Maia se distinguia por não ser professor. Era natural da cidade do Rio de Janeiro e viveu a juventude com a família em Vassouras, onde completou sua formação escolar, e mesmo atuando como jornalista, fez carreira de servidor público na administração fazendária do antigo estado do Rio de Janeiro. Ao lado disso, dedicou-se aos estudos da história e geografia fluminense, sendo autor de 11 livros que garantiram seu ingresso na Academia Fluminense de Letras e ser admitindo como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conforme o próprio autor registra na apresentação de seu livro, a primeira versão de *O estado do Rio de Janeiro* foi apresentada em concurso estadual de monografias promovido na ocasião do centenário da Independência em 1922. Não tendo sido publicado na época, pode-se atribuir o lançamento tardio do livro, em 1928, ao ambiente de debate sobre destinos regionais acompanhado das mudanças políticas e institucionais no quadro estadual.

Na sua trajetória editorial, o livro perde o sentido comemorativo original e participa de um novo contexto de ideias que coincide com a reforma educacional, assumindo o caráter de manual de referência sobre a história fluminense para a formação de professores. Ao apresentar a segunda edição do livro, o próprio autor informa que grande parte da primeira edição foi doada às alunas da Escola Normal. Por sua vez, a segunda edição, ampliada, corrigida e atualizada, publicada sob o patrocínio do governo estadual em 1945, marcou de fato a maior difusão do livro pela sua distribuição na rede escolar.

Ainda que Mattoso Maia não tenha sido um professor da rede de ensino, a escrita da história fluminense acompanha a mesma trilha da historiografia escolar representada por Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. Assim, o argumento geral em torno da história fluminense elaborado por Mattoso Maia seguia a mesma orientação que relacionava história política e formação territorial, assumindo o estado e seus governantes como agentes principais do processo social. Na análise que desenvolveu, encontram-se referências a outros historiadores, mas são as fontes de época ganham destaque, em especial as crônicas de viajantes europeus.

Seguindo a tendência do pensamento da sua época, Mattoso Maia também insiste no tema da contribuição fluminense para a história nacional, ressaltando a participação de personagens naturais da terra nos momentos marcantes da história política do Brasil. Para cada processo de transformação da história nacional há nomes de fluminenses que são destacados. De modo original, Mattoso Maia caracteriza que a província fluminense mesmo sendo território es-

33 FORTE, José Mattoso Maia. *O estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo da história*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1928.

cravocrata também foi centro de luta pela libertação dos escravizados, citando inclusive iniciativas de libertação coletiva. Ainda assim, ao final, a consideração se completa com a repetição do esquema de valorização da participação proeminente de fluminenses nas lutas políticas nacionais, destacando que lideranças do movimento abolicionista como José do Patrocínio (1853-1905) e Carlos de Lacerda (1853-1897) eram campistas de nascimento. A história regional era assim tratada como uma parcela da construção histórica da unidade nacional. Por fim, completava seu livro do mesmo modo que Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos, apresentando um rol de personalidades da cultura, das letras e da ciência no estado do Rio de Janeiro.[34]

Essa valorização da história fluminense deve ser compreendida no contexto do debate sobre a modernidade fluminense, bem representado no projeto editorial de *A Revista*, publicada entre 1919 e 1923, sob a direção do jornalista Manoel Leite Bastos.[35] Na mesma década, no seio da Academia Fluminense de Letras, se constituiu o movimento de ideias que ficou conhecido como Renascença Fluminense, influenciando decisivamente a promoção da escrita da história.[36] O movimento reuniu intelectuais fluminenses sob a bandeira de um renascimento moral do estado do Rio de Janeiro que se fortaleceu e ganhou repercussão pública ao contar com o apoio do governo de Feliciano Sodré (1924-1927), inspirando o horizonte do pensamento social regional e a reforma da instrução pública estadual.[37] Trata-se de um contexto histórico em que as relações políticas condicionaram os usos do passado como alternativa à visão predominante até então da Idade do Ouro da província imperial.[38]

O que as trajetórias dos autores e sua produção historiográfica demonstram é que, na década de 1920, o lugar social de escrita da história fluminense se definiu com apoio do governo entre e as agremiações acadêmicas e a instituição escolar, participando de um mesmo ambiente de ideias sobre os destinos regionais. A partir da historiografia foi elaborada a representação do estado do Rio de Janeiro como construção histórica contínua e linear, demarcando uma unidade política que servia de medida à afirmação da unidade regional que ganhava sentido como elemento decisivo da unidade nacional. Traduzia-se o

34 A história da obra de Mattoso Maia é analisada em: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Os tempos de uma obra escolar: O estado do Rio de Janeiro de José Mattoso Maia Forte. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Livros didáticos de história; entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2017. p. 69-284.

35 MONTEIRO, Evelyn Morgan. A Revista: modernismo e identidade fluminense (1919-1923); *dissertação de Mestrado em História*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

36 FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense... op. cit*.

37 Documentos importante para a história da Renascença Fluminense se encontram em: BASTOS, Manoel Leite (Org.). *O Estado do Rio de Janeiro e seus homens*. Niterói: s/ed., 1928.

38 Esse contexto histórico foi analisado em: FERREIRA, Marieta de. *Em busca da Idade de Ouro: as elites fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ - Edições Tempo Brasileiro, 1994.

princípio de que a parcela representa o todo, de modo que na escala regional fluminense se sintetizava e se projetava a história do Brasil. Tendo a leitura da história como fundamento, conferia-se protagonismo político ao estado do Rio de Janeiro no quadro do federalismo republicano do Brasil. Assim o regionalismo organizava uma pedagogia cívica de culto à pátria.

Como é sabido, na década seguinte, a centralização autoritária do Estado Novo instituída em 1937, proibiria a afirmação de identidades regionais estaduais no Brasil com base no nacionalismo.[39]

Entre memória e história

Em 1945, começou a ser publicada a tetralogia escrita por Alberto Ribeiro Lamego (1910-1985) filho do pai historiador erudito e quase homônimo, engenheiro formado da Europa e que foi servidor do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Em seu título geral de *Setores da evolução fluminense*, apresenta-se o conceito-chave da análise proposta pelo autor que se referia às sub-regiões do estado e que se constituíam em objeto de estudo de cada um dos 4 volumes, publicados entre 1945-1950. Os volumes foram respectivamente intitulados de *O homem e o brejo, O homem e a restinga, O homem e a Guanabara, O homem e a serra* e tratam respectivamente da Baixada Campista, da planície costeira de Cabo Frio a Maricá, da região serrana do Vale do Paraíba e dos caminhos do café, e a área da baía de Guanabara. O conjunto dos volumes reunidos afirmou a interpretação geral do estado do Rio de Janeiro mais consagrada até nossos dias e continuam a ser reeditados. [40]

O primeiro livro – *O homem e o brejo* – foi apresentado, em 1940, numa primeira versão como tese aprovada com louvor no IX Congresso Brasileiro de Geografia, mas somente em 1945 foi publicado em livro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O esquema geral relaciona a *terra, o homem, a cultura* e desenvolve uma análise que parte da caracterização da fisiografia e geografia para tratar a história da ocupação da terra e seu povoamento, identificar os tipos sociais definidos pela economia e cultura material e conclui com aspectos econômicos e sociais contemporâneos. O mesmo esquema geral de análise e interpretação se repete em cada um dos volumes, encontrando no diálogo da Geografia, da História e da Sociologia, soluções para o futuro da vida regional em busca da superação dos dramas do presente. Sua leitura revela

39 A crise do federalismo do Rio de Janeiro encontrou sua expressão no estabelecimento dos governos de interventoria federal a partir de 1930 e a nova ordem política estabelecida no Brasil. Nesse sentido, conta-se com a publicação de relatório do governo do interventor Ary Parreiras: *O governo do estado do Rio de Janeiro e de suas municipalidades durante o ano de 1933*. Niterói: Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, 1934.

40 Os quatro volumes foram recentemente republicados pelo IBGE em edição comemorativa. LAMEGO, Alberto R. *Setores da evolução fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=235599.

como a geografia transporta a história e confere uma característica que garante sua inserção no universo da historiografia fluminense.

Com maestria, a obra resolve a questão regional estadual reconhecendo a unidade na pluralidade, admitindo que a experiência fluminense é a diversidade. De modo pouco usual, incorpora ainda na sua intepretação da experiência regional a sub-região da Guanabara, não excluindo assim a cidade do Rio de Janeiro e sua relação com o estado, desprezando em certa medida os limites da organização política em favor da valorização das dinâmicas espaciais, própria da geografia e que desafia o domínio da história política.[41]

Não há como deixar de anotar que essa interpretação do Rio de Janeiro a partir da geografia e da história vem à público e desperta interesse numa época de nova conjuntura política, em que a federação é reconstruída no Brasil, após o fim do Estado Novo, e o discurso sobre a unidade estadual ganha novos sentidos políticos. O sentido da diversidade regional que se pode encontrar na leitura da obra de Alberto Ribeiro Lamego antecipa uma tendência forte da produção historiográfica fluminense e que resultou na valorização da história municipal.

Em alguma medida, a importância da história dos municípios nunca se manteve longe dos horizontes da escrita da história fluminense. Principalmente na perspectiva da corografia, a história dos municípios era destacada. Assim, a história dos municípios caminhou junto com o tratamento da história estadual, como no caso do livro raro de Luis Gastão d'Escragnolle Dória (1869-1948), *Terra fluminense*, lançado em 1924. Apesar de seu título genérico, caracteriza-se na verdade como um compêndio de história dos municípios fluminenses existentes à época do sua publicação. [42] Não parece ter ganho repercussão, sobretudo a partir dos livros publicados entre 1928 e 1929 que ganharam maior difusão, o que demonstra um certo lugar secundário da história local e municipal na ordem do pensamento histórico estadual dos anos de 1920. Todavia, acompanhando Rui Aniceto Fernandes Nascimento em seus estudos sobre a história dos intelectuais fluminenses, pode-se ressaltar que as efemérides conduziram em grande medida a produção historiográfica fluminense com enfoque municipal.[43] De modo geral, essa vertente da historiografia se caracteriza pelo seu sentido comemorativo.

41 Uma reflexão contemporânea sobre o pensamento de Alberto Lamego e sua relação com a história, encontra-se em: PEREZ, Waldir Rugero. Paisagens fluminenses: a contribuição de Alberto Lamego; *dissertação de Mestrado em Geografia*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=151510.

42 DORIA, Luis Gastão d'Escragnolle. *Terra fluminense*. Rio de Janeiro: A Encantadora, 1924.

43 FERNANDES, Rui Aniceto Fernandes. *Historiografia e identidade fluminense... op. cit*.

Desse modo, ainda que José Mattoso Maia Forte seja autor de uma obra geral sobre a história fluminense que, tal como foi indicado foi originalmente elaborada no contexto comemorativo do centenário da Independência Nacional, sua produção historiográfica conduzida pela celebração de efemérides locais resultou igualmente em livros com recortes sobre história de municípios. Assim, o autor publicou *Memória da fundação de Iguaçu*, em 1933, no ano do centenário da criação da vila, e dois anos depois, em 1935, *Notas para história de Niterói – 1835-1935*, lançado justamente quando se celebrava o ato que elevou a cidade à condição de capital provincial e a mudança de seu nome, livro publicado depois de *Tradições de Niterói*, publicado em 1919, ano do centenário da criação da antiga Vila Real da Praia Grande, origem de Niterói.[44] Na mesma linha, Antonio Figueira de Almeida publicou, em 1932, *Barra Mansa: memória comemorativa do 1º. Centenário*, em que tratou a história de sua terra Natal, para em 1935, publicar *História de Niterói*, sempre movido pela efeméride.[45] Do mesmo modo, o centenário da elevação à categoria de cidade da antiga vila motivou a publicação do livro *Magé, a terra do Dedo de Deus*, de autoria de Renato Peixoto dos Santos, em 1957.[46] Com o mesmo sentido comemorativo, a partir do recorte eclesiástico, frei Aurélio Stulzer, publicou *Notas para a história da vila de Pati do Alferes*, tomando o centenário da matriz, no ano de 1944, como motivo para a história local.[47]

Ao lado dos centenários, há ainda a celebração de cinquentenários municipais, tendência relativa aos municípios instaurados após a afirmação do regime republicano em 1889, o que se afirmou especialmente na década de 1940. A mudança do regime político foi acompanhada por rearranjos na política regional, levando a criação de vários municípios com Barra do Piraí, Itaocara, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia e Teresópolis. Nesse contexto, por exemplo, Amaral Barcelos escreveu *Fragmentos históricos do município de Barra do Piraí – 1853-1890*, publicada em 1940, assim como Luiz Palmier (1893-1955), publicou *São Gonçalo cinquentenário: história, geografia e estatística*.[48]

44 FORTE, José Mattoso Maia. Memória da fundação de Iguassu. Rio de Janeiro; Typographia do *Jornal do Comércio*, 1933; e do mesmo autor: Notas para história de Niterói - 1835-1935. 2ª ed. Niterói: Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural, 1973. [orig. 1935]; e Tradições de Niterói. Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, 1919. A bibliografia niteroiense do autor se completa ainda com O município de Niterói: corografia, história e estatística. Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, 1941.

45 ALMEIDA, Antonio Figueira de. *Barra Mansa: memória comemorativa do 1º centenário; revisão histórica. Barra Mansa: Câmara Municipal de Barra Mansa, 1991*. [orig. 1933]; e do mesmo autor *História de Niterói*. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1935.

46 SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: a terra do Dedo de Deus*. Magé [s.n.], 1973. [orig. 1957]

47 STULZER, Aurélio. *Notas para a história da Vila de Pati do Alferes*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva do Centenário da Matriz de Pati do Alferes, 1944.

48 BARCELOS, Amaral. *Fragmentos históricos do município de Barra do Piraí – 1853-1890*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940; e PALMIER, Luiz. *São Gonçalo cinquentenário: história, geografia e estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

Desdobrando o mesmo argumento, ao lado das efemérides, podemos indicar que a historiografia fluminense encontra motivações sentimentais e pessoais para sustentar o recorte municipal ou local da narrativa histórica.[49] Renato Peixoto Santos, por exemplo, retrata bem essas tendência ao registrar que seu livro sobre a história da Magé se baseia em "todo o acendrado amor que sinto pela terra que me serviu de berço".[50] Essa mesma inspiração traduzida na intenção de valorizar os feitos e a grandeza da história local, serviu a Leoni lório (1899-1984) para escrever *Valença de ontem e hoje, 1789-1952*, publicado em 1953, e para o livro de Porphirio Henriques, *A terra da promissão; história de Itaperuna*, do ano de 1956.[51] Benedito Jordão de Souza, ao publicar *Terra dos Magos*, em 1949 sobre a história de Angra dos Reis, registra sua vontade de "mitigar minha saudade rogando a Deus pela grandeza desta terra".[52] Ribeiro Sá, autor de *A cidade de Entre Rios – estado do Rio, sua origem e fundação*, publicado em 1942, foi motivado pelo fato de seu avô e barão local da atual Três Rio ter sido fundador da cidade, encontrando assim uma perspectiva mais familiar.[53] Há ainda o caso de Arnaldo Bittencourt que encontrou na sua trajetória pessoal de promotor de Justiça e prefeito de Nova Friburgo eleito em 1920, mas destituído do cargo pela mudança de regime político em 1930, decidiu escrever o livro *O município de Nova Friburgo*, publicado em 1939.[54]

Fica evidente, então, que nas décadas seguintes a dos anos de 1930, a historiografia fluminense encontrou uma trilha para seu desenvolvimento por meio da afirmação do estudo da história dos municípios que tinha motivação na celebração do local, o que de modo arriscado aproxima memória e história, subordinando a crítica ao afetivo, favorecendo o sagrado diante do laico e assumindo o absoluto em detrimento do relativo.[55]

Agremiações acadêmicas municipais se constituíram como espaço construção das relações entre memória e história local e definem um lugar social para a promoção da historiografia com base na sociabilidade intelectual. No estado do Rio de Janeiro, ao lado dos antigos Instituto Histórico de Petrópolis, fundado em 1938 e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, que

49 FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense. Op. cit*. cap. 5.

50 SANTOS, Renato Peixoto. *Magé... op. cit*. p. 17.

51 IÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e hoje: 1789-1952*. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso, 1953.; e HENRIQUES, Porphirio. *A terra da promissão: história de Itaperuna*. Rio de Janeiro: Aurora, 1956.

52 SOUZA, Benedito Jordão de. *Terra dos magos*. Niterói: Gráfica Atômica, 1949.

53 SÁ, Ribeiro. A. de Ribeiro. *A cidade de Entre Rios: sua origem e fundação*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1942.

54 BITTENCOURT, Arnaldo Pinheiro. *O município de Nova Friburgo*. [s/n], 1939.

55 Essa caracterização faz uso da conhecida dicotomia proposta em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares; tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez.1993. Disponível em: file:///C:/Users/Paulo/Documents/BIBLIOGRAFIA/NORAPierre-EntreMemoriaeHist%C3%B3ria-ProjetoHistoria-PUCSP.PDF.

se originou do instituto municipal fundado em 1957, e o correlato de Nova Iguaçu, instituído em 1962, várias outras instituições congêneres municipais fluminenses surgiram na década de 1970 e se multiplicaram nos anos de 1990. Em 1973, foram criados os Institutos Históricos de Niterói, Paraty e Duque de Caxias. Anos depois, foram criados ainda os institutos de Campos dos Goytacazes e São João de Meriti (1991), seguidos de Paraíba do Sul (1992), Macaé (1993) e São Gonçalo (1995) e que foram acompanhados pela fundação das Academias de História de Resende e Itatiaia (1992) e Barra Mansa (1998). Em anos mais recentes a lista se enriqueceu com a criação dos institutos de Vassouras (2003) e Itaboraí (2017). Todos são centros de mobilização coletiva e de reunião em torno da pesquisa da história local e dos municípios, bem como de defesa do patrimônio cultural. A colaboração entre as diversas agremiações acadêmicas encontra expressão coletiva na realização de colóquios dos institutos históricos municipais do estado promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ).

A partir desse quadro, o importante é sublinhar que o fim do século XX marca uma época no estado do Rio de Janeiro de intensa mobilização em torno da promoção da memória e história local. Nessa altura, a criação dos institutos históricos e congêneres municipais registra que a causa comum da história local se disseminou em todas as regiões estaduais. Verifica-se, portanto, que a mobilização institucional verificada corresponde ao aumento da produção historiográfica dedicada à história dos municípios fluminenses.[56]

Tomando por base o inventário bibliográfico sobre a história dos municípios fluminenses produzido no âmbito do IHGRJ, constata-se que dos 92 municípios atuais do estado, 75 contam com livros sobre a história municipal. Vários deles são municípios criados recentemente, outros são marcados por uma abordagem que trata a história local do ponto de vista de sua participação na sub-região que integra, especialmente no caso do Vale do Paraíba e da Baixada Fluminense, considerando que certos títulos aparecem mais de uma vez na listagem relativos a diferentes municípios. Cabe apontar ainda que 17 municípios não contam com títulos identificados no levantamento bibliográfico empreendido.

A análise do inventário destaca 10 municípios com 30 títulos ou mais – Petrópolis, Niterói, Vassouras, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Resende, Angra dos Reis, Macaé, Duque de Caxias, São Gonçalo. Interessante notar que oito destes municípios correspondem aos municípios com maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado na atualidade. Além disso, cinco deles possuem origens coloniais, anteriores à Independência, estando entre os mais antigos do

56 KNAUSS, P. & MIRANDA, V. C. de. *Bibliografia fluminense... op. cit.*

estado, e os outros três foram criados no período imperial enquanto foram dois criados no período republicano, como desdobramento de municípios antigos – é o caso de São Gonçalo, desmembrado de Niterói, e Duque de Caxias desmembrado de Nova Iguaçu. Seguramente, em torno dos 10 municípios listados se pode apontar claramente onde se consolidou uma tradição historiográfica local.

Se de um lado o levantamento bibliográfico indica municípios com uma historiografia produtiva, por outro lado revela municípios com escassa produção historiográfica. Frente ao número de 10 municípios que afirmam uma produção historiográfica recorrente, o levantamento indica 20 municípios (ou seja, o dobro) que apresentam apenas um título de história local. A desproporção pode aumentar se forem considerados os outros 12 que contam com somente dois títulos, totalizando um conjunto de 32 municípios. Somados aos 17 municípios sem títulos, podemos dizer que há uma variação e uma grande desproporção na historiografia municipal estadual. Disso resulta ser possível indicar que ao lado dos municípios de tradição historiográfica, há outros em que a valorização da análise histórica do município não se constituiu como uma chave de conhecimento da sociedade local.

Diante desses dados, porém, é possível verificar que essa produção historiográfica fluminense não contou com qualquer apoio dirigido no plano estadual, à exceção do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) que se destaca como um editor constante desde os anos de 1990. Predomina, assim, o movimento editorial local, de pequenas editoras ou patrocinadas pelo poder municipal. Por outro lado, não se pode deixar de identificar que há alguns autores produtivos, com mais de um título dedicado à história do mesmo município. Alípio Mendes (1921-1998), por exemplo, desponta com 10 títulos sobre a história de Angra dos Reis, assim como Antonio Álvares Parada (1925-1986) tem 7 livros sobre a história de Macaé e Hilton Massa (1916-2011) publicou 3 livros sobre a história de Cabo Frio.[57] Outros nomes de autores poderiam ser mencionados para enriquecer a lista. Interessa frisar, porém, que certamente essa historiografia se caracteriza pelo engajamento desses autores na vida local.

Como contraponto, vale ressaltar que há autores igualmente produtivos, mas dedicados à pesquisa da história de mais de um município, como José Botelho Athayde (1916-1974), que aparece no levantamento realizado com 12 títulos referentes aos municípios de Volta Redonda, Cantagalo, Barra Mansa, Pinheiral, Piraí e Santa Maria Madalena. Nesse universo de autores, despontam

57 A produção historiográfica dos autores mencionados pode ser representada por alguns de seus títulos mais conhecidos: PARADA, Antonio Álvares. *Histórias da velha Macaé*. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 1980.; MASSA, Hilton. *Cabo Frio: histórico-político*. Cabo Frio: Prefeitura Municipal, 1980.; MENDES, Alípio. *Angra dos Reis: da criação da vila até sua transferência para o local da atual cidade (1502-1624)*. Angra dos Reis: [s.n.], 1995.

vários nomes de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), como Thalita de Oliveira Casadei (1921-2014), com títulos sobre Campos, Niterói, Paraty e Teresópolis; Marcelo de Ipanema (1924-1993) e Cybelle de Ipanema (1924-), com títulos sobre Angra dos Reis, Niterói e Paraíba do Sul; Salvador da Mata e Silva (1943-2016), com títulos sobre Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Santa Maria Madalena; Francisco Vasconcellos (1938-), com títulos sobre Petrópolis, Cantagalo e Campos; e Cláudio Moreira Bento (1931-), com títulos sobre Resende e Itatiaia. Nesse caso, pode-se indicar que os percursos historiográficos sobre a história dos municípios são desenvolvidos também por autores que não tiveram como lugar social de suas pesquisas históricas o engajamento direto na vida local como habitantes dos municípios estudados. Por outro lado, a constatação sugere que esses autores de obra variada encontraram na história dos municípios um desdobramento de seu programa de pesquisa sobre a história fluminense. Não sem razão, observa-se que o foco recai sobre municípios com uma história antiga de povoamento e ocupação, envolvidos por uma memória enquadrada pela tradição. Além disso, é possível que a participação desses autores e seus livros na vida municipal possa ser esclarecida por uma melhor caracterização do circuito de sociabilidade intelectual que integra os colaboradores das agremiações acadêmicas municipais.

Não há como deixar de reconhecer, no entanto, que essa rica produção de escrita da história local e municipal fluminense de fim do século XX está demarcada pela conjuntura histórica de mudanças políticas decorrentes da institucionalização do estado autoritário a partir de 1964 e que desembocou no processo de reconstrução do regime democrático no Brasil na década de 1980. A constituição do novo estado do Rio de Janeiro, em 1975, decorrente da fusão de unidades federativas anteriores, se realizou na época em que era vigente o controle das áreas de segurança nacional que subordinava o poder municipal ao governo federal. Na sequência dos acontecimentos, a renovação da ordem política se fortaleceu com a mobilização dos movimentos sociais e a luta pela afirmação da autonomia municipal. Sem dúvida, nesse contexto histórico, a construção de conhecimento da história encontrou novos referenciais, mesmo que, por vezes, a base afetiva e comemorativa tenha persistido. Um ajuste de tom é evidente e pode ser bem representado pela publicação de *O negro na história de Cabo Frio*, de Hilton Massa, lançado no ano do centenário da Abolição da Escravidão e que demonstra novas aproximações entre história e memória.[58] Não há risco em afirmar que diante dessa conjuntura de transformações sociais profundas, a partir da década de 1970 e especialmente nas duas décadas seguintes, a construção da memória social e a produção historiográfica local foram envolvidas de sentido político.

58 MASSA, Hilton. *O negro na história de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988.

Nessa mesma época, chama atenção a constituição do campo de estudos da história da Baixada Fluminense. A partir de meados do século XX, a vida social dos municípios da região foi marcada por um intenso processo de urbanização e de expansão demográfica acelerada que resultou no desmembramento do antigo município de Nova Iguaçu para a criação de Duque de Caxias, em 1943, São João e Meriti e Nilópolis, em 1947. A nova configuração regional definiu a importância que a sociedade local passou a ter na política fluminense, ao menos desde a eleição do governador Roberto Silveira, em 1958, e pela liderança de Tenório Cavalcanti, o primeiro político com bases na Baixada Fluminense contemporânea, e cuja atuação influenciou os rumos da política regional.[59] Os anos de estado autoritário tiveram consequências sociais profundas na sub-região fluminense, onde as relações entre política e violência se tornaram uma marca forte da vida local.[60] Após anos de intervencionismo nos municípios, o período da reconstrução democrática nacional no Brasil repercutiu em nova época de criação de novos municípios na Baixada Fluminense. Nas antigas áreas do município de Nova Iguaçu, foram estabelecidos os municípios de Belford Roxo e Queimados, em 1990; Japeri, em 1991; e Mesquita, em 1999.[61] A esses municípios pode se juntar ainda Guapimirim, desmembrado de Magé, em 1990; e Seropédica, criado em 1997 por desmembramento de Itaguaí.

Os usos políticos do passado acompanharam a mobilização do movimento social pela afirmação de novos municípios. A força dessa tendência pode ser representada por algumas realizações significativas e que resultaram em produção historiográfica com foco na sub-região da Baixada Fluminense. A história da criação e desenvolvimento do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada Fluminense (IPHAB), fundado em 1997 e sediado em São João de Meriti, projetou o livro de Gênesis Pereira Torres (1946-2020), intitulado *Baixada Fluminense: a construção de uma história; sociedade, economia, política*, e que foi lançado em 2004.[62] Por sua vez, em Duque de Caxias, a Associação de Professores e Pesquisa de História da Baixada Fluminense (APPH–Clio) desenvolveu um programa editorial variado, que se iniciou pela revista *Hydra de Igoassú, Cadernos de textos sobre a história local e regional Baixada Fluminense*, publicada entre 1998 e 2012, e foi alargado com vários títulos que se originaram de pesquisas de mestrado e doutorado, como o livro *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara*, de Nielson Rosa Bezerra, e

59 ROCHA, José Sergio. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2003; e BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha*: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.

60 ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio*: história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH, 2003.

61 Para o estudo da história do movimento social na Baixada Fluminense, consulte-se: WOLF, Leila. *La démocratie au quotidien*: histoire d'un mouvement de quartier au Brésil. Paris: Syros Alternatives, 1993.

62 TORRES, Gênesis Pereira. *Baixada Fluminense: a construção de uma história; sociedade, economia, política*. São João de Meriti: IPHAB, 2004.

Escavando o passado da cidade: história política de Duque de Caxias, de autoria de Marlucia Santos de Souza, publicado em 2014.[63] No caso das duas instituições, IPHAB e APPH-Clio, além dos laços com os centros universitários de pesquisa histórica, vale registrar ainda a estreita colaboração de seus membros tanto na fundação do Instituto Histórico de São João de Meriti, como pela participação no projeto editorial da revista *Pilares da História*, desenvolvido desde 2002 no âmbito do Instituto Histórico de Duque de Caxias. [64]

Nesse sentido, é importante sublinhar que a luta pela autonomia municipal na Baixada Fluminense impulsionou uma construção intelectual inovadora do recorte regional, revendo a noção tradicional de Recôncavo da Guanabara para afirmar um conceito renovado de Baixada Fluminense que foi ratificado pela historiografia.[65]

Em alguma medida, pode-se apontar que os recortes sub-regionais estabelecidos na historiografia fluminense em sua época pioneira ganhou nova versão nas pesquisas vinculadas aos programas de pesquisas universitárias, possivelmente explorando um jogo de escala peculiar à identificação de fatos singulares ou circunscritos, mas que são imbuídos de uma interrogação de alcance alargado.[66] Surpreende que no contexto da fusão das antigas unidades federativas ocorrida em 1975 e, desde então, de construção do novo estado do Rio de Janeiro, que promoveu no plano da organização política a integração entre a cidade e o antigo estado e que poderia se dirigir para uma leitura histórica da unidade regional, os rumos da historiografia apontaram para a valorização de abordagens locais e municipais e com o recorte das sub-regiões. Dito de outro modo, a pluralidade da democracia encontrou na historiografia regional um modo de promover a diversidade fluminense. Nesse percurso, a

63 Entre os títulos publicados pela APPH-Clio, além do livro de José Claudio Souza Alves, já citado, pode-se listar: BRAZ, Antonio Augusto & AMARAL, Tania Amaro. *De Merity a Duque de Caxias*: encontro com a história da cidade. Duque de Caxias: APPPH-Clio, 2010.; BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2011.; e do mesmo autor *A cor da Baixada*: escravidão, liberdade e pós-abolição. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2012.; e SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

64 Para uma análise dos dois periódicos, veja-se: BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra & SILVA, Eliana Santos da Silva. Pelo caminho das letras e do patrimônio cultural: culturas afro-brasileiras nas revistas de Duque de Caxias/RJ. *Odeere*. Vitória da Conquista, ano 1, n. 2, v. 1, julho–dezembro de 2016. http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1557/1342.

65 SILVA, Lucia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. *Recôncavo*, Nova Iguacu, v. 3, n. 5, p. 47-63, jul-dez 2013. Disponível em: https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/1280/pdf_14.

66 Se o argumento parte da historiografia da Baixada Fluminense, em alguma medida, também pode identificar o que ocorre no tratamento da história do Bale do Paraíba e da Baixada Campista, que podem ser conferidos em: SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*; Vassouras, século XIX; Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.; PENHA, Ana Lucia Nunes. *Nas águas do canal*: política e poder na construção do canal Campos-Macaé (1835-1875). Rio de Janeiro: APERJ, 2014.

memória e a história foram se distanciando, de modo que o passado deixou de ser o terreno do de culto do sagrado para ser objeto da crítica.

Consciência historiográfica

Diante do panorama traçado da historiografia fluminense, pode-se concluir que nada permite identificar propriamente uma escola ou tradição historiográfica particular. Ao contrário, a historiografia fluminense se apresenta como universo plural e variado.

Em primeiro lugar, caracterizam-se variações da operação historiográfica que relacionam de diferentes modos lugares sociais, práticas e escritas. De um lado, destaca-se a importância que o compromisso com a prática da erudição teve na afirmação da objetividade da interpretação histórica, colocando a crítica documental no centro do processo de construção de conhecimento. Em seguida, observa-se que a escrita escolar da história integrou o regionalismo ao culto da pátria, fazendo da leitura do passado recurso da pedagógica cívica. De resto, observou-se como a historiografia assentada na adequação da história e da memória, rompeu o antigo elo de identidade arrancando a memória da história, deslegitimando o passado vivido para tomá-lo como a fonte da compreensão crítica das estruturas da sociedade.

Nesse movimento, conforme indica Pierre Nora, instala-se o sentido da consciência historiográfica, capaz de demonstrar que a história não é uma operação inocente.[67] Assim, rompe-se a fronteira entre uma escrita da história memorialista e ou universitária, oposição fixada desde que José Honório Rodrigues cunhou os seus termos.[68] Essa distinção, ao final, serve mais para hierarquizar lugares sociais de produção de conhecimento histórico do que destacar a particularidade de operações historiográficas, que entrecruzam os sentidos da construção do conhecimento histórico e os diálogos entre história e memória.

Por fim, cabe salientar que o caráter plural da historiografia fluminense reside tanto nas variações historiográficas quanto na delimitação variada da região. O recorte regional da historiografia fluminense, ora identifica-se com a medida da sub-região, ora com a medida política do estado ou do município, variando as escalas e sua combinação. Essa variação demonstra que a escrita da história é uma das formas pelas quais se define a região como uma noção aberta à construção significativa, não podendo ser reduzida ao dado natural. Fundamentalmente, sublinha-se que a marca fluminense da historiografia se define pela representação de uma experiência histórica regional autônoma em

67 NORA, Pierre. *Entre memória e história... op. cit*.

68 RODRIGUES, José Honório. A historiografia memorialista e o Rio de Janeiro. In: COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

relação à cidade do Rio de Janeiro, atual capital estadual. A região se define por uma distância simbólica entre a capital e o território estadual que a envolve, encontrando na escrita da história uma fonte para a naturalização da separação das conexões regionais que carrega junto a dificuldade de compreender o centro político como elo de integração regional. Na tradição de pensamento, que passa gerações, é que o fato regional encontra sua dimensão. Pode-se dizer que a escrita da história fluminense elabora diferentes representações do espaço regional reunidas numa historiografia constituída pela força da tradição que só pode ser contornada pela consciência historiográfica.

Recebido em 2 de julho de 2020.
1º parecerista em 3 de julho de 2020.
2ª parecerista em 9 de julho de 2020.

A "PEQUENA MONTMARTRE" E A "PRINCESINHA DO MAR": REPRESENTAÇÕES DOS BAIRROS DA LAPA E DE COPACABANA NOS ANOS DE 1960

Cláudia Mesquita[1]
Muza Clara Chaves Velasques[2]

Resumo:

Tomando o urbano como representação da vida social, esse artigo objetiva discutir imagens narrativas da cidade do Rio de Janeiro através de crônicas e memórias sobre os bairros da Lapa e de Copacabana consolidadas na primeira metade dos anos de 1960. A criação do estado da Guanabara, em 1960, e as comemorações do IV Centenário da cidade, foi um período fértil para a produção de narrativas sobre a cidade, cuja dimensão simbólica mais evidente está associada a perda da sua função como cidade-capital e as grandes reformas urbanas sofridas. Os dois bairros destacam-se neste contexto por estarem historicamente associados ao discurso que estabelece " um jeito de ser carioca" baseado na "vocação" boêmia e cosmopolita da cidade do Rio de Janeiro, fixados nesse momento de expansão da memórias coletiva carioca.

Palavras-chave: Copacabana; Lapa; Crônica carioca; Memória coletiva; estado da Guanabara; boemia; IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro.

Abstract:

Taking the urban as a representation of social life, this article aims to discuss narrative images of the city of Rio de Janeiro through chronicles and memories about the neighborhoods of Lapa and Copacabana consolidated in the first half of the 1960s. The creation of the state of Guanabara, in 1960, and the celebrations of the IV Centenary of the city, it was a fertile period for the production of narratives about the city, whose most evident symbolic dimension is associated with the loss of its function as capital city and the great urban reforms suffered. The two neighborhoods stand out in this context for being historically associated with the discourse that establishes "a way of being carioca" based on the bohemian and cosmopolitan "vocation" of the city of Rio de Janeiro, set in this moment of expansion of the collective memories of Rio.

Keywords: Copacabana; Lapa; carioca chronicle; collective memory; state of Guanabara; bohemia; IV Centenary of the city of Rio de Janeiro.

Esse artigo tem por objetivo tratar de um período simbolicamente fecundo para a cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1960 e 1965, a partir de representações dos bairros da Lapa e de Copacabana[3]. Sabemos que as cidades se constituem de dimensões tanto simbólicas, quanto materiais e, nesse sentido, o que nos interessa aqui investigar é o imaginário das cidades, qualificado por

1 Doutora em História Social da Cultura pela UFRJ. Professora de História do Programa de Pós Graduação, Mestrado e Doutorado, da Universidade Salgado de Oliveira.

2 Doutora em História Social pela UFF e Docente e pesquisadora do Laps/ENSP/Fiocruz.

3 Este artigo tem como base centrais as dissertações de mestrado e teses de doutorado das autoras, indicadas na bibliografia ao final do texto

Michel de Certeau como " o ar artificial que respiramos" (CERTEAU, 1995, p.41). Esse "ar artificial", pulmão das "cidades invisíveis" de Ítalo Calvino (CALVINO,1990) nos convida a pensar o urbano como representação, na medida em que a cidade se configura como um objeto polissêmico, complexo, multifacetado, com diferentes visões de mundo e diversos níveis de entendimento. Desse modo, iremos abordar a cidade do Rio de Janeiro, sob o enfoque da história cultural urbana proposta por Sandra Jathay Pesavento, voltada para os "imaginários sociais que os homens, ao longo de sua história, puderam construir sobre as cidades" (PESAVENTO, 2002, p.9)

Entretanto, como nos chama a atenção Mauricio Abreu, a "memória da cidade" abarca um estoque de lembranças atreladas, obrigatoriamente, "a uma base material precisa, a um determinado lugar" (ABREU,2002). Lugar, definido por Milton Santos, como *lócus* do coletivo, do intersubjetivo, da memória coletiva (SANTOS,1994). Maria Stella Bresciani afirma que a cidade coloca o mundo na história e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais, pois, é na cidade que a história se exibe (BRESCIANI, 2002, pp.16-35). Marcel Roncayolo também destaca a natureza histórica da cidade, definida pelo autor como um lugar, por excelência, de encontro e intercâmbio entre os homens, definidores do perfil de cada cidade. (RONCAYOLO,1997, p.27). Desse modo, a cidade como objeto da história abarca uma "multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam a cidade na busca de cadeias de significados" (PESAVENTO, 2002, p.9).

Assim, de acordo com Renato Cordeiro Gomes, a única possibilidade de tornar as cidades inteligíveis, é detectando o fio condutor de seu discurso, o seu código interno. É cifrando-as e reconstruindo-as novamente, sem guardar a pretensão de restaurá-las na íntegra (GOMES,1994). As crônicas e as memórias nos abrem essa possibilidade, oferecendo vestígios e fragmentos de cidades perdidas ou que ficaram pelo caminho, no sentido proposto por Walter Benjamin, em suas reflexões sobre a natureza fragmentária das cidades modernas (BENJAMIN, 1989)

Como dissemos, os primeiros anos de 1960 foram notáveis na produção de imagens sobre a cidade do Rio de Janeiro, cuja dimensão simbólica mais evidente é a que está associada a sua qualidade de *cidade-capital*. Nesse contexto, o Rio viveu um *boom* de memória, para usar a definição de Jacques Le Goff sobre os períodos de grande expansão das memórias coletivas (LE GOFF,1984), e alguns fatores explicam esse fenômeno, entre os quais, a criação do estado da Guanabara, em 1960, e as comemorações do IV centenário do Rio, em 1965.

Com a transferência da capital, a perspectiva de autonomia política da cidade do Rio de Janeiro correspondeu à necessidade do estabelecimento de um

novo território com uma nova identidade política e cultural e mobilizou para isso mediadores, fixou marcos fundadores e mitos de origem na formação dessa "comunidade imaginada" (ANDERSON,1989). A perda eminente do tradicional estatuto de capital político-administrativa do Rio de Janeiro, correspondeu a um momento de reivindicação de autonomia política e cultural para o Rio, como parte de uma estratégia liderada pelo então governador Carlos Lacerda, no sentido de fixar a Guanabara como *estado-capital*, de acordo com a definição proposta por Marly Silva da Motta (MOTTA, 2000).

Nessa perspectiva, para Lacerda o novo estado seria herdeiro da tradição do Rio como *cidade-capital* (ARGAN, 1992), permanecendo como eixo da capitalidade brasileira, mesmo deixando de ser, de fato, a sua capital burocrática. A tradicional tensão entre o local e o nacional, subjacente à condição do Rio como cidade-capital, acirra-se nesse contexto de mudança do distrito federal para a recém-fundada Brasília. Se por um lado, a antiga função de capital parecia ter proporcionado ao Rio uma série de desvantagens: "a falta de continuidade administrativa, a falta de autoridade, grande momento do funcionalismo – onerando os cofres da prefeitura – e a não resolução de problemas fundamentais da cidade", segundo os argumentos de um balanço da primeira gestão do novo estado. Por outro lado, percebia-se vantagens propiciadas pelo passado de capital, que deveriam deixar saudades:

> [...] as vantagens de haver sido, por quase duzentos anos, Capital do Brasil: da Colônia, do Vice-Reino, do Império e da República, foram suficientemente grandes para compensá-las (as desvantagens) – as obras públicas, aqui executadas, desde o século XVIII, os monumentos, os edifícios, os cais, o porto, as vias férreas e as rodovias, que carregam para o Rio de Janeiro as riquezas de outros estados, as universidades, os teatros, os museus, as praças de esportes, os hotéis, e vários outros benefícios, que, aliados ao prestígio natural e a atração que a capital exerce, à beleza sem par de nossas montanhas e escarpas rochosas, às praias sedutoras, ao ar de metrópole, à ausência de espírito provinciano e de bairrismos, influenciam o espírito, a hospitalidade e a simpatia de seu povo (SILVA, 1965. p.164.)

A partir da valorização do passado e das tradições cariocas, cronistas, poetas, e memorialistas declaravam um alívio de o Rio deixar de abrigar uma incômoda e crescente burocracia do governo central. Diziam que, embora sem o estatuto político-jurídico de capital federal, o Rio era de fato a capital cultural do país. Para os bairristas cariocas bastava esse tipo de compensação, pois para a maioria, que diariamente se manifestava na imprensa sobre o assunto, era consenso que todos sairiam ganhando com a transferência da capital: "Quem tem Copacabana tem tudo" dizia o cronista Henrique Pongetti, em consonância com a afirmação de Jorge Amado: "O Rio continuará a ser a cidade mais ale-

gre do mundo". Outra manchete estampava: "Cecília Meireles, Gustavo Corção, Dinah Silveira de Queiroz, unânimes: 'Carnaval carioca é (e continuará sendo) o maior do mundo com ou sem capital' (MESQUITA, 2010, p.44)

Tanto em oposição a 'Novacap', como também ao desprestigioso título de 'Velhacap', nasceu a 'Belacap', versão idealizada de cidade cordial e amorosa construída nas areias de Copacabana, em oposição à terra vermelha do Planalto Central. Espelhada na decantada beleza natural da cidade, musa eterna do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade: "Minha cidade do Rio / Meu castelo de água e sol / A dois meses de mudança / Dos dirigentes de prol; / ... Rio antigo, Rio eterno, / Rio-oceano, Rio amigo / O governo vai-se? Vá-se! / Tu ficarás e eu contigo" (MESQUITA,2010, p.47).

Marca oficial, criada por Aloísio Magalhães, em comemoração do aniversário de 400 anos da cidade (Crédito: Prefeitura do Rio de Janeiro). Disponível em: http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/71-um-rio-de-muitos-janeiros/3364-o-rio-de-janeiro-em-seus-400-anos-de-fundacao Acesso em: 11de outubro de 2020.

A criação da Guanabara e as comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro corresponderam a um momento ímpar de "invenção de tradições" cariocas. Segundo Eric Hobsbawn e Terence Ranger, estas "tradições inventadas" fazem parte da complexa relação entre memória e história nas sociedades contemporâneas, e tendem a ocorrer com maior frequência "quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais velhas tradições foram feitas". O trabalho de Hobsbawn e Ranger preocupe-se em perceber, na "invenção das tradições", a instauração de um "conjunto de práticas... de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição fim de estabelecer uma

continuidade como um passado histórico apropriado" (HOBSBAWN; RANGER, 1984, p.12-13). Como nos chama a atenção Maria Inez Turazzi, "os centenários e suas celebrações têm uma história, com tempos e espaços que se entrecruzam, conjugando o passado, o presente e o futuro dos lugares materiais e simbólicos de sua existência" (TURAZZI, 2014, p. 2).

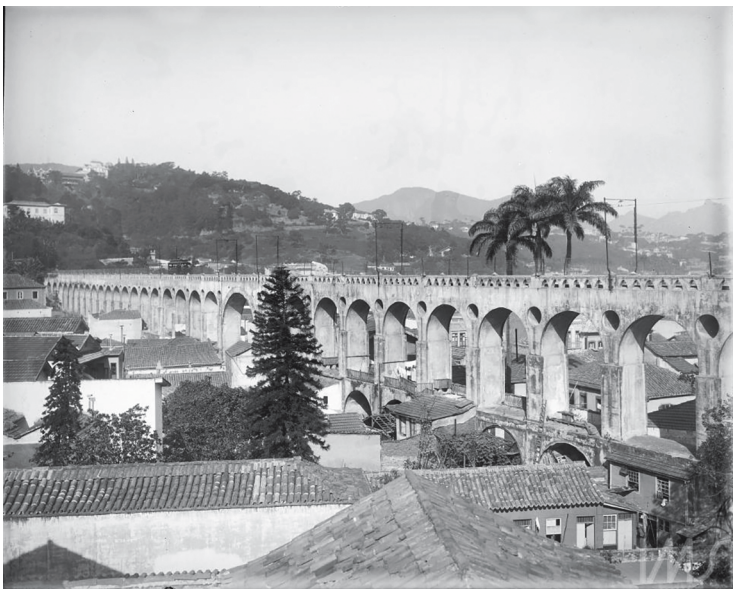
Capas de edições históricas da *Revista Manchete*:
A inauguração de Brasília, em 1960 e a eleição da Miss IV Centenário, Solange Dutra Novelli, em 1964.
Arquivo Pessoal: Maria Inez Turazzi.

Desse modo, o passado, o presente e o futuro da antiga capital federal e do novo estado da Guanabara se entrecruzam na constituição de uma memória coletiva para a cidade do Rio de Janeiro, no qual destacamos o papel dos cronistas e dos memorialista, como importantes mediadores desse empreendimento. A crônica, como um gênero literário capaz de falar das coisas miúdas, do cotidiano transitório e efêmero, da vida ao "rés do chão", como pontuou Antonio Candido (CANDIDO, 1992), configurou-se, nos anos de 1960, como um gênero literário genuinamente carioca, representada por Rubem Braga, Manoel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, Raquel de Queiroz, Clarice Lispector, Henrique Pongetti, Antônio Maria, Sérgio Porto, Elsie Lessa, Marques Rebelo, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, entre outros. No universo temático desses cronistas predominam lembranças e reminiscências do passado reconfiguradas em uma percepção do moderno, valorização das relações humanas e afetivas, vinculadas a trama cotidiana da cidade e dos seus habitantes (MESQUITA, 2016, p.207)

A imprensa, *habitat* natural da crônica, foi um celeiro de ideias e estratégias de constituição simbólica da cidade do Rio de Janeiro, a partir, sobretudo, da projeção da crônica que, através da sua "capacidade de traçar o perfil do mundo e dos homens"(CANDIDO, 1992: 22), ajudou a fixar elementos com que o Rio viria a ser identificado dentro e fora do país. Nesse sentido, a imprensa contribuiu na consolidação do Rio como uma "comunidade de sentimentos", na qual o fator de inclusão é dado por um "*estado de espírito*", conforme sugeriu o poeta carioca Vinícius de Moraes (MORAES, 1992).

Da Lapa à Copacabana: a trajetória da boemia carioca

Andar distraído pela cidade significa fazer – e sentir-se – parte dela. É conseguir perceber algo mais do que apenas ruas, prédios e pessoas apressadas em seu ir e vir diário. É poder construir um olhar muito íntimo e próximo do cotidiano, dos hábitos e da cultura daquela realidade social recebedora da nossa "distração". Podemos assim, através desse olhar, tornarmo-nos observadores contumazes, fabricadores possíveis de um outro tipo de registro que se difere e se distância das formas de se retratar os espaços urbanos que estão afastadas de um "olhar de dentro", olhar este que nos torna sensíveis ao resgate de nossa memória social e histórica.



Aqueduto da Carioca, conhecido como Arcos da Lapa. Gilberto Ferrez, 1905. / Instituto Moreira Sales. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/7984. Acesso em: 11 de outubro de 2020.

Como vimos, as imagens da cidade e seu povo não se cristalizam apenas a partir de um traçado urbano, prédios ou movimento. Dependem também, e em grande parte, das simbologias recorrentemente empregadas para definir seu caráter. Uma das marcas da cidade do Rio de Janeiro parece ter sido durante muito tempo associada à boêmia: hora como como a cidade alegre, cosmopolita, com um povo esperto, festivo e acolhedor; hora como a cidade do ócio, da malandragem, dos excessos e do perigo. Tomemos os bairros da Lapa e de Copacabana como fundamento para as nossas reflexões: esses bairros tiveram seus registros literários memorialísticos e por meio de crônicas, destacadamente nos anos de 1960. Como tudo em sociedade, as tradições retratadas sobre eles não se *inventaram* do nada. Ao tomarmos a Lapa como exemplo podemos inferir que as imagens que a forjaram como o bairro boêmio da cidade do Rio de Janeiro nos anos 30 e 40, podem ser datadas dos inícios dos anos 20, sendo reforçadas ao longo dos dois decênios seguintes. São essas imagens que vão fornecer os elementos fundamentais para que nos anos 1960 uma releitura do bairro pudesse ser feita consolidando uma certa "vocação" do local.

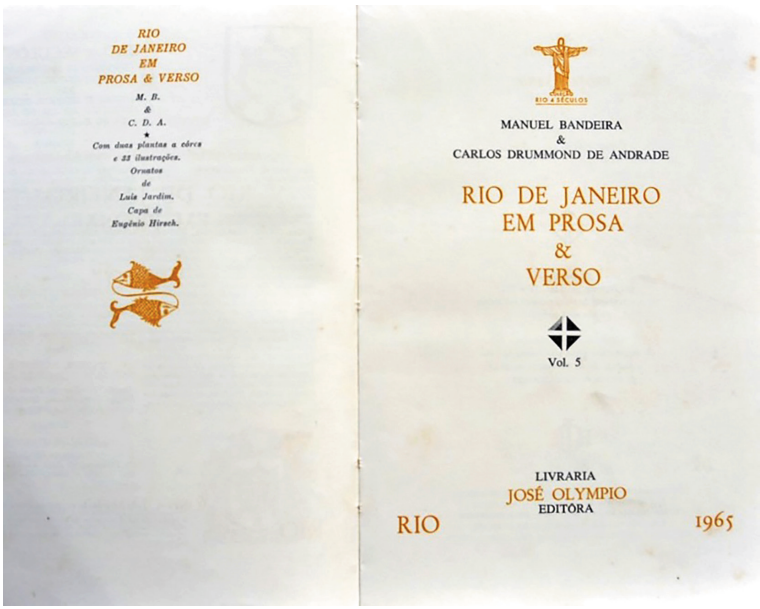
Não é casual que isso tenha acontecido nos anos de 1960, quando a perda da função de capital retirou do Rio a sua centralidade em relação ao país, estimulando assim a busca no passado de traços que redefinissem a identidade carioca. Os traços fortemente invocados por uma diversidade de escritores não surgiram do vazio. Revalorizar o lado boêmio do Rio, conotando-o positivamente, era uma resposta a um discurso que apontava para certo parasitismo da ex-cidade capital e de seus habitantes.

Este discurso de ataque construído desde os anos 20, revelava as disputas culturais e políticas tanto da intelectualidade quanto dos diferentes grupos políticos que disputavam a direção e o prestígio na liderança do país. A cidade de excessos, da perda de controle, ameaçava de forma avassaladora os valores da "ordem" e do "trabalho", tão caros a tais discursos. A Lapa emerge aí como representante privilegiada desses excessos, por vivenciar em seus espaços uma "carnavalização" cotidiana (VELASQUES, 1995). É significativo, portanto, que no campo urbanístico a primeira gestão de governo do estado da Guanabara – Carlos Lacerda (1961 – 1965) – tenha se caracterizado principalmente pela intervenção direta na "questão viária", dando continuidade às práticas implementadas pelo distrito federal.

Algumas reformas, iniciadas na década de 1950 e concluídas, em muitos casos, apenas na década seguinte, atingiram drasticamente o bairro da Lapa, desfigurando sua antiga fisionomia. Entre estas obras, destacam-se os trabalhos de desmonte do Morro de Santo Antônio, que vão permitir a abertura da Av. Chile no local da nova esplanada. Com esta via expressa, o tradicional e famoso Largo da Lapa e suas adjacências são completamente alterados. Muitas destas

obras têm origem em antigos projetos, mas havia também um novo plano diretor para a recém-criada Guanabara, que foi encomendado para coordenar as intervenções urbanísticas do primeiro governo estadual. Tratava-se do "Plano Doxiadis", que foi parcialmente posto em prática ainda na gestão Lacerda.

Tanto a transferência da capital, como a continuidade das reformas urbanas, vai ter um grande peso sobre o forte sentimento "saudosista" que toma conta da cidade, ainda mais acentuado pelas comemorações do IV Centenário de sua fundação. Como é próprio dos momentos de comemorações, neste também pode ser encontrado um grande número de publicações sobre a história da cidade e outras tantas obras de diversos memorialistas. Estes trabalhos, oficiais ou não, fazem um balanço, traçam reflexões, expressam a saudade e fixam a memória de uma cidade que aos poucos deixaria de existir e que devia, por isso mesmo, ser reconstruída material e simbolicamente.



BANDEIRA, Manuel; ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rio de Janeiro em prosa&verso*. V.5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. Disponível em: https://www.miguelsalles.com.br/peca.asp?ID=1829220. Acesso em 11 de outubro de 2020.

O bairro da Lapa tem destaque neste conjunto de publicações dos anos 60, com um significativo número de obras a ele dedicadas. Antes, os escritos sobre o bairro já existiam, mas não passavam normalmente de crônicas esparsas, ou referências em textos sobre outros temas. Agora, o tratamento é outro; é essencialmente sobre o bairro e principalmente para recordar os "áureos tempos" da

década de 1930. Escreve-se para mostrar que, apesar de todas as transformações seguidas, a lembrança dos saudosos e a memória coletiva da cidade sobre a Lapa sobreviviam. E, buscando resgatar um período marcante de suas vidas, os autores destas obras acabam por formular uma visão "positiva" do bairro. Nesta perspectiva, é constante a presença de uma evocação ao tempo ideal, balizado pela nostalgia e pela esperança de reviver os velhos tempos. Raul Girardet, em seu texto "A Idade do Ouro", procura entender a força deste tipo de imagens ao apontar que em oposição à (VELASQUES, 1995):

> [...] imagem de um presente sentido e descrito como um momento de tristeza e decadência, ergue-se o absoluto de um passado de plenitude e de luz. Resulta do quase inevitável: cristalizando ao seu redor todos os impulsos, todos os poderes do sonho, a representação do "tempo de antes" tornou-se mito. E mito no sentido mais completo do termo: ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e imagem mobilizadora. (GIRARDET,1987. p.98)

Segundo a lógica dos autores de obras sobre a Lapa, ao entrar no processo de decadência, o bairro sofre transformações profundas. Desta forma, o destaque de um glorificado "tempo de antes" é necessário a qualquer proposta de recuperação do bairro. Voltando a Girardet:

> Com algumas nuanças, todo sonho, toda recordação, toda evocação de uma idade de ouro qualquer parece, com efeito, repousar sobre uma única e fundamental oposição: a do outrora e do hoje, de um certo passado e de um certo presente. Há o tempo presente e que é o de uma degradação, de uma desordem, de uma corrupção das quais importa escapar. Há por outro lado, o "tempo de antes" e que é o de grandeza, de uma nobreza ou de certa felicidade que nos cabe redescobrir. (GIRARDET,1987, p.105)

Entre o conjunto de obras sobre a Lapa publicadas nos anos de 1960, selecionamos *Roteiro da Lapa ... e outros roteiros*, de Alberto Deodato; *Noturno da Lapa*, de Luís Martins; *Antologia da Lapa: vida boêmia no Rio de ontem*, de Gasparino Damata; e *Adeus Lapa*, de Hernani Irajá[4]. A condição de intelectuais – enquanto jornalistas, literatos ou estudantes – e sua auto caracterização como boêmios na Lapa durante a juventude, parecem ser os dois traços que unificam as trajetórias desses autores.

Na Paris analisada por Michelle Perrot (PERROT, 1991), são os jovens estudantes que, chegando à cidade para cursar direito ou medicina, acabavam por prolongar suas estadias, formando a "tribo boêmia". Para classificar os diferentes componentes da boêmia, Perrot toma como referência o texto clássico de

4 DEODATO, Alberto. *Roteiro da Lapa e outros Roteiros*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1960. MARTINS, Luís. *Noturno da Lapa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. DAMATA, Gasparino. *Antologia da Lapa: Vida Boêmia do Rio de Ontem*. Rio de Janeiro, Leitura, 1965. IRAJÁ, Hernani. *Adeus Lapa*. Rio de Janeiro, Record, 1967

Henry Murger, localizando, em contraste com os artistas, o grupo dos boêmios "amadores", que podem ser tomados como paradigmas do comportamento dos intelectuais que viveram e recordaram a Lapa. Sem se distanciarem de suas atividades como intelectuais, estes boêmios tomam locais públicos noturnos para suas discussões e produção, aproximando-se das classes populares já que são elas que tradicionalmente ocupam estes locais.

Os autores com os quais trabalhamos definem-se como boêmios. O que era então, para eles, esta boêmia? Em primeiro lugar, como já observamos, é de sua juventude que nos falam, e através dela retornam à Lapa de outrora. Têm em comum a condição, naquele instante em que viveram e frequentaram o bairro, de acadêmicos ou profissionais em início de carreira, caracterizando-se por estarem voltados para as letras, mesmo que alguns tivessem mais tarde optado por carreiras mais técnicas. É do convívio com jornalistas, literatos e artistas que estes jovens rapazes estavam a procura.

É na Lapa que estes jovens vão encontrar o espaço para os calorosos debates intelectuais de suas gerações. São boêmios, mas antes de tudo intelectuais. Lembrar desta época de suas vidas era, portanto, lembrar de uma juventude distante, passageira para homens cujos contornos da vida madura serão dados pelos modelos antes rejeitados: consolidaram-se profissionalmente e constituíram família. Luís Martins enumera companheiros de sua geração e de outras, íntimos do autor ou de passagem mais rápida pelo bairro, como Murilo Miranda, Rubem Braga, Carlos Lacerda, Moacir Werneck de Castro, Lúcio Rangel, Lasar Segall. Esta frequência ilustre também é citada nas obras de Alberto Deodato, Hernani Irajá e Gasparino Damata: Ribeiro Couto, Menotti del Picchia, Martins Fontes, Procópio Ferreira, Dante Milano, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Cândido Portinari, entre muitos outros, estão presentes em suas memórias.

Esses jovens boêmios percorriam um roteiro próprio, aceito por todos, que começava pelas modestas pensões do bairro, onde inaugurava-se aquele estado de espírito, em que a escolha de uma vida com poucos recursos era flagrante. É o que nos mostra Alberto Deodato. (DEODATO,1960, p. 14)

> Poucos nomes ilustres da minha geração, com residência no Rio, não passaram pela Rua da Lapa 95. A nossa pensão [...] Passaram. Moraram. Visitaram. Viram. Pisaram os degraus da entrada [...] ilustres, líderes intelectuais e políticos, banqueiros, deputados. E apesar de pensão de estudantes pobres, forneceu contingente apreciável à diplomacia [...] Vida sadia, mas de uma modéstia operária. Umas caminhas de ferro. Folhinhas na parede. Mesa tosca de estudo. Lâmpadas veladas por jornal velho. Chuveiro comum. À falta de guarda-roupa, cabides nos pregos da parede, com jornal contra a poeira, nos mais cuidadosos. O vinco da calça era feito pelo travesseiro que, à noite, a cobria, cuidadosamente dobrada.

Frequentar a Lapa, e principalmente morar nela, fazia parte deste roteiro que começava no dia a dia das pensões baratas e se estendia a noite pelos cafés e bares do bairro. Com ou sem garçonetes, música ou shows, bebiam em meio a muita conversa. A frequência destes estabelecimentos crescia especialmente após os horários de trabalho, reunindo estudantes, jornalistas, funcionários públicos, comerciários, entre outros. (IRAJÁ,1967, p. 103)

Alguns lugares, entretanto, estavam fora desta rotina boêmia, pois representavam um outro tipo de diversão noturna, rejeitada nas lembranças dos autores. Apontados como locais de pouca frequência pelos boêmios "saudáveis", encontravam-se os cabarés e as casas de jogos, por exemplo.

> Mui raras vezes entrei em cabaré, mais por companheirismo e nunca tive a curiosidade de conhecer uma noite. Nunca um beberrão entre nós. Dois apenas enraizaram-se em alguns clubes de jogos. A esses, quando o pano verde os prendia com garras do vício, nós os intensos a carteados o a roleta, lá os deixávamos e saíamos para outros cenários. (IRAJÁ,1968. P8)

Por pouco crível que seja tal inocência – aliás o próprio autor, em outras passagens desmente qualquer impressão de diversão ingênua ao fazer questão de afirmar a distância que estabelecia com os espaços cercados pelo vício e perversão, o jovem intelectual mostra claramente o muro que levantava ante uma outra Lapa não tão sadia. Esta outra Lapa tem como referências as figuras populares do bairro, também associadas à vida noturna. Malandros e prostitutas são vistos, na verdade, como componentes de um cenário, pano de fundo para os intelectuais boêmios, estes sim os atores principais. O cenário é importante enquanto pitoresco, misterioso ou mesmo como fonte de inspiração. Luís Martins demonstra bem esta ambígua relação ao tratar de um malandro da época como "aterrorizador" e, ao mesmo tempo, "fascinante" (1964.p.32). Já Alberto Deodato (1960.p.24) faz referência ao "malandríssimo acafajestado dos naturais da Lapa", tão distinto dos hábitos e maneiras dos personagens da boêmia intelectual

O intercâmbio entre intelectuais e figuras mais populares do bairro é mediado por uma relação de distanciamento, separação dos espaços e convivência contemplativa. Embora longa, citação de Luís Martins é por demais esclarecedora:

> O melhor seria dizer que havia duas Lapas: a pública, a evidente, a urbana, com seu comércio, as suas lojas, os seus restaurantes, os seus bares, os seus cabarés, intensamente iluminada e com um grande trânsito de veículos; e a outra, secreta, escondida, suburbana, insinuando-se pelas ruelas escuras na encosta do morro de Santa Tereza [...] Não terei a hipocrisia de dizer que esta Lapa não frequentamos; mas, para os propósitos, fins e caráter deste livro, ela pouco ou

> nada interessa; nela jamais se firmou e caracterizou aquele espírito de grupo, de sociabilidade, de boêmia coletiva, que definia a nossa convivência nos bares.(MARTINS, p.141)

Quanto a essa possibilidade de contemplação da vida noturna "subterrânea", a escolha do bairro da Lapa como local de confraternização intelectual pode ser vista também em função de uma perspectiva de aproximação com os modelos vividos pela intelectualidade europeia, aos quais nos referimos através do trabalho de Michelle Perrot. Mais um aspecto positivo da Lapa, aos olhos dos intelectuais que a frequentavam: ela deixa de ser um local obscuro e passa a concretizar uma transplantação do ambiente intelectual europeu.

No conjunto de imagens que constrói a boêmia experimentada pelos autores aqui citados, o bairro da Lapa é apresentado a partir de características que ressaltam suas diferentes qualidades. A referência à origem ilustre do bairro é constantemente mencionada através da lembrança da hospedagem corriqueira de políticos de várias regiões do país em seus hotéis. A Lapa transforma-se então no abrigo das grandes decisões políticas do Distrito Federal. Nela, articulam-se campanhas, combinam-se estratégias políticas. Nela resolvia-se a vida política nacional: "O destino da nação palpitava no coração da Lapa." Neste sentido, reforça-se – para os homens que viviam no antigo distrito federal nos anos de 1960 – o esvaziamento do papel tradicional da cidade do Rio de Janeiro como centro da nação. E a Lapa era, neste caso, um lugar síntese da capital e, como ela, estava igualmente esvaziada

Políticos, militares de alta patente, ministros, banqueiros, fazendeiros de Minas, São Paulo e do Sul, tiveram suas passagens registradas pelos memorialistas da Lapa. Chegavam de longe para conhecer pessoalmente o bairro e, especialmente, seus cabarés com uma frequência cosmopolita, e suas mulheres, referendadas como os melhores do "mercado". Por isso, os autores lamentam a injusta fama que a Lapa adquiriu ao ser vista como "antro de malandros, bandidos, desordeiros, marginais", e exaltam uma Lapa onde as grandes noitadas são a maior referência. Estas características – origem nobre e referência boêmia – serviram de base para o argumento que reforça o lado pitoresco da Lapa, elevada a ponto importante na história da cidade do Rio de Janeiro e, por consequência, do país.

Os anos finais da década de 1930 e a década de 1940 são marcados por processos que, segundo os memorialistas dos anos de 1960, evidenciam o declínio da importância do bairro como local da boemia carioca por excelência: a repressão policial; os ventos da Segunda Guerra e as luzes de Copacabana.

Indo além, acrescentam um segundo motivo da decadência: a guerra. E com a guerra, novos habitantes e habitues vinham para o bairro. Mas, o proble-

ma não era simplesmente um incremento no número de pessoas que circulavam pela Lapa. Tratava-se do aparecimento de um novo tipo de frequentador: o "gringo". O estrangeiro significaria uma invasão, uma "poluição", que, ao descaracterizar a Lapa, privava-lhe a identidade profundamente carioca:

> O que apressou mesmo o extermínio de nossa pequena Montmartre improvisada nos trópicos foi a guerra [...] No tempo da guerra, o Rio transformou se numa base de operações da frota norte-americana do Atlântico Sul e vivia sempre cheio de louros marinheiros com muitos dólares e ansiosos por gastá-los numa terra que era um oásis passageiro em sua rota de aventuras, sacrifícios e perigos [...] Naturalmente, invadiram a Lapa [...] Isto porém, descaracterizava, modificava, desfigurava profundamente a fisionomia do bairro; uma Lapa ianquizada era impossível [...] A Lapa nunca foi lugar para turista. Nas suas bibocas puxadas a música e chope, era justamente o carioca que se entocava para encontrar a alma típica da cidade. [...]Aqueles gigantes louros, ingênuos e risonhos como crianças, deram à Lapa a fisionomia de um de um bar cosmopolita de Copacabana. (MARTINS,1964, pp149-151)

Os elementos externos, por representarem uma ameaça à Lapa boêmia, aparecem nestas lembranças em oposição ao típico, à verdadeira identidade local, à população carioca. Não é fortuita também a comparação com Copacabana, aproximada por Luís Martins do estrangeiro. Se a guerra, com a chegada dos filhos do "Tio Sam", acelera o processo de decadência iniciado com a repressão à prostituição, é o crescimento de Copacabana e seu poder de atração que, por oposição, selarão a transformação da Lapa.

> Depois de 1940, Copacabana iniciou a fase mais intensa de seus primeiros music-halls, inferninhos e boites. Aos poucos foi roubando a melhor frequência dos bares e cabarés da Lapa. Alguns boêmios de alto coturno, bons bebedores farristas, mudavam de pouso. (IRAJÁ,1968, p.46)

O que aconteceu foi uma espécie de êxodo em massa para Copacabana, especialmente por parte dos intelectuais que faziam as noites da Lapa. O bairro de Copacabana vai representar, a partir daí, uma nova prosperidade para o Distrito Federal. Em seus luxuosos hotéis instala-se um novo tipo de boêmia, mais de acordo com o padrão de comportamento que começa a contagiar a sociedade brasileira: o *american way of life*. Em pouco tempo, por volta de 1940, "as noites de Copacabana eram o tempo presente – e as da Lapa, já passado; um pouco de mim nelas morreu e começava a se tornar memória." Luís Martins faz questão de ressaltar que esta passagem da Lapa boêmia para a Lapa da memória não se deveu a qualquer mudança física de maior porte no bairro, mas sim a uma transformação de caráter "espiritual". Durante a década de 40, o bairro da Lapa subsistia, com suas velhas casas, seus cafés e cabarés:

> O que se extinguia aos poucos era a sua alma, esse misterioso espírito dos lugares que lhes dá autonomia, personalidade e caráter. A Lapa se despia de sua fulgurante fantasia boêmia de Pigalle, com que se disfarçara durante um carnaval de dez anos, para entrar numa quaresma de marasmo, pobreza e melancolia. (MARTINS, 1964, p.131)

A década de 1960 representaria então a concretização da desestruturação da alma boêmia do bairro, já que se somava a ela uma desfiguração física. Morta a alma, desfigura-se o corpo. A desfiguração do corpo completaria a decadência de um "modo de ser" carioca, antes guardado na Lapa.

> A Lapa morria mais uma vez em mim. Aquele clima de compreensão mútua, de convivência saudável, de solidariedade fraternal só pudera existir em um momento e numa determinada atmosfera, não podia ser transplantado para outras regiões do tempo e do espaço. A Lapa fora um instante mágico e único em minha vida. Irreproduzível. Irreversível. (MARTINS,1964, p. 167)

Copacabana: a herdeira cosmopolita de uma Lapa boêmia

O memorialista Gastão Cruels dizia que "cada um, dentro da grande cidade, tem a sua pequena cidade", porém, embora o Rio de Janeiro fosse a "grande cidade de todos nós", observa a escritora Eneida, em seu livro sobre Copacabana escrito nos anos de 1950, esse bairro para cada um de seus moradores era "a sua cidade". Para o cronista Sérgio Porto, Copacabana era mais do que uma 'pequena cidade', era o seu grande país, de onde não gostava de sair nem para ir à Ipanema, como costumava dizer. (MESQUITA,2008)

Praia de Copacabana. Augusto Malta/ Acervo Fundação Museu da Imagem e do Som.

De acordo com Zuza Homem de Mello, "Copacabana bastava-se a si mesma... tinha vida própria... era uma verdadeira república dentro do Rio de Janeiro, orgulhosa do seu estilo de vida, libertária e sem concorrentes... tinha também música própria, o samba-canção" (MELLO, 2018:29). Síntese de um Rio moderno e cosmopolita, o bairro de Copacabana chega aos anos de 1960 completamente diferente da cultura *belle époque* francesa do centro do Rio, e já consolidada como um bairro boêmio a partir da onda migratória do centro da cidade para os bares, cassinos e boates de Copacabana, a partir dos anos de 1940.

Durante a guerra, a vida noturna carioca era uma das mais efervescentes do mundo, graças à liberação dos cassinos durante o Estado Novo, responsáveis pela grande movimentação financeira de Copacabana. No Cassino Atlântico, localizado no posto 6, e no Cassino do Hotel Copacabana Palace, além do jogo, havia grandes produções de espetáculos, atraindo o chamado *grand monde* da capital federal, feito de uma mistura de artistas, elite local, jogadores e aventureiros de todas as nacionalidades, gente que ajudava a construir o traço lendário de um bairro cosmopolita. Copacabana também viveu os reflexos da ascensão do nazifascismo no mundo, recebendo em seus hotéis e pensões levas de europeus fugindo das zonas de guerras, principalmente judeus, contexto que, dada a diversidade humana e de costumes, ajudou a fixar o bairro como lugar 'babilônico' e cosmopolita.

Praia de Copacabana nos anos de 1940. Disponível em: https://copacabana.com/fotos-classicas-1900-1950. Acesso em: 11 de outubro de 2020.

Prédio do Cassino Atlântico no Posto 6 em Copacabana Disponível em:
https://plataformablg.wordpress.com/2015/03/25/cassino-atlantico-2/
Acesso em: 11 de outubro de 2020.

Assim, ao final dos anos de 1940, Copacabana se tornara uma grande utopia urbana, oferecendo muito além do mar e de uma opção de moradia, o sonho de estar inserido na modernidade e tudo o que isso representa em termos de inclusão sociocultural. A música popular não deixou passar em branco esse momento, fazendo do bairro a musa inspiradora de uma série de suas canções, entre as quais o antológico samba-canção "Copacabana", de autoria de João de Barro, em parceria com Alberto Ribeiro, composta em 1944 e gravada em 1946 pelo cantor e pianista Dick Farney. A partir dessa data, o interprete deixou de cantar só em inglês e transformou-se na voz dos sambas românticos que embalaram a enfumaçada Copacabana desse período. (SEVERIANO, 1997:245) Segundo Joaquim Ferreira dos Santos,

> A voz de Dick, natural, sem empostação, parecia dizer a letra no ouvido da pessoa amada. Era música para dançar juntinho, tudo elegante e perfeito para um novo tipo de lazer que surgia no Rio: a boate de Copacabana.[5]

5 Joaquim Ferreira dos Santos. Disponível em. https://radiobatuta.com.br/programa/joaquim-ferreira-dos-santos. Acesso: 11 de outubro de 2020.

Existem praias tão lindas
Cheias de luz
Nenhuma tem o encanto que tu possuis
Tuas areias, teu céu tão lindo
Tuas sereias, sempre sorrindo
Copacabana
Princesinha do mar
Pelas manhãs tu és a vida a cantar
E à tardinha o sol poente
Deixa sempre uma saudade na gente
Copacabana
O mar eterno cantor
Ao te beijar ficou perdido de amor
E hoje vive a murmurar só a ti
Copacabana
Eu hei de amar.

Disco da Gravadora Continental. Disponível em:
https://radiobatuta.com.br/programa/copacabana-2/
Acesso em: 11 de outubro de 2020.

O "bairro-cidade", que se orgulhava de ter tudo que uma cidade exige, ajudou a criar uma "mentalidade copacabanense" fundada no conceito de autossuficiência, que passa a se aplicar também ao campo da cultura e resulta em um sentimento de autonomia e de superioridade em relação aos outros bairros do Rio. Nessa perspectiva, o túnel Novo, e depois o Túnel Rebouças, representaram uma clivagem imaginária entre a zona norte e a zona sul, dividindo a

cidade em "antes do túnel e depois do túnel", o que fazia com que o morador de Copacabana, ao atravessá-los se sentisse como se "chegasse a casa" e ao sair, "como se tivesse iniciando sua grande viagem, partindo". (MESQUITA, 2008)

Augusto Malta. Fachada do Hotel Copacabana Palace, 5 de julho de 1925.Rio de Janeiro, RJ/Acervo IMS. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/?p=18036http://brasilianafotografica.bn.br/?p=18036 Acesso em: 11 de outubro de 2020.

Além de constituir-se como centro comercial, Copacabana marcou o deslocamento da tradicional boêmia da Lapa e do Estácio para a zona sul, estabelecendo-se como principal circuito boêmio e gastronômico da cidade. Isso consolidou um processo iniciado na segunda metade dos anos de 1940 com o fechamento dos cassinos e com as intervenções urbanas do então prefeito Henrique Dodsworth (1937-45), que atingiram particularmente os antigos redutos da boemia e da malandragem carioca, com a derrubada de prédios, abertura de novas avenidas, fechamento de estabelecimentos e prostíbulos.

Assim, a vida noturna de Copacabana foi se ampliando e se expandindo em torno de alguns eixos principais, dentre eles, o Hotel Copacabana Palace, muito em função da sua boate, o *Golden Room* e o Teatro Copacabana. Palco que marcou época e ajudou a fixar o bairro no contexto teatral da cidade como fiel ao gênero *boulevardier*, caracterizado, em linhas gerais, como de espetáculos alegres.

Sérgio Porto e a esposa Dirce, em evento no *Golden Room* do Copacabana Palace, início década de 1950. Arquivo pessoal Angela Porto.

Nas ruas próximas ao hotel Copacabana Palace, uma série de bares e boates foi se concentrando, como o *Maxim's*, na esquina da avenida Atlântica com Hilário de Gouveia, um bar frequentado por artistas e intelectuais que, egressos da boemia do centro, estavam inaugurando pela primeira vez a zona sul como ponto de encontro. Nas ruas Rodolfo Dantas e Duvivier, no Lido, um reduto boêmio e musical também marcou época como lançador de artistas e movimentos musicais, principalmente, em torno da boate *Bottle's*, apelidada por Stanislaw de "A Catedral da Bossa Nova". Esse local fez fama como 'beco das Garrafas', em função dos variados objetos, inclusive garrafas, arremessados pelos vizinhos insones, incomodados com as madrugadas intermináveis, nas quais "tudo era música, bebida, papo livre, ensaios, promessas, talentos circulando à procura de um apoio". (MATOS, 1997: 27)

Elis Regina, ao lado de Salvador, Don Um, e Zé Luís, na boate Bottle's no Beco das Garrafas, Copacabana. Disponível em: https://www.rolecarioca.com.br/post/46/vida-longa-ao-beco-das-garrafas.html. Acesso em: 11 de outubro de 2020.

Do Leme também vão surgindo as cantinas, boates, restaurantes típicos, bares, que têm de preferência nomes franceses, confirmando a resistência da influência francesa nas noites da Copacabana dos anos 50, apesar da vinda do '*boy*', que um dia tomará o emprego do '*garçon*', do '*okay*' dos '*bigs*'. O galicismo, que desde o pós-guerra vinha se retraindo, "acabou imperando apenas no '*restaurant*', no '*menu*', no palavreado dos '*maitres*', avalia o cronista Stanislaw Ponte Preta, em artigo sobre a "Influência francesa no carioca".

> Se você quiser comer um delicioso '*escargot*', dirija-se para a rua Constante Ramos, em Copacabana, e terá os caramujos à sua disposição, no '*La cloche D'Or*', se, ao contrário, você deseja um '*coq au vin*', entre no '*La Cremaillére*', que fica na avenida Atlântica ao lado do Cine Rian... Mas no caso do cinema... este é Rian porque a dona do prédio é dona Nair de Teffé, cuja resolveu batizar o cinema com seu próprio nome invertido. Tudo numa '*boite*' é francês, desde as músicas, embora o samba e o fox também sejam tocados, até o '*toilette*' (aliás, banheiro), passando pelos nomes dos empregados.[6]

No Leme se concentravam as boates mais sofisticadas, entre as quais, a Vogue e o Sacha's, "lugar de grã-fino" onde corria muito dinheiro, e os porteiros eram tão solícitos que conseguiam "tirar o quepe com uma mão, abrir a porta do carro com outra e receber a gorjeta com outra", dizia Stanislaw. A Vogue, de propriedade do barão austríaco Stuckart, ficava na avenida princesa Isabel com a praia; foi completamente destruída por um traumático incêndio, em 1955. O Sacha's sobreviveu por muito mais tempo ajudando a construir o próprio conceito de boate, assim definida por Stanislaw Ponte Preta:

> *Boite*, teoricamente é o lugar onde o grã-fino se diverte, praticamente é um botequim de luzes apagadas, medicinalmente é um excelente local para intoxicações, quer estomacais, quer intestinais, comercialmente é um grande negócio e geograficamente é uma pista de dança cercada de mesas por todos os lados... se dividem – tal como as costelas – em fixas, falsas e flutuantes. Fixas são aquelas que pertencem a hotéis e, por isso mesmo, tanto faz dar lucro como prejuízo que estará sempre funcionando... As flutuantes são aquelas que abrem na raça e depois o proprietário vê que o rebolado é diferente e então fecha.... Finalmente as falsas são aquelas abertas com o rótulo de *boites*, não passam de espeluncas[7]

Próxima ao Leme, mas muito distante em relação ao tipo de frequentadores, a rua Prado Júnior, no começo de Copacabana, se constituiu em outro polo importante da boemia copacabanense, caracterizada pelos chamados pés-sujos, restaurantes de comida barata, imortalizados no famoso beco da Fome, hoje

6 PONTE PRETA, Stanislaw. A influência francesa no carioca. *Produção intelectual*. Arquivo Biográfico Sérgio Porto. Acervo do AMLB, da Fundação Casa de Rui Barbosa.

7 PONTE PRETA, Stanislaw. Reportagem de bolso. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 21 maio 1956. Tabloide.

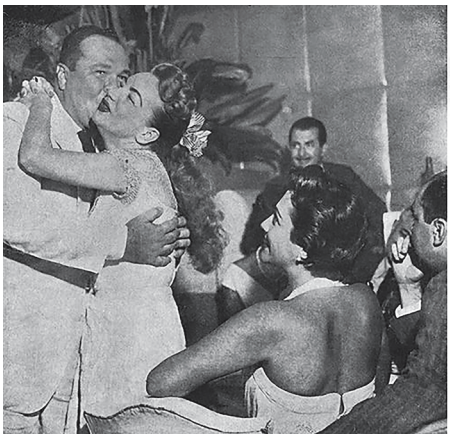
também extinto. Esse núcleo boêmio era também formado por bares e boates eróticas, denominadas de "inferninhos", definidos como antros barulhentos, enfumaçados, repletos de cafetões, prostitutas, estrangeiros e com *shows* de *strip tease*, lugares que "o diabo não frequenta... com medo de ficar desmoralizado", pontifica Stanislaw. Assim, no momento em que a onda migratória da boemia carioca, abandona os tradicionais bares e restaurantes do centro, quem se arriscaria a construir uma boate fora de Copacabana? – indaga um cronista da época, tecendo loas à efervescência noctívaga do bairro.

> Cantoras nacionais e estrangeiras, músicos, *shows*, cortam as noites de Copacabana. Em algumas boates as danças furam madrugadas, e o uísque – sempre a subir de preço – dá alegria a casais e mais casais que se divertem. Restaurantes franceses, restaurantes nacionais, portugueses, húngaros, russos, chineses etc. todos apresentam, em cardápios especiais, comidas especiais. O copacabanense sabe onde comer o melhor *strogonoff* ou a melhor carne de sol.
>
> Noctívagos de todas as partes da cidade vêm buscar diversão em Copacabana. 'Depois de certa hora, e principalmente em certos dias, ônibus e lotações, automóveis particulares e táxis, despejam, vindos de todas as partes da cidade, notívagos que vêm buscar alegria em Copacabana. Não importa onde moram, é em Copacabana que se divertem.

A efervescência das ruas se completava com as festas particulares patrocinadas pelas elites, que habitavam elegantes apartamentos de frente para o mar. Os narradores dessas reuniões de grã-finos e dos eventos realizados em seus principais redutos, ou *points*, eram os colunistas sociais, ou cronistas mundanos, sendo os mais famosos, àquela altura, Jacinto de Thormes e Ibrahim Sued. Nenhum jornal que se prezasse deixava de ter os seus cronistas da noite, ou 'noturnos', e os colunistas sociais, que se encarregavam diariamente de narrar "quem estava cantando em tal boate, qual a maior atração do momento neste ou naquele show", quais elegantes frequentavam determinada festa, quais foram vistos naquela boate, onde exibiam as toaletes que os 'sociais' e 'noturnos' se encarregariam de contar em detalhes à cidade. (MESQUITA, 2008, p.81)

Esse novo estilo de vida fez surgir um novo tipo de jornalista que jamais poderia existir fora de Copacabana: o cronista da noite, definido como "o homem que vive nas madrugadas e vem por um jornal contar, diariamente, a vida das boates, bares, dos restaurantes de Copacabana". (MESQUITA, 2008, p.82) Nesse rol, destacamos os pioneiros Antônio Maria, boêmio contumaz, famoso pela coluna "Mesa de Pista", de "O Globo" (SANTOS, 2002, p.6), e Sérgio Porto, que estreia nessa modalidade jornalística, em 1953, como Stanislaw Ponte Preta, colunista de "O Rio se diverte", do *Diário Carioca*, onde também escrevia Antônio Maria, assinando "A Noite é Grande". (MESQUITA, 2010: p.82)

Nessa época, o quesito *show* tratado pelos colunistas da noite adquire uma importância crucial, pois, seguindo os passos de Lúcio Rangel, primeiro cronista de música popular da imprensa brasileira, essa mediação fez da música popular brasileira a atração principal das boates, bares e circuito boêmio da zona sul, fazendo-a cair, definitivamente, no gosto da elite. Casas noturnas, como o *Golden Room*, Cangaceiro, *Little Club*, *Béguin, Lord*, Bar Michel**,** Oásis, *Captains' Bar*, *Night and Day,* Jirau, Clube da Carolina – um "barzinho" no posto 6 sob as ordens de Carolina Cardozo de Menezes, a pianista –, entre tantos outros, tinham sempre artistas nacionais como destaques. No *Little Club,* por exemplo, Dolores Duran era atração, no *Au Bon Gourmet,* a divina Elizete Cardoso e o cantor Murilinho atraíam o público. No Sacha's, havia invariavelmente o piano do Sacha, e o sax do Cipó. No *Pigalle*, música popular e *striptease*, e no *Night and Day*, de Carlos Machado, *shows* e teatro de revista.



mesa de pista
Antonio Maria

O cronista Antônio Maria e Carmem Miranda na boate Bottle's. "Mesa de Pista", coluna assinada por Antonio Maria no jornal *O Globo*, entre 1959 e 1961. Disponível em: https://copacabana.com/antonio-maria. Acesso em: 11 de outubro de 2020.

Antônio Maria e Sérgio Porto transitavam, além das festas e boates da elite, nos submundos de Copacabana, ajudando a nomear e mapear a cartografia boêmia do bairro, batizando, por exemplo, de *Joga a Chave Meu Amor*, um beco no Lido onde se concentravam apartamentos para encontros íntimos e "inferninhos", como o Tabaris. Como Stanislaw, Sérgio Porto cobria os redutos marginais da noite, apresentados aos seus leitores como de certo "interesse sociológico", por exemplo, o casamento realizado na boate de homossexuais "Alfredão":

> [...] vestiu-se de noiva, pintou-se com exagero de viúva esperançosa e, todo rebolante, casou-se – esperamos que simbolicamente – com o cidadão português Albino Abranches, no altar do 'Alfredão'. Sobre o 'casamento', que acabou

> no 12º Distrito, 'Marquesa' afirmou ao delegado que 'o culpado era o dono do bar' (o próprio Alfredão, por sinal o 'sacerdote' que oficiou a cerimônia).[8]

Fossas, "dores de cotovelo", encontros fortuitos e casos de amor clandestinos eram temas de sambas-canções e de amores vividos na enfumaçada Copacabana de Antônio Maria e Dolores Duran (OLIVEN,2000:p.99) num bairro de "'coração sanguinolento' e fossentos inferninhos, de dores existenciais e luzes fluorescentes"(BOJUNGA, 2001:p.455). Copacabana, partilhada pela "nata da sociedade e da intelectualidade, o *high society*, os cronistas da imprensa, a turma da música popular, os paulistas ricos em férias", criou uma particular rede de sociabilidade 'noctívaga' formada pela justaposição e entrecruzamento de diferentes grupos e classes sociais, que se tornou conhecida como *café society*. Stanislaw Ponte Preta satirizou o início desse convívio, apontando o interesse da elite endinheirada pelo exótico, pelo samba, pela gente do morro e pelos artistas em geral, que passaram a tomar parte de suas festas e coquetéis:

> Lá estavam figurinhas do '*society*' misturadas a gente do teatro sério, do teatro rebolado e até com ligeiros salpicos de atores do cinema nacional. Também alguns atletas famosos... Agora o que nos chamou mesmo a atenção foi a presença de Elizete Cardoso, Sonia Dutra, Francisco Carlos e outros cantadores aborígenes que, presentes ao evento, não cantaram nem uma vez, o que prova que a moçada começa a ficar sociável.[9]

Quando Copacabana já representava a vitória da zona sul sobre a antiga boemia, Stanislaw Ponte Preta lança, em 1956, no jornal *Última Hora,* uma antologia da vida noturna carioca, intitulada "Dicionário enciclopédico da noite", onde em verbetes de A a Z, recupera antigas tradições da chamada "noite modesta", definida como "a noite dos que não pagam '*couvert*', só furam cartão em '*dancings*'", composta por uma gente que, lamentava o cronista, "ultimamente andava sumida". Ao lado da seção "Velho Álbum da Noite", com fotos antigas de artistas em suas apresentações, o cronista oferece ao leitor um dos mais completos mapeamentos da vida noturna do distrito federal dos anos 40 e 50, com seus músicos, *maitres*, casas noturnas, restaurantes, leiterias, bailarinas, coreógrafos, produtores de *shows* e de programas musicais, empresários, cronistas da noite, companhias teatrais, clubes carnavalescos, ritmistas e o nome das inesquecíveis vedetes, como também de celebridades sem talento, em que pese o Rio ser considerado um "para-raios dos medíocres artísticos internacionais". (MESQUITA, 2008, p.84).

8 PONTE PRETA, Stanislaw. Como eu ia dizendo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1963. Tabloide.

9 PONTE PRETA, Stanislaw. O convidado nunca sabe por que foi convocado. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1959. Tabloide.

Sérgio Porto preocupou-se com o registro da memória boêmia de um Rio antigo que, pouco a pouco, deixava de existir, transformando, assim, seu "Dicionário enciclopédico da noite" em um "lugar de memória" carioca, para usar o clássico conceito de Pierre Nora a respeito dos lugares onde a "memória se cristaliza e se refugia" nos momentos chaves de transição, onde

> a consciência da ruptura com o passado confunde-se com o sentimento de uma memória dilacerada; mas onde a dilaceração desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. (NORA, 1993:p.13)

Nos primeiros anos de 1960, a intelectualidade boemia que havia migrado do centro para Copacabana na segunda metade dos anos de 1940, segue um novo percurso, inaugurando a novíssima "República de Ipanema" (MESQUITA, 2008, p.103) As camadas mais ricas da população também ajudaram a desvalorizar o bairro, fugindo do grande aumento populacional e de um novo padrão de moradia popular (MOTA, 2019: 46). Entretanto, "um jeito copacabana de ser" (KAZ, 2013) associado a um estilo de vida moderno, boêmio, e cosmopolita, será fixado como a mais importante representação da cidade do Rio de Janeiro nas comemorações do seu IV Centenário.

Praia de Copacabana no cartaz do IV Centenário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1965.

Considerações finais

Nesse artigo, buscamos refletir sobre a permanência e reforço de imagens que deram à cidade do Rio de Janeiro determinado perfil de cidade. O canal escolhido foram os bairros da Lapa e de Copacabana. A Lapa, mais que qualquer outro bairro da cidade, encarnou a marca da boêmia, e Copacabana, a

marca do cosmopolitismo. Tal identidade da cidade construiu-se ao longo de um espaço grande de tempo, da mesma forma que a eleição da Lapa como símbolo do Rio boêmio, e de Copacabana, como um bairro cosmopolita, não se fez da noite para o dia.

Por isso, procuramos destacar os anos 1960 como fundamentais para a formulação de uma periodização da Lapa boêmia, que aponta para os anos 30 e 40 como "tempo áureo" do bairro. Naquela época, os bares e cabarés da Lapa foram frequentados por cariocas e turistas de diversas origens sociais. Mas, para toda uma geração de intelectuais e políticos em início de carreira, foi um lugar de sociabilidade fundamental. São alguns desses homens de letras que, na década de 1960, trataram de revalorizar a memória do bairro, destacando o lado positivo do lazer noturno e da vida boêmia.

E não é casual que isso tenha acontecido nos anos 60, quando a perda da função de capital parece retirar do Rio sua característica mais marcante, estimulando a busca, no passado, de traços que redefinissem a identidade carioca. Porém, também os traços então invocados não surgiram do vazio. Revalorizar o lado boêmio do Rio, conotando-o positivamente, era uma resposta a um discurso que apontava para o parasitismo da cidade capital e de seus habitantes. Também o bairro de Copacabana, já destituído concretamente do seu *glamour* de "Princesinha do Mar", será fixado no imaginário da cidade como um bairro moderno e cosmopolita, elementos fundamentais para a reafirmação do antigo distrito federal, como capital cultural do país.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Panrio-Jorge Zahar,1987.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras* – Geografia I. Série, Volume XIV, Porto, 1988.

ABREU, Maurício de Almeida. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 42 – 59.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional.* São Paulo: Ática, 1989.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade.* São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BANDEIRA, Manuel; ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rio de Janeiro em prosa verso.* V.5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.* Obras escolhidas. vol. 3. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERGSON, Bergson. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 2a.ed., São Paulo: Edusp, 1987.

BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp.16-35

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio *et ali. A crônica, sua fixação e suas transformações no Brasil.* Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Campinas, São Paulo, Papirus, 1995.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Saraiva, 1965.

DAMATA, Gasparino. *Antologia da Lapa: Vida boêmia no Rio de Ontem.* Rio de Janeiro: Leitura, 1965

DEODATO, Alberto. *Roteiro da Lapa e Outros Roteiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

GIRARDET, Raul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

IRAJÁ, Hernani de. *Adeus Lapa.* Rio de Janeiro, Record, 1967.

KAZ, Stela. *Um jeito copacabana de ser.* Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

MATOS, Maria Izilda Santos. *Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

MARTINS, Luís. *Noturno da Lapa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MELLO, Zurza Homem de. *Copacabana: a trajetória do samba-canção (1929-1957)*. São Paulo: Editora 34/Edições Sesc São Paulo, 2018.

MESQUITA, Cláudia. *Um Museu para a Guanabara: a criação do Museu da Imagem e do Som no governo Carlos Lacerda (1960-1965)*. Rio de Janeiro: Editora Folha Seca, 2010.

MESQUITA, Cláudia. *De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e de Stanislaw Ponte Preta.* Rio de Janeiro: Editora Casa de Rui Barbosa, 2008.

MESQUITA, Cláudia. "A Guanabara comemora os 400 anos da cidade do Rio de Janeiro". In: Turazzi, Maria Inez (org), Mesquita, Cláudia e Leite, João de Souza. *RIO 400 + 50; comemorações e percursos de uma cidade.* Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

MESQUITA, Cláudia. De Cidade Maravilhosa à Cidade Mulher: O Rio de Alvaro Moreyra e seus discípulos. In: OLIVEIRA, Cláudia, Mesquita, Cláudia, Rouchou, Joelle. *A Cidade Mulher.* Rio de Janeiro: Editora Mauad/FAPERJ, 2016.

MORAES, Vinícius de. *Roteiro Lírico e Sentimental da Cidade do Rio de Janeiro: e outros lugares pôr onde passou e encantou o poeta*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MOTA, Isabela, e Patrícia Pamplona. *Vestígios da paisagem carioca: 50 lugares desaparecidos do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

MOTTA, Marly da Silva. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História.* São Paulo: 1993, n. 10.

OLIVEN, Ruben George. A sociedade brasileira no princípio deste século vista através da música popular brasileira. In: LOPES, Antonio Herculano (Org.). *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca.* Rio de Janeiro: Topbooks: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 99.

PERROT, Michelle. *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora UFRS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras da história cultural.* Bauru: Edusc, 2004

POLLAK, Michel. *Memória e identidade social.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, v. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, P. *A Memória, a história, o esquecimento.* Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986. V.8. p. 396-415.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires.* París: Gallimard, 1997.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *O diário de Antônio Maria.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

Santos, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEVERIANO, Jairo; Mello, Zuza Homem de. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras*. v. 1 1901-1957. São Paulo: 34, 1997.

SILVA, Fernando Nascimento (org.). *Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos: Formação e Desenvolvimento da Cidade*. Rio de Janeiro: Record/Governo do Estado da Guanabara, 1965.

TURAZZI, Maria Inez. O morro, a estátua e a pipa: o Rio em três tempos. In: Turazzi, Maria Inez (org), Mesquita, Cláudia e Leite, João de Souza. *RIO 400 + 50; comemorações e percursos de uma cidade*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

VELASQUES, Muza Clara C. A Lapa Boemia: um estudo da identidade carioca. Niterói: *Dissertação apresentada ao programa de História Social da UFF*, 1994. Acessar em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/732.pdf.

____. Homens de letras no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40 . Niterói: *Tese de doutorado apresentada ao programa de História Social da UFF*, 2000 . Acessar em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/6.pdf.

Recebido em 15 de outubro de 2020.
1º parecerista em 16 de outubro de 2020.
2ª parecerista em 18 de outubro de 2020.
Revisado em 2 de novembro de 2020.

AO REI DOS MÁGICOS: A LOJA CARIOCA QUE VENDIA O EXTRAORDINÁRIO NO SÉCULO XIX[1]

Viviane Santos de Oliveira[2]

Resumo:

O objetivo do presente trabalho é identificar e analisar o imaginário social presente no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX no que tange às práticas consideradas mágicas. Tendo a loja *Ao Rei dos Mágicos* como objeto de estudo de uma Micro-História, pretende-se demonstrar a presença latente de um imaginário que relaciona magia aos progressos materiais e tecnológicos, ainda que o contexto social do período fosse de um cientificismo crescente.

Palavras-chave: Magia. Rio de Janeiro. Ao Rei dos Mágicos. Progresso. Rua do Ouvidor.

Abstract:

The aim of this paper is to identify and analyse the social imaginary present in Rio de Janeiro on the second half of the 19th century, considering practices seen as magical. The store *Ao Rei dos Mágicos* is here a subject of a Micro-History study. The aim is to demonstrate the presence of a strong magical imaginary related with technological and material progress, even with a social context of an increasing scientificism.

Keywords: Magic. Rio de Janeiro. Ao Rei dos Mágicos. Progress. Ouvidor Street.

Quem caminha pelas ruas do Centro da cidade do Rio de Janeiro, em meio à correria diária, não é capaz de perceber, muitas vezes, os detalhes e memórias que os prédios que nos cercam carregam consigo. Desenvolver um estudo sobre a história de ruas, monumentos e edifícios que talvez passariam despercebidos diante da tendência macro das pesquisas historiográficas há muito realizadas é permitir que elementos negligenciados ganhem voz para contar uma história que os transcende.

O historiador italiano Carlo Ginzburg, notadamente conhecido por suas contribuições à Micro-História, realiza pesquisas de referência em livros como *O queijo e os Vermes* (2006) e *Os andarilhos do Bem* (1988) para todos aqueles que buscam trabalhar com esse tipo de análise. Partindo de uma observação em escala reduzida, com uma exploração intensa das fontes, Ginzburg apresenta um cenário social ampliado, através do estudo de casos particulares. Suas pesquisas demonstram a importância que os estudos Micro-Históricos possuem para a compreensão de processos históricos ampliados.

1 O presente artigo contou com a orientação e comentários do amigo e Professor André Leonardo Chevitarese, Professor Titular do Instituto de História da UFRJ.

2 Bacharel em Comunicação Social/Publicidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Graduanda em História também pela UFRJ. E-mail: v.san.oliveira@gmail.com.

A escolha da loja *Ao Rei dos Mágicos* como objeto de estudo para análise de um imaginário social que relaciona magia não mais a um campo religioso em exclusivo e sim, também, ao progresso material vivenciado no Rio de Janeiro do século XIX, seguiu a linha de pesquisa realizada por Ginzburg. Acredita-se que essa loja, tão representativa em termos de inovação e de ideias que circulavam na sociedade carioca do período, seja capaz de demonstrar uma tendência maior e não restrita somente a seu endereço.

Ao Rei dos Mágicos foi uma loja de variedades do que chamaríamos atualmente de tecnologias. Localizava-se na Rua do Ouvidor, número 116, na esquina com a antiga rua dos Ourives - que teve boa parte de sua extensão extinta após a abertura da Avenida Central. Fundada[3] em 1876 por três sócios, sendo Antônio Ribeiro Chaves o mais proeminente deles e o responsável pela fabricação de alguns dos produtos ali comercializados, funcionou por 12 anos no mesmo local, presenciando e protagonizando muitos dos fenômenos científicos do século XIX[4]. Era responsável por comercializar os itens mais modernos e extraordinários que chegavam ao país na época, como relógios mágicos[5], lunetas mágicas[6], canetas mágicas[7], campainhas elétricas, telégrafos, colares que prometiam acabar com a dor de dente das crianças[8], bichas hamburguesas[9], produtos para a realização de mágicas, fogos de artifícios, itens para iluminação de festas como copos coloridos, lanternas e venezianas[10], produtos inovadores no combate às pragas e, claro, telefones. A loja era também a fornecedora oficial do Império para artigos como pós de rosto, perfumes franceses e sabonetes finos.

O sobrado que abrigava a loja sobreviveu à Reforma de Pereira Passos e ainda hoje existe no mesmo número 116 da Rua do Ouvidor (ver figura 1). Sua fachada adornada com motivos egípcios chama atenção pela inusitada escolha arquitetônica em relação aos demais prédios do local. Supõem-se que ela seja reflexo de uma egiptomania verificada em diversos pontos do país nos sé-

3 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 de mar de 1876, p.5.

4 O último registro do *Almanak Laemmert* que aponta Chaves como sócio da loja é de 1885. A última nota que menciona a loja *Ao Rei dos Mágicos* aparece no *Jornal do Commercio* de 1888, indicando provavelmente o ano de seu fechamento. Depois disso, o endereço passa a ser noticiado como um outro estabelecimento de produtos científicos, mas de nome e proprietário diferentes.

5 Relógios que funcionam à base de luz solar.

6 Óculos de grau na linguagem da época.

7 Canetas à base de eletricidade que prometiam acabar com as "mãos que tremiam". *Correio do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de out de 1872, p.2.

8 Colares de ânodos eletromagnéticos.

9 Sanguessugas utilizadas usualmente pela medicina da época que acreditava na cura de diversas enfermidades através delas.

10 *Almanak Laemmert*, 1876, p.1855.

culos XIX e XX[11]. Sabe-se que essa fachada já apresentava a configuração atual no início do século XX, mas não foi possível precisar exatamente em que ano a reforma foi feita ou se foi Chaves quem teve a iniciativa de realizá-la. É curioso, entretanto, e deixa rastros para uma pesquisa futura mais detalhada, o fato de uma loja que reivindica para si um imaginário mágico possuir uma arquitetura que remete à cultura egípcia e seus consequentes valores de respeito à magia frente à racionalidade ocidental (ver figura 2).

Figura 1- À esquerda, o prédio que abrigou a loja Ao Rei dos Mágicos, nos dias de hoje.
À direita, Detalhe da fachada: figura feminina egípcia alada, em bronze.
Fonte figura 1: Autoria própria (2017 e 2018).

Ao Rei dos Mágicos foi de fato um local de importante protagonismo para a cidade no século XIX. Chaves, seu sócio mais proeminente, era um curioso inventor, sempre atento e disposto a importar as novidades anunciadas pelos idealizados países modernos. Após a leitura de uma revista francesa, que relatava a experiência vivenciada por D. Pedro II na Exposição da Filadélfia de 1876, na qual Alexander Graham Bell lhe apresentou seu mais novo invento, Chaves decidiu começar seus próprios experimentos telefônicos por aqui (COHEN,2001). Foi escolhido por Morris Kohn - americano encarregado de trazer a inovação ao Brasil - como o responsável pela fabricação dos aparelhos nacionais. Não só os fabricou, como também aperfeiçoou a tecnologia europeia, substituindo o

11 Para mais detalhes sobre a egiptomania no Brasil, ver o trabalho "Corpo e Egiptomania no Brasil", de Margaret M. Bakos, que contém também uma análise detalhada a respeito da fachada do prédio aqui estudado.

disco de ferro interno dos telefones por um disco flexível que permitia que as vibrações do mecanismo fossem respondidas de forma mais rápida e a distinção dos sons transmitidos fosse maior[12].

A loja *Ao Rei dos Mágicos* é reconhecida pela maioria dos historiadores que se debruçou sobre o assunto até hoje como local sede da primeira ligação telefônica realizada no Brasil, em 1878. Após fabricar seus próprios aparelhos, Chaves se conectou pela primeira vez ao *Jornal do Commercio* e à Estação dos bombeiros, dando início à era das comunicações telefônicas no país (COHEN,2001). Estabeleceu-se, então, a partir daí uma importante ferramenta de ajuda no combate aos incêndios que aconteciam constantemente nos prédios do Centro do Rio. O alarme utilizado até então era rudimentar e na maioria das vezes demorado, utilizando tiros de canhão que partiam do alto do Morro do Castelo como anúncio. Se o incêndio fosse durante o dia, uma bandeira vermelha era hasteada em conjunto aos tiros e, caso contrário, uma lanterna era utilizada como sinalização. Aliados a esses alarmes, a Igreja de São Francisco de Paula, localizada no largo homônimo, também disparava seus sinos, num ritmo de badaladas convencionais que anunciavam aos moradores da cidade o local do incêndio[13]. Dessa forma, o inovador telefone promoveu uma profunda transformação nas comunicações e relações sociais dos indivíduos, sendo também um importante marco para a ideia de modernidade que o Império desejava transmitir.

A presença de tantas novidades materiais era anunciada pela *Ao Rei dos Mágicos* nos jornais com grande empolgação. Os anúncios de seus produtos eram sempre carregados de um palavreado excitado e de promessas que solucionariam todos os problemas existentes até então pela ausência das tecnologias há pouco descobertas. O imaginário de magia se manifestava através dos símbolos que ilustravam seus anúncios, com cartolas, capas, seres místicos e, principalmente, através do caráter extraordinário que a descrição das inovações materiais adquiria (ver figura 3). O progresso material do período foi tamanho, que a associação com algo sobrenatural se tornava a saída encontrada para explicar o novo, ainda que o cientificismo estivesse em voga e já começasse a racionalizar as questões que surgiam.

12 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21 de dez de 1877, p.3.

13 *Vamos lêr!*, Rio de Janeiro, 12 de jan. de 1939, p.24.

Figura 3- Anúncio de Jornal da loja Ao Rei dos Mágicos e sua rival, Ao Grande Mágico. Os elementos místicos ficam evidentes nos desenhos apresentados. Fonte: *Almanak Laemmert*, 1877.

A análise do significado que termos como "magia" e mágico" possuíam no século XIX, pode nos dar pistas sobre o entendimento dessa sociedade a respeito desses assuntos. O estudo das mudanças léxicas que os verbetes possuem ao longo do tempo é um importante recurso a ser utilizado pelos historiadores que se veem imersos no interior de uma tradição já existente ao iniciar qualquer pesquisa.

O verbete "magia", por exemplo, já apresentava duas definições distintas em Bluteau (1728, p.247): uma de "magia diabólica", com um forte caráter religioso cristão ainda atrelado; e uma definição de "magia artificial", que seria "a que com arte e indústria[14] humana obra coisas, que parecem superiores às forças da natureza"[15]. Algumas décadas após, em uma publicação mais atualizada, o verbete permanece com esses mesmos sentidos, mas apresenta uma nova definição curiosa sobre a palavra "mágico", antes associada apenas àqueles que praticavam as magias diabólicas (SILVA,1813). Mágico seria a partir de agora, aquele que produz efeitos maravilhosos e extraordinários de forma genérica, não necessariamente o que se alia à uma "magia diabólica". Pode-se observar assim, que já no início do século XIX, o conceito de mágico e consequentemente da magia praticada por este, começa a se dissociar de um sentido místico exclusivo e passa a ser ressignificado, aproximando-se muito mais da ideia de

14 O termo "indústria" aparece aqui com o significado de "destreza em alguma arte", segundo o próprio Bluteau.

15 Ver o verbete "magia" completo em: Bluteau, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8v.

um homem que realiza feitos que parecem superiores às forças da natureza, mas que possuem um caráter racional. O fato de Bluteau (1728) alertar para o perigo da dúvida em relação à magia diabólica[16], demonstra o contraste entre o caráter religioso desse termo no século XVIII à definição atualizada já no século XIX. Partindo do pressuposto que os silêncios também dizem muito, o alerta dado nesse verbete nos apresenta a ideia de que a dúvida em relação ao caráter puramente religioso do termo magia já começava a existir na primeira metade do século XVIII, demonstrando uma gradual modificação do imaginário social em relação ao que seria considerado mágico ou não. A compreensão desses sentidos é primordial para entender o porquê de uma loja que vendia artigos tecnológicos ser chamada de *Ao Rei dos Mágicos*.

Os periódicos são uma importante fonte para a análise do imaginário de uma época, mas apresentam alguns obstáculos para as pesquisas que deles se utilizam ao representarem o caráter elitista que toda produção escrita carrega consigo. É possível, ainda assim, demonstrar uma circulação de ideias presentes na sociedade através deles. Acredita-se que ainda que eles reproduzam o pensamento de uma elite geradora desse conhecimento, podem demonstrar a presença de um imaginário mais amplo através do conceito de circularidade apresentado por Ginzburg (2006).

O conceito de circularidade, segundo Ginzburg (2006), nos apresenta a noção de que não existe uma cultura que seja homogênea, pois as ideias circulam entre as classes abastadas e as populares de uma forma mútua, passando por um processo de modificação a cada etapa percorrida. Nesse sentido, toda pesquisa que escolha uma análise de fontes objetivas, deve evitar o perigo de uma visão interclassista, que considera somente os elementos em comum e negligencia os contrastes entre as mentalidades dos vários grupos sociais. Os estudos relativos à Micro-História se utilizam da ideia de homogeneidade da cultura de uma determinada sociedade apenas como ponto de partida, e não de chegada. Dessa forma, a homogeneidade da presença de um imaginário de magia e progresso é considerada nesse trabalho com a ciência de que uma visão interclassista não cabe aqui. E talvez justamente por isso, os casos relatados pelos jornais apresentados aqui sejam tão elucidativos ao examinar mais de perto o que as pessoas da sociedade carioca do século XIX pensavam a respeito dos progressos materiais. Ainda que o conhecimento gerado por esses periódicos fosse produzido por uma elite que se enxergava como a detentora do progresso e do avanço racional das sociedades, uma parte da população

16 Bluteau alertava ainda no início do século XVIII para o perigo da dúvida em relação à magia diabólica: "o duvidar da possibilidade desta espécie de magia é querer negar a verdade da sagrada Escritura" (BLUTEAU,1728, p.247).

ainda não conseguia explicar os progressos materiais sob essa matriz de conhecimento.

Existem diversos relatos nos periódicos analisados que apontam para a existência desse imaginário mágico entre as classes mais populares. Um caipira[17] ao se deparar com a nova invenção do telégrafo em 1874, ficou espantado e perplexo com o caráter inovador da experiência. Ao enviar uma mensagem a Londres, o homem recebeu sua resposta de volta logo meia hora depois, agilizando um processo de comunicação que levava meses até então. Diante de uma façanha tão extraordinária para sua realidade, o campo mágico se tornou o recurso utilizado para justificar algo de difícil compreensão. Sua surpresa frente a essa experiência não poderia ser outra: "Haverá nada melhor? Em pouco mais de meia hora perguntar e ter resposta! Parece até bruxaria! Credo!"[18]. Alguns anos mais tarde, um morador da cidade do Rio também alarmava a existência de algo sobrenatural diante da dificuldade em explicar a causa de um fenômeno aparentemente místico. Uma "alma do outro mundo" teria subido à torre da Candelária e disparado seus sinos desde a meia noite, até às 2h da manhã, "justamente na hora em que a coragem é mais rara". Mesmo diante da explicação racional do ocorrido no dia seguinte, o morador sustenta sua opinião: "Cá por mim, sustento a opinião dos honrados, embora supersticiosos, vendedores de paios... foi uma alma do outro mundo, porque os relógios também têm alma"[19].

Relatos de surpresa e incredulidade como esses permeavam os jornais da época com frequência. Diante da impossibilidade de compreender algo tão extraordinário ou, ainda, de tamanho espanto frente a tantas inovações, os casos de associação entre magia, bruxaria e feitiçaria aos progressos materiais se repetiam. Em 1890, um cocheiro e seu cavalo levaram um forte choque ao passarem por cima de um fio elétrico da iluminação pública caído na rua. O homem ficou atordoado sem conseguir compreender o que lhes acontecera e começou a tentar reanimar seu cavalo. Ao tocá-lo, o cocheiro "sentiu centelhas de fogo e um choque que o atirou pela terceira vez ao chão". O espanto diante da própria sensação física da eletricidade que percorria seu corpo foi tamanho que, segundo ele, "o caso lhe parecia bruxaria e principiou a gritar por socorro!"[20].

Em um outro relatado encontrado, foi a vez do telefone ser associado a algum tipo de magia desconhecida. Um homem que se deparava pela primeira vez com a invenção ficou impactado com a possibilidade de se comunicar com alguém distante através apenas de um fio metálico. Ele, bastante perplexo,

17 Termo utilizado pelo próprio jornal.

18 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 8 de ago. de 1874, p.3.

19 *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de jun. de 1877, p.2.

20 *O Globo*, Rio de Janeiro. 8 de jan. de 1890, p.3.

dispara então que o fato "parecia na verdade bruxedo!"[21]. E faz inclusive outras observações diante da surpresa do invento: "daqui por diante, quando duas pessoas quiserem conversar em segredo em uma casa, devem espreitar não haja por ali algum telefone, arriscam-se que seus segredos sejam ouvidos a léguas de distância."

Ao Rei dos Mágicos comercializava todos os produtos citados nos relatos de espanto apresentados até agora. Esse fato explicita como a loja é ilustrativa para o imaginário mágico carioca aqui sugerido. Rival direta de outro estabelecimento semelhante chamado Ao Grande Mágico - localizado na mesma rua, a apenas alguns números atrás dessa - Ao Rei dos Mágicos comercializava basicamente os mesmos produtos que sua concorrente, disputando constantemente a atenção de um público agora dividido entre as duas opções. Um fato importante percebido nessa pesquisa, e que merece destaque pelos desdobramentos que ele pode gerar, é que a loja Ao Rei dos Mágicos aqui estudada é posterior à loja Ao Grande Mágico, inaugurada quase 10 anos antes dessa[22]. O sócio de Ao Grande Mágico, Fernand Rodde, demonstrava, inclusive, uma certa irritação com a chegada do concorrente direto em sua rua. Anunciante constante dos periódicos, Rodde buscava elaborar chamadas diferenciadas e reafirmar em diversas situações que sua loja era a verdadeira loja do mágico, pioneira em trazer o que havia de mais moderno ao país. No jornal O Mequetrefe, ele deixa claro seu sentimento de rivalidade e busca através de vários argumentos provar a superioridade de sua loja frente a qualquer outra:

> Decididamente não há quem possa contestar por mais lógica que tenha, por mais força da dialética que possua, que a casa do Grande Mágico, rua do Ouvidor 107, seja a primeira do Rio de Janeiro em objetos de pura fantasia, de eletricidade, de acústica, de ótica, de mágica; perfumarias das que usam as duquesas e as filhas dos banqueiros; iluminações deslumbrantes a *giorno* e *tutti quanti* possa criar a imaginação fantasiosa de um gajo de bom gosto. Basta dizer que o Grande Mágico fez a iluminação da rua do Ouvidor durante as festas ao maestro Carlos Gomes e está fazendo para os festejos em Nichteroy[23], ao mesmo tempo[24].

O imaginário mágico relacionado aos progressos materiais do século XIX estava presente na sociedade carioca muito antes da década de setenta oitocentista, como a própria existência da loja rival *Ao Grande Mágico* aponta. Pode-se dizer que esse imaginário era, inclusive, muito mais forte e presente

21 *Monitor Campista*, Rio de Janeiro, 10 de jan.de 1878, p.2.

22 Primeiro relato encontrado que menciona a loja *Ao Grande Mágico* se encontra no *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de jan.de 1868, p.1.

23 Grafia da época para a cidade de Niterói, RJ.

24 *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, 27 de ago. de 1880, p.6.

no início do século do que em seu final, onde a sociedade já se acostumava melhor com a série de inovações que se apresentavam a cada dia. Em 1855, por exemplo, O *Diário do Rio de Janeiro* relatava um viajante que, apavorado com a chegada das novas locomotivas, revolucionárias para o transporte da época, alertava à suas amigas o perigo iminente:

> Minhas senhoras, antes de entrardes dentro desta condução monstruosa e apocalíptica, rezai alguns credos em cruz e persiguai-vos três vezes. Isto não é, não pode ser um simples meio de transporte, é uma bruxaria, uma diabrura inventada por algum espírito maligno de mãos dadas com a guerra do Oriente para dar cabo da nossa geração[25].

Alguns anos antes, o monoclave era então o alvo das dúvidas mágicas. Diante de um aparelho diferente de tudo visto até então, que permitia a reprodução de música mesmo por aqueles que não possuíam habilidades em nenhum instrumento, a explicação do feito pendia para o campo místico e afirmava que seu funcionamento só poderia ser fruto de uma espécie de bruxaria[26].

Inserida no campo mágico pelas explicações de algumas pessoas da época, a primeira ligação telefônica do Brasil foi feita pela loja aqui estudada, reafirmando seu caráter representativo no imaginário da sociedade carioca. Pode-se perceber através das fontes consultadas para esse trabalho que o episódio da primeira ligação telefônica do Brasil foi motivo de disputa pelo protagonismo do feito entre os dois estabelecimentos mágicos da rua do Ouvidor. Alguns autores como Renault (1982), consideram a casa *Ao Grande Mágico*, mais antiga do que nossa loja aqui estudada, como a primeira a efetuar a experiência telefônica no Brasil. Já para Cohen (2001) e Gerson (1965) a loja *Ao Rei dos Mágicos* é quem oficialmente realizou o feito. Conforme relatado por diversos periódicos da época, as experiências com o inovador aparelho já eram realizadas simultaneamente por Chaves e Rodde, sócios de ambas as casas. O *Monitor Campista*[27] apontava que a fabricação dos aparelhos de telefone e seus testes eram realizados pela *Ao Grande Mágico* ainda em 1877, um ano antes da tentativa do sócio da *Ao Rei dos Mágicos*. Através da interligação entre o sobrado de Rodde e a Praça do Comércio, os transeuntes que por ali passavam conseguiram experimentar a sensação de escutar outra voz através do misterioso aparelho. Isso demonstra que, possivelmente, a loja aqui analisada seguiu uma tendência que não foi, entretanto, iniciada por ela. O *Jornal do Commercio* deixa claro em sua nota a disputa pelo protagonismo nessa questão:

25 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 de jan. de 1855, p.1.

26 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 05 de abr. de 1853, p.1.

27 *Monitor Campista*, Rio de Janeiro, 21 de dez. de 1877, p.2.

> Vimos, por exemplo, o Sr. Rodde, do Grande Mágico, telefonar de seu estabelecimento para a Praça do Comércio, e vice-versa. No dia seguinte, o outro Sr. Rodde, de defronte (O Rei dos Mágicos), telefonou para mais longe ainda, deixando o colega aceso em ira.[28]

Conforme observado por Gerson (1965, p.71), "outros aparelhos haviam sido construídos, quase simultaneamente, na casa *Ao Grande Mágico* e na *Western*. Só se impuseram, porém, os de Chaves", indicando que a provável superioridade e eficiência dos aparelhos de nossa loja foram os responsáveis por conferir a ela o status de pioneira nas ligações telefônicas brasileiras.

Apesar de posterior e quase que uma cópia da rival mais antiga, a loja *Ao Rei dos Mágicos* foi quem ganhou notoriedade para a maioria dos autores que pesquisaram o tema até hoje e para a própria Coroa na época. Esse destaque pode ser explicado por conta do caráter de fornecedora oficial do Império que ela possuía. O jornal *O Repórter*[29] já apontava, por exemplo, o nome do "Rei dos Mágicos" na lista de fornecedores a serem pagos pelo Ministério da Guerra. Chaves passa também a deter o direito de instalação das linhas de telegrafia que se espalhavam pela cidade e que começavam a interligar o centro do Rio de Janeiro às áreas de Botafogo e Copacabana, até então balneários de férias dos cariocas[30]. Esse fato corrobora a ideia de uma parceria oficial entre a loja e a Coroa, visto que era esta quem concedia os direitos de exploração e instalação dessas linhas.

Diversas passagens dos periódicos nos mostram indícios da estreita relação existente entre Chaves e D. Pedro II, que poderia ser um dos motivos para a escolha da *Ao Rei dos Mágicos* como fornecedora oficial do Império. Em 1878, o Imperador presenciou a apresentação dos modernos aparelhos telefônicos fabricados por Chaves em uma conferência no Rio de Janeiro[31]. Em outro episódio, Chaves instalou um telefone no teatro de Sant´Anna e transmitiu para diversos pontos da cidade, inclusive para a Quinta em São Cristóvão, onde estavam o Imperador e seu Ministro, todos os sons que se passavam na peça *Dia e Noite* exibida ali.

Os experimentos realizados para a transmissão de espetáculos de teatro a lugares distantes através de telefones, já vinham sendo noticiados dois anos antes do episódio da ligação à Quinta da Boa Vista, com o trabalho de Rodde[32]. Isso pode demonstrar que *Ao Grande Mágico*, a loja rival, estava na dianteira das

28 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 18 de jan. de 1878, p.1.

29 *O Repórter*, Rio de Janeiro, 19 de mar. de 1879, p.2.

30 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 de mai. de 1878, p.1.

31 *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 4 de jun. de 1878, p.1.

32 *Revista Illustrada* (RJ), v. 158, p.6, 1879.

novidades, ao menos nos relatos que eram divulgados nos jornais, mas ainda assim não era ela quem mantinha uma relação direta com o Imperador. A importância e o destaque que *Ao Rei dos Mágicos* exibia são observados também em sua escolha para ser a fornecedora oficial de festas que movimentavam a cidade e mobilizavam dezenas de pessoas, como a da Excelsa Padroeira na Matriz da Glória[33]. A escolha de *Ao Rei dos Mágicos* pelo Império frente à sua concorrente mais antiga, nos conduz ao levantamento de duas observações hipotéticas:

a) Chaves possuía provavelmente um prestígio maior entre a Corte e conseguiu, por meio de sua influência pessoal, que sua loja fosse escolhida para ser a fornecedora oficial do Império. Dessa forma, ganhou destaque e assumiu uma posição pioneira no âmbito social da cidade. A ilustração apresentada abaixo (ver figura 4) pode ser um forte indicativo da importância que a figura do sócio possuía na sociedade fluminense ainda antes da famosa ligação telefônica.

b) O fato de existir uma loja anterior à *Ao Rei dos Mágicos*, que comercializava produtos científicos e reivindicava um imaginário mágico para si ainda na década de sessenta oitocentista, demonstra que esse imaginário não começou com sua loja, sendo já latente no cenário social da cidade no século XIX.

Figura 4- Na tirinha inferior, Chaves é o terceiro personagem apresentado, retratado com uma cartola na cabeça, ao lado de dois outros comerciantes da Rua do Ouvidor.
Fonte: *O Mosquito*, Rio de Janeiro. Edição 408, 1877. Na legenda: "Este senhor visitou as igrejas todo ele de preto- até a barba- remettido pelo tintureiro da r. d' Ouv. Guilherme Tell. Ao contrário do Senhor dos Estrangeiros que deitou lucto chinês- lucto branco- remettido pelo Rei dos Mágicos que é quem faz as transformações."

33 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24 de ago. de 1876.

A imagem apresenta em tom satírico uma crítica a diversos setores da sociedade carioca da segunda metade do século XIX, como as prostitutas, os padres, as freiras e os políticos. Curiosamente, a figura do Rei dos Mágicos está presente nesse grupo ao lado de dois outros personagens que podemos identificar como relacionados também à realidade da Rua do Ouvidor. Para além da crítica realizada na sátira, pode-se deduzir que Chaves contava com um prestígio e um renome ao ser ilustrado como um dos personagens constituintes de um retrato social carioca, em uma revista conhecida e de grande circulação da época.

O protagonismo da loja ao *Ao Rei dos Mágicos* observado através do seu caráter de fornecedora oficial da Coroa, demonstra que ela é um objeto significativo para estudar a existência do imaginário mágico aqui sugerido. Na verdade, mais importante do que a disputa de memória entre as duas lojas, é compreender que a coexistência desses dois locais semelhantes, que alegam serem pioneiros em apresentar ao público produtos "mágicos", corrobora a ideia de que o progresso era ainda associado a algo sobrenatural por parte da sociedade, devido ao caráter extraordinário que ele adquiria aos olhos dela. O fato da *Ao Rei dos Mágicos* ter sido uma fornecedora oficial do Império, apresenta-se para além de uma justificativa de seu protagonismo, como também um indício do esforço realizado pela Coroa em transmitir um ideário de modernidade e progresso, atrelados até então à ideia de desenvolvimento material (AZEVEDO, 2016).

Pode-se perceber que na loja *Ao Rei dos Mágicos* circulavam muito mais do que produtos inovadores que chegavam para facilitar o dia a dia dos moradores da cidade aptos a pagar por eles. Ela era para além disso, um antro da circulação das ideias de progresso e modernidade, atreladas diretamente ao desenvolvimento material do período. Suas vitrines sempre repletas de produtos tão extraordinários, beiravam o campo mágico no imaginário de uma sociedade ainda não acostumada com tanto cientificismo e inovação.

Ao Rei dos Mágicos encontrava-se localizada na confluência de duas das mais efervescentes ruas do Segundo Império: a Ouvidor e a Ourives. Compreender o que essas ruas significavam para a sociedade carioca do século XIX também se mostra fundamental para contextualizar a importância da loja e demonstrar o imaginário mágico que era representado através de suas vitrines. Nas palavras de Gerson (1965, p.44), "há ruas e largos e praças com tanta história que bastaria contá-las nos seus variados detalhes para se estar contando, simultaneamente, a própria história das cidades a que pertencem. "

A rua dos Ourives perdeu boa parte de sua extensão após a abertura da Avenida Central e foi ainda mais recortada após a abertura da Avenida Presidente Vargas. Ela se estendia desde a Ajuda, diante da Igreja do Parto - que representa

nos dias de hoje um marco de memória do que foi esse logradouro - até a subida do Morro da Conceição. Atualmente, é no pequeno trecho da Rua Miguel Couto que podemos rememorar um pouco da história que essa esquina nos deixou. A Ourives começou a ser associada com a ourivesaria e as joalherias ainda no século XVIII, com a tentativa por parte da Coroa em concentrar em um só espaço os ourives e joalheiros para melhor fiscalizar as remessas enviadas à metrópole. Com a chegada de D. João VI, alcançou um status elevado no contexto da cidade, abrigando 66 das 78 joalherias existentes no Rio em 1846 (GERSON, 1965). A famosa joalheria *Farani*, que oferecia à cidade produtos requintados e elegantes, localizou-se por muitos anos nesse endereço, transmitindo o ideário de sofisticação e inovação que esse local representava. A esquina da Ouvidor com a Ourives era a confluência de duas ruas que representavam o ápice da circulação de ideias e costumes que permeavam a sociedade carioca oitocentista.

"Se o Rio foi a capital do país, a rua do Ouvidor, de certa forma, foi a capital do Rio de Janeiro". Assim Antonio Carlos Secchin começa a descrever a rua do Ouvidor em seu prefácio para o livro "Ouvidor, a rua do rio" (2001) de Alberto A. Cohen. Nela, todas as novidades chegavam primeiro, e seu destaque era tamanho que passou a constituir-se como uma irradiadora dos conceitos de modernidade e civilidade da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. A rua do Ouvidor foi a primeira rua da cidade a receber um calçamento de paralelepípedos; a primeira a receber, ainda em 1854, uma iluminação pelos inovadores bicos de gás, substitutos dos lampiões movidos a azeite de peixe; e, posteriormente, a pioneira na iluminação pública elétrica. Até a virada do século XIX, antes da abertura da Avenida Central, a Ouvidor continuou sendo precursora das novidades que chegavam ao país, sendo palco de importantes avanços para a cidade e seus moradores como o surgimento da primeira linha de bondes e mais tarde, do primeiro cinema (COHEN, 2001).

Segundo Cohen (2001), a Rua do Ouvidor começou progressivamente a concentrar um grande número de comerciantes franceses, especialmente após a vinda da família real para o Brasil em 1808. O ideário de modernidade e refinamento europeu da época encontrava na Ouvidor o local ideal para sua expressão. Em seu endereço, famosas lojas de fazendas, modistas, floristas, sapateiros, livreiros, cabeleireiros, assim como cafés, teatros e confeitarias transformavam o local em um ponto de encontro certo da alta sociedade carioca. Por muito tempo conhecida como o centro da moda do Brasil, as damas mais abastadas da sociedade circulavam por ali em busca de tecidos importados e dos melhores alfaiates e cabeleireiros. Magazines famosas, como a alfaiataria *Raunier & Cabral e a Almeida Rabelo*, tinham seu endereço na Ouvidor e eram o local escolhido por ministros e políticos elegantes para se vestirem (GERSON, 1965). Palco também da efervescência literária e jornalística do século XIX, a rua

detinha importantes livrarias como a famosa *Garnier* – que funcionou de 1844 a 1934 no local e servia como ponto de encontro de escritores como Machado de Assis, José Veríssimo, Rui Barbosa e Olavo Bilac – e também a *José Olympio*, inaugurada posteriormente em 1934 e responsável por manter por mais um tempo a fama da rua literária (COHEN,2001).

Mais do que uma precursora das novidades que chegavam ao país, a Ouvidor era também o antro da circulação de ideias dessa sociedade (COHEN, 2001). Ideias progressistas e inovadoras nasceram ou foram defendidas pelos jornais e revistas estabelecidos nesse endereço, como o *Jornal do Commercio* e o *Diário de Notícias* que foram responsáveis junto a tantos outros pela fama de "Rua jornalística" que ela adquiriu (GERSON,1965). O episódio mais ilustrativo da influência sobre o imaginário social que a Ouvidor exercia é, talvez, o desfile realizado por Deodoro em sua extensão assim que a República foi proclamada, buscando a aprovação e consolidação de seu feito. Nas palavras de Cohen (2001, p.41), "a República passava pelo seu mais difícil teste". Essa influência da Ouvidor era tão decisiva na vida da cidade, que o *Diário de Notícias* do dia seguinte à Proclamação da República declarava: " Deodoro não temera a metralhadora do Quartel General nem o revólver do Barão de Ladário, mas temia a passagem pela Rua do Ouvidor, desfiladeiro do nosso espírito, rua legendária da liberdade, nosso Fórum, nosso Monte Aventino, onde o povo diariamente se reúne e delibera" (GERSON, 1965, p.73). E é justamente nessa rua tão significativa para o imaginário carioca que a loja *Ao Rei dos Mágicos* se encontrava.

Vale ressaltar aqui, que o termo "progresso" utilizado no presente trabalho está ligado à ideia de civilização. Segundo Azevedo (2016), a 7ª edição do *Dicionário Moraes*, de 1877, definia o verbete como um avanço nas artes, na vida e nas virtudes em geral. Essa noção ainda não aparecia como um fim em si mesma, ou seja, "ainda nas últimas décadas do Império, a ideia de progresso ainda não se afigurava como uma noção autônoma, um valor em si, sem se subordinar a outro campo de valores" (AZEVEDO, 2016, p.45). Ainda que esse conceito tenha começado a se modificar a partir da década de 1870, com a enxurrada de avanços tecnológicos que chegavam ao país, é comum que as palavras registrem de forma lenta as mudanças em curso no campo das ideias (FEBVRE,1930, p.1 apud AZEVEDO, 2016, p.45). Nesse sentido, no Segundo Reinado, os homens públicos dessa sociedade enxergavam a busca do progresso como uma busca do desenvolvimento de uma civilização.

Segundo Azevedo (2016), o século XIX foi repleto de um progresso material intenso, o qual teve impulso, especialmente no caso brasileiro, através das contradições presentes em nossa sociedade, realçadas principalmente a partir da sua segunda metade. A partir de 1870, movimentos como o Republicano e o Abolicionista, incentivados pelas ideias liberais e positivistas, ganhavam força

no cenário político nacional, fomentando as discussões públicas em torno de dois dos principais pilares monárquicos (RENAULT, 1982): a elite agrária começava a se fracionar com o desenvolvimento da cafeicultura paulista; e a base política de apoio dos produtores do Vale do Paraíba à Coroa começava a se desintegrar após a publicação da Lei do Ventre Livre em 1871. Somando-se a isso, os conflitos do Império com a Igreja Católica e a série de episódios que após o fim da Guerra do Paraguai indispunham o Exército com as elites dirigentes do país, colocavam o imperador em um cenário totalmente instável (AZEVEDO, 2016).

Por conta de todas as ideias e conflitos mobilizados nesse período, a década de setenta oitocentista acentuou a necessidade de mudança na ordem vigente. Percebendo a urgência em criar uma ideia de neutralidade e universalidade, assim como a inserção do país em um projeto moderno maior e mais característico dos novos tempos, a Coroa começou a investir em ações que transmitissem o ideário de progresso e civilidade. Mais do que a busca por uma reafirmação do *status quo* de grande nação, a monarquia precisava de uma ação no campo simbólico que legitimasse o sistema basilar sobre o qual havia sido construída e que vinha ruindo rapidamente. O esforço realizado em trazer ao Brasil as inovações científicas que pululavam na Europa foi, então, a maneira encontrada para estabelecer no campo simbólico uma imagem de modernidade e civilidade (AZEVEDO, 2016). A loja *Ao Rei dos Mágicos* pode ter servido, nesse sentido, como a parceira ideal na busca de uma legitimação monárquica.

Segundo Lilia Schwarcz (1998, p.373), D. Pedro II já vinha entediado e irritado diante da "tacanha realidade nacional" há um tempo, lamentando sua função e abrindo mão cada vez mais de suas atribuições como imperador. Começou assim a planejar uma viagem ao exterior em 1876, na qual passaria por diversos países após visitar a Exposição Universal da Filadélfia. Palco das últimas novidades tecnológicas de todo o mundo, as Exposições realizadas ao longo do século XIX e início do XX – em grandes pavilhões que por si só já transmitiam a ideia de progresso e inovação – tinham como objetivo apresentar os avanços e descobertas científicas realizadas por todos os países, assim como o conceito de sociedade moderna (LEVY, 2008). Após participar da Exposição vienense de 1873, na qual o Brasil ficou associado muito mais a uma ideia de "exótico" por conta dos produtos basicamente agrícolas exibidos, o país empenhou-se em levar para a Filadélfia uma amostragem mais completa de suas potencialidades, ficando, entretanto, muito distante o discurso que pretendia passar do que tinha de fato a oferecer (LEVY, 2008). A Coroa iniciou assim, um esforço na busca da ideia de modernidade e civilidade, promovendo exposições nacionais que serviam como preparação às exposições universais e, nas palavras de Azevedo (2016. p.55), como uma "verdadeira pedagogia do desenvolvimento material"

para os brasileiros. As exposições se afiguravam como apontamentos para o futuro e o Império ansiava por demonstrar que o país estava inserido plenamente na tendência moderna vigente, mesmo diante da contradição de uma monarquia escravista.

O século XIX foi palco de uma série de inovações e progressos que impactaram a forma como os indivíduos se relacionavam e enxergavam o mundo. A invenção do telégrafo, do fonógrafo, do telefone, dos bondes e da luz elétrica podem ser analisadas como uma fonte de profunda transformação da própria ontologia humana. Tentar imaginar como essas inovações foram impactantes para a mentalidade dos indivíduos da época é um exercício primordial para a compreensão do sentido de magia que elas assumiam. Diante de um cenário inédito e de caráter extraordinário, que se modificava rapidamente a cada novidade material, a sociedade carioca oitocentista buscava na magia e no ambiente místico uma explicação para fenômenos de difícil compreensão racional e lógica, ainda que essa visão não fosse homogênea.

A loja *Ao Rei dos Mágicos* foi, nesse sentido, a sintetização de um imaginário presente na época. Localizada no centro da circulação de ideias da cidade do Rio e repleta de produtos descritos como "mágicos" em suas vitrines, ela ilustrou o espanto e a incredulidade que permeavam o pensamento de uma população ainda não habituada com os fenômenos científicos que surgiam. Foi também uma parceira oportuna para a Coroa, que necessitava urgentemente transmitir um ideário de progresso e civilidade que legitimasse no campo simbólico seu já decadente regime. Curiosamente, o fechamento da loja em 1888 coincide com o período imediatamente antecessor ao episódio que poria fim à fracassada tentativa do Império em permanecer vivo.

O estudo Micro-Histórico desse local nos mostra que *Ao Rei dos Mágicos* é muito mais do que uma possível curiosidade histórica pontual. Ela é um importante objeto representativo e constitutivo de um fenômeno que a transcende. A partir dela, o progresso material em curso no século XIX fica evidente. As profundas transformações das relações sociais entre os indivíduos se entrelaçam e se conectam aos produtos inovadores que começam a participar da vida de cada um. O imaginário mágico dessa sociedade começa a ser ressignificado e deixa para trás o caráter puramente religioso, estampado nas vitrines da loja a incredulidade frente à ciência. A abordagem Micro-Histórica funciona, nesse sentido, como uma lupa, que amplia a visão sobre um local específico, revelando simultaneamente um fenômeno mais amplo que o transpassa.

Parafraseando Joaquim Manuel de Macedo, que em seu romance *Luneta Mágica*[34] ilustra o sentimento de incredulidade e assombro diante dos progressos materiais do século XIX e apresenta a curiosa e coincidente (ou não) figura de um vendedor de produtos mágicos chamado Reis, "representante do espírito do século", "isto tudo não passa de uma comédia, que nos fará rir amanhã: a verdadeira magia está nas maravilhosas realidades das ciências físicas."[35]

Referências bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

BAKOS, Margaret M. Corpo e Egiptomania no Brasil. *PHOÎNIX*, Rio de Janeiro, 9: 210-225, 2003.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em 18/08/2018.

COHEN, Alberto A. *Ouvidor, a rua do Rio*. Rio de Janeiro: AACohen, 2001.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1965.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEVY, Ruth. *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Luneta mágica*. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/luneta_magica.pdf>. Acesso em: 01/09/2018.

34 A *Luneta Mágica* é um romance publicado em 1869, por Joaquim Manoel de Macedo, que retrata a mudança radical na vida de um homem míope que descobre os óculos de grau, na época chamados de lunetas mágicas. O dono da loja que comercializava esses óculos era, curiosamente, chamado *Reis* e todo o imaginário de magia associada ao progresso que foi aqui descrito pode ser verificado na narrativa do autor. Vale ressaltar que na data de publicação do romance a loja rival do estabelecimento aqui estudado já existia. Não seria impossível imaginar que o autor tenha se inspirado em um local real e demonstrado, através da literatura, o espírito de ressignificação da magia que o período adquire.

35 *Luneta mágica*, p.14. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/luneta_magica.pdf> Acesso em: 01/09/2018.

RENAULT, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro: segundo os jornais, 18701-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA.* Lisboa: TypographiaLacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00299210>. Acesso em 18/08/2018.

JORNAIS CONSULTADOS

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) (1870-1879)

Correio do Brazil (1870-1879)

Diário do Rio de Janeiro (1850-1859), (1870-1879)

Gazeta de Notícias (RJ) (1870-1879)

Jornal do Commercio (1850-1859), (1870-1879)

Monitor Campista (RJ) (1870-1879)

O Globo (1890-1899)

O Mequetrefe (1880-1889)

O Mosquito (1870-1877)

O Cruzeiro (1870-1879)

O Repórter (1870-1879)

Revista Illustrada (RJ) (1870-1879)

Vamos lêr! (1930-1939)

Recebido em 21de dezembro 2019.
1º parecerista em 03 de janeiro 2020.
2º parecerista em 12 de janeiro 2020.

NO RASTRO DO CONDE DE BOBADELA

Neusa Fernandes[1]

Resumo:

O texto focaliza o governo de Gomes Freire de Andrade, no Rio de Janeiro, bem como o monumento erigido em seu governo, o Aqueduto da Carioca, situado no centro da cidade do Rio de Janeiro. Monumento muito importante historicamente, que até hoje mantém considerável conservação.

Palavras-chave: Gomes Freire; Rio de Janeiro; Aqueduto.

Abstract:

Il s'agit du governement Gomes Freire de Andrade et aussi a étudié roman aqueduct situé au centre de la cité de Rio de Janeiro. C'est un monument historique très important au passé recente, mantenant jusque aujourdhuit considérable conservation.

Keywords: Gomes Freire- Rio de Janeiro; Aqueduc.

António Gomes Freire de Andrade, nobre militar e administrador, nasceu em 1685, na Freguesia de Nossa Senhora do Loreto de Juromenha, em Portugal. A pequena freguesia foi sede do Concelho, extinto em 1836. Com menos de 107 habitantes, foi extinta em 2013.

Gomes Freire de Andrade

1 Pós-doutora História. Vice-presidente do IHGRJ.

Filho de Bernardino Freire de Andrade e de Joana Vicência de Meneses, Gomes Freire de Andrade foi fidalgo escudeiro, do Conselho dos reis D. João V e D. José I. Estudou na Universidade de Coimbra, época que assentou praça e se dedicou à carreira militar. Foi contemporâneo de Mendonça de Pina e Proença, bibliotecário real que esteve em Minas Gerais a serviço do rei D. João V, entre 1734 e 1737, quando implantou o sistema de captação.

Tomou parte na Guerra de Sucessão da Espanha, conquistando alto posto. Veio para o Brasil, nomeado governador da Capitania do Rio de Janeiro, em substituição a D. Lourenço de Almeida. Ao desembarcar, mandou prender Antônio Pereira de Sousa, abridor de cunhos da Casa da Moeda do Rio de Janeiro – que também prestou serviço à casa da Moeda de Minas Gerais –, e importante descaminhador que se escondia sob os nomes de Francisco José e Antônio.

Gomes Freire de Andrade governou durante 30 anos, de 1733 a 1763. A partir de 1735, acumulou a governança do território de Minas Gerais, e em 1748, acumulou as governanças de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, devido ao aumento das populações. Como governador do Rio de Janeiro, um dos seus primeiros atos foi a idealização da construção do Paço. Para tanto, solicitou ao rei D. João V licença para edificar uma casa de governo no Rio de Janeiro. A construção do edifício começou em 1738, seguindo o projeto do engenheiro militar português José Fernandes Pinto Alpoim, na atual Praça Quinze de novembro, centro da cidade colonial. Vale lembrar que esta praça foi várias vezes rebatizada, no século XVIII, com os nomes de Várzea Nossa Senhora do Ó, Largo do Terreiro do Polé, Largo do Carmo, Terreiro do Paço, Largo do Paço e, a partir da proclamação da República em 1889, Praça Quinze de Novembro.

A **Casa dos Governadores** foi inaugurada em 1743. Nessa mesma época, o Largo foi embelezado com a construção das casas de Telles de Menezes – também projetadas por Alpoim – do lado oposto ao do Paço e a inauguração de um chafariz trazido de Lisboa, colocado no centro do espaço. Dois anos antes, o governador inaugurou o Hospital dos Lázaros, em São Cristóvão, e o manteve por toda a sua vida Contudo, os grandes feitos não livraram o governador de acusação.

Em 1743, a Câmara do Rio de Janeiro oficiou protesto, encaminhado ao rei, contra o governador Gomes Freire de Andrade, pelo desrespeito ao Senado durante a cerimônia da entrega ao Rio de Janeiro das peças fabricadas com o primeiro ouro arrecadado dos quintos de Minas Gerais. O governador não conservara o lugar à sua direita, como mandava o cerimonial, para o Senado. Inconformados com a desfeita, os camaristas solicitaram ao rei que tomasse as providências para que terceiros não tivessem a preferência em solenidades, usurpando o lugar que pertencia aos oficiais da Câmara, de acordo com as

Constituições do Arcebispado da Bahia. Em 1744, tão logo foi o governador informado de riquezas existentes no distrito diamantino de Paracatu, providenciou a exploração dos terrenos, organizando a circulação do ouro e controlando a coleta dos quintos. Para tanto, criou um sistema de taxas sobre o ouro arrecadado em Minas, impôs a realização de contratos sobre os diamantes do Tijuco, distrito que a Metrópole mantinha rigorosamente fechado, reprimindo o contrabando articulado a partir do Rio. Também promoveu uma reurbanização em Ribeirão do Carmo, rebatizada de Mariana em homenagem à Rainha D. Maria Ana de Áustria.

Apesar de sua dinâmica atuação, em 1755 Gomes Freire sofreu grave acusação na Corte, por Tomás Francisco, de ter se beneficiado de três milhões de cruzados juntamente com seu irmão, desviados dos cofres do Estado. O governador defendeu-se em carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, datada de 6 de novembro de 1755, alegando ser tudo intriga dos jesuítas (os padres do Paraguai), invocando seus 49 anos de serviço ao rei e em defesa da Pátria. Destacou também sua ação militar em Portugal, à frente das Capitanias de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande de São Pedro. Um importante ato seu foi a publicação da Carta Régia, em 16 de fevereiro de 1751, que estabeleceu um Tribunal de Relação no Rio de Janeiro. As atividades do Tribunal só iniciaram em 15 de junho, tendo sido Gomes Freire seu primeiro presidente e regedor.

Preocupou-se com a cultura e a incentivou através da criação de duas academias de intelectuais, de curta duração: a *Academia dos Felizes*, aberta em 6 de maio de 1736, com sessão inaugural realizada na Casa dos Governadores, com a presença do governador interino brigadeiro José da Silva Pais; e a *Academia dos Seletos*, fundada em 30 de janeiro de 1752, sob a inspiração de Feliciano Joaquim de Sousa Nunes. A primeira tinha como insígnia o semideus Hércules, com uma clava, afugentando o ócio e a divisa *Ignavia fugando et fugienda*. Seu presidente foi o médico português Matheus Saraiva, radicado no Rio de Janeiro desde 1713. A Academia desapareceu em 28 de fevereiro de 1749. A segunda teve sua sessão inaugural realizada no Paço dos Governadores, presidida pelo jesuíta baiano padre Francisco de Faria, tendo como secretário Manuel Tavares de Siqueira. Nesse mesmo ano de 1752, o governador Gomes Freire deslocou-se para a região sul, acompanhado do engenheiro Fernandes Alpoim, incumbido de delimitar as fronteiras com as colônias espanholas, em cumprimento ao Tratado de Madrid assinado dois anos antes entre Portugal e Espanha.

Como militar, ainda comandou as tropas luso-espanholas durante a chamada Guerra Guaranítica, que durou de 1754 a 1756, derrotando o líder guarani Sepé Tiaraju. Incentivou também a construção de importantes obras religiosas, como o *Convento de Santa Teresa* – atendendo ao pedido das irmãs Maria Jacinta e Francisca para a construção de um convento da Ordem das Carmelitas

Descalças –, dedicado à Santa Teresa d'Ávila. Com projeto da Igreja e do Convento feito pelo engenheiro Alpoim, a pedra fundamental foi lançada em 1750. Foi o primeiro convento feminino da cidade e local onde foram enterrados tanto o engenheiro quanto o governador Gomes Freire. Além disso, incentivou a construção do *Convento Nossa Senhora da Conceição da Ajuda*, popularmente conhecido como Convento da Ajuda (hoje demolido), situado na atual Cinelândia. Inaugurado em 30 de março de 1750, em meio a um cerimonial solene, iniciado por um Te Deum, no Mosteiro de São Bento e completado por uma procissão que seguiu até a nova casa conventual. Depois da demolição foi definitivamente transferido para a Rua Barão de São Francisco 385, em frente à Praça Barão de Drumond, em Vila Isabel.

Convento da Ajuda

O governador Gomes Freire de Andrade foi feito primeiro Conde de Bobadela por decreto do rei D. José I, de 8 de outubro de 1758, confirmado em 20 de dezembro de 1758. Dentre suas obras, a mais emblemática é o *Aqueduto da Carioca*, conhecido como Arcos da Lapa. Sua função era trazer água da nascente do Rio Carioca, no Silvestre, no Morro de Santa Teresa, até o chafariz do Largo da Carioca, onde o povo poderia recolher a água derramada. Antes dessa providência, o governador construiu no início do Aqueduto, em Santa Tereza, o reservatório do Carioca, próximo ao que chamou de "Mãe d'Água", bica pública ainda usada.

Vale lembrar que *aqueduto* é um canal ou galeria, subterrâneo ou à superfície, construído para conduzir água proveniente de locais mais altos para facilitar o escoamento. Os aquedutos são normalmente edificados sobre arcadas ou sob plataformas, ou ainda em arcos suspensos, modelo que os romanos aprenderam com seus antecessores, os povos etruscos.

Na Antiguidade, quase todas as civilizações construíram aquedutos, como por exemplo: China, Caldeia, Assíria, Fenícia, Grécia e Roma. Foi com esta última que os aquedutos tiveram um maior desenvolvimento, já que a cidade de Roma, no século I, era abastecida por catorze aquedutos, o maior deles com 90 Km de extensão. Um famoso monumento da humanidade é o Aqueduto na *Vers-Pont-du-Gard*, datado do século I a.C., situado próximo à cidade de Nimes, na França, que transportava 20.000 metros cúbicos de água por dia. Construído em três níveis, tem 49 metros de altura e 50 metros de comprimento.

Foram os poços os primeiros suprimentos que o povo tinha para a obtenção de água. Alguns deles ficaram famosos, como o poço do "Cara de Cão", o poço do Porteiro – na base do antigo Morro do Castelo, em frente à rua da Ajuda –, o poço da Misericórdia e o Pocinho da Glória, no início da rua do Catete. Desta época, encontram-se relatos de queixas dos cariocas pela situação crítica da água na cidade. Morador importante, o senhor Antônio Rabelo Pereira, capitão da Fortaleza de São Francisco do Rio de Janeiro, reclamava dos prejuízos causados pela passagem do Rio Carioca no interior de sua chácara. Ademais, a situação dos chafarizes existentes era também crítica, por conta do seu mal traçado que causava constante falta d'água na cidade.

Por outro lado, as águas que escorriam pelas torneiras dos chafarizes, deixadas abertas, empoçavam, alagando a cidade e as casas, e provocando surtos de muitas moléstias. As desordens constantes nas filas da água, obrigaram a colocação de uma sentinela nos chafarizes; em consequência, a cidade se alastrou. Surgiram as ruas da Vala (hoje rua Uruguaiana), rua da Guarda Velha (hoje rua 13 de Maio) e a rua do Aljube (hoje rua do Acre).

As dificuldades com a água fizeram surgir um comércio primário, exercido por índios e escravos, que a serviço de seus senhores, percorriam a cidade carregando vasilhas cheias de água para vender. Perdurou até que foram substituídos por escravos africanos– havendo quem dissesse ser este o primeiro serviço de água domiciliar do Rio de Janeiro.

No século XVII, foram usadas cisternas para recolher as águas das chuvas e também foram exploradas as nascentes do Corcovado. Em 1833, uma companhia com capitais brasileiros e ingleses se candidatou a fazer chegar água encanada às residências, mas não foi bem-sucedida.

O comércio da água no Rio de Janeiro sofreu uma evolução. No ano de 1840, Sebastião da Costa Aguiar criou uma frota de carroças puxadas por um burrico, que vendia "a boa água do vintém", como era conhecida a proveniente da chácara daquele nome, situada no Largo da Segunda Feira.

Ao mesmo tempo em que desenvolveu com louvor a carreira militar, o governador Gomes Freire de Andrade cultivava amor pela literatura. Nesse sentido, inaugurou a oficina tipográfica do Rio de Janeiro, o que muito contrariou o governo da Metrópole, interessado em manter a ignorância dos colonos. Assim, a tipografia durou pouco tempo, sendo censurada e fechada por ordem da autoridade em Portugal.

Gomes Freire de Andrade faleceu em 01 de janeiro de 1763 O seu governo foi bem avaliado pelos cariocas, ao ponto de os representantes da cidade do Rio de Janeiro solicitarem o privilégio de postarem o seu retrato na sala principal da Câmara Municipal. No Arquivo Histórico Ultramarino, encontra-se o pedido dos vereadores do Rio de Janeiro, quando obtiveram permissão dessa homenagem a Gomes Freire. Medida de exceção, porque era proibido que as autoridades da colônia brasileira tivessem representação de sua imagem em lugares públicos.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. 3º ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 75 e 88.

GONÇALVES, Adelto. *O reino, a colônia e o poder: o governo Lorena na capitania de São Paulo 1788-1797*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2019, p. 307.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVII*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017, p. 186.

Fonte consultada

AHU Conselho Ultramarino, São Paulo, caixa 41, documento 3357, 6/3/1793

Recebido em 15 de abril de 2020
1º parecerista em 05 de maio de 2020
2º parecerista em 09 de maio de 2020
3º parecerista em 11 de maio de 2020

150 ANOS DO CENSO DA CORTE EM 1870. FIGUEIRA DE MELLO: FIGURA PÚBLICA EMINENTE

Nelson de Castro Senra[1]

Resumo:

Ao aproximar do término da guerra contra o governo de Solano Lopes ficava claro que o Império não mais poderia ficar sem dispor de um censo nacional e de uma produção contínua de estatísticas. Para resolver esse problema, o Ministro dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza, em 1869, toma diversas iniciativas para resolver essa questão, e faz aprovar uma legislação competente. Até que um órgão técnico, especializado, pudesse ser criado, e se pudesse dar-lhe recursos para trabalhar, o ministro toma várias medidas atenuantes, entre as quais fazer um Censo na Corte em 1870, sob o comando de Figueira de Mello.

Palavras-chave: Censo Nacional. Estatísticas contínuas. Censo da Corte. Figueira de Mello.

Abstract:

As the war against the Solano Lopes government ended, it became clear that the Empire could no longer be without a national census and continuous production of statistics. In order to solve this problem, the Minister of the Empire, Paulino José Soares de Souza, in 1869, took several initiatives to resolve this issue, and passed competent legislation. Until a specialized technical institution could be created, and it could be given resources to work with, the minister took several mitigating measures, including taking a Census of the Capital in 1870, under the command of Figueira de Mello.

Keywords: National Census. Continuous statistics. Census of the Capital. Figueira de Mello.

Em dezembro de 1864 começara a "Guerra do Paraguai", como é denominada na historiografia brasileira moderna; à época, nos termos da política imperial, referia-se ao conflito como "guerra contra o governo de Solano Lopez". Na historiografia argentina e em uma parte da uruguaia, ao conflito refere-se como a "Guerra da Tríplice Aliança"; já na historiografia paraguaia e em outra parte da uruguaia refere-se ao conflito como a "Guerra Grande". Sutilezas que bem expressam a significação daquele conflito nos corações e nas mentes dos quatro povos envolvidos; conflito terrível, com severas perdas humanas e grande desperdício financeiro (em dívida externa crescente), e por todas essas razões, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, a chamará de "Maldita Guerra". Só terá fim formal em 1º de março de 1870.

Ao longo de todo o conflito faltaram informações estatísticas, sobre os recursos humanos e sobre os recursos alimentares, essenciais ao esforço de guerra; sem falar na precariedade das comunicações e na fragilidade dos transpor-

1 Doutor em Ciência da Informação. Economista. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

tes. Por demais, mais grave ainda, havia quase total ausência de informações cartográficas, pese o grande esforço e empenho dos engenheiros (formados nas escolas militares); no correr da guerra, no calor do conflito, buscou-se cartografar o território nacional, sem sucessos completos. Assim, houvesse informações estatísticas e cartográficas brasileiras, minimamente sistemática, e mais fácil (simples mesmo) teria sido o esforço de guerra; mas, infelizmente, vivia-se uma situação produtiva improvisada e descontínua. Tentativas houve, mas sem grandes sucessos.

Contrariamente, os paraguaios contavam com um censo feito em 1857, o que, por frágil que fosse, e talvez o fosse, era uma vantagem. Além disso, dado o caráter autoritário da administração, talvez tirassem dos registros públicos de caráter administrativo mais (e talvez melhores) informações estatísticas do que se as tiravam no Império. Sem ignorar a dimensão territorial paraguaia, bem menor que a brasileira, o que facilitava muitíssimo. Além disso, dado que tiveram a iniciativa de começar a guerra, tiveram o cuidado de fazer mapas do seu próprio território e, não raro, também do território brasileiro, através de pequenas incursões militares, bem assim, através de viajantes disfarçados em estudiosos ou em comerciantes. Em geral, sabiam das condições territoriais brasileiras muito mais e bem melhor do que o Governo Imperial ou os Governos Provinciais[2].

Pois, no que tange aos censos e às estatísticas, pouco depois, Paulino José Soares de Souza, então Ministro dos Negócios do Império no segundo gabinete (16 de julho de 1868 a 29 de setembro de 1870) presidido por Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí dará cobro a essa carência. Então, por sua iniciativa seria aprovada a Lei 1.829, de 9 de setembro de 1870, em cujo art. 2º previa-se a criação de uma Diretoria Geral de Estatística (DGE), com sede na capital do Império, para logo fazer um censo, bem assim, para coordenar as futuras atividades censitárias e dar organização continuada à elaboração das estatísticas pelas repartições públicas.

Antecedentes e justificativas

Pois Paulino nos relatórios que apresentou à 1ª (1869) e à 2ª (1870) sessões da 14ª legislatura (1869 – 1872) já vinha tratando do estado precário das estatísticas nacionais. No relatório dirigido à abertura da 1ª sessão, disse que "a falta de dados estatísticos é uma das dificuldades com que luta a Administração", e acrescentou:

> Escusado é ponderar-vos sua necessidade, sobretudo a do recenseamento geral da população do Império. Vários trabalhos parciais têm sido empreendidos

2 Leia-se sobre a guerra o estudo excelente, basicamente definitivo: DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra. Nova história da Guerra do Paraguai.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p.

> para obtê-lo, e alguma coisa se tem em algumas províncias conseguido, mas sem todas as garantias de exatidão essenciais de semelhante assunto. (BRASIL, 1869, p. 14).

Prosseguindo, recorda e lamenta a não realização do censo em 1852[3], que ao país deixou um vazio de saberes, fragilizando o exercício dos poderes:

> Os tropeços que encontra diariamente a Administração por falta de dados estatísticos, a necessidade de um recenseamento, se não completamente exato, ao menos aproximado, quando se trata da solução de questões sociais, tem por vezes chamado minha atenção para este objeto, e conquanto pese bem as dificuldades que hei de encontrar, encetarei novos trabalhos no sentido de coligir os elementos precisos, se vos parecer conveniente habilitar o Governo com os meios para esse fim necessários. (BRASIL, 1869, p. 14)

No relatório seguinte (dirigido à abertura da 2ª sessão, 1870), Paulino apresenta um arrazoado sobre a importância das estatísticas. Dessa forma, com esse discurso, mostra um perfeito domínio da importância das estatísticas na gestão da coisa pública, tanto quanto das suas peculiares exigências operativas.[4]

> A apreciação dos fatos sociais exige o conhecimento de dados positivos que revelem o estado do país, considerado sob diversos aspectos que altamente interessam aos encarregados de sua direção, quer no que se refere à decretação das leis, quer às disposições regulamentares e providenciais necessárias à sua execução. Estes dados, porém, não podem ser colhidos senão à custa de inabalável perseverança, que infelizmente nos tem faltado. (BRASIL, 1870, p. 24)

Prossegue dizendo da pobreza das iniciativas e, sobretudo, dos resultados no sentido da elaboração das estatísticas nacionais após a Independência – no Primeiro Reinado e no Período Regencial – para depois sugerir que antes, ao tempo colonial, seria maior o laborar as estatísticas. Essa afirmação, sem dúvida, tem muito de retórica, o que talvez tenha sido a intenção de Paulino, atiçando os brios de seus pares, pois que as estatísticas coloniais não foram nada especiais.[5] Quanto aos esforços havidos no Segundo Reinado, valoriza as iniciativas, mas lamenta os resultados, que entende terem sido frágeis.

---

3 Sobre a não realização desse censo, ver: SENRA, Nelson de Castro. O povo (sem senso?) em armas contra medidas racionais do governo imperial brasileiro (1851-1852). In: CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de, et al. (org.). *Em Associação das Américas, as estatísticas públicas como objeto de estudo*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2011. P.97-127.

4 Filho do Visconde do Uruguai (de mesmo nome), Paulino teve formação europeia e bem conviveu em ambiente que valorizava as estatísticas nas práticas de governo. E bem compreendia a complexidade de sua produção, que devia ser feita em órgão técnico, e não em comissões ou comitês, como até então se tentara no país.

5 Claro, Portugal fazia estatísticas com certa regularidade ao tempo colonial (sobremodo na região aurífera e diamantífera), mas essa prática não tinha aspectos essenciais das modernas produções estatísticas, sobremodo o anonimato das fontes individuais, entre outros pontos de fragilidade (sobremodo não havia continuidade na

> Apesar destas disposições a estatística entre nós está ainda embrionária. Entretanto a oportunidade é a mais favorável para tratar-se de tão importante ramo da administração. As prevenções contra este serviço não podem manifestar-se agora, que o estado mais lisonjeiro das finanças não deve fazer recear lançamento de novas imposições, e a feliz terminação da guerra contra o ex-presidente da República do Paraguai permite o licenciamento de numerosos batalhões que tantas glórias colheram nos combates. Mas não é possível dar andamento desde já a qualquer projeto relativo ao censo geral do Império pela falta do necessário crédito no orçamento em vigor. [...] Logo que houver crédito especial empenhar-me-ei em realizar em todo o Império o trabalho que agora só foi possível efetuar na Corte[6]. O progresso nacional não se compadece com a ignorância em que estamos acerca do algarismo exato da população do país. (BRASIL, 1870, p. 25)

Entrementes, Paulino não ficaria inerte. Bem sabia que formar a Diretoria tomaria tempo, e que fazer o censo tomaria mais tempo ainda. Assim sendo, agiria em duas frentes, com duas decisões relevantes: primeira, incumbiria a Joaquim Norberto de Sousa e Silva, funcionário de carreira do Ministério dos Negócios do Império (e futuro Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) de elaborar um relatório minucioso sobre o estado das estatísticas nacionais[7]; segunda, incumbiria Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, Senador do Império, já em 1870, e, antes, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para fazer um Censo na Corte[8].

Formalizando as iniciativas

Tendo em mente essas ideias, Paulino as coloca na Fala do Trono, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, proferida pelo Imperador em 06 de maio de 1870, ao apresentar o programa de governo do gabinete Itaboraí:

> Confio que prestareis desvelada atenção a estes assuntos, e bem assim à reforma eleitoral, ao melhoramento da administração da justiça, à organização municipal e da guarda nacional, à decretação de meios para levar-se a efeito o recenseamento de toda a população do Império, à lei de recrutamento e ao código penal e do processo militar. (BRASIL, 1993, p. 393).

---

produção). Àquele tempo, as estatísticas identificavam os informantes, de modo que mais se assemelhavam aos registros administrativos.

6 E se refere ao início em abril daquele ano da realização do Censo na Corte.

7 O relatório intitulado "Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje", datado de maio de 1870, ainda será entregue a Paulino que o anexará ao seu relatório à 2ª sessão da 14ª legislatura.

8 O relatório elaborado pela "Comissão encarregada da direção dos trabalhos de arrolamento da população do Município da Corte", datado de setembro de 1870, já será entregue ao sucessor de Paulino no Ministério dos Negócios do Império, João Alfredo (no gabinete São Vicente), que o anexará ao relatório dirigido à abertura da 3ª sessão (1871) da mesma 14ª legislatura.

Debatida na Câmara dos Deputados, em 3 de junho de 1870, recebeu o esperado e necessário Voto de Graça, tornando-se programa de governo. Sobre o ponto acima destacado, garantem os deputados:

> A câmara dos deputados protesta corresponder à benévola confiança de Vossa Majestade Imperial, prestando desvelada atenção a estes assuntos, e bem assim à reforma eleitoral, ao melhoramento da administração da justiça, à organização municipal e da guarda nacional, à decretação de meios para levar-se a efeito o recenseamento de toda a população do Império, e ao código penal e do processo militar, aguardando a sábia resolução do senado acerca do projeto de lei de recrutamento, que lhe remetera na sessão passada. (BRASIL, 1993, p. 394).

Na euforia do vencedor, o novo tempo prometia progresso, tornando essencial o saber das estatísticas; esse saber faria próximo, presente, e, sobretudo, conhecido e pensável os brasis distantes, ausentes e não conhecidos, desta forma, abrindo condições ao exercício racional de governo.

> Senhor! Se quando a guerra exigia recursos extraordinários não faltou ao governo, dedicada e patriótica coadjuvação, há de a câmara dos deputados prestá-la hoje, que a nova era de paz nos permite dar impulso a todos os melhoramentos internos, satisfazendo assim os votos do país e correspondendo às patrióticas esperanças de Vossa Majestade Imperial. (BRASIL, 1993, p. 394).

Pois é nesse contexto que será formalizada a Lei 1.829, de 9 de setembro de 1870, e, em desdobramento, como visto em seu corpo, será criada a Diretoria Geral de Estatística, pelo Decreto 4.676, de 14 de janeiro de 1871, já no gabinete seguinte (29 de setembro de 1870 a 7 de março de 1871) presidido por José Antônio Pimenta Bueno, o Visconde (depois Marquês) de São Vicente, sendo João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro dos Negócios do Império, começa a funcionar em 1º de março, passando a ser a primeira instituição brasileira de estatística, de caráter público e nacional[9]. Àquela Diretoria, primeira instituição estatística nacional do país, caberia realizar o Censo de 1872, primeiro censo do país, seguindo na produção de diversas informações estatísticas temáticas, até o final do Império[10]. Esse censo será feito já no gabinete (7 de março de 1871

9 Note-se que para a realização do planejado e não executado Censo de 1852, iniciativa do gabinete presidido por José da Costa Carvalho, o então Visconde (logo depois Marquês) de Monte Alegre, criou-se a função de Diretor Geral do Censo, mas não se lhe associou uma diretoria, apenas uma secretaria geral. E não se lhe expandiu a função para a atividade estatística continuada.

10 Em 17 de dezembro de 1881, a DGE foi rebaixada a Serviço de Estatística, seguindo subordinada ao Ministério dos Negócios do Império. Após o golpe militar contra a Monarquia, um dos primeiros atos do governo provisório republicano foi a restauração da antiga DGE (Decreto 113D, 02 de janeiro de 1890), incumbindo-a da realização do Censo de 1890.

a 26 de junho de 1875) presidido por José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco[11].

En passant, João Alfredo (no gabinete São Vicente), em relatório dirigido à abertura da 3ª sessão (1871) da 14ª legislatura, em meio a elogios ao seu antecessor (Paulino) pelas medidas no sentido da elaboração das estatísticas, anuncia a criação da Diretoria Geral de Estatística, dando-lhe o regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro daquele ano, 1871, e afirma:

> Esta Repartição está em exercício desde o 1º de março, e tem trabalhado ativamente, não só na aquisição dos elementos indispensáveis para coordenar e apurar os dados estatísticos existentes nas Repartições públicas do Império, mas também em formular os planos necessários para apreciação dos diversos fatos do domínio da estatística. Posto que a Repartição se não ache ainda constituída de maneira que possa abranger em seus trabalhos todos os assuntos da competência de tão vasto ramo dos serviços públicos, necessidade a que oportunamente se deve satisfazer, será um valioso auxiliar da Administração, e preencherá a falta, que temos, de elementos e dados indispensáveis para solução de importantes questões políticas e sociais. (BRASIL, 1871, p. 8).

Sobre o censo na Corte, objeto deste estudo, Paulino decide realizá-lo por duas razões: primeira, para atualizar as estatísticas da população vivendo na Corte, sendo que as mais recentes estavam datadas de 1856, sem maiores rigores e detalhes[12] (as mais minuciosas eram datadas de 1849 e, embora polêmicas nos resultados, pois deram pontos fora da série histórica censitária, foram feitas por Haddock Lobo); segunda, para servir como teste, vale dizer, como aprendizado à realização próxima do censo nacional, previsto na legislação:

> Atendendo ao muito que aproveitaria a numerosos pontos de administração local a estatística da população da Corte, e considerando por outro lado que, em um trabalho essencialmente prático, era cautela salutar tratar primeiro do arrolamento da população desta Capital, o qual poder-se-ia [sic] efetuar sem maior dispêndio, colhendo-se do ensino que a experiência trouxesse profícuas lições para proceder com mais segurança quando se desse ao trabalho o desenvolvimento de que é susceptível (BRASIL, 1870, p. 25).

11 João Alfredo seguiu como Ministro dos Negócios do Império. A direção da DGE coube ao então Deputado Geral, e futuro Senador, Francisco Manoel Correa, logo licenciado para assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Enquanto licenciado teve dois substitutos: Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque e José Maria do Couto.

12 Esse censo foi feito por ordem de José Thomaz Nabuco de Araújo, Ministro da Justiça, ao tempo do gabinete de conciliação, presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, sob as ordens do Chefe de Polícia, Antônio Thomaz de Godoy.

Figueira de Mello, figura pública eminente

Jeronimo Martiniano Figueira de Mello nasceu em Sobral, Ceará, em 19 de abril de 1809, vindo a falecer na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1878. Ao longo da vida voltou ao direito e à política, cumprindo trajetória de sucesso[13].

Em 1832, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Olinda, da qual foi dos primeiros estudantes. Ano seguinte começou sua carreira como Promotor Público da Corte; naquele mesmo ano foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Fortaleza, logo depois, em 1841, passando à comarca do Brejo, em Pernambuco (onde entrará na política). Em 1851 foi nomeado Desembargador da Relação de Pernambuco, passando em 1861 à Relação do Rio de Janeiro, da qual alcançaria a presidência em dezembro de 1870 (em abril daquele mesmo ano assumira a incumbência da realização do Censo da Corte). Em 1873, coroando sua trajetória no campo do direito, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça, aposentando-se naquela função em 1876.

Foi eleito Deputado à Assembleia Geral pelo Ceará na 3ª, 9ª, 11ª e 14ª legislaturas e por Pernambuco na 8ª legislatura; em 1870 foi escolhido Senador do Império pela província do Ceará. No parlamento e na imprensa assumiu posição a favor dos bispos, na questão religiosa, um dos mais críticos momentos do Império. Foi presidente das províncias do Maranhão (em 1842) e do Rio Grande do Sul (em 1871), em períodos difíceis pelas disputas acirradas entre conservadores e liberais.

Recebeu diversas honrarias: o uso da beca honorária (1849); o título de Conselho (1869), o foro de Fidalgo Cavaleiro (1874), o grau de dignitário da Ordem da Rosa e o grau de comendador da Ordem de Cristo (1877)[14]. Foi um dos fundadores da Sociedade Estatística do Brasil, em 1854-55.

Era Chefe de Polícia da província de Pernambuco, desde 1849, quando eclodiu a Revolta Praieira (deixou aquela função em 1852). Em 1850, com grande repercussão, escreve a "Crônica da rebelião praieira em 1848 e 1849", sob o ângulo dos vitoriosos (os conservadores), sendo ele um deles[15].

13 Sobre Figueira de Mello veja-se BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, v. III, p. 304-305, e a página na Internet do Supremo Tribunal Federal (www.stf.gov.br) onde, além dos dados biográficos, seu retrato pode ser visto.

14 Recusou, em 1877, o título de Barão de Sobral.

15 Para uma notícia rápida da Revolta Praieira, veja-se VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 749p. Verbete às p. 588-590, por Magali Gouveia Engel, com indicações bibliográficas.

Dada essa trajetória, por certo resumida, fica a questão: por que Figueira de Mello foi o escolhido para tão importante atividade: realizar o Censo na Corte, sob tantas expectativas? O que de fato o qualificava?

Pois, em 1841, Francisco do Rego Barros, o então Barão (logo depois Visconde e Conde) da Boa Vista, presidente da província de Pernambuco, contratou, como pessoa privada, Figueira de Mello (até então Secretário da Presidência, 1838-1840) para organizar as estatísticas provinciais, a serem feitas até 1845. O trabalho fora autorizado pela lei orçamentária para 1840-1841 (n. 87, de 6 de maio de 1840), destinando a quantia de 4:000$000 "para serem aplicados à organização da Estatística da Província" (nos termos da referida legislação).

De pronto Figueira de Mello se põe a recolher os elementos primários para o trabalho e verifica como eram deficientes as informações úteis e como eram ineficazes as ordens do governo, no sentido de lhe serem prestadas as informações solicitadas; isso se agrava muito com o governo do Partido Praieiro (1844-48). Nesse sentido, diante das dificuldades solicitou extensão do prazo, o que lhe foi dado. Em 1847 entregou a obra ao governo provincial, tendo-lhe sido autorizado o pagamento da remuneração em 1849 (Ofício do Presidente da Província ao Inspetor da Fazenda Provincial, Recife, 30 de junho de 1849).

Então começa o calvário da impressão. No instante mesmo da entrega do manuscrito ao governo (já agora Vitor de Oliveira, político oponente a Francisco do Rego Barros, que o demandara), surge copiosa crítica ao conteúdo: os números seriam antigos, portanto, não teriam mais valor algum; os quadros ou tabelas (mapas, como eram então chamados) estariam incompletos, com várias células (cruzamentos entre colunas e linhas) sem dado algum; as análises dos números seriam precárias e insuficientes, deixando margem a dúvidas, resvalando a interesses sócio-políticos etc. etc. etc. Enfim, o trabalho não teria nenhum valor, e por isso não se deveria fazer a impressão do manuscrito (aliás, o impressor disse que o mesmo estava muito mal apresentado, exigindo muito trabalho editorial, o que ocorreria por muito tempo ainda, já que as gráficas não tinham experiência na diagramação de tabelas e números e fórmulas).

Para dirimir dúvidas, Vitor de Oliveira contratou (por portaria de 7 de abril de1852, mediante a gratificação de 240$000) José Soares de Azevedo (nada se sabe de sua qualificação) para avaliar a qualidade do trabalho realizado. Este, diante do gigantismo do trabalho a ser feito pediu reajuste deste valor, o que lhe foi dado, passando sua remuneração a 1:200$000 (embora nada de monta tenha feito na obra). Enquanto isso ocorria, Figueira de Mello pediu o arbítrio

do IHGB, que lhe deu ganho de causa, sendo a obra editada. Não obstante a folha de rosto indicar o ano de 1852, a impressão só seria concluída em 1863[16].

Na apresentação do trabalho, "Ao Leitor", (antevendo a tempestade?), Figueira de Mello oferece explicações, antecipando justificativas, mas não sem certos vieses políticos, o que terá desagrado aos seus desafetos partidários, não exatamente a qualidade de sua obra. E afirma, com ênfase, em várias frases, ter ido além do que fora contratado, e se mais não fizera devia-se somente à indiferença das autoridades (aquelas que lhe deviam apoiar na cessão de informações).

> Na desgraçada época em que vivemos, divididos por partidos intolerantes e extremados, ralados de profundos ódios pessoais, alheios inteiramente a todas as ideias de bem público; em uma época em que as ideias políticas e as relações particulares servem de fundamento a mil prejuízos, a negar-se ao cidadão honesto a mínima porção de moralidade, a fazê-lo beber, não uma, mas muitas vezes, o amargo cálice das injúrias e dos apodos, até a última gota; a arrastarem-no pelas ruas da amargura, como um mártir sacrificado ao poder dominante e insensato do dia; em uma época em que tantos, aguilhoados pela ambição, sentem urgente necessidade de irem apressados aos seus fins, atassalhando sem o menor resguardo o merecimento alheio; em uma época, dizemos, em que nada é estável, e tudo é anarquia, já antevemos que muitas críticas nos esperam. (MELLO, 1852, p. 25-26).
>
> Outros quereriam que sobre cada artigo da Estatística desenvolvêssemos todas as considerações filosóficas, morais, políticas e econômicas que o assunto poderia sugerir-nos; mas isso é evidentemente um erro. A função do estatístico limita-se a apresentar fatos bem averiguados sob todas as suas faces, e com todas as suas propriedades; mas não a deduzir deles considerações que pertencem ao moralista, ao filósofo, ao estadista, ao financeiro, etc. [...] Alguns espíritos, afetando extraordinária severidade, quereriam que a nossa obra, para que lhes pudesse merecer algum conceito, se fundasse somente em documentos oficiais; como se os documentos particulares não pudessem ter tanta ou maior veracidade que esses, quando são subministrados por pessoas conscienciosas, e se tanto uns com outros não devessem ser muitas vezes corrigidos, para que possam ser úteis. (MELLO, 1852, p. 27).
>
> Tantas indiferenças sentimos da parte da autoridade que tinha o dever de ajudar-nos, e tanta foi a relutância em darem os empregados subalternos os esclarecimentos que reclamávamos, que, para não desacoroçoarmos, foi-nos preciso revestir-nos de inflexível paciência e pertinácia, colocarmo-nos acima do terror das críticas, e termos como um dever sagrado a apresentação de

16 Depois, haverá uma edição em 1867, mas tentativas de elaboração de nova corografia fracassam; e a obra de Figueira de Mello segue única, mais e mais mantendo importância histórica Uma nova edição fac-similar dessa obra foi feita em 1979 (mas com datação de 1852) pelo Conselho Estadual de Cultura, em Pernambuco, enriquecida pelo prefácio, "As estatísticas e sua história", do historiador José Antônio Gonsalves de Mello.

> uma obra, a cuja confecção nos tínhamos comprometido, e dos quais nos dispensaríamos facilmente, recolhendo o limitado quantitativo que se nos adiantou para despesas de escrituração. (MELLO, 1852, p. 29)

Figueira de Mello, em seu texto ao leitor faz menção a Forjaz de Sampaio, importante estatístico (ou estaticista) português[17], e cita o economista francês Jean-Baptiste Say[18] em duas ocasiões:

> A Estatística não nos faz conhecer senão os fatos acontecidos; ela expõe o estado das produções e dos consumos de certo lugar, em uma designada época, assim como o estado de sua população, de suas forças, de sua riqueza, e dos atos ordinários que nele se passam e são susceptíveis de enumeração. Descrição minuciosa, a Estatística pode agradar à curiosidade, mas não a satisfaz utilmente quando não indica a origem e as consequências dos fatos por ela consignados; mas quando o faz torna-se então economia política. (SAY *apud* MELLO, 1852, p. 27).

> Os fatos que a Estatística apresenta, são mais ou menos incertos, e necessariamente incompletos. Sobre a estatística dos países longínquos e dos tempos que nos precederam, somente se podem fazer ensaios destacados e imperfeitíssimos; e quanto à dos tempos presentes, poucos homens reúnem as qualidades de um bom observador a uma posição favorável para observar. Nunca se conseguiu um verdadeiro censo da população. A inexatidão dos documentos a que somos obrigados a recorrer, a inquieta desconfiança de certos governos, e até dos cidadãos, a má vontade e a incúria, opõem obstáculos, às vezes invencíveis, aos cuidados que tomamos para obter exatas informações. (SAY *apud* MELLO, 1852, p. 27).

A obra, em quatro capítulos, tem uma estrutura em nada diferindo do discursado pelos aritméticos políticos, aproximando muitíssimo das proposições de Moreau de Jonnés, que, contudo, não menciona; como segue: Cap. 1: Território (situação, hidrografia, ilhas, montes e serras, singularidades); Cap. 2: Divisão do território (divisão civil ou dos municípios, divisão judiciária ou de comarcas, divisão eclesiástica ou de freguesias, posições e distâncias e vilas); Cap. 3: Do Governo e da Administração (do governo eclesiástico, civil, e municipal; administração da justiça; do governo militar, e da Força Armada); Cap. 4: População e seu movimento (População da província, população da cidade do Recife, movimento da população).

17 Forjaz de Sampaio foi o introdutor do ensino formal da estatística em Portugal, e teve grande influência entre os produtores de estatística no Brasil Imperial. Sebastião Ferreira Soares (de quem falaremos adiante) se referia muito a ele.

18 Fortemente influenciado pelas ideias iluministas, seguiu os passos do pensamento de Adam Smith, que trouxe as estatísticas ao pensamento econômico.

O censo de 1870; a legislação censitária

As instruções para realização do Censo da Corte foram ditas prontas por Paulino em seu relatório dirigido à 2ª sessão (1870) da 14ª legislatura da Assembleia Geral, e diz que resolveu "realizar este serviço pelo modo simples que as Instruções de 2 do mês findo [abril] estabeleceram", e acrescenta:

> A população do Município Neutro, fazendo justiça ao fim que o Governo se propunha, tem fornecido com a boa vontade esperada os esclarecimentos dela exigidos e tanto a comissão central, como as de distrito, e os agentes policiais a quem foi incumbida a execução do pensamento do Governo, têm prestado valiosos serviços com dedicação tanto mais digna de louvor quanto o seu trabalho não é retribuído.[19] Pela rapidez que tem tido esse serviço, espero que possuiremos brevemente o censo, tanto quanto possível exato, da população deste rico e florescente município. Todos os óbices que na prática se têm apresentado hão sido pronta e satisfatoriamente removidos. (BRASIL, 1870, p. 25).

Tem início o Censo da Corte, que Paulino esperava "confiado no concurso e no zelo de todos, que farão quanto estiver a seu alcance para que no prazo fixado esteja concluído [...] e seja ele o mais exato e completo que for possível", de acordo com as instruções que começam com o seguinte preâmbulo:

> Sua Majestade o Imperador, atendendo à conveniência de proceder-se desde já a um arrolamento da população do Município da Corte, com especificação da condição, idade, religião, estado e profissões dos habitantes, trabalho este que, interessante sob vários aspectos para o estudo e apreciação de muitos fatos sociais, é imprescindível para regular-se convenientemente a distribuição do ensino primário garantido pelo art. 179 § 32 da Constituição, e para efetuar-se uma melhor divisão e organização administrativa do mesmo Município, há por bem que na execução do referido trabalho sejam observadas as seguintes "instruções para levar-se a efeito o arrolamento da população do Município da Corte". (BRASIL, 1871, p. 8)[20].

Segundo as instruções, o arrolamento da população seria feito por fogos ou moradas, onde habite alguma pessoa ou família com economia separada, em 17 daquele mês de abril, valendo-se da divisão dos serviços policiais, distritos e quarteirões (art. 1º e 2º)[21]. A tarefa seria feita sob o comando de uma comis-

19 Foram membros da Comissão Central: Francisco de Faria Lemos, Izidro Borges Monteiro, Domingos de Andrade Figueira, José Vicente Jorge (secretário da comissão). Foram 23 as comissões distritais, envolvendo 109 pessoas (párocos, bacharéis, membros da Guarda Nacional).

20 Embora se refira a um relatório de Paulino, a datação em 1871, deve-se à extração da referência no documento "BRASIL. Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pela Comissão encarregada da direção dos trabalhos de arrolamento da população do Município da Corte, a que se procedeu em abril de 1870".

21 Os distritos formavam as freguesias, sendo então 19, divisão religiosa e jurídica da cidade.

são central (cinco membros; operando segundo o art. 19), com o concurso de comissões distritais (três a cinco membros; operando segundo o art. 20), para controlar os quarteirões (art. 3º e 4º). As instruções preveem quatro mapas: os dois primeiros sendo para uso dos inspetores de quarteirões (ou seja, para realização do trabalho de campo), os dois últimos, iguais em forma e conteúdo, seria para uso das comissões distritais (ou seja, para apuração dos resultados, primeiro por quarteirão em seguida por distrito), como segue.

O mapa 1 seria feito por quarteirão; neles, os inspetores deveriam relacionar (até o dia 9) os edifícios existentes no quarteirão: igrejas, prisões, quartéis e postos militares, outros edifícios públicos, hospitais e casas de saúde, casas de residência particular, número de fogos; sob as seguintes instruções (art. 5º):

Na relação dos edifícios as casas de residência particular serão indicadas pela denominação das ruas, praças, becos, cais, estradas, etc. em que forem situadas e pelos números que tiverem ou pelos nomes dos chefes das famílias que nelas morarem e denominação do sítio 'casa de F.... em tal lugar', quando não haja numeração, estejam distante do arruamento ou não tenham terreno no alinhamento da estrada. Declarar-se-ão sempre os fogos que cada uma contém.

O mapa 2, listas de família, referido a cada fogo ou morada, seria feito a partir do mapa 1; cada chefe ou cabeça de cada fogo ou morada receberia um exemplar dos inspetores de quarteirões, devendo preencher (no dia 17) os quesitos solicitados (de modo inteligível): nome (sexo), idade, religião, nacionalidade, estado (solteiro, casado ou viúvo), profissão; tudo isso para: pessoas da família, agregados, escravos; havendo espaço para observações.

Caso os chefes ou cabeças quisessem, poderiam oferecer as informações de viva voz aos inspetores, que as anotariam; os inspetores, ao recolherem os formulários, deveriam verificar a exatidão dos dados, fazendo as devidas correções e cobrindo as ausências[22]. As instruções constam dos art. 6º ao 9ª (o art. 10 trata da impressão e da distribuição dos formulários), as exceções são previstas nos art. 11 e 12; o recolhimento terminaria em 21 (art. 13) passando-se às comissões o material.

O mapa 3, a cargo das comissões distritais, faria a apuração por quarteirão; o mapa 4, de igual forma e conteúdo, faria a apuração por distrito. Em duas colunas indicadoras consideram-se, primeiro, a condição (livres e escravos), em seguida, para cada condição, o sexo (masculino e feminino), com espaços para somas por condição, e para a soma total. No cabeçalho, estão postos, primeiro a população (total), depois, suas distribuições (detalhamentos), a saber: idade (os

22 Os dados relativos aos palácios da Família Imperial, às casas do corpo diplomático, seriam requisitados diretamente pelo Ministério dos Negócios do Império e enviados à comissão central (art. 23).

maiores, os menores de 21 anos, os menores de 14 anos, os menores de 7 anos), religião (do estado, ou diferente), nacionalidade (brasileiros, estrangeiros), estado (solteiros, casados, viúvos), profissão (eclesiásticos; militares; empregados públicos; profissão literária; comerciantes; capitalistas; proprietários; lavradores; pescadores; marítimos; manufatura, artes e ofícios; agências; serviço doméstico; sem profissão conhecida).

Em 2 de maio, a comissão central, tendo todos esses mapas em mãos, faria a soma do município, em mapa de igual forma e conteúdo, devendo enviá-los ao Ministro dos Negócios do Império, acompanhados de exposição detalhada e circunstanciada, relatando as dificuldades encontradas e as soluções adotadas, com vistas à melhora do serviço em ocasiões futuras (art. 22)[23]. Levou-se quatro meses na análise dos resultados e na preparação do relatório (inclusive sua impressão), posto que datado em 12 de setembro de 1870[24].

A essência do relatório

Na sessão seguinte, 3ª (1871) da mesma 14ª legislatura, João Alfredo (no gabinete São Vicente), comunica que "concluíram-se os trabalhos relativos ao arrolamento da população do Município da Corte, a que mandou proceder o meu ilustrado antecessor"[25], e, ao tornar disponível os resultados, anexando o relatório da comissão, acrescenta:

> A comissão central, ponderando as dificuldades que não podiam deixar de encontrar-se na parte concernente aos dados para verificação da população, e fazendo considerações fundadas em combinações e cálculos de probabilidades, entende que o algarismo total da população não pode ser inferior a 260.000 almas.
>
> Os dignos membros desta comissão, assim como os das comissões paroquiais, e outros cidadãos que se incumbiram, todos gratuitamente, destes árduos trabalhos tornaram-se credores de elogios e do agradecimento do Governo pelos esforços e dedicação com que se empenharam em levá-los a efeito. É de justiça reconhecer que, tendo-se de lutar não só com as dificuldades e óbices que sempre se encontram em trabalhos desta natureza, mas com os que não

23 Todos os papéis que tiverem servidos à organização do arrolamento deveriam ser devidamente classificados e guardados no Arquivo Público (art. 24). Como tudo que se refere a censo (e mesmo a atividade estatística, desde o Império, por decisão de José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho), estão sob a guarda do IBGE. Muito material do período colonial também se encontra em seu acervo.

24 Assim sendo, as instruções aos inspetores de quarteirões, e os dois mapas (formulários) utilizados na tarefa de campo, consideravam e incorporavam as experiências relatadas por Haddock Lobo. Quanto ao escopo da investigação, continuou-se omitindo a questão da cor, mas, ao contrário do que fizera Haddock Lobo, voltou à questão da profissão, com maior detalhamento. Dessa forma, pode-se admitir que o relatório de Haddock Lobo tenha sido lido, e tenha sido útil, ao menos em parte, aos decisores do censo então em curso.

25 Vale lembrar, como já foi dito, que Figueira de Mello ainda entregou seu relatório a Paulino, poucos dias antes da queda do gabinete Itaboraí. Seu envio à Assembleia Geral, no ano seguinte, é que coube a João Alfredo.

> podiam deixar de provir da falta de hábito da nossa população de prestar-se a eles, e do limitado tempo em que se executaram, não era possível apresentar-se resultado mais satisfatório. E, se este não é por tais razões tão aproximado à verdade, quanto poderia sê-lo caso elas não se dessem, pecando, como se deve crer, por ficar aquém da realidade, veio entretanto preencher uma lacuna, e foi um ensaio que concorrerá para maior perfeição dos novos trabalhos a que se tem de proceder. (BRASIL, 1871, p. 8).

A introdução tem o caráter de um resumo executivo. Anuncia os quadros (mapas) feitos, aqueles relacionados no regulamento, bem como, outros que a comissão decide elaborar (não sem a prévia aceitação do ministro); assim sendo, informa a intenção do relatório (de certa forma, também sua estrutura, embora não adiante sua divisão em três seções). Além disso, apresenta uma síntese dos números obtidos.

Os quadros[26] adicionais foram feitos a partir de outras fontes, exatamente, foram feitos a partir dos registros existentes nos relatórios dirigidos pelos ministros às sessões de abertura da Assembleia Geral. São quadros com séries históricas (desde 1850) de nascimentos (na verdade, de batizados), de óbitos (também quadros de mortalidade) e de casamentos, bem assim, quadros de saídas e entradas de estrangeiros (desde 1860).

Além desses, a comissão oferece quadros dos censos de 1838[27] e de 1856[28], o que provoca estranheza, em dois sentidos: primeiro, o não apresentar os resultados do censo de 1849 feito por Haddock Lobo[29]; segundo, o apresentar resultados de um censo de 1856, ao qual Joaquim Norberto se refere como um fracasso, não lhe dando a mínima atenção. Como seja, recuperam esses resultados passados para balizarem seus próprios resultados, para tratar de sua qualidade.

Na primeira seção, "Censo", os números obtidos são detalhados e analisados. Entre outros pontos, aprofundam a compreensão das profissões, por certo difícil, buscando possíveis classificações internacionais. Além disso, usam as séries numéricas (com os censos passados) na avaliação das políticas públicas, por exemplo, as referidas aos escravos (e enfatizam o seu "decrescimento" na com-

26 Esses quadros são chamados de mapas, como era de costume.

27 Em 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Ministro dos Negócios do Império na Regência de Pedro de Araújo Lima, o futuro Visconde e depois Marquês de Olinda, manda fazer um censo. A população total seria de 137.078 indivíduos, sendo 78.525 livres e 58.553 escravos (em 17.356 famílias, em 17.056 casas, nas 8 freguesias da cidade).

28 Segundo o relatório de Figueira de Mello, os resultados do censo de 1838 estariam em anexo ao relatório do Ministro dos Negócios do Império à Assembleia Geral, em 1838, e os resultados do censo de 1856 estariam em anexo ao relatório do Ministro dos Negócios da Justiça à Assembleia Geral, em 1857.

29 Haddock Lobo, segundo Joaquim Norberto, enfrentou e superou naquela tarefa "grandes dificuldades e enormes obstáculos", em mais de oito meses; ao fim, a população seria de 266.466 indivíduos, sendo 155.864 livres e 110.602 escravos (em 27.024 fogos, nas 16 freguesias da cidade). Esses números causaram grande celeuma, pois eram pontos fora da série histórica.

posição da população). Infelizmente, o espírito condutor das análises não fica muito explícito, a exigir maiores investigações em outras fontes, sejam primárias, sejam derivadas.

Na segunda seção, "Movimento da População", tomando os registros existentes nos relatórios dos ministros, oferece-se uma avaliação da população; por exemplo, são feitas médias quinquenais. Os resultados encontrados são explicados usando-se teorias postas por autores nacionais e estrangeiros; várias obras são, ao longo da seção, referenciadas, por exemplo: o verbete "Population", por A. Legoyt, no "Diccionnaire d'Économie Politique"; o livro "Traité Élémentaire d'Hygiène Publique et Privée", por Antoine Henry Becquerel; o livro "Du Principe de la Population", por Joseph Garnier (autor usado por Rio Branco em seu curso na Escola Central); o livro "Europe Politique et Sociale", por Maurice Block[30].

Na terceira seção, "Qual a exata população do município da Corte?", de novo usando essas obras, além de outras, como o "De l'esprit des lois", de Montesquieu, procura estabelecer a qualidade dos resultados. Em especial, referencia o relatório de Joaquim Norberto, de maio de 1870, o que quer dizer que Figueira de Mello elaborou o seu próprio relatório em três a quatro meses, de maio a setembro (data de seu relatório). Evidências da qualidade dos resultados são oferecidas, mais curiosas e imaginativas do que de fato propriamente contundentes. Ao final dessa parte, antes da conclusão, faz um elogio às comissões distritais que merece ser aqui copiado, como segue:

> Finalmente, conforme V. Ex. sabe, as comissões encarregadas do recenseamento foram compostas de pessoas dedicadas e de conceito nos seus distritos, desejosas de corresponder à confiança com que foram honradas, e de satisfatoriamente desempenhar o serviço público, e por outro lado incapazes de ocultar a verdade, ou de se poupar a fadigas para a conhecer. Com efeito, no meio das ocupações ordinárias da vida, e sem que recebessem retribuição alguma, os membros dessas comissões procuraram obter pessoalmente os dados mais exatos da população de seus diferentes distritos, já por efeito da sua legítima influência entre os seus concidadãos, já suprindo a omissão em que alguns incorreram pelos motivos acima apontados, omissão, todavia, muito limitada, como a comissão folga de reconhecer, porque os habitantes das freguesias do município da Corte convenceram-se de que o censo, que se tratava de organizar, não tinha por fim agravar impostos, ou o serviço militar, mas somente conhecer a população real, que até então era um mistério, o qual cumpria desvendar, pois motivara apreciações e deduções errôneas, de que eram vitimas não somente o Governo, mas também os particulares.

30 A seção de obras raras, na Biblioteca Central do IBGE, possui esta obra de Block, além de outras obras desse mesmo autor, em edições príncipe.

> Quando se tratou de apurar as listas parciais, a fim de reduzi-las a mapas gerais, segundo os modelos dados por V. Ex., entregaram-se os membros das comissões com o maior zelo a esse trabalho longo, enfadonho, e impertinente, e conseguiram concluí-lo quase sempre dentro do prazo marcado pelas instruções, despendendo para isso as noites que para seu descanso seriam aplicadas, se não fossem levados de dedicação e amor do bem público. Testemunha ocular da boa vontade das comissões paroquiais, de seu desvelo e perseverantes esforços em bem cumprir os seus deveres, a comissão central não pode deixar nesta ocasião de dar-lhes público e solene testemunho; e aplaudindo e agradecendo a sua valiosa coadjuvação, julga-se obrigada a recomendá-las à consideração do Governo Imperial, principalmente quando nenhuma outra aspiração tiveram que não fosse a de satisfazer as vistas do Governo, cumprindo o mandato de que as encarregara. (BRASIL, 1871, p. 35-36).

Veja-se, então, que, ao contrário das frequentes reclamações contra os homens públicos envolvidos e dos informantes contatados, como consta do relatório de Joaquim Norberto; no censo da Corte a coisa ocorrera diferente. Talvez por melhor coordenação, seja do ministro, seja da comissão central; talvez pelas melhores instruções, e pela presença atuante das comissões distritais; talvez pela menor área a ser coberta, onde, por certo, as comunicações e os transportes eram melhores e ajudavam; talvez pelo maior nível de educação da população; entre outras razões[31].

Problemas operacionais, não são revelados no relatório, mas terão havidos, sendo tratados rapidamente, pelas comissões paroquiais, ou sendo tratados quando da apuração e da organização para divulgação[32]. É um relatório diferente pela intensa análise feita, com diferentes reflexões teóricas, respaldando a argumentação.[33] A experiência vivida bem poderá ter ajudado na realização do Censo Geral, ao menos, deverão ter ajudado na realização do Censo da Corte no contexto do Censo Geral, mas isso os relatórios do Diretor Geral da futura Diretoria Geral de Estatística não o dizem, não se tendo acesso a outras fontes, como as instruções avisadas às províncias.

Alguns números, como ilustração

O censo, cumprindo suas instruções, trabalhou em 41.200 fogos, sendo 34.792 nas freguesias urbanas e 6.408 nas rurais. Nas urbanas houve em média 5,5 pessoas e nas rurais 6,9 pessoas. As noções de urbano e rural, então, ainda era algo bastante irregular, estando muito sujeito a erros.

31 Recorde-se que essa queixa de não cooperação das autoridades fora feita pelo próprio Figueira de Mello quando realizara seu trabalho em Pernambuco. Talvez agora, usando de sua experiência, pudera queimar etapas, evitando contratempos.

32 Nesse sentido, o relatório de Haddock Lobo terá sido muito útil, pois nele há minúcias de problemas enfrentados, e soluções adotadas.

33 Adiante, os relatórios da DGE, ao longo da realização do Censo de 1872 também serão minuciosos.

O relatório apresenta uma população na Corte de 235.381 habitantes, sendo 191.002 vivendo nas freguesias urbanas e 44.379 nas freguesias rurais. Noutra classificação: 185.289 eram ditos livres e 50.092 escravos (dos quais 29.478 seriam maiores de 14 anos). Na divisão por gênero: 135.320 seriam homens e 102.061 mulheres; entre os livres: 107.801 eram homens e 77.488 eram mulheres; e entre os escravos: 25.519 eram homens e 24.573 mulheres. Do total da população recenseada, 142.984 eram maiores de idade e 92.397 menores. Apenas 39.726 eram casados, sendo 10.737 viúvos, restando 184.918 solteiros. Quanto à religião: 232.534 teriam a religião do Estado (ou seja, eram católicos romanos; mas os escravos não eram recenseados nesse sentido, pois já ao entrarem no país eram considerados católicos, por definição) e 2.847 seguiam outras religiões. Quanto à nacionalidade: 156.705 eram brasileiros e 78.676 eram estrangeiros (sendo confusa a classificação dos portugueses, que não raro se consideravam brasileiros, sem de fato terem essa nacionalidade formalizada). Por fim, a vida média dos habitantes era de apenas 31,75 anos.

Segundo as profissões: 421 eram eclesiásticos; 7.616 militares; 3.066 empregados públicos; 2.806 exerciam profissões literárias[34]; 215 são ditos capitalistas (sem que isso seja explicado); 1.522 são ditos proprietários (do quê exatamente?): sendo todas essas profissões dispostas apenas para pessoas livres. Vejamos agora outras abertas também a escravos: comerciantes, sendo 21.572 livres e 11 escravos; lavradores, sendo 9.288 livres e 4.272 escravos; pescadores, sendo 1.222 livres e 171 escravos; marítimos, sendo 1.230 livres e 373 escravos; manufatura, artes e ofícios, sendo 38.422 livres e 5.959 escravos; agências (o que seria isso?), sendo 2.904 livres e 373 escravos; serviço doméstico, sendo 26.762 livres e 26.398 escravos; sem profissão conhecida, sendo 68.206 livres e 12.537 escravos. Ainda demoraria muitos anos até que a atividade estatística dispusesse de uma classificação de ocupação confiável; a que fora usada é precária, e absolutamente improvisada (ainda que seja dito que tenham tentado se amparar na literatura internacional).

Quanto às edificações recenseados, registraram-se 133 edifícios públicos, 80 igrejas, 18 prisões, 51 quartéis e postos de guarda, 22 hospitais e casas de saúde. Além disso, havia 27.375 edifícios particulares, sendo 21.137 nas freguesias urbanas e 6.238 nas rurais.

À guisa de reflexão

Não obstante a realização a contento do Censo da Corte, sob o comando de Figueira de Mello, e do Censo de 1872, sob o comando de Manuel Francisco Correia (e seus muitos auxiliares), logo adiante, a pessoa mais bem preparado para assumir essas tarefas era, então, sem sombra de dúvida, o de Sebastião

34 Talvez aqui estejam incluídas as profissões liberais.

Ferreira Soares (*avant la lettre*, o primeiro estatístico brasileiro[35]). Mas seu nome não foi cogitado.

Nasceu em 21 de abril de 1820, em Piratini, na Província de São Pedro do Rio Grande, e faleceu na Corte em 5 de outubro de 1887, aos 67 anos de idade. Em 15 de dezembro daquele ano, 1887, Affonso d'Estragnole Taunay, o Visconde de Taunay, em sessão de saudade, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual ele fora sócio, anteviu que seu nome haveria, no futuro, de "sair da sombra que o cercam e ganhar a luz e o prestígio, como um dos mais perseverantes organizadores das boas regras administrativas do Brasil" (IBGE, 1945, p. 421). Desde então, é tido como o grande pioneiro da estatística econômica brasileira.

Fez os estudos de humanidades na terra natal e, depois, na Corte, no prestigioso Colégio Pedro II; mais tarde, na Escola Militar, concluiu o curso de ciências físico-matemáticas. E será como engenheiro que irá prestar o serviço militar ao Império ao tempo da Revolução Farroupilha. Em seguida, ao fim daquela revolução, com Luiz Alves de Lima e Silva, o então Conde de Caxias, na presidência da província, trabalhou com o conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara, encarregado de organizar as estatísticas provinciais. Coube, então, a Sebastião Ferreira Soares, ainda jovem, com 25 anos, a responsabilidade pela organização dos quadros da produção, comércio, exportação, importação, o que hoje, em boa medida, entendemos por estatísticas econômicas[36].

De volta à Corte, enfrentando concurso público, passa a compor o quadro de pessoal do Tesouro Nacional no Ministério dos Negócios da Fazenda. Desde 1852, nessa função, dedica-se à elaboração das estatísticas econômicas e financeiras, e, por demais, as analisa em obras de peso. Mais exatamente, desde quase sempre, é encarregado da elaboração das estatísticas de navegação e comércio marítimo; vindo a ocupar a direção da comissão e depois da repartição de estatística da fazenda. Deixa mais de meia centena de volumes com estatísticas.

No Rio de Janeiro, foi fundador do Clube dos Guarda-livros, "entidade destinada ao estudo e à interpretação dos regulamentos e da legislação comercial de diversos países e à teoria e à prática do comércio do Brasil" (IBGE, 1945, p. 423-423). Foi membro fundador da Sociedade Estatística do Brasil, que existiu no Rio de Janeiro (sob a Imediata Proteção do Imperador) em 1854-1855, e,

35 A despeito de não ser imperativa a formação em estatística para trabalhar na produção de estatística. O autor deste texto, mesmo, não é estatístico e trabalhou no IBGE por muitos anos.

36 Em suas "Notas Estatísticas", declara sobre aquele tempo: "Sei por experiência própria, quando coadjuvei na repartição de estatística ao meu amigo de saudosa memória o conselheiro [Antônio Manuel Correia da] Câmara, que a maior parte dos habitantes do campo não se dão ao arrolamento, bem como que muitos livres de cor se arrolam como escravos para se eximirem ao serviço da guarda nacional; e sem dúvida essa é a causa principal de apresentarem os números uma população livre tão diminuta, e a escrava tão exagerada". (p. 171) Como não lhe coube elaborar as estatísticas da população terá aprendido isso por convivência com o conselheiro.

entre todos os seus membros, foi, por certo, o que mais refletiu a atividade estatística.

Deixou várias obras, desde coleções de artigos publicados na imprensa diária, bem assim, inúmeras memórias oferecidas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lidas em sessões, algumas na presença do Imperador. Sócio daquela instituição dedicou-lhe seu primeiro livro, "Apontamentos sobre a Estatística Financial do Rio Grande de São Pedro do Sul", sem data, mas, sem dúvida, feito após 1852; de certa forma, uma corografia provincial; não sua obra mais importante.

Entre as principais destacam-se os seguintes títulos: "Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império", de 1860, o "Esboço ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de janeiro, em 10 de setembro de 1864", de 1864, os "Elementos de Estatística, compreendendo a teoria da ciência e a sua aplicação à estatística comercial do Brasil", de 1865. E houve várias outras, afora seus anuários com estatísticas econômicas e financeiras.

Então, por que Sebastião Ferreira Soares foi preterido nessas ocasiões? Na melhor das hipóteses porque os titulares do Ministério dos Negócios da Fazenda não abriam mão de seu concurso à frente da produção das estatísticas econômicas e financeiras do Império, com destaque às estatísticas de comércio exterior, de vital importância orçamentária. Mas terá sido a única razão? Talvez seus livros falassem demasiadas verdades aos poderosos, talvez lhe faltasse tato político, talvez... Mas de que serve tantos "se's" ao se fazer história?

Referências bibliográficas

BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na abertura da 1ª sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Sousa*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1869.

BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Sousa*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870.

BRASIL. *Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pela Comissão encarregada da direção dos trabalhos de arrolamento da população do Município da Corte, a que se procedeu em abril de 1870*.

BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na abertura da 3ª sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1871.

BRASIL. *Império Brasileiro. Falas do Trono. Desde o ano de 1825 até o ano de 1889. Acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1993.

IBGE. Vultos da Estatística Brasileira: Sebastião Ferreira Soares. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Estatística*, ano VI, n. 23, p. 421-424, jul. / set. de 1945.

MELLO, Jeronimo Martiniano Figueira de. *Ensaio sobre a estatística civil e política da Província de Pernambuco*. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1852.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1977 (1ª edição em 1860). Edição fac-similar.

Recebido em 22 de janeiro 2020.
1º parecerista em 10 de fevereiro 2020.
2º parecerista em 3 de março 2020.

ESBOÇO TEMÁTICO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

VEREDAS DA ARQUITETURA MODERNISTA NO RIO DE JANEIRO

Nireu Oliveira Cavalcanti[1]

Os Editores

Este texto nos foi enviado pelo autor, e o submetemos à consideração de pareceristas que consideraram oportuna sua publicação, por sua riqueza de informações. Contudo, importa registrar que não se trata de um texto novo, porquanto fez parte do relatório "Do Palácio Capanema ao Palácio do Brasil. Centros de Memórias da Educação e da Cultura. Uma proposta", de maio de 2010 (p. 15-44), que foi coordenado pela professora da Universidade Federal Fluminense Jandira Souza Thompson Motta, com prefácio do professor e então ex-Reitor da mesma Universidade Cícero Mauro Fialho Rodrigues. Segundo nos disse o autor o aludido relatório teve baixíssima circulação, sendo dele o copyright do seu texto, razão porque nos autorizou sua publicação (em email trocado em 11 de julho de 2020) Eventual contestação judicial de direitos autorais, ou outros, será de sua exclusiva competência e responsabilidade.

Aqueles que se dedicam às artes literárias, às artes plásticas ou à música, desfrutam, via de regra, de excepcional autonomia criativa. São tradicionalmente livres, frente às opções conceitual e formal com que elaboram suas obras. Não dependem de intermediações de terceiros para as concluírem ou dar-lhes vida própria. Um texto manuscrito, como o presente artigo, não necessita ser impresso para tornar-se realidade e expressão concreta do que representa, expressando as intenções do autor. Os criadores que atuam em tais campos artísticos só têm que consultar a si próprios, daí ocorrerem os movimentos de vanguarda, com frequência, na pintura, na escultura, na gravura, na música e na literatura em geral.

Na arquitetura, o mesmo não ocorre. A criação arquitetônica depende da oportuna convergência de outros interesses. Diferentes visões de mundo, de valores estéticos e morais. Depende ainda dos conhecimentos técnicos e das condições econômicas e sociais de três entes: o projetista, o solicitante ou gerador da necessidade da obra arquitetônica (o chamado, na lide profissional, de cliente) e o construtor.

A obra arquitetônica só passa a existir enquanto tal quando se inicia sua ocupação pelos usuários e ocorre o desenvolvimento das funções para as quais foi concebida. Deverá ser, ainda, uma obra de arte funcional, além de tecnologicamente correta.

1 Arquiteto e historiador. Professor da Pós- Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFF.

Só a articulação harmoniosa entre os três citados intervenientes na obra arquitetônica permitirá que nela ocorram mudanças de vanguarda, *pari passu* com as demais expressões artísticas. A dificuldade reside no fato de estarem os agentes, frequentemente, inseridos em realidades culturais, territoriais, sócio-econômicas e políticas deferentes, impedindo que parcela majoritária da mesma sociedade aceite novas linguagens formais, estéticas, conceituais e técnicas. Uma nova arquitetura, assim, levará tempo para se tornar hegemônica.

É importante frisar que a hegemonia de uma expressão arquitetônica – quando adotada e absorvida pelo poder governamental e setores expressivos de uma sociedade – não implica a ausência de outras arquiteturas; o salutar convívio passa a evidenciar a complexa realidade em que se desenvolveu aquela expressão.

A nova linguagem arquitetônica consolida-se quando surgem expressivos exemplares que a utilizam e passam a divulgá-la amplamente. A aceitação da nova linguagem cresce na medida em que aqueles exemplares atendam às funções para as quais foram projetados. Ao mesmo tempo, devem apresentar qualidade estética que atraia expressivo número de usuários e de admiradores.

Na sociedade contemporânea é importante quando setores formadores de opinião abraçam o *novo* em arquitetura. Para isso, é necessário conquistar muitas instâncias: governantes, em seus vários níveis; corporações religiosas; grupos econômicos; entidades de classe e sindicais; dirigentes dos meios de comunicação; intelectuais e escolas formadoras de novos profissionais projetistas e construtores. Estes são os setores que legitimam a arquitetura dita oficial de um período histórico.

As matrizes da arquitetura ocidental

A história da arquitetura ocidental, em minha perspectiva, é marcada pela presença sucessiva de três matrizes, adiante explicitadas. Delas são, até hoje, extraídos conceitos, métodos projetivos, concepções organizacionais dos espaços e das composições estéticas e formais, bem como os sistemas construtivos e estruturais do ocidente. Convém frisar que o surgimento de uma nova matriz significa sempre uma grande ruptura e, por isto, só ocorre em condições históricas especiais, exigindo longo período de maturação. Vale dizer que tal despontar ocorre no bojo de transformações sociais, políticas e econômicas.

A *primeira matriz* – denominada classicismo –, de origem europeia, teve início na Grécia, no século IV a.C. Foi absorvida, ampliada e difundida pelos romanos que a espalharam ao longo do território de seus impérios e, a seguir, re-elaborada no século XV, no chamado Renascimento. É a matriz arquitetônica

que permanece nos estilos maneirista, barroco, rococó, neoclássico, historicista, e em alguns exemplares arquitetônicos do atual pós-modernismo.

A *segunda matriz*, o gótico – também européia –, inicia-se no século XII, prolongando-se até o Renascimento. A ela são vinculados os estilos neogótico, manuelino e neomanuelino.

O modernismo constituiu-se na *terceira matriz*. Teve dupla origem territorial: na Europa e nos Estados Unidos da América. O cerne conceitual da arquitetura modernista formou-se a partir das obras produzidas pelos engenheiros politécnicos, construtores e por alguns arquitetos, usando a estrutura, quer metálica, quer a de concreto armado, comparecendo o vidro nos painéis de fechamento. Seriam assim atendidos os novos programas da sociedade industrial. Produziram-se belos prédios para as fábricas, armazéns, pavilhões de exposições, bibliotecas, escritórios e outros programas, em linguagem diferente dos estilos em voga.

A nova arquitetura era diferente plasticamente, trazia novos conhecimentos tecnológicos, nova organização espacial, novas proporções e grandeza construtiva. Seus pioneiros enfrentaram com habilidade o desafio de criar nova estética para a nascente sociedade urbana e industrial. Aceitando o desafio de novos e complexos programas, em face da explosão populacional e, consequentemente, urbana, elaboraram soluções para prédios, pontes, estradas, parques e outras necessidades da sociedade até então inusitadas. Os materiais, os sistemas estruturais e construtivos tradicionais usados pela arquitetura já não atendiam plenamente aos novos desafios e os pioneiros tiveram de criar novo fazer arquitetônico. Empregaram, para tanto, as ciências modernas da matemática, da física, dos estudos laboratoriais sobre a resistência dos materiais e calcularam, antecipadamente, as estruturas em ferro e em concreto armado para obterem grandes vãos e grandes alturas de seus prédios.

A construção dos novos projetos deixou de ser apenas baseada na observação de obras já existentes, mas acrescida do estudo científico de planejamento construtivo e de cálculo estrutural. Com ciência e arte, os pioneiros da arquitetura modernista elaboraram novo jogo volumétrico e tratamento plástico nas suas realizações, enfatizando a volumetria, valorizando os planos das superfícies pela textura e pela cor. Exploraram as qualidades expressivas dos materiais utilizados e iniciaram a retirada da ornamentação superposta aos volumes arquitetônicos ou passaram a usá-la com parcimônia. Trataram as superfícies de seus volumes explorando as potencialidades dos materiais aplicados anunciando a linguagem determinante das edificações modernistas.

Os projetistas americanos, ao vencer o desafio inusitado das grandes alturas nas edificações, graças à invenção do elevador, a partir de 1857, muito con-

tribuíram para a configuração dos conceitos modernistas. Evidentemente, os "arranha-céus" exigiram novas soluções técnicas construtivas, o uso em larga escala do ferro e do vidro e nova estética para edificações dominantemente verticalizadas.

Também contribuíram para a formação do modernismo arquitetônico, o estilo *art nouveau*, do seu criador expoente Victor Horta, em 1893, na Bélgica, e a simplificação geométrica do *art déco* americano.

No século XX, o movimento arquitetônico modernista já contém claramente sua estrutura conceitual definida, sua estética, seus objetivos e a certeza de que a nova matriz arquitetônica ajustava-se à realidade do novo século. Como exemplo temos o prédio para a fábrica Fagus, na Alemanha, criação do arquiteto Walter Gropius, em 1911, inegável arquétipo da nova arquitetura.

Mais representativa da nova linguagem é a Bauhaus, escola de arte e *design*, que logo incluiria a arquitetura, destinada a formar artistas e projetistas modernistas. Apesar da existência efêmera (inaugurada em 1919, foi encerrada em 1933), deixou sólidas raízes. Os prédios projetados por Gropius e outros professores para o *campus* da escola contribuíram muito para fixar e exemplificar a matriz do modernismo arquitetônico.

O ecletismo

Intercorrente aos desdobramentos das três matrizes arquitetônicas, surgiram novo fazer e novo método projetivo baseados em uma suposta leitura livre de toda a produção arquitetônica de cada cultura humana, constituinte do acervo e do universo próprios da arquitetura. O movimento, de grande amplitude, foi batizado de estilo Eclético.

O ecletismo valorizou o patrimônio arquitetônico mundial com um processo de releitura. Assim, formas, volumes, espaços, técnicas, elementos decorativos, combinações de materiais e de conceitos estéticos eram reapresentados no cenário da arquitetura. Cabia ao projetista analisar cada exemplar arquitetônico, tomá-lo como paradigma e, ao encontrar sua essência, aplicá-la ao novo projeto.

Por outro lado, podemos entender que essa postura do projetista eclético era a valorização do papel de quem lhe solicitou a obra, ou cliente, levando-o a projetar segundo o estilo arquitetônico desejado para sua edificação. Poderia ser eleita a arquitetura de sua preferência, desde um castelo medieval (o gótico francês, inglês ou alemão), à forma clássica das ruínas de Pompéia. Poderia partir de qualquer arquitetura do passado, ou, até mesmo modernista.

O projetista eclético deveria ter profundo conhecimento histórico da arquitetura, além de consultar boas publicações sobre cada uma delas, para conhecer o solicitado pelo cliente. Deveria dominar método analítico para dissecar aquela arquitetura, ter habilidade de compor esteticamente e de criar uma nova edificação, apesar do seu programa ser novo e de localizar-se em sítio diverso do modelo. O desafio era maior ainda quando se tratava de misturar estilos diversos num mesmo projeto.

Evidentemente, os ecléticos consideravam determinados estilos mais coerentes com cada programa arquitetônico. Por exemplo: para projeto de um quartel militar, usar a arquitetura das cidadelas medievais; para um templo cristão, a arquitetura gótica; para um palacete residencial, a arquitetura clássica etc.

Conceitualmente, o ecletismo era a universalização da arquitetura, o rompimento vincular com matrizes arquitetônicas e de fronteiras entre países e culturas. Era o reconhecimento de que o bom exemplar arquitetônico poderia estar em qualquer lugar, tempo ou realidade cultural.

O redemoinho no século XX

Grandes fatos transformaram geopolítica, social e economicamente a organização mundial e, conseqüentemente, as condições objetivas para o crescimento e desenvolvimento da arquitetura modernista. São eles, a saber:

– a guerra de 1914-1918, comandada contra a Alemanha;

– a Revolução bolchevique, de 1917, na Rússia;

– a ascensão de Mussolini ao poder na Itália em 1926, instalando a ditadura fascista;

– a grande depressão econômica mundial, iniciada nos Estados Unidos da América, em 1929;

– a ascensão de Hitler como primeiro-ministro da Alemanha, em 1933, com posterior instalação do sanguinário regime nazista;

– a implantação, em 1939, da ditadura do governo Franco na Espanha e, por fim, a grande guerra mundial de 1939 a 1945.

Durante esse longo período, de 1914 até 1945, fim da Segunda Guerra Mundial, os arquitetos modernistas tiveram pouco, ou nenhum, espaço de trabalho, pois os regimes nazifascistas consideraram a arquitetura modernista como obra de comunistas e judeus e, por sua vez, o stalinismo, ao contrário, classificou-a como produto da burguesia capitalista. Os governos dessa Europa ditatorial perseguiram, prenderam e jogaram no ostracismo os projetistas modernistas e optaram por uma arquitetura monumental, com predominância da

linguagem neoclássica. Restou, como escapatória para os modernistas, migrar para os Estados Unidos e outros países da América.

Nos países americanos tiveram que conquistar espaços para trabalhar e serem aceitos por sociedades que já haviam abraçado outras correntes: o ecletismo, o neoclassicismo, o historicismo romântico, e que entendiam como "novo e moderno" as tendências *art nouveau, art déco* e o neocolonial. Esta última corrente, no Brasil, chamou-se "tradicional brasileiro" e nos EUA, *Mission-Style*.

Em nossa terra, além dos reflexos dos fatos externos, reordenavam-se os grupos políticos hegemônicos na República. Enfraquecia-se a aliança entre paulistas e mineiros enquanto surgiam novas lideranças no Rio Grande do Sul (Revolução Libertadora de janeiro de 1923) e no Nordeste, principalmente em decorrência da crise cafeeira.

O processo de industrialização do país consolidava-se, surgindo grupos econômicos urbanos gerando interesses conflitantes com os grupos regionais interioranos.

Nas forças armadas, os oficiais mais jovens, imbuídos da idéia de progresso, exigiam melhores oportunidades, menor rigor hierárquico e nova ordem política no país. Em 1922, rebelam-se os alunos da Escola Militar, no Rio de Janeiro, e ocorre a marcha de tenentes e civis em Copacabana e a revolta do forte, conhecida como "Os 18 do Forte". Em julho de 1924 é a vez dos tenentes de São Paulo assumirem a frente de um movimento nacional e se revoltarem contra o estado vigente. Propunham a moralização do regime e novas formas liberais de participação da sociedade, como o voto secreto, a limitação do Poder Executivo, a autonomia do Legislativo e do Judiciário; além de exigirem ampliação do ensino primário e profissionalizante.

Antes, os marinheiros dos encouraçados *Minas Gerais* e do *São Paulo*, e de alguns navios menores, revoltaram-se contra o uso do castigo à chibata adotado na Marinha. Após o marinheiro negro Marcelino, em 22 de novembro de 1910, ter sido castigado com 250 chibatadas, seus companheiros tomaram o comando dos novíssimos e potentes navios sob o comando de João Cândido e apontaram os seus canhões contra a cidade. A negociação política, aparentemente, admitia atender às queixas. Logo, porém, que os revoltosos depuseram as armas, seus líderes foram presos, vindo muitos deles a falecer na prisão, enquanto outros foram deportados para a Amazônia.

Os antagonismos tornavam-se mais explícitos.

O tenente do Exército Luiz Carlos Prestes comandou tropa que percorreu grande parte do território brasileiro, a partir de 1926 até o ano de 1927. Três

anos após a experiência, Prestes tornou-se comunista e escreveu uma longa e bela história em defesa de seus ideais marxistas.

Correntes políticas organizaram-se para defesa, difusão e propaganda de suas propostas para a população brasileira, em busca de adeptos. Com Jackson de Figueiredo, em 1921, como diretor da revista *A Ordem* e, no ano seguinte, com a fundação do Centro Dom Vital, a igreja católica inicia, em várias frentes, ininterrupto combate às novas idéias. A organização política mais importante do período foi a Ação Integralista Brasileira, fundada em outubro de 1932 por Plínio Salgado, um dos modernistas da Semana de 1922.

Pela esquerda surgem: o movimento sindical, que organizou a famosa greve de 1917, em São Paulo; as organizações socialistas; os grupos e sociedades anarquistas e o Partido Comunista, fundado em março de 1922.

O novo, o moderno e a busca da nacionalidade e da cultura brasileira estavam nos discursos e escritos de todos os grupos atuantes naquele período. Segundo Francisco Iglesias, tanto os modernistas da Semana de 1922, quanto os tenentes, ofereceram quadros políticos para a Direita e para a Esquerda.

> Demais, se do Modernismo sai uma corrente reacionária que vai ser a própria direita – o grupo verde-amarelo, da Anta, que dá os chefes do Integralismo –, saem sobretudo liberais ajustados ao sistema, ou mentalidades de tipo anarquista – como Oswald (é sem expressão seu episódico vínculo ao Partido Comunista) – ou outros que caminharam para a esquerda, anos depois – como Mário. O mesmo se poderia dizer dos tenentes: se deles saem um Prestes e outras figuras da esquerda, sai muita figura perfeitamente ajustada ao jogo, que chega a ministro e interventor, a outros cargos mais comprometedores depois e saem vários chefes militares que não se distinguem por centrismo ou populismo, antes pela direita, que recruta entre eles alguns de seus elementos de relevo, como se sabe[2].

No caldeirão de conflitos políticos ocorreu a eleição presidencial de 1930. De um lado, os conservadores de São Paulo, que apoiaram a candidatura de Júlio Prestes e seu vice Vital Soares, articulada pelo presidente Washington Luís e lançada pelo Partido Republicano de São Paulo com apoio desse partido nos demais estados. Em oposição, formou-se a Aliança Liberal, lançando o gaúcho Getúlio Vargas – ministro da Fazendo do governo que seria substituído – na cabeça da chapa e, como vice, o paraibano João Pessoa. O Partido Comunista, pelo BOC (Bloco Operário Camponês), apresentou como candidato a presidente da República o marmorista Minervino de Oliveira.

O resultado favorável a Júlio Prestes foi denunciado como fraudulento, levando os opositores a conspirarem contra a posse do eleito. Ocorreu o que os

2 In: ÁVILA, 1975, p. 23.

aliancistas desejavam para deflagrar a revolução: João Pessoa, o vice derrotado, foi assassinado na cidade de Recife em 26 de julho de 1930. O movimento conspirador jogou a culpa no grupo vencedor. O país foi inflamado, sendo deposto Washington Luís e nomeado, em 24 de outubro daquele ano, uma Junta Governativa formada pelos generais Tasso Fragoso e Menna Barreto e o vice-almirante Isaias de Noronha. A Junta governou por apenas 11 dias, até que Getúlio Vargas assumisse como presidente.

Vargas governou "provisoriamente" de 3/11/1930 a 20/7/1934. Em seguida, como "Governo Constitucional", de 20/7/1934 a 10/11/1937. Por fim, com o regime intitulado "Estado Novo", foi presidente de 10/11/1937 a 29/10/1945.[3]

Foi durante este longo período que a arquitetura modernista firmou-se no Brasil. Nele, os meios de comunicação foram ampliados, surgiram novos jornais e revistas, popularizaram-se a telefonia e a fotografia. Ampliaram-se também as transmissões radiofônicas e, a Rádio estatal, sob o comando de Roquette-Pinto. Os discos de vinil popularizaram a produção musical e o cinema tornou-se veículo importante para divulgação governamental. As notícias e as imagens percorriam os continentes em velocidade antes desconhecida.

Os meios de transporte tornaram possível o deslocamento de pessoas e de coisas a distâncias continentais através da estrada de ferro, dos navios de grande porte e de aviões e dirigíveis.

A população urbana, principalmente, passou a tomar conhecimento com maior densidade, e em curto espaço de tempo, das produções nas artes plásticas, da música, da literatura e da arquitetura que se fazia pelo Brasil e pelos demais países.

A novidade deixou os recintos restritos de grupos privilegiados e alcançou o grande público. Obviamente, os três agentes geradores de uma obra arquitetônica: projetista, cliente e construtor passaram a ter mais conhecimento sobre o que se produzia fora de seu microuniverso pessoal.

O modernismo arquitetônico entra no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro, como capital do país, sempre esteve aberta às novas expressões artísticas, literárias e arquitetônicas vindas de fora ou geradas em seu próprio ambiente cultural. Isso se deu durante o Império e no período da República anterior a Vargas.

Durante a segunda metade do século XIX vieram muitos profissionais estrangeiros para projetarem e construírem as ferrovias, os novos portos, sistemas

3 Observação: no decorrer do texto serão usadas as siglas MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública quando referir-se ao período de 3/11/1930 a 10/11/1937 e MES – Ministério da Educação e Saúde, a partir de 10/11/1937 até 29/10/1945.

de esgotos, novos transportes urbanos, as fábricas. Com eles também vieram novas linguagens arquitetônicas e técnicas de construção. Somem-se ainda os arquitetos e construtores que migraram individualmente para tentar exercer suas profissões num mercado em expansão. Foram eles que, no decorrer do século XIX e primeiras décadas do século XX, trouxeram a estrutura metálica, o concreto armado e o romantismo do chalé e do jardim inglês. Trouxeram o ecletismo e as modernas *art-nouveau e art déco* e o modernismo.

No entanto, o curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes, mesmo no decorrer das primeiras décadas do século XX, continuava com o tradicional ensino do neoclássico e se autoproclamava a trincheira da brasilidade e do verdadeiro belo, por ser continuidade dos princípios de seu criador Grandjean de Montigny e seus sucessores. A Politécnica, no entanto, abria-se aos conhecimentos científicos e técnicos em voga e, principalmente, ao estudo dos novos materiais usados nas construções, os novos sistemas estruturais e os métodos de calculá-los. Portanto, era um ambiente mais propício às inovações.

Por outro lado, os governantes republicanos não assumiram postura revolucionária com relação às artes e à arquitetura. Por exemplo, o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (15/11/1902 a 15/11/1906) ao assumir seu mandato tinha prometido em campanha modernizar e sanear a cidade do Rio de Janeiro. Para realizar seus projetos, convocou experientes engenheiros civis, formados em sua maioria na Escola Central e depois Politécnica: Lauro Severiano Muller, para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Francisco Pereira Passos para a Prefeitura. Para a construção do novo porto e das avenidas de acesso, os engenheiros Paulo de Frontin, Francisco de Paula Bicalho, Alfredo Lisboa, Adolpho Del Vecchio, João Caetano da Silva Lara e outros. Para tratar do saneamento da cidade, nomeou Saturnino de Brito e o médico sanitarista Oswaldo Cruz para cuidar da saúde pública. Como se pode verificar, todos profissionais consagrados e competentes, infensos, porém, às correntes de vanguarda.

A radical modernização feita nesse período, cujo símbolo de modernidade era a Avenida Central – talvez os modernistas tivessem sonhado em serem convidados para projetar o novo Rio de Janeiro – privilegiou a arquitetura neoclássica e o ecletismo! Nada de projetos modernistas.

Dois anos após, na Exposição de 1908, repetiu-se o mesmo privilégio de estilos usados nos prédios da Avenida Central.

A Exposição Internacional de 1922, em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil, recorreu nos pavilhões brasileiros ao estilo neocolonial. Assim como foram concebidos os pavilhões brasileiros na Exposição de Filadél-

fia, EUA, projetado por Lucio Costa, em 1925, e na de Sevilha, Espanha, em 1928, de Pedro Paulo Bernardes Bastos.

Já na Feira Internacional de Amostras ocorrida em 1934, na Esplanada do Castelo, o estilo arquitetônico dominante foi o *art déco*.

Ao contrário, o modernismo nas artes plásticas, na música, na literatura penetrava cada vez mais no Brasil. Um modernismo de influência estrangeira, porém com autores comprometidos com a brasilidade e em refletir a realidade local, isto é, empenhados na busca da originalidade do povo brasileiro e de sua cultura. Tal brasilidade já havia eclodido nas obras dos românticos indigenistas do século XIX (por exemplo, José de Alencar, na literatura e Araújo Porto-Alegre nas artes plásticas e arquitetura) ou nos *Sertões,* de Euclides da Cunha, obra publicada em 1902. Modernismo também expresso na exposição de pintura de Anita Malfatti, em 1917, e que se agiganta na chamada Semana de 1922. É o que afirma Mário de Andrade:

> Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional.[4]

Ao contrário, na arquitetura, a busca da identidade nacional não se deu sob influência do modernismo arquitetônico estrangeiro, mas através do enraizado ecletismo praticado no Brasil. O grupo nacionalista propôs que na arquitetura fossem usados apenas os elementos dos exemplares do período colonial brasileiro.

Segundo Carlos Kessel, esse movimento iniciou-se na própria Escola de Belas Artes, ainda de forma não claramente explicitada, "na atuação didática do historiador Ernesto da Cunha de Araújo Viana" e que germinou em São Paulo "a partir da atuação do arquiteto Ricardo Severo, na década de 1910, e ganhou força no Rio de Janeiro, nos anos 20".[5]

O padrinho do movimento no Rio não era arquiteto, mas sim, médico e professor da Escola de Belas Artes, José Mariano Filho.

Intelectual de sólida formação, José Mariano encarregou-se de produzir a estrutura teórica da nova linguagem arquitetônica e divulgá-la, através de artigos na imprensa, de conferências, e de articulações políticas para que os governantes adotassem a nova e brasileira "arquitetura tradicional", também chamada, com seu protesto, de neocolonial.

4 In: ÁVILA, 1974, p. 16-17.

5 KESSEL, 2008, p. 13.

Polemista exacerbado, não media palavras para criticar seus contestadores e defender sua bandeira histórica-nacionalista. Preconceituoso contra os judeus e anticomunista, não perdia oportunidade em seus pronunciamentos de usar suas posições para desqualificar os adversários e até expô-los à repressão das autoridades.

José Mariano era financeiramente bem situado e pôde, assim, promover concursos na Escola de Belas Artes, chegando à sua direção em 1926. Um deles, denominado Heitor de Mello, destinava-se a premiar os melhores trabalhos de alunos que analisassem e desenhassem elementos da arquitetura colonial brasileira. Em 1923 foram premiados Ângelo Bruhns, Lucio Costa e Nereu de Sampaio. No ano seguinte, Mariano financiou a ida de três jovens arquitetos – Nereu de Sampaio, Nestor de Figueiredo e Lucio Costa – para estudarem as cidades de Ouro Preto, São João del Rei e Diamantina.

Com estes estudos, pretendia José Mariano, em conjunto com os que trabalhavam para Ricardo Severo em São Paulo, produzir uma fonte de consulta para os arquitetos que, a partir de exemplares significativos da arquitetura do período colonial, ou seja, do estilo tradicional brasileiro, adotassem sua releitura elaborando o neocolonial

Para servir de arquétipo da casa brasileira, José Mariano promoveu um concurso entre os jovens arquitetos neocoloniais para projetarem o solar em que moraria, no Jardim Botânico. Em 1927, o modelo da casa brasileira já estava sendo visitado, provocando admiração não apenas aos muitos arquitetos do Rio e de outros estados brasileiros, como até de estrangeiros. Recebeu o título de Solar Monjope e foi demolido em 1973, sem nenhum pesar dos modernistas.

Em sua cruzada pelo estilo tradicional brasileiro, conseguiram José Mariano e Ricardo Severo que, na Semana de 1922, o estilo neocolonial fosse aceito como o moderno apropriado à arquitetura brasileira. O próprio Mário de Andrade elogiou a sua proposta de arquitetura e via nela uma aliada do modernismo nas artes plásticas, na música e na literatura.

No II Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Belo Horizonte, em 1928, José Mariano conseguiu aprovar sua tese *Da arquitetura, fatos de nacionalização*, de que "os edifícios públicos, especialmente as escolas, fossem vazados em estilo tradicional do país".[6]

O neocolonial conquistou fatia da área governamental, tornando-se estilo oficial para muitos prédios públicos – como o da Escola Normal, na rua Mariz e Barros, concurso ganho por Ângelo Bruhns e José Cortez, 1928; o conjunto hoje ocupado pela Universidade Federal Rural do RJ, em Seropédica (projeto de Ân-

6 KESSEL, 2008, p. 170.

gelo Murgel, e paisagismo de Reynaldo Dierberger, 1938); as escolas municipais Uruguai, na rua Ana Néri e Sarmiento, na rua Vinte e Quatro de Maio (projetos de Nereu de Sampaio e Gabriel Fernandes, 1928 e 1929); escola Soares Pereira, na avenida Maracanã (projeto José Amaral Nieddermeyer, 1927) etc. como representação da verdadeira arquitetura brasileira. As demais correntes arquitetônicas foram classificadas de alienígenas e inadequadas para a cultura nacional.

Criação de entidades de classe

No dia 26 de janeiro de 1921, nas dependências da Escola Nacional de Belas Artes, ocorreu a assembléia de fundação do Instituto Brasileiro de Arquitetos – IBA. Coube a Nestor de Figueiredo proferir a conferência inaugural, na qual denuncia os rumos que estava tomando a arquitetura no Rio de Janeiro:

> [...] Todos os esforços no sentido de fazer arquitetura honesta eram um verdadeiro oásis que se perdia no deserto imenso da incompreensão. Daí a vitória do absurdo, daí o triunfo do lógico, daí a calúnia concreta a nossa inteligência, e daí senhores a necessidade de nos organizarmos para uma reação a essa obra desmoralizadora do nosso bom gosto.
>
> [...] Nas nossas edificações o fator comercial absorveu por completo o coeficiente artístico. Confundiram-se as funções como em nenhuma parte civilizada do mundo, havendo uma abusiva intervenção de competência onde aptidões se misturaram, *arcando nós os profissionais com as responsabilidades de autoria de toda esta imensa tragédia de pedra e cal, desse bolchevismo de cimento armado, desse maximalismo de alvenaria*. (grifo pessoal)
>
> [...] Senhores, de Grandjean a Heitor de Mello houve um século onde muito absurdo se fez, mas no meio desse desmoronamento, a figura ciclópica desses dois imortais encorajou os engenheiros e arquitetos, sem distinção de nacionalidade, a continuar a sua obra, unidos, fortes e coesos, com disciplina e confiantes no sucesso das nossas aspirações [...].[7]

Estava criada pelos nacionalistas a trincheira para combate aos invasores com seus estilos agressivos à cultura brasileira.

Poucos meses após a essa assembléia de fundação do IBA, houve um concurso para construção, no terraço do Passeio Público, de teatro e restaurante tendo em vista a Exposição Internacional de 1922, comemoração do Centenário de Independência do Brasil. Foram contratados os arquitetos Arquimedes Memória e Francisco Couchet, continuadores do escritório de Heitor de Mello.

Um membro da diretoria provisória do IBA denunciou o concurso como manipulado, pois os dois contratados não tinham sido vencedores. Exigiu que

7 CAVALCANTI, 2007, p. 188.

eles fizessem a retratação pública do ocorrido. A diretoria tentou contornar a situação mas o denunciante foi insistente o suficiente para provocar a convocação de uma nova assembléia da entidade. Nela foram acusados Arquimedes Memória e o sócio Couchet.

Segundo a narrativa da matéria do *Jornal do Commercio* de 3 de agosto de 1921, os dois acusados retiraram-se do recinto acompanhados de alguns sócios a eles solidários e fundaram a Sociedade Central de Arquitetos.

A nova sociedade prosperou e profissionais importantes que atuavam no Rio de Janeiro e no Brasil a ela se filiaram como: de São Paulo, Ramos de Azevedo, Ricardo Severo e Chrystianno S. das Neves; da Paraíba do Norte, Clodoaldo Gouvêa; de Pernambuco, Armando de Oliveira e R. Leão, do Amazonas.

No registro dos Estatutos da entidade dissidente (17/10/1923), a diretoria era formada por Morales de Los Rios (presidente), Silvio Rebecchi (vice-presidente), e Nestor Figueiredo (secretário). No Conselho Administrativo, aparecem Arquimedes Memória, Adolfo Morales de Los Rios Filho, Francisco de Oliveira Passos, Francisco Couchet, C. San Juan, Eduardo de Souza Aguiar, L. Riedlinger, J. Curtiss e o Comendador Jannuzzi.

Em 11 de dezembro de 1933, foi dado mais um importante passo para a valorização do trabalho dos projetistas e construtores no Brasil ao ser criado o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Decreto Federal de nº 23.569). Além de regulamentar as profissões, o decreto criou mecanismo de proteção do mercado de trabalho, só permitindo exercê-las os profissionais com diploma registrado no Conselho. Com isso, os estrangeiros que já estavam exercendo a profissão no Brasil, antes da publicação do decreto, poderiam continuar a exercê-la, desde que registrassem seus diplomas no novo órgão. Já os estrangeiros que chegassem depois de sua criação teriam obrigatoriamente de revalidarem seus diplomas. Esta revalidação poderia levar meses ou anos para ocorrer, o que dificultava o imediato exercício profissional. Regime especial era aplicado nos casos de concurso de projeto ou de obra de amplitude internacional.

O fosso entre esses profissionais ecléticos, neocoloniais, neoclássicos e modernos da *art déco*, de um lado, e os modernistas de outro, aprofundou-se mais ainda, gerando tropa de guerra em cada lado na defesa de suas idéias e do campo de trabalho.

José Mariano, em seu livro *Debates sobre estética e urbanismo*, coletânea de vários artigos, escritos em épocas diferentes e publicado em 1944, comenta a dificuldade de estrangeiros (inclusive cita Francisco Couchet, francês, sócio

de Arquimedes Memória), de projetarem dentro dos princípios da arquitetura tradicional brasileira. Na página 8 do livro escreveu:

> [...] Ora, se nós achamos razoável que um estrangeiro escandinavo construa em plena avenida Atlântica uma casa com o frontão em *pignons*, não devemos achar razoável que os brasileiros e os estrangeiros de bom senso construam no Brasil à arquitetura nacional, lógica, confortável, adaptada por uma experiência secular, às condições do meio e às próprias exigências sociais?
>
> Não é surpresa para ninguém que o sr. Couchet não poderá sentir a arquitetura brasileira. O colonial do sr. Couchet tem o *soutaque* francês e o ranço mexicano. Mas também nós não lhe exigimos o sacrifício de projetar em estilo nacional. *Toda a obra de reconstituição do estilo passado está sendo feita por jovens arquitetos brasileiros, cheios de fé e entusiasmo pela sua pátria*. A campanha em prol do ressurgimento da arte arquitetônica nacional, hoje vitoriosa em todo o Brasil, é uma nobre campanha de nacionalismo. Não podemos, não devemos contar com a colaboração de mercenários transatlânticos sem entusiasmo e sem fé.
>
> Aliás o estilo nacional possui vitalidade própria, pode ser adaptado a todas as exigências da vida moderna. Os recentes projetos destinados ao Pavilhão Brasileiro na Exposição de Filadélfia teriam confundido o sr. Francisque [Couchet] se ele não estivesse de má-fé.
>
> *Temos o dever de reagir contra a arquitetura transatlântica*, que não se adaptando às nossas condições de meio, tem o único mérito de ser bonita. O público precisa saber o que de fato significa – comercialmente falando – a preferência dos cabotinos pelos estilos franceses. Enquanto os nossos jovens arquitetos percorrem as velhas cidades de Minas, e se instruem na arte forte de seus maiores, esses senhores jogam com as cartas marcadas e compram os seus ornatos na venda da esquina, dosados, mensurados e proporcionados. [...] (grifos pessoais)

Para surpresa dos adeptos do neocolonial, Lucio Costa, um dos jovens citados por José Mariano como importante arquiteto do movimento, ao assumir a direção da Escola Nacional de Belas Artes, por nomeação do ministro da Educação Francisco Campos, em 8 de dezembro de 1930, revelou-se modernista e abjurou seu passado – para ele equivocado –, de adepto do neocolonial.

Lucio Costa tentou reformular o ensino e implantar as idéias modernistas na Escola. A reação foi muito grande, principalmente porque o recém-chegado não pertencia ao quadro docente da instituição e por ter sido imposto pelo governo. Repetiu-se a rejeição ocorrida contra a reforma no ensino (que atingiria todos os cursos) pretendida por Araújo Porto-Alegre, mesmo sendo este professor da Escola de Belas Artes, nomeado por Dom Pedro II (22/4/1855).

O mandato do modernista Lucio Costa foi curto e pouco pôde fazer de concreto, pois foi demitido em 18 de setembro de 1931. Não chegou a completar um ano letivo! Conseguiu, contudo, realizar o Salão de 1931, expondo trabalhos modernistas de artes plásticas e de arquitetura.

Sobre esse Salão escreveu Lucio Costa, anos mais tarde, um artigo, depois publicado no seu livro de memórias, do qual transcrevemos o trecho que segue:

> O Salão de 31 foi o "canto de cisne" da tentativa de reforma e atualização do ensino das artes no país, e, no que se refere à arquitetura, da reintegração plástica – ou seja da arte – na nova tecnologia construtiva.
>
> Daí a idéia de romper com a já cansada monotonia das mostras anteriores convocando a participar do Salão Oficial aqueles artistas de certo modo comprometidos com a Semana de 22, cujo verdadeiro propósito, no fundo, fora de entrosar a nossa mais autêntica seiva nativa, as nossas raízes, à seara das novas idéias oriundas do fecundo século XIX, já então, na Europa, na terceira fase da sua eclosão. Objetivava-se com isto realizar aqui, conquanto tardia, uma lúcida e necessária renovação.
>
> Essa convocação foi formalizada em São Paulo no adequado ambiente do pavilhão-museu de Dona Olívia Penteado. De modo que o Salão de 31, organizado à revelia do patrocínio do Conselho Nacional de Belas Artes, conseqüentemente sem premiações, foi um simples intermezzo, embora oficial, na seqüência tradicional dos Salões. Excepcional não só por isso, mas também pela qualidade do acervo exposto e por sua apresentação. (...)[8]

Contra a demissão do renovador da Academia reagiram os estudantes do curso de arquitetura, estourando uma greve que repercutiu muito na cidade.

Contraditoriamente, o governo substituiu Lucio Costa pelo professor Arquimedes Memória, obtendo a aprovação dos estudantes![9]

Com esse desfecho desfavorável à arquitetura modernista, aguçou-se a contenda entre Lucio Costa e seus seguidores com os neocoloniais e os acadêmicos neoclássicos.

É importante ressaltar que Lucio Costa trabalhou no escritório de Heitor de Mello e com o seu substituto Arquimedes Memória. Os dois voltaram a se enfrentar em 1936, como veremos, no caso do concurso para o edifício sede do Ministério da Educação e Saúde Pública.

8 COSTA, 1995, p. 71.

9 MEMÓRIA Filho, 2008, p. 87.

Coube ao jovem Lúcio Costa, a tarefa de esclarecer e divulgar, ao público em geral, os conceitos da arquitetura modernista e fazer o elo entre ela e as raízes brasileiras. Tinha que desbancar a bandeira desfraldada pelos neocoloniais, senhores da brasilidade arquitetônica, ou pelo menos, paralelamente, ocupar um novo espaço. Foi de grande impacto nos meios intelectuais o artigo que escreveu em 1934 sobre a nova arquitetura que estava sendo proposta no Brasil e intitulado *Razões da nova arquitetura*.[10]

A guerra estava declarada. Cada grupo armou-se, disposto a utilizar qualquer meio para aniquilar o adversário. A conquista de espaços políticos no governo da ditadura Vargas passou a ser fundamental para a vitória da linguagem arquitetônica defendida por cada grupo.

A luta contra os estrangeirados

A deserção de Lucio Costa das hostes do neocolonial provocou em José Mariano profunda decepção e revolta, sendo por ele considerada uma traição do seu querido pupilo. As críticas saíram do âmbito da polêmica intelectual de conceitos arquitetônico e estético para desqualificação da pessoa de Lucio Costa.

Cremos que essa atitude irracional e desrespeitosa por parte de José Mariano prejudicou-o muito, dele afastando-se parte de seus admiradores. A luta dos neocoloniais, até aquele momento, era no campo das idéias e não contra indivíduos; além do quê, o modernismo arquitetônico era inexpressivo quanto ao número de exemplares na cidade do Rio. A luta era contra os seguidores do *art nouveau*, do *art déco*, do ecletismo e do neoclassicismo acadêmico, autores da maioria das edificações construídas na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX.

O mais alto arranha-céu da cidade (22 andares), o edifício "A Noite", na Praça Visconde de Mauá (projeto do francês Joseph Gire e do brasileiro Elisário da Cunha Bahiana, inaugurado em 1929/1930), era *art déco*, assim como o edifício da estação ferroviária Central do Brasil (projeto da equipe Roberto Magno Carvalho, Adalberto Szilard e Geza Heller, 1937) e o edifício Mesbla (projeto de Henri Paul P. Sajous e Auguste Rendu, 1934), entre muitos outros.

O plano diretor para o Rio de Janeiro (1926) foi realizado pelo urbanista francês Alfredo Agache e que nada tinha de modernista ou neocolonial e, sim, professava a *art déco*.

O governo Vargas, no período de 1930 a 1945, era um tabuleiro de acomodações de grupos diversos com interesses políticos, econômicos e sociais

10 COSTA, 1995, p. 108 a 116.

diferenciados, não permitindo o domínio de uma única corrente arquitetônica, o que caracterizaria uma unidade inexistente.

Assim ocorreu quando da edificação dos prédios para os ministérios no governo Vargas. O Ministério da Guerra foi construído no estilo *art déco* (arquiteto Cristiano Stockler das Neves, 1935) na Praça Duque de Caxias. Também seguia o mesmo estilo o ministério da Marinha, na Praça Barão de Ladário (projeto de Edgard Raja Gabaglia, inaugurado em 1935). Na Esplanada do Castelo foram construídos: o Ministério da Fazenda, em estilo neoclássico – contraditando o resultado do concurso, para terreno na atual Avenida Passos, tendo sido vencedor um projeto modernista de Vladimir Alves de Souza e Enéas Silva, 1936. Seu vizinho Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio apresenta o estilo *art déco* (projeto Mario Santos Maia auxiliado por equipe da qual constava o arquiteto Reidy, 1936). O Ministério de Viação e Obras Públicas era em estilo neoclássico, na Praça Quinze, posteriormente reformado segundo um *revival* em estilo *art déco* (hoje, reformado, abriga o anexo da Assembléia Legislativa); o Ministério das Relações Exteriores continuou a funcionar no antigo edifício neoclássico do Itamaraty, na avenida Marechal Floriano; o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, situado nas esquinas das ruas Evaristo da Veiga e Senador Dantas, (demolido para construção de uma agência Bradesco!) era um prédio *art déco* com fachada revestida de pó-de-pedra, tão ao gosto dos profissionais que adotavam o estilo e o Ministério da Agricultura, em um dos prédios da Exposição de 1922, estilo neoclássico, na Praça Quinze.

A própria sede do Palácio Presidencial continuou no velho e neoclássico Catete. Em 17 anos de governo centralizador, ou ditatorial, Getúlio não construiu um novo palácio para o chefe supremo da Nação!

Portanto, coube ao ministério da Educação e Saúde fugir à regra e ter sua sede construída na nova linguagem modernista. Isto explica a luta ferrenha dos arquitetos e membros do ministério, capitaneados pelo ministro Capanema, para conseguirem um lugar no governo Vargas.

Bastidores do concurso do atual Palácio Gustavo Capanema

Os exemplares modernistas no Rio de Janeiro, anteriores à inauguração desse prédio, em 1945, ainda eram poucos, sendo três prédios modernistas projetados pelos irmãos Marcelo e Milton Roberto – ganhos em concursos públicos – por certo os mais expressivos da cidade.

O primeiro, foi o prédio para sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cujo concurso foi aberto em 7 de janeiro de 1936 e concluído em junho do mesmo ano. A obra foi célere e já em 10 de outubro de 1938, o presidente Herbert Moses convida os associados à "cerimônia de instalação de seus serviços

administrativos na nova sede, no Palácio da Imprensa". Em 13 de maio do ano seguinte houve a inauguração definitiva. Portanto, o prédio da ABI foi concebido antes da conclusão do projeto do prédio do MES (1945), sendo então, o pioneiro na aplicação dos elementos arquitetônicos modernistas: estrutura independente em concreto armado, pilotis, planta livre, teto plano e terraço-jardim, fachada livre e com grandes painéis de vidro e o tão propalado *brise-soleil*.

O segundo prédio dos irmãos Roberto, projetado em 1937 mas que, apesar de iniciar a obra nesse mesmo ano, sofreu interrupção e foi inaugurado, parte, em 1940, foi o aeroporto Santos-Dumont; o terceiro é de 1941, e destinava-se à sede do IRB – Instituto de Resseguros do Brasil. Esses dois prédios contêm os mesmos elementos modernistas usados no prédio da ABI.

Dois outros prédios de excelente qualidade plástica e expressivamente modernistas também se destacavam na cidade: o projetado, em 1937, por Atílio Corrêa Lima para a Estação de Hidro-Aviões, na Praça Quinze, e o prédio do Albergue da Boa Vontade, situado na Praça da Harmonia, projetado por Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro, em 1931. Reidy foi um dos membros da equipe do MES e Pompeu Pinheiro foi classificado entre os três vencedores do concurso.

Lucio Costa, em parceria com Gregori Warchavchik, projetou em 1931 a Vila Operária da Gamboa, na cidade do Rio, sendo esta sua primeira obra modernista. Warchavchik era russo e veio morar na cidade de São Paulo em 1923. Dois anos após a sua chegada, lançou seu manifesto modernista e, em 1927, construiu a própria residência (havia casado com Mina Klabin), na Rua Santa Cruz, em Vila Mariana, pioneira da arquitetura residencial modernista de São Paulo. É autor, também, da primeira casa modernista do Rio de Janeiro, inaugurada em outubro de 1931, na rua Toneleros, em Copacabana, a "Casa Nordschild". A residência foi aberta à visitação pública por muitos dias e lá esteve o arquiteto americano Frank Lloyd Wright, que teceu muitos elogios à qualidade arquitetônica do projeto.

Em palestra no Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RJ (15/11/1971), Gregori Warchavchik informou que chegou ao Brasil em 1923, vindo da Itália e que no mesmo ano, chegava aos EUA, seu amigo Richard Neutra, saindo da Áustria. Diz o palestrante:

> quando Neutra publicou seu livro *Arquitetura Social*, pediu-me para prefaciar a edição brasileira. A identidade que tínhamos era a de ter descoberto a América ambos no mesmo ano, e para lugares diferentes deste hemisfério, trazermos nossa vontade de trabalhar, com espírito novo. (...)

> Sem dúvida, conheci e trabalhei e fui amigo de quase todos os promotores da Semana [de 1922]. Principalmente de um, Paulo Prado, que hospedou Le Corbusier, em 1929, em sua primeira visita ao Brasil. (...) A Semana deve ser lembrada pela flama que iluminou a estrada aberta, uma estrada de "renovação e liberdade", como escreveu Paulo Prado. Paulo Prado, Di Cavalcanti, Graça Aranha, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Couto de Barros, Villa-Lobos, Ronald de Carvalho, Álvaro Moreyra, Brecheret, Malfatti, Luís Aranha, John Graz e Regina, Menotti del Picchia, Moya, Yan de Almeida Prado, Motta Filho, René Thiollier, Rubens Borba de Morais, foram os condutores e continuadores do movimento. (...)
>
> *Se a Semana não deu maior contribuição para a arquitetura – o espírito da Semana, a atmosfera que se respirava entre a gente da Semana, foram suficientes para mim.*
>
> Se no meio profissional não encontrava o estímulo para dar o grande passo, resolvi dar esse passo sozinho. Escrevi na língua que então manejava, o italiano, o manifesto de 1925. Tinha de colocar pelo menos uma palavra a favor da idéia nova, nesse mesmo ano em que Le Corbusier levantava o pavilhão do Espírito Novo, em Paris, e Walter Gropius, na Bauhaus, seu primeiro livro.
>
> Em consequência daquele escrito, publicado em junho de 1925, em São Paulo, e 1 de novembro, no Rio, no *Correio da Manhã*, pude trabalhar, construir a primeira casa no Brasil, quebrando os moldes tradicionais. A casa da Vila Mariana, como a casa da rua Toneleros, aqui no Rio, em 1931, foram marcos de trabalho. Houve polêmica e crítica. Mas a idéia tinha sido lançada.
>
> Tenho certeza de que aproveitei bem o clima arejado pela Semana de Arte Moderna. E os companheiros da viagem da renovação – aqueles mesmos que haviam feito a Semana e a continuavam, deram-me o prestígio do seu apoio. Sem eles talvez houvesse maior atraso no relógio da história. (...) (grifo pessoal)[11]

Warchavchik participou do concurso para o Paço Municipal de São Paulo, em 1939, e contou em sua equipe com a participação do jovem arquiteto João Batista Vilanova Artigas. O trabalho obteve o segundo lugar. A convivência entre eles formou uma opinião em Artigas de que Warchavchik era mais um *designer* de móveis modernos do que arquiteto. Fez tal declaração em depoimento à arquiteta e professora da UnB, Christina Bezerra de Mello Jucá, em 28 de junho de 1983:

> A minha opinião a respeito de Warchavchik não é muito boa. Ele sempre contava com alguém para fazer as coisas. Até moralmente meio suspeito. Não

11 WARCHAVCHIK, Gregori. *50 anos de arquitetura moderna*. Palestra realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em 15/11/1971, promovida pelo IAB – RJ.

> tinha capacidade nenhuma para desenhar. Ele sempre contratava alguém para fazer as coisas para ele, mas para fazer tudo. Era impressionante. Sabe? Eu tenho a impressão que nunca pegou num lápis na vida dele. Mas sabia julgar. Sabia quais eram as pessoas que tinham a capacidade e o talento para fazerem isso, para fazerem aquilo. Quem foram essas pessoas antes de mim? Devia ter outra pessoa que eu suspeito que fosse um arquiteto de nacionalidade dele, que depois foi para a Argentina, chamado Wladimir Acosta, que deve ter vivido aqui algum tempo. Depois nos visitou novamente. Foi professor da Escola de Arquitetura de Buenos Aires e deixou um livro publicado sobre tipos de habitação, meio parecido com um catálogo e com a forma mesmo dos livros que o Corbusier costuma editar. (...)
>
> Preste bem atenção neste tipo de colocação, isto não desvaloriza o Warchavchik ou pelo contrário, o põe no pedestal de uma pessoa que é capaz de com a sensibilidade, que eu sempre achei extraordinária, considerando os recursos pessoais que ele tinha como desenhista, como realizador da sua obra. De perceber qual o ambiente estético que ele estava vivendo e quais os caminhos (nos quais) essa pesquisa devia ser feita, pelas pessoas que ele conseguia pinçar no processo brasileiro, para desempenhar o que aqui devia ser feito numa determinada época[12].

Destaque deve-se dar para o primeiro projeto construído de Oscar Niemeyer para a sede da Obra do Berço (1937), instituição filantrópica, na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Os demais exemplares são prédios comerciais e residências que ganhavam a mídia em função da importância do proprietário, como é o caso da "Casa Nordschild".

Durante 1932 há uma série de casas modernistas construídas em Ipanema e no Leblon, projetadas pelo arquiteto alemão Alexandre Altberg, reveladas pelo pesquisador e arquiteto Pedro Moreira em seu artigo: *Alexandre Altberg e a Arquitetura Nova no Rio de Janeiro*[13].

O concurso

O *Diário Oficial* de 23 de abril e de 2 e 11 de maio de 1935 publicou o edital do concurso para a sede do Ministério da Educação e Saúde Pública, constando de 26 artigos e de Anexo com o Programa básico das necessidades do ministério. Desses artigos destacamos os que consideramos norteadores para os candidatos realizarem suas propostas: a) o artigo 9º, por estabelecer que a altura do futuro prédio não poderia exceder a seis pavimentos, permitidos pela legislação municipal; b) o artigo 10º, exigindo dos concorrentes "obediência" ao

12 In: JUCÁ, 2006, p. 124-125.

13 In: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058 - acesso em 27/2/2009.

edital; c) o artigo 25, no qual se exigia que o prédio apresentasse entradas pelas quatro ruas que formavam a quadra: atuais Araújo Porto Alegre, Graça Aranha, Pedro Lessa e Imprensa (evidentemente o candidato poderia considerar uma das entradas como principal e a ela dar tratamento especial) e o artigo 26, por estabelecer que o custo provável da construção não excedesse a 7 milhões de réis e que o metro quadrado de construção ficasse em torno de 500 mil-réis. Previa-se, portanto, uma edificação com cerca de 18 mil metros quadrados de área construída.

O artigo 23, porém, é o que mais chama a atenção: "O governo não fica com a obrigação de contratar os serviços dos arquitetos premiados para *a execução da obra*" (grifo pessoal). Artigo com redação dúbia, cuja interpretação primeira é a de que se trata de etapa posterior, isto é, relativa à obra quanto à sua direção e fiscalização. O ministro Capanema, no entanto, interpretou-o como permissão para não usar o projeto vencedor.

Antes do prazo previsto para entrega dos trabalhos, os candidatos encaminharam abaixo-assinado ao ministro (18/5/1935) solicitando adiamento da entrega do anteprojeto. O ministro aquiesceu ao pedido e prorrogou-a para 15 de junho, mas reduzindo o prazo da segunda etapa do concurso de 60 para 45 dias, mantendo, com isso, o seu encerramento dentro do limite estabelecido no edital.

Como o anonimato era exigência do edital, os trabalhos foram entregues sob pseudônimo constante nos desenhos, e em invólucro lacrado, tendo em seu interior envelope também lacrado com o nome verdadeiro do concorrente. Disputavam o certame 35 candidatos, tendo o de pseudônimo "*Alanda luz ubi orta libertas*" apresentado duas propostas, o que perfazia 36 projetos concorrentes.

O júri, sob a presidência do ministro Capanema, contava com representantes de diferentes instituições e estava assim constituído:

a) Adolfo Morales de los Rios Filho – professor da Escola Nacional de Belas Artes

b) Natal Palladine – professor da Escola Politécnica

c) Salvador Duque Estrada Batalha – do Instituto Central de Arquitetos do Brasil

d) Eduardo Duarte de Souza Aguiar – superintendente de Obras e Transporte do Ministério da Educação e Saúde Pública

A reunião de abertura dos trabalhos do júri deu-se a 17 de junho, em sessão pública, com a presença de funcionários do Ministério, dos concorrentes, de

autoridades representantes de várias instituições e de jornalistas. Foram abertos, publicamente, os envelopes, segundo a ordem de entrega dos mesmos, e anunciados os pseudônimos de cada concorrente.

Dia 5 do mês seguinte ocorreu a segunda reunião do júri, na qual foram eliminados 33 projetos, considerados em desacordo com o edital. Restaram apenas os concorrentes de pseudônimos Alfa I, Minerva e Paz, cujos trabalhos, analisados na reunião seguinte (a terceira, em 8/7/1935), foram considerados aptos a serem desenvolvidos por seus autores na segunda etapa do concurso. Abertos os envelopes, revelaram-se os concorrentes: *Alfa I*, Gerson Pompeu Pinheiro; *Minerva*, Rafael Galvão e Mário Fertin e *Paz*, Arquimedes Memória.

A partir desse momento, os candidatos dispunham de 45 dias para desenvolverem suas propostas, adaptando-as às solicitações dos representantes do Ministério, de ordem técnica, programática ou outra qualquer.

O resultado foi anunciado pelo júri em 1º de outubro de 1935, com a seguinte classificação: 1º lugar, Arquimedes Memória; 2º lugar, Rafael Galvão e Mário Fertin e 3º lugar, Gerson Pompeu Pinheiro.

Com relação à linguagem adotada pelos vencedores em seus projetos, constatamos que:

a) Arquimedes Memória adotou o *art déco*, revelando no projeto a influência da obra de Frank Lloyd Wright e não em "estilo Marajoara", como divulgado em trabalhos escritos sobre o prédio do MES e o respectivo concurso;

b) Rafael Galvão e Mário Fertin fizeram um projeto dentro da linguagem inicial do modernismo, lembrando obras construídas de Walter Gropius (alemão) e Willen M. Dudok (holandês);

c) Gerson Pompeu Pinheiro foi o único a projetar dentro dos cânones da arquitetura modernista contemporânea.

Antes mesmo dessa revelação final, alguns concorrentes desclassificados iniciam campanha contra a decisão do júri que os eliminou. A Revista da Diretoria de Engenharia do Distrito Federal, dirigida pela engenheira modernista Carmem Portinho, na publicação de setembro de 1935, isto é, antes do encerramento do concurso, publicou dois dos projetos eliminados: o de Afonso Eduardo Reidy e o de Jorge Moreira e Ernani de Vasconcellos. Publicou ainda um artigo que saíra na revista *L´Architecture d´Aujourd´hui* e traduzido por Reidy, sobre o prédio da Caixa de Aposentadoria de Praga, originário de concurso público. Nele, os autores (arquitetos Havlicek e Honzik) narram as peripécias que fizeram para convencer as autoridades de que seu projeto (desclassificado por ferir o edital) era o melhor por suas qualidades técnicas e conceituais inovado-

ras. Foram vencedores em seus argumentos. Provavelmente, com a publicação deste artigo, queriam os eliminados no concurso do prédio do MESP reverter o resultado, como conseguiram seus colegas de Praga.

Aliás, na declaração de voto do jurado Souza Aguiar, ele faz referência àquele artigo.

Por outro lado, entre alguns funcionários ligados diretamente ao ministro Capanema, liderados por Carlos Drummond de Andrade e influenciados pelas argumentações de Lucio Costa e seus amigos, iniciaram o boicote ao trabalho vencedor do arquiteto Arquimedes Memória. Para desqualificá-lo, o ministro Capanema solicitou pareceres técnicos e estéticos a alguns profissionais de sua confiança como o engenheiro Saturnino de Brito, Maurício Nabuco, Domingos Silva Cunha que foram unânimes em depreciarem o projeto de Arquimedes Memória. Críticas e sugestões que poderiam ter sido feitas a ele e aos demais vencedores enquanto desenvolviam seus trabalhos, durante a segunda etapa do concurso.

O que põe em suspeita o real objetivo desses pareceres é que foram entregues em março de 1936, quando o ministro já havia decidido convidar Lucio Costa para realizar o novo projeto. Isto pode ser constatado na carta de Capanema dirigida ao presidente Getúlio Vargas, datada de 11 de fevereiro de 1936.

> (...) Nenhum desses projetos premiados me pareceu adequado ao edifício do Ministério da Educação. Não se pode negar o valor dos arquitetos premiados. Mas exigências municipais tornaram difícil a execução de um projeto realmente bom.
>
> (...) Encarreguei, assim, o arquiteto Lucio Costa da realização do trabalho. Este arquiteto chamou a colaborar consigo outros arquitetos de valor. *E entraram a executar o serviço, que está bem adiantado*. (grifo pessoal)[14]

A alegada mudança das regras municipais para edificações na área poderia ter sido obtida quando do concurso, pois o prefeito era Pedro Ernesto e o arquiteto-chefe da Diretoria de Engenharia era Afonso Eduardo Reidy, um dos concorrentes e, posteriormente, da equipe do Lucio Costa. As regras foram mudadas em 5 de novembro de 1935, menos de um mês após o final do concurso.

Se o ministro Capanema não tivesse sido dúbio em suas posições com relação ao concurso, nada disso teria ocorrido. Poderia, por exemplo, ter explicitado no edital que a linguagem arquitetônica dos projetos concorrentes deveria ser modernista. Tinha o ministro poder para tal, considerando que havia o pre-

14 In: LISSOVSKY & SÁ, 1996, p. 25.

cedente do concurso para o prédio da Escola Normal, em 1928, no qual o edital estabelecia a obrigatoriedade do estilo "Tradicional Brasileiro" (o Neocolonial).

Poderia, ainda, ter mudado as regras urbanísticas para o terreno, quanto ao número de pavimentos e a disposição do prédio na quadra, deixando livre os concorrentes com relação a suas propostas.

Ao contrário, o ministro Capanema preferiu manter as aparências de democrata e liberal, incentivando os jurados a agirem com liberdade e autonomia, dizendo-lhes que "desejava o julgamento o mais justo possível, premiando-se aqueles que melhor se apresentassem, *fosse qual fosse a escola do projetista*". (grifo pessoal)[15]

Observe-se que posições dúbias marcariam sua gestão como ministro, aparentemente na linha de "vão-se os anéis e salvam-se os dedos". Assim agiu com relação à Universidade do Distrito Federal – UDF, extinguindo-a, porém antes nomeando para reitor o líder católico Alceu de Amoroso Lima, atendendo à Igreja e o interventor da Prefeitura Henrique Dodsworth. No lugar da UDF, Capanema criou a Universidade do Brasil e, em 5 de julho de 1937, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), convidando para a nova universidade muitos professores da extinta UDF. Para a "FNFi, entre outros, Arthur Ramos [também considerado comunista pela Igreja] como catedrático interino na cadeira de Antropologia e Etnologia, efetivado por concurso público, em maio de 1945".[16]

A vereda tortuosa adotada pelo ministro e seus auxiliares gerou profundo desconforto para todos e abriu uma trincheira para os seus críticos, que os acusavam de antiéticos. Até porque os arquitetos da equipe, Lucio Costa, Afonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernani de Vasconcellos, Jorge Moreira e Oscar Niemeyer, haviam concorrido e foram desclassificados.

O projeto que esta equipe apresentou ao ministro Capanema tinha como base o mesmo que fora apresentado no concurso por Jorge Moreira e Ernani de Vasconcellos.

O concurso para o prédio do Ministério da Fazenda

Enquanto se arrastava o desenrolar do novo projeto para o prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública, ocorreu o concurso para o prédio do Ministério da Fazenda. A sede deste seria erguida em terreno situado na Avenida Passos, na quadra onde existiam dois prédios históricos e importantes para a cidade do Rio de Janeiro, onde se instalava esse ministério. Eram eles: o que se destinara à Escola Nacional de Belas Artes, projetado pelo arquiteto Grand-

15 *Idem*, p. 10 (ata da 2ª reunião, 5/7/1935).

16 BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Um projeto de modernização do Rio de Janeiro: a contribuição de Arthur Ramos (1933-1949). In: WEYRAUCH *et al.*, p. 62.

jean de Montigny e inaugurado em 1826, e o outro que abrigara a antiga Casa da Moeda e, no século XVIII, o Museu de História Natural (apelidado de Casa dos Pássaros), construído pelo vice-rei Dom Luís de Vasconcelos e Souza (1779-1790). Impiedosamente, foram demolidos esses dois importantes prédios para a implantação do Ministério da Fazenda, objeto do concurso.

Em 18 de dezembro de 1936 foi proclamado o resultado do julgamento do júri: "Primeiro lugar, arquitetos Wladimir Alves de Souza e Enéas Silva; segundo lugar, arquitetos Oscar Niemeyer, Jorge Machado Moreira e José de Souza Reis; terceiro lugar, arquiteto Rafael Galvão. Foram ainda conferidas duas menções honrosas, respectivamente, à equipe dos arquitetos F. F. Saldanha, Carlos Porto e Tupy Brack; e a outra ao arquiteto Paulo de Camargo e Almeida".[17]

O ministro Souza Costa abandonou o terreno da Avenida Passos por um outro maior, na Esplanada do Castelo. Talvez inspirado no concurso do MESP e em seu colega Capanema, pagou os vencedores e montou uma equipe com funcionários públicos e técnicos da iniciativa privada, coordenada por três profissionais experientes. O projeto arquitetônico ficou a cargo do engenheiro-arquiteto Luiz Eduardo Frias Pereira de Moura, formado pela Escola Nacional de Belas Artes; para elaborar as especificações dos materiais e orçamento da obra incumbiu-se o engenheiro civil Liberato Soares Pinto, formado na Escola de Engenharia de Porto Alegre e para administração e direção da obra, o engenheiro civil formado pela Politécnica do Rio de Janeiro, Ary Fontoura de Azambuja.

O ministro Souza Costa determinou, então, à equipe que o prédio deveria ser em estilo neoclássico.

Participaram na parte de obras artísticas usadas no prédio o muralista Paulo Werneck, realizando os vários painéis em mosaico, o escultor Humberto Cozzo, elaborando as placas de bronze, os baixos-relevos e os vasos de bronze e de granito, cabendo ao escultor Leão Velloso elaborar os vasos de cerâmica e o busto do presidente Getúlio Vargas.

O prédio, com 14 andares e cerca de 105 mil metros quadrados de área construída, teve a obra iniciada em 3 de outubro de 1938 e inaugurado em 10 de novembro de 1943. Isto é, construído em cinco anos. Enquanto o prédio do MES, muito menor, levou oito anos e seis meses para ser concluído.

No ato da inauguração do prédio vale destacar trechos da fala do presidente Getúlio Vargas e do ministro Souza Costa, por expressarem a sintonia entre os dois e as concepções arquitetônicas possíveis no governo Vargas.

Senhores,

17 BRASIL – MINISTÉRIO DA FAZENDA, p. 46.

> ao inaugurar *este sólido e imponente edifício*, sede condigna do Ministério da Fazenda, obra em que a capacidade construtiva, a clara inteligência e o gosto de ordem do Ministro Souza Costa, mais uma vez se revelaram (...)
>
> Cumpre o Estado dar bom exemplo de instalações higiênicas e confortáveis, onde o trabalho não seja desagradável para o exercício adequado das energias humanas (...). Getúlio Vargas.
>
> Senhor Presidente:
>
> O Palácio da Fazenda, que Vossa Excelência, neste momento, inaugura, constitui mais um dos grandes cometimentos do esclarecido espírito, sob cujas inspirações tudo se vem renovando no Brasil, tudo se vem construindo, desde as instalações compatíveis com a dignidade do serviço público até os fundamentos e as arquitraves da vida econômica e social da Nação. (...)
>
> Preparávamos uma injustificável contradição. De um lado, avultava a necessidade premente de instalar e agrupar tantos serviços públicos de maneira condigna, a fim de que os mesmos pudessem atingir, plenamente, os objetivos determinantes de sua criação; de outro lado, dominava a insistência com que se entravam todas as resoluções, ao invés de acelerar o ritmo do progresso do Brasil (...)
>
> Longo seria este discurso se eu viesse a enumerar a Vossa Excelência, neste instante, todas as circunstâncias que influíram em tão favoráveis resultados e se resumem na *construção do mais belo monumento arquitetônico da linda capital do Brasil*, por um preço de edificação que não teme confronto com qualquer outro, quer na construção pública, quer na construção privada e isso não obstante todas as dificuldades decorrentes do estado de guerra.
>
> Ministro Souza Costa. [18] (grifos pessoais)

Enquanto o Ministério da Fazenda deu essa guinada do modernismo para o academicismo neoclássico, o ministro Capanema aprofundou suas convicções pelo modernismo. Manteve-se firme em suas posições, mesmo diante das críticas publicadas nos importantes jornais da cidade e da carta que Arquimedes Memória encaminhou ao presidente Getúlio Vargas antes de fevereiro de 1936.

Arquimedes Memória denuncia os cabeças do movimento que lhe tirou o trabalho como comunistas e judeus. A carta, preconceituosa e politicamente mesquinha, isolou-o no campo do integralismo, movimento que não tinha aprovação na maioria da sociedade e nem no governo Vargas.

Dizia Arquimedes Memória em trecho de sua carta:

18 *Idem*, várias páginas.

> (...) Acabamos de saber, entretanto, com grande surpresa nossa, que o sr. ministro da Educação, tendo encomendado, sem concorrência, ao arquiteto Lucio Costa, vários projetos, entre eles o do futuro palácio para sede do ministério, acaba de autorizar que lhe seja paga por este projeto a importância de cem contos de réis, segundo informações que me chegaram ao conhecimento. E sobe de ponto esta surpresa *por se não encontrar justificativa desse ato na moral comum, de vez que se sabe te sido o arquiteto Lucio Costa desclassificado na primeira prova daquele concurso*.
>
> O que acabamos de narrar tem, no presente momento, gravidade não pequena, em se sabendo que esse arquiteto é sócio do *arquiteto Gregório Warchawisk, judeu russo de atitudes suspeitas*, por esse mesmo sr. Lucio Costa levado para uma cadeira da Escola Nacional de Belas Artes, onde ambos tanto têm concorrido para as constantes agitações em que esta escola se tem visto.
>
> Não ignora o sr. ministro da Educação as atividades do arquiteto Lucio Costa, pois, pessoalmente já o mencionamos a S. Exª *entre vários nomes dos filiados ostensivos à corrente modernista que tem como centro o Clube de Arte Moderna, célula comunista* cujos principais objetivos são a agitação no meio artístico e a anulação de valores reais que não comunguem no seu credo. Esses elementos deletérios se desenvolvem justamente à sombra do Ministério da Educação, onde têm como *patrono e intransigente defensor o sr. Carlos Drummond de Andrade, chefe do gabinete do ministro*.
>
> Expondo aos olhos de V. Exª, esses fatos, esperamos que V. Exª, defendendo o Tesouro Nacional e a honorabilidade do vosso governo do país, alente a arte nacional que ora atravessa uma crise dolorosíssima, próxima do desfalecimento. (grifos pessoais)[19]

A saída política para responder às muitas críticas foi convidar o famoso arquiteto francês modernista Le Corbusier para vir ao Rio de Janeiro a fim de proferir palestras sobre a nova arquitetura e fazer pareceres sobre o projeto que a equipe dirigida por Lucio Costa tinha apresentado ao ministro Capanema e sobre o projeto da Cidade Universitária.

Le Corbusier chegou em 12 de julho de 1936 e regressou em 15 de agosto do mesmo ano. No decorrer de sua permanência, proferiu várias palestras, fez considerações sobre o projeto para a Cidade Universitária – sugeriu ser encarregado do trabalho por achar-se o arquiteto europeu mais capacitado e conhecedor do programa de uma universidade para os tempos modernos –, fez propostas urbanísticas para a cidade e apresentou alentado parecer sobre o projeto do MESP.

19 In: LISSOVSKY & SÁ, 1996, p. 26.

É importante registrar que o projeto da Cidade Universitária de autoria do arquiteto italiano Marcello Piacentine – considerado na historiografia brasileira como vindo a serviço de Mussolini –, ao chegar ao Rio de Janeiro foi hostilizado pelos diretórios acadêmicos das Escolas de Arquitetura e de Engenharia, encaminhando ofício ao ministro Capanema. Este respondeu que o arquiteto Piacentine estava vindo para reunião com profissionais do Rio de Janeiro para tratar de vários assuntos arquitetônicos, negando que iria projetar a Cidade Universitária. Ao mesmo tempo, sigilosamente, Capanema solicitou ao Instituto dos Arquitetos do Brasil a designação de cinco profissionais para formar a equipe de Piacentine, com objetivo de "organização do plano de construção da futura Cidade Universitária". Como podemos constatar no informe do jornal *Diário da Noite* de 21 de agosto de 1935.

Foram indicados pelo IAB: *Lucio Costa*, Ângelo Bruhns, Carlos Henriques de Oliveira Porto, F. Fernandes Saldanha e Paulo Ferreira Santos. Não entendi a razão de na historiografia brasileira ser omitido, a participação de Lucio Costa e dos demais profissionais na elaboração do projeto da Cidade Universitária, sob o comando de Marcello Piacentine.

A "CIDADE UNIVERSITARIA"

VÃO COLLABORAR COM O ARCHITECTO ITALIANO

O ministro da Educação solicitou ao Instituto dos Architectos do Brasil a designação de cinco engenheiros brasileiros para collaborar com o architecto italiano Marcello Piacentine, actualmente nesta capital, nos trabalhos de organização do plano de construcção da futura "Cidade Universitaria".

Attendendo á solicitação, o Instituto acaba de designar, por ordem de votação em assembléa geral, os seguintes engenheiros architectos: F. Fernandes Saldanha, Carlos Henrique de Oliveira Porto, Angelo Bruhns, Lucio Costa e Paulo Ferreira Santos.

Voltando a Corbusier, ele criticou duramente o projeto da equipe brasileira, chamando-o de "Múmia", mas culpando, por isso, o terreno oferecido à equipe pela sua inadequação a um prédio público. Recomendou, então, que fosse mudado o terreno para a Praia de Santa Luzia e para ele fez seus estudos de partido arquitetônico, sugerindo alteração nas disposições dos volumes previstos, formando um **L** definidor de grande praça com destaque para escultura monumental do homem brasileiro. Implantação, como se veria depois, muito diferente da adotada no projeto final da equipe de Lucio Costa.

Foi uma sábia estratégia, provavelmente sugerida a Le Corbusier. Se fizesse sua proposta para o terreno real ficaria muito difícil, à equipe brasileira, não ser considerada como mera detalhadora do projeto do Mestre. Além do constrangimento proporcionado aos profissionais brasileiros, o governo teria que pagar a Le Corbusier pela autoria do projeto. A que custo!

A partir da passagem do arquiteto francês, a equipe brasileira divulgou que teria revisto o seu projeto, incorporando as sugestões vindas do ministro Capanema e dos vários pareceres técnicos solicitados por ele, além das trazidas por Le Corbusier. Continuava, portanto, sendo um projeto de brasileiros.

Por outro lado, a estratégia adotada desarmou os críticos, pois quem poderia ser contra a cidade do Rio de Janeiro ter um prédio público contendo sugestões e a aprovação de um dos mais famosos arquitetos modernistas europeus?

O novo projeto do MESP foi, finalmente, aprovado em 13 de abril de 1937, pelo ministro Capanema e colocada a pedra fundamental para início das obras 11 dias após a sua aprovação.

No início do ano seguinte, houve o concurso para o pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York, promovido pelo Ministério do Trabalho, sendo vencedor Lucio Costa e o segundo lugar obtido por Oscar Niemeyer. Segundo o próprio Lucio Costa, seria esta a oportunidade de tornar o jovem Niemeyer conhecido internacionalmente e, sob esta alegação, abriu mão do trabalho pessoal e convidou-o a realizarem o projeto final em conjunto.[20] Viajaram para Nova York e a obra concretizou-se, tendo a colaboração do paisagista americano Paul Lester Wierner. O Pavilhão brasileiro foi considerado pela crítica internacional um dos mais belos da Feira, inaugurada em 30 de abril de 1939.

Essa obra foi importante para legitimação da equipe do MES, agora com dois de seus membros projetados internacionalmente: o chefe Lucio Costa e o jovem Oscar Niemeyer.

Enquanto ocorria a Feira Mundial, a obra do prédio do MES se arrastava e era criticada pelo ministro da Fazenda Souza Costa, em carta ao presidente Getúlio Vargas (24/4/1939), referente ao pedido do ministro Capanema de liberação de mais 6 mil contos de réis para adiantamento das obras. Nessa carta percebe-se séria crítica ao desregramento na condução da obra:

> (...) Releva notar que o processo anexo [do Ministério da Educação] não oferece esclarecimento algum sobre o orçamento total das obras nem quanto à parte que falta para a sua conclusão, não indicando, igualmente, quais as despesas a serem custeadas com o crédito de Rs. 6.000:000$000 supra-referido.

20 COSTA, p. 190.

> Estes esclarecimentos são, no entanto, indispensáveis para que se possa emitir parecer a respeito do pedido formulado pelo Ministério da Educação.
>
> Nestas condições, cumpre-me sugerir a V. Exª a volta do processo àquele ministério a fim de que se digne prestar informações mais detalhadas sobre o assunto.[21]

Em carta posterior (20/9/1939), o Ministro Souza Costa volta a denunciar ao presidente Vargas o descontrole orçamentário da obra por parte do ministério dirigido por Capanema:

> Esta Secretaria de Estado desconhece até agora o orçamento geral das despesas a efetuar com as obras projetadas. O processo de adiamento que o Ministério da Educação pleiteia tem graves inconvenientes pelas dificuldades que surgem por ocasião de comprovar nos prazos normais a sua aplicação. Minha opinião é, assim, contrária ao atendimento do pedido, cumprindo-me insistir no que já disse em exposição no 471, de 24 de abril deste ano, de que é indispensável o conhecimento do orçamento total da obra, para opinar no assunto.[22]

Capanema, para responder às críticas do ministro Souza Costa, solicitou ao arquiteto Lucio Costa (havia voltado de Nova York) explicação sobre o encarecimento da obra, tendo ele respondido em 27 de outubro do mesmo ano, fugindo da resposta técnica e fazendo considerações sobre o modernismo que se estava fazendo no Brasil.

> (...) Ainda não existe, com efeito, nem na Europa, nem na América ou no Oriente, nenhum edifício público com as características deste agora em vias de conclusão. É certo que os nossos críticos divergem nesse particular: há os que consideram as soluções de ordem geral adotadas em todos os demais países sempre inadmissíveis em nosso meio, em virtude das "condições locais" e da nossa "formação particularíssima"; e há os que só entendem acertado reproduzir-se de segunda mão aquilo que se faz no estrangeiro, os erros inclusive – EUA, Itália, França, Alemanha, variando as preferências de acordo com o itinerário de cada um.
>
> (...) Estamos simplesmente a aplicar, com consciência, os princípios reconhecidos pelos arquitetos modernos do mundo inteiro como fundamentais da nova técnica de construção, muito embora nenhum governo ainda os tivesse oficialmente adotado em obras de tamanho vulto.
>
> Trata-se, assim, de um empreendimento de repercussão internacional e que como tal terá o seu lugar na história da arquitetura contemporânea. Prova dis-

21 *Idem*, p. 163.

22 *Ibidem*, p. 163.

> to é o interesse que vêm demonstrando pela obra as melhores revistas técnicas e estrangeiras. E coube ao nosso país dar esse passo definitivo: mais um testemunho bem significativo de que já não condicionamos as nossas iniciativas a beneplácitos de fora.
>
> Outro motivo que faz elevar o preço da construção é a importância nela atribuída às obras de arte: pintura e escultura. Não se compreenderia, na verdade, que o ministério a cujo cargo estão a proteção e o desenvolvimento das artes plásticas no país se abstivesse de, na construção do edifício destinado à própria sede, apresentá-las condignamente.
>
> Finalmente, têm concorrido para encarecer desnecessariamente a obra as demoras e dificuldades havidas no desembaraço das verbas indispensáveis, e a conseqüente paralisação parcial ou total dos serviços.[23]

Sob saraivada de críticas publicadas nos jornais da cidade do Rio de Janeiro quanto à morosidade e ao custo da obra, surgiu nova oportunidade de divulgação da arquitetura brasileira (colonial e modernista) através de exposição fotográfica e de maquetes de vários prédios construídos na fase barroca e na matriz modernista. Organizada sob coordenação de Philip Goodwin e fotos de G. E. Kidder Smith. Em janeiro de 1943 é aberta a exposição no Museu de Arte Moderna de Nova York, tendo o prédio do MES como o seu expoente, apontado pela crítica americana como obra-prima da arquitetura mundial.

Finalmente, o internacionalmente consagrado prédio do Ministério da Educação e Saúde foi inaugurado em 3 de outubro de 1945.

Alguns jornais, antes severos críticos do modernismo, mudaram de opinião e passaram a elogiar o ministro Capanema e sua obra. Por exemplo, o *Correio da Noite*, em matéria do dia 2 de outubro, afirma que "aqueles que ainda não tiveram a curiosidade de vê-la estão perdendo uma grande oportunidade para encher os peitos e dizer: "Sim senhor! E isto é Brasil. Isto é nosso!".

O discurso do ministro Capanema conteve-se no louvor ao governo e em explicar que a inauguração do prédio se deu em 3 de outubro para homenagear a Revolução de 30, comandada pelo presidente Getúlio Vargas.

> (...) Devo ainda dizer que, se a criação do Ministério da Educação e Saúde resultou de vossa sabedoria política, a construção deste "palácio de vidro", em que ele vai funcionar é um sinal de vossa livre e altíssima inteligência.
>
> Não é freqüente entre os chefes de Estado o espírito de proteção às artes. Todavia, de quando em quando, a história nos oferece a grata presença de um

23 *Ibidem*, p. 164 e 165.

> mecenas. Na História do Brasil, sob este aspecto, merece efetuoso respeito a figura de d. Pedro II.
>
> Porém, o que é raríssimo é que o chefe de Estado, além de protetor das artes na sua usual produção e brilho, se transforme em animador da renovação e da rebeldia, num terreno em que o espírito acadêmico, em toda parte e em todos os tempos, possui o mais forte poder. Este gesto, o gesto de Péricles, o gesto de Lorenço de Médicis, só se encontra raramente. (...)[24]

O arquiteto Lucio Costa não esteve presente ao ato, talvez decepcionado com a guinada que deu o governo, a partir de 1935, instituindo no final do ano de 1937 o Estado Novo. É o que nos faz supor o trecho de uma de suas cartas a Le Corbusier (24/10/1937):

> (...) Mas deixemos de sonhar com esse belo país imaginário e procuremos considerar este 1937 – *caótico e angustiado, cego pela desconfiança, pelo ódio e pelo medo – o melhor dos mundos possíveis; e este querido Brasil – transformado da noite para o dia em uma espécie de Klu-klux-klan ´católica-fascista´, onde a polícia mete na prisão aqueles que têm a audácia de pensar livremente – o paraíso do meu ´comodismo´*.
>
> Aceite as *saudades* de todo mundo, o *abraço* de seu amigo Lucio e, também, a simpatia dos tesouros desconhecidos de Conde Lage. (grifo pessoal)[25]

O período anunciava o fortalecimento do Integralismo, culminando com o ataque do grupo ao Palácio Guanabara, em 10 de maio de 1938, para tomar o poder. Em 1935 explode, em vários estados brasileiros, a Intentona Comunista. No Rio de Janeiro, sob o comando de Agildo Barata e com a participação de Carlos Prestes, resultando em muitos presos e alguns mortos por tortura nas masmorras de Felinto Müller. Deflagrou-se a perseguição aos "comunistas", alegação dos repressores de Vargas, levando políticos e intelectuais às cadeias espalhadas pelos diversos estados do Brasil. Além de Prestes e sua mulher Olga – entregue a Hitler para ser morta –, podem ser citados Maurício de Lacerda, o prefeito Pedro Ernesto (condenado a mais de 3 anos de prisão), Virgílio de Melo Franco, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Raquel de Queirós e outros.

Transcrevemos abaixo trecho da obra de Luitgarde O. C. Barros, onde a autora trata das perseguições movidas pela Igreja Católica, da polícia política do governo e dos integralistas aos intelectuais considerados de esquerda que atuavam no Rio de Janeiro. Eram atingidos, principalmente, os envolvidos na Universidade do Distrito Federal – UDF, criada em 1935 pelo prefeito Pedro Ernesto, sendo reitor interino Anísio Teixeira, substituído depois por Afrânio Peixoto:

24 In: LISSOVSKY & SÁ, 1996, p. 209 e 210.

25 *Idem*, p. 139.

> Naquele clima de histeria, acirrado pela Igreja acusando de comunista qualquer intelectual alheio aos seus quadros, atacar a UDF era como bombardear a casamata do inimigo, como passa a ser apontado o Governo Pedro Ernesto, principalmente pelo chefe da frente política de oposição, Henrique Dodsworth. (...)
>
> Nunca a criação de qualquer instituição merecera tal mobilização por parte dos políticos e da intelectualidade católica. Nenhuma outra universidade brasileira se manteve por tantas décadas no centro do debate intelectual, desde a sua fundação, o rápido tempo de atividade, o ab-rupto fechamento e as discussões a respeito de sua qualidade em relação a outros projetos universitários posteriores, até a produção contemporânea sobre história da educação.
>
> Enquanto se fortalecia o bloco de oposição à obra reformadora, o Brasil intelectual, por muitos de seus mais respeitados representantes de estados, impulsionava a instauração da vida universitária na convivência de figuras como Josué de Castro, Gilberto Freyre, Tavares Bastos, Mario de Andrade, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Plínio Sussekind da Rocha, Raja Gabaglia, Castro Rebello, *Lucio Costa*, *Cândido Portinari*, J. C. Andrade Muricy, Villa-Lobos, Arthur Ramos, Prudente de Moraes Neto, José Maria Bello, Cecília Meireles, além de estrangeiros de diferentes especializações, como Alfredo Schaeffer, Bernhard Grouss, Otto Rothe, Pierre Deffontaine, Émile Brehier, Donald Pierson e Karl Arens, citados, aleatoriamente, apenas para registrar alguns personagens do campo intelectual exposto ao cerrado ataque. (grifo pessoal)[26]

Lucila Soares, em seu livro sobre o avô José Olympio, descreve o clima entre os intelectuais da literatura,

> Jorge Amado foi um dos autores mais atingidos pela repressão no período de implantação do Estado Novo, quando o ambiente se tornou sufocante. Em 1937 viraram cinzas numa única fogueira, em Salvador, 808 exemplares de *Capitães de areia*; 223 de *Mar morto*; 89 de *Cacau*; 93 de *Suor*; e 214 de *O país do carnaval*. Entre os livros de outros autores estavam 15 exemplares de *Doidinho*; 26 de *Pureza*; 13 de *Bangüê*; quatro de *Moleque Ricardo*; 14 de *Menino de Engenho*; 23 de *Educação para a democracia*. No início de 1938, José Olympio fez um relato dramático da situação em carta a Gilberto Freyre.
>
> Você não pode calcular como passei esses cinco meses com apreensões de livros, redução de 70% nos negócios da editora. Tem sido uma luta danada.
>
> Graciliano Ramos, que continuava encrencadíssimo financeiramente – Heloísa mudara-se para o Rio de Janeiro com Clara e Luiza, e a família estava vivendo

26 BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Um projeto de modernização do Rio de Janeiro: a contribuição de Arthur Ramos (1933-1949). In: WEYRAUCH *et al.*, p. 59 e 60.

> numa pensão no Catete –, dizia ter a impressão de que o negócio de livros estava indo por água abaixo. Escreveu ao filho Júnior:
>
> Nosso amigo José Olympio andava triste, chorava como um bezerro desmamado e eu tinha vontade de oferecer-lhe uns níqueis quando o via.[27]

Preferiu Lucio Costa enviar uma carta ao amigo Capanema, fazendo rápido e discreto agradecimento a Getúlio Vargas, no dia da inauguração do prédio do MES.

> Conquanto não me seja possível comparecer à cerimônia de inauguração do edifício do ministério, desejo estar de algum modo presente, a fim de participar da satisfação de todos aqueles que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a realização dessa obra de significação internacional. Não se trata, em verdade, da simples inauguração de mais um edifico como tantos outros que se inauguram, a cada passo, por todo o país, mas da inauguração de uma obra de arquitetura destinada a figurar, daqui por diante, na história geral das belas-artes como o marco definitivo de um novo e fecundo ciclo da arte imemorial de construir.
>
> Foi, efetivamente, neste edifício onde, pela primeira vez, se conseguiu dar corpo, em obra de tamanho vulto, levada a cabo com esmero de acabamento e pureza integral de concepção, às idéias mestras por que, já faz um quarto de século, o gênio criador de Le Corbusier se vem batendo com a paixão, o destemor e a fé de um verdadeiro cruzado.
>
> De todas as sementes por ele generosamente lançadas aos quatro cantos do mundo – de Moscou a Nova York, de Estocolmo ao Prata –, foi esta deixada aqui neste pequeno canteiro da esplanada do Castelo, no coração mesmo onde a cidade nasceu – a única, afinal que de fato vingou. (...)
>
> Que estranho encadeamento de circunstância tornou possível um tal milagre?
>
> *Antes de mais nada se deveu à sua presença, Dr. Capanema, no ministério*. Fosse outro o ministro e o edifício não seria este. Foram as suas qualidades e, possivelmente, alguns dos seus defeitos que tornaram esta obra exequível. *Nenhum outro homem público, nem aqui nem em qualquer outra parte, teria tido a coragem de aceitar e levar a cabo, em circunstâncias tão desfavoráveis, obra tão radicalmente renovadora*. (...)
>
> *Assim, pois, este monumento, além da sua significação como obra de arte, possui, ainda, um conteúdo moral: simboliza a vitória da inteligência e da honradez sobre o obscurantismo, a malícia e a má-fé*. (...) (grifos pessoais)[28]

27 SOARES, p. 66.

28 *Ibidem*, p. 215.

Evidentemente, Lucio Costa nesta carta montou, inteligentemente, o discurso a ser divulgado sobre o prédio do Ministério da Educação e Saúde. Elevou-o ao nível de monumento nacional e internacional, de exemplar importante da arquitetura modernista e da técnica e ciência da construção e da vitória contra todos os seus críticos por representarem o "obscurantismo, a malícia e a má-fé". Consagrou o ministro Capanema como o paladino da renovação e da cultura moderna brasileira. Inexplicavelmente, o missivista só faz referência como autor do projeto a Oscar Niemeyer!

Caminhos da equipe

A equipe autora do projeto, no decorrer dos anos, esfacelou-se, ficando apenas juntos Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Qual a razão ou razões dessa dispersão?

Infelizmente, não foram tornados públicos documentos referentes ao assunto.

Outro componente da equipe, participante no projeto do MES e, aparentemente, marginalizado, foi o arquiteto Carlos Leão. Tudo indica que as rusgas tiveram origem no projeto de hotel para Ouro Preto.

Em 1938, o governador de Minas Gerais Benedito Valadares Ribeiro resolveu construir um novo hotel na cidade, então tombada como Patrimônio Nacional. O governador solicitou ao mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do recém-criado SPHAN, indicação de um arquiteto para projetar o hotel, sendo apontado Carlos Leão[29], que fez o projeto em estilo neocolonial, logo aprovado pelo governador. Prestes a iniciar-se a obra, vindos da Feira Mundial de Nova York, voltaram ao Brasil os vitoriosos Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Os dois usaram a influência que tinham junto ao órgão para sustar o projeto de Carlos Leão, cabendo a Oscar Niemeyer fazer novo projeto para o hotel, em linguagem modernista. Lucio Costa deu parecer favorável à nova proposta, abrindo assim imenso campo de trabalho para seu amigo, em Minas Gerais.

Quanto a Ernani de Vasconcellos, outro arquiteto participante, a omissão de seu nome na equipe autora do projeto do MES nos painéis da exposição do Museu de Arte Moderna de Nova York (1943) deve ter-lhe proporcionado um sério aborrecimento – ainda que a omissão possa ter sido eventual falha dos organizadores. Contudo, a carta de Lucio Costa a Capanema, na ocasião da inauguração do prédio, só faz referência a Niemeyer. Destaque que Lucio Costa já havia dado em carta a Le Corbusier (3/7/1937) informando que tinha

29 MALHANO, 2002, p. 148 a 150.

abandonado o projeto da "múmia" e que iniciara novo projeto, inspirado diretamente nos estudos do mestre a quem se dirigia.

"Oscar, que se revelou de repente – depois de sua partida – a estrela do grupo, é o principal responsável e espera, comovido, certamente – como todos nós, aliás – o OK de Jeová".[30]

Omissão que Lucio Costa repete em sua carta a Carlos Drummond de Andrade (21/9/1937):

> "Carlos,
>
> Sinto-me doente. Deixo, temporariamente, com o Reidy, o Niemeyer, o Moreira e o Leão, a tarefa do ministério".(...)[31]

O que houve entre eles é uma incógnita que se espera desvendar, com o surgimento de algum trabalho sobre Ernani de Vasconcellos.

Jorge Moreira, outro membro da equipe, ficou encarregado do projeto da Cidade Universitária para o qual concentrou grande parte de seu trabalho profissional, como chefe do Escritório Técnico. Não se tem notícia que tenha feito algum projeto em equipe com Niemeyer ou Lucio Costa após o prédio do MES. Se houve algum atrito entre eles, só o tempo e trabalhos sobre sua biografia poderá esclarecer.

Afonso Eduardo Reidy, após a participação no projeto do MES, entrou em concurso público junto a Jorge Moreira, em 1944, para a sede administrativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no qual foram vencedores.

Como servidor público municipal, ingresso por concurso público, em 1932, Reidy dedicou-se a projetos de urbanização da cidade e de prédios de responsabilidade da municipalidade, entre eles o projeto do Museu de Arte Moderna e outros espalhados no Aterro do Flamengo (época em que o Rio de Janeiro era Cidade-Estado). Fez poucos projetos particulares. E nenhum, parece, em parceria com Oscar Niemeyer ou Lucio Costa, após a experiência do prédio do MES.

Não se têm notícias de desavenças entre Reidy e os outros dois. O próprio Lucio Costa publicou em suas memórias o artigo que escreveu sobre o conjunto habitacional de Reidy no Pedregulho, projetado em 1946.[32]

Destacaram-se, nacional e internacionalmente, os artistas plásticos que atuaram no prédio do MES, como o pintor Cândido Portinari, os escultores Celso

30 In: LISSOVSKY & SÁ, 1996, p. 137.

31 *Idem*, p. 151.

32 COSTA, 1995, p. 203 e 204.

Antonio, Bruno Giorgi e o arquiteto e muralista Paulo Claudio Rossi, que realizou os painéis de azulejos de Cândido Portinari.

Menção especial cabe ao paisagista Roberto Burle Marx, que se tornou o mais importante profissional na sua área, reconhecido nacional e internacionalmente como destaque do século XX.

Oscar Niemeyer foi o arquiteto que mais se evidenciou a nível mundial, principalmente após a construção de Brasília. De Lucio Costa é o Plano Urbanístico da cidade e de Niemeyer os projetos das principais edificações públicas.

Brasília é o ápice da arquitetura modernista, tão ferrenhamente conquistada por Lucio Costa e sua equipe com a construção do prédio do atual Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro.

As cicatrizes

Com a inauguração do prédio do MES e consequente vitória dos modernistas, as armas não foram baixadas. Ao contrário, o SPHAN foi omisso (ou favorável), quando solicitado ao órgão parecer sobre a derrubada dos prédios em linguagem eclética, neocolonial e do academismo neoclássico no Rio de Janeiro. A atitude culminou com a aprovação da demolição da maioria dos prédios da Avenida Rio Branco (antes Central) e do Palácio Monroe, em 1976.

Coube, posteriormente, aos órgãos de proteção ao patrimônio do antigo Estado da Guanabara e ao atual INEPAC (estadual-RJ) e à Prefeitura do Rio de Janeiro salvar muitos exemplares desses estilos condenados pelos modernistas históricos.

O radicalismo dos gladiadores defensores de cada linguagem arquitetônica, destruindo-se na arena do governo Vargas, expressa a estreiteza das partes envolvidas em não buscar o diálogo, e não serem atentas à pluralidade das realidades em que atuavam. Cada grupo não se conformava em representar uma parcela da sociedade e do poder público. Lutavam pelo terreno arrasado, uniforme e ilimitado para campo de sua expressão arquitetônica como única.

Felizmente, ainda sobraram na cidade do Rio de Janeiro exemplares de cada linguagem. Alguns, com qualidade estética-arquitetônica, incorporaram valores históricos, simbólicos e culturais, sendo afinal protegidos e preservados como bem cultural da cidade. É esta diversidade de linguagens que torna a urbe dinâmica, heterogênea, plural e coerente com sua história e seu povo.

Lucio Costa

O baluarte que empunhara a bandeira do modernismo, após rasgada a do neocolonial, carregou sobre si o peso das decisões que tomou para implantar a

semente do modernismo através da construção do belo e monumental prédio, hoje, denominado Palácio Gustavo Capanema. Lucio Costa tinha consciência do quanto fez sofrer seu mestre e amigo Arquimedes Memória, na luta para implantar as novas idéias que abraçou.

Dia 20 de setembro de 1960, faleceu aquele que ele derrotou. Segundo o neto do falecido, Péricles Memória Filho, no velório, entre os presentes estavam:

> Amigos e admiradores, arquitetos, alunos, autoridades, artistas, funcionários da faculdade e professores. Registre-se como extremamente abalado o professor Adolfo Morales de los Rios Filho [foi um dos membros do júri do MES], e o ex-dileto aluno, arquiteto Lucio Costa, que lhe prestou homenagem, permanecendo longo tempo no pequeno cômodo da capela.[33]

Neste ato, a história da arquitetura na cidade do Rio de Janeiro encerrava um ciclo de contenda entre expoentes da nossa cultura, dois dos mais expressivos e criativos arquitetos brasileiros.

Referências bibliográficas

AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. *O Nacional e o Moderno*: arquitetura e saúde no Estado Novo nas cidades catarinenses. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ, 2006.

ÁVILA, Affonso (Coord.). *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. Tradução de Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BRASIL – MUSEU DA FAZENDA FEDERAL. *A arte no Palácio da Fazenda*. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1983.

CAVALCANTI, Lauro. *Quando o Brasil era moderno*: guia de Arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Arquitetos e Engenheiros*: sonho de entidade desde 1798. Rio de Janeiro: Crea-RJ, 2007.

COMUNICACION. *Bauhaus*. Tradução do alemão de Dolores Fonseca. Madrid: Alberto Corazon, 1971.

CORREIA, Maria Rosa (Org.). *Oficina de estudos da preservação, Coletâneal*. Rio de Janeiro: IPHAN-Rio, 2008.

COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

33 MEMÓRIA Filho, 2008, p. 117.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia da arquitetura no Rio de Janeiro*. 4 v.: Art Déco; Colonial, Neoclássica e Romântica; Eclética; Moderna. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

GIEDION, Sigfrido. *Espacio, tiempo y arquitectura*: el futuro de una nueva tradición. 4. ed. Tradução do inglês de Isidro Puig Boada. Barcelona: Editorial Científico-Médico, 1968.

GROPIUS, Walter. *Apolo en la Democracia*. Tradução do alemão de Norberto Silvetti Paz. Caracas: Cubierta, 1968.

JUCÁ, Christina Bezerra de Mello. *João Batista Vilanova Artigas, arquiteto*: a gênese de uma obra (1934-1941). Brasília: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília-UnB, 2006.

KESSEL, Carlos. *Arquitetura Neocolonial no Brasil:* entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

KOIFMAN, Fábio (Org.). *Presidentes do Brasil.* São Paulo: Cultura: Universidade Estácio de Sá, 2002.

LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de (Org.). *Colunas da Educação*: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945). Prefácio de Ítalo Campofiorito. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN; Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1996.

LODI, Cristina (Org.). *Guia do patrimônio cultural carioca*: bens tombados. 4 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Extraordinária do Patrimônio Cultural-Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado*: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945). Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002.

MARIANNO Filho, José. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro: s/ed., 1944.

MEMÓRIA Filho, Péricles. *Arquimedes Memória – architecto*: o último dos ecléticos. Rio de Janeiro: Interage, 2008.

MINDLIN, Henrique. *Arquitetura Moderna no Brasil*. Tradução de Paulo Pedreira; prefácio de Sigfrido Giedion; apresentação de Lauro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999. Primeira edição em inglês, 1956.

PESSOA, José et al. (Org.). *Moderno e Nacional.* Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense – EdUFF, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: Editora Paz e Terra, 2000.

SOARES, Lucila. *Rua do Ouvidor 110*: uma história da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: José Olympio / FBN, 2006.

TOBIAS, José Antônio. *História das idéias estéticas no Brasil*. São Paulo: Editorial Grijalbo: Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. 180 Anos de Escola de Belas Artes. *Anais do Seminário EBA 180*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo; LIMA, Guilherme Cunha e ARNT, Héris (Org.). ***F**orasteiros construtores da modernidade*. Rio de Janeiro: Terceiro Tempo, 2003.

Disponível em meios eletrônicos

BITTAR, William. *Formação da arquitetura moderna no Brasil (1920-1940).* http://www.docomomo.org.br (consultado em 4/3/09, às 12 horas)

BORGES, Simone. *Art Deco 1930-1940.* http://simoneborgesmostra.blogspot.com/2007/08mobiliario-art-deco.htm (consultado em 4/3/09, às 12 horas)

CARLOS, Cláudio Antonio S. Lima; MARY, Wellington. *Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ*: O lugar. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escola de Arquitetura no Brasil – Curitiba, 2008. Acesso ao texto, diretamente com o autor, através do e-mail: cláudio.limacarlos@gmail.com (recebido em 20 de fevereiro de 2009).

CHUVA, Márcia. *Fundando a nação*: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi7a4r.pdf (consultado em 4/3/09, às 12 horas)

COMAS, Carlos Eduardo Dias; SILVA, Elvan. *O passado mora ao lado*: Lúcio Costa e o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto 1938/1940. http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_A1F/Carlos_comas.pdf (consultado em 4/3/09, às 12 horas)

COUTINHO, Sylvia de Souza e Silva Ribeiro. *Memória e esquecimento*: Casa Nordschild e a formação da Arquitetura Moderna no Brasil. http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE (consultado em 4/3/09, às 12 horas)

DURAND, José Carlos. *Le Corbusier no Brasil*. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_16 (consultado em 4/3/09, às 12 horas)

MOREIRA, Pedro. *Alexandre Altberg e a Arquitetura Nova no Rio de Janeiro.* http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058 (consultado em 4/3/09, às 12 horas)

NEDELYKOV, Nina; MOREIRA, Pedro. *Caminhos da Arquitetura Moderna no Brasil*: a presença de Frank Lloyd Wright. http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq018 (consultado em 4/3/09, às 12 horas)

RIBEIRO, Paulo Eduardo Vidal Leite. *Palácio Gustavo Capanema*: processo de restauração e revitalização. http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_B1F/Paulo_eduardo_ribeiro.pdf (consultado em 4/3/09, às 12 horas)

SEGRE, Roberto; BARKI, José; KÓS, José; VILAS BOAS, Naylor. *O edifício do Ministério da Educação e Saúde (1936-1945)*: museu "vivo" da arte moderna brasileira. http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq069 (consultado em 4/3/09).

Recebido em 18 de junho de 2020.
1º parecerista em 20 de junho de 2020.
2ª parecerista em 9 de julho de 2020.

MIRAN DE BARROS LATIF – O TRÓPICO E A ARQUITETURA

Alex Nicolaeff[1]

Os Editores

Este texto está sendo publicado nesta seção após nova consulta dos Editores aos pareceristas que o avaliaram ano passado.

Resumo:

Enfoque nas contribuições de Miran de Barros Latif no campo da arquitetura no trópico, com ênfase no arejamento.

Palavras-chave: trópico, arquitetura, arejamento.

Abstract:

The text shows Miran de Barros Latif's ideas on architecture in tropical áreas, mainly on ventilation.

Keywords: tropics, architecture, ventilation.

Introdução

Em tempos de exaltação aos especialistas manteve Miran de Barros Latif a visão de humanista junto com os conhecimentos da engenharia ao analisar fatos sociais e culturais. Deixou registrados seus pensamentos em livros, crônicas e construções, realizadas entre as décadas de 1930 e 1960. Destacarei aspectos voltados à história e ao estudo de questões urbanas e da arquitetura, tendo o trópico como pano de fundo. Já o título de seu principal livro, *São Sebastião do Rio de Janeiro, uma cidade no trópico,* destaca seus interesses intelectuais.

Em 1965 o arquiteto Maurício Nogueira Batista, diretor da revista *Arquitetura*, órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil, cogitou publicar um texto sobre a casa mineira do livro de Miran *As Minas Gerais.* Entrei em contato com ele e concordou prontamente. Passou a escrever artigos exclusivos para nossa revista. Mostrou enfoques inéditos e utilíssimos sobre aeração no trópico em questões de traçados urbanos e arquitetura.

Ideário

1 Arquiteto e urbanista, formado na UFRJ em 1959. Sócio fundador do ICOMOS-BR. Sócio efetivo do IHGRJ.

Miran de Barros Latif alternou a sua formação no Rio de Janeiro com viagens de pesquisa pelo Brasil e estudos na Europa. Neste vai-e-vem examinou e confrontou realidades díspares. Recebeu, nas palavras de Alceu Amoroso Lima, "influências contrárias, do trópico e do frígido, do local e do universal, da terra e do mar, do intuitivo e do racional" escreve Alceu Amoroso Lima em carta ao Autor datada Rio de Janeiro, 24 de maio, 1948.

Para encontrar respostas ao desafio do trópico buscou caminhos no exame das tradições indígenas, bem como na ação de missionários jesuítas. Confiava na medicina, na tecnologia, nos enfoques das ciências do meio-ambiente, na mesologia e na ecologia social. Acreditava que a ciência venceria o trópico.

Historiador

Colaborou com o IPHAN onde era considerado historiador em face da abrangência e erudição de suas abordagens. Selecionei algumas ideias capazes de estimular nossa reflexão sobre episódios de nossa história.

Quanto aos Descobrimentos, escreveu Miran:

> Já na Antiguidade o gênio de Aristóteles e de Pitágoras admitia a esfericidade da terra. (LATIF, 1939, p. 8)

> O sucesso de Portugal dependia das vitórias do Islã. [...] ...império cuja posse Portugal manteve por quase um século despendendo muito heroísmo, mascarando a sua fraqueza com a violência e até com a crueldade. (LATIF, 1939, p. 16)

Quanto ao Ciclo do Ouro fez interessantes afirmações:

> Nunca no mundo se topou com ouro por toda uma região como nas Minas Gerais. (LATIF, 1965, p. 89)

> As minas brasileiras num século produziram mais ouro que o resto da América. (LATIF, 1939, p. 18)

> Ao minero proíbe o Reino qualquer gênero de atividade alheia à mineração, não tolera nenhum ensaio manufatureiro. (LATIF, 1939, p. 54)

> Em torno dos arraiais mineiros, o Brasil imenso como se condensa e deixa de ser um todo desconexo, para se articular em redor de um centro coordenador. (LATIF, 1939, p. 112)

> Sobre os largos adros das igrejas, onde se faziam os ajuntamentos, as fachadas se transformam em cenários, passando a constituir verdadeiros altares ao ar livre. (LATIF, 1939, p. 147)

> O Reino, retirando das minas tudo que pode, só consente que um pouco da riqueza lhe escape para ser aplicado em igrejas e conventos ou convertido em oferendas aos santos. (LATIF, 1939, p. 128)
>
> A Igreja, sob o regime do padroado, tem o rei de Portugal como um segundo papa. (LATIF, 1939, p. 128)
>
> O Rio de Janeiro será durante todo o século XVIII um dos portos mais bem defendidos do Mundo. (LATIF, 1939, p. 80)
>
> A América espanhola sustentou o surto artístico da Renascença, o ouro do Brasil foi desperdiçado em indumentárias, pompas, fogos de artifícios e em carnavais na Sicília. (LATIF, 1939, p. 19)

O trópico

A visão mesológica e o habitual entrelaçar de temas caracteriza o insuperável painel mostrado em *Uma cidade no trópico – São Sebastião do Rio de Janeiro,* escrito "sem os batuques exaltados e falsos" nas palavras de Luís da Câmara Cascudo em carta ao Autor, Rio de Janeiro, 30 de setembro, 1965. "O romance plástico do Rio de Janeiro", segundo Alceu Amoroso Lima, também em carta ao Autor, datada de 24 de maio, 1948.

O livro continuou atual, cinquenta anos depois de escrito, pois a primeira edição é de 1948, e o prefeito Luiz Paulo Conde costumava oferecê-lo a visitantes ilustres para melhor compreenderem as nossas complexidades e maravilhas.

Miran aborda a função estratégica do porto do Rio de Janeiro para consolidar as fronteiras do sul durante o expansionismo lusitano em áreas temperadas, bem como o caráter defensivo de seu arruamento.

Analisa a presença de ordens religiosas nos quatro morros que balizam o centro da cidade, o do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e do morro da Conceição. Tece interessantes comentários sobre "a escassa monumentalidade" na cidade e descreve as sucessivas benfeitorias no largo do "Paço dos Vice-Reis", nossa atual Praça XV, onde se faz presente a arquitetura chã portuguesa. (NICOLAEFF, 2002, p. 11-17)

Constata que, no século XX, "arranha-céu e automóvel estão a se digladiar", o que faz entrar em cena o "urbanista preceptor" descrito "como promotor público a defender o bem comum das especulações exageradamente individualistas". (NICOLAEFF, 11-17, 2002)

Aponta as razões do adensamento na estreita e disputada faixa plana de solo urbano entre o mar e a montanha, destacando as "organizações de servi-

ços públicos" que, para diminuírem a rede distribuidora de utilidades tais como água, gás, e eletricidade, que "levados a domicílio, tornam-se melhor negócio e os elevadores, grandes consumidores de energia elétrica". (NICOLAEFF, p. 11-17. 2002)

Sabedor das pressões sobre órgãos públicos, denuncia que "modificam-se a todos propósitos os regulamentos, fazem-se concessões e avalia-se o prestígio dos donos dos arranha-céus pelo maior desrespeito às posturas municipais". (NICOLAEFF, p. 11-17)

Lamenta a perda da relação equilibrada entre a casa e a cidade, em respeito mútuo, "sempre que o homem agiu ordenadamente orientado pela razão", para fechar a questão: "o individualismo na sua exuberância desarticula-se assim da coletividade". (NICOLAEFF, p. 11-17, 2002)

Critica "o inchaço urbano" e "um capitalismo desenfreado que alongou as cidades demasiadamente e fez bons negócios abrindo ruas lá onde deviam ser apenas caminhos". Sugere legislações inibidoras contra a proliferação de loteamentos onde "quem construir a sua casa cairá na esterilidade dos desambientados." (NICOLAEFF, 11-17, 2002)

Sobre o trópico tinha Miran uma série de ideias, recorrentes em seus textos. Remete às origens lusitanas e lembra que "conheciam os portugueses a casa resguardada e quase sem aberturas externas, feita para resistir ao vento quente e seco proveniente do norte da África, para o sul da Ibéria, para o Algarve português principalmente."

> Se a casa requer isolamento contra os ventos estorricantes também requer aeração natural, por chaminés, no seu interior. (LATIF, 1965, p. 66)

> No calor úmido tropical tiveram os portugueses que virar esta casa ao avesso para melhor arejá-la. O antigo pátio interno e recluso do norte africano, tornar-se-ia a varanda devassada, à moda tropical hindu. (NICOLAEFF, 11-17, 2002)

A varanda é uma adaptação ao clima e também oferece acolhida. É zona de transição entre exterior e interior, entre público e privado.

Miran descreve a "região de clima corrigido pela altitude", onde não há o mosquito transmissor da malária. Ensina que o mosquito não resiste a três noites seguidas de temperatura baixa, de 16°. (MIRAN, 1959, p. 46) Cita Brasília como exemplo de clima tropical corrigido pela altitude.

Torna-se dramático em face ao nosso problema básico, funcional, íntimo, antológico mesmo, da habitação popular, na certeza de que o habitar é o primeiro problema existencial para o homem, como está em Heidegger.

Miran usou a palavra "aeração" em vez de "ventilação", e explica: "mesmo com o ar parado fora, pode-se movimentá-lo naturalmente no interior do aposento".

Preconiza o uso de tetos inclinados e condena a laje horizontal "na moda europeia ditada por Le Corbusier". Recomenda os telhados com duas águas desencontradas ou os em "V" das casas de subúrbio, conhecidos como "telhados-borboleta", considerando ambos mais adequados a uma obra "que se adapta ao meio, em vez de tentar conformá-lo". (NICOLAEFF, p. 11-17, 2002)

Sugere o binômio "sombra e ar" como solução para os climas quentes e úmidos dos trópicos, em vez do binômio "luz e sol" postulado por Le Corbusier para as áreas de clima temperado.

Os peculiaríssimos conhecimentos sobre aeração foram acumulados por Miran através de seus projetos e obras para chaminés industriais. Baseou-se na elaboração de tais trabalhos em leis físicas estabelecidas pelo engenheiro russo Grishmaliov sobre a circulação dos gases: o movimento natural do ar aquecido segue as leis da hidráulica, apenas com o escoamento se dando por vertedores invertidos. (NICOLAEFF, p. 11-17, 2002)

A divulgação das ideias de Miran de Barros Latif através da revista *Arquitetura* gerou influências duradouras na produção de arquitetos brasileiros, inclusive nas casas para populações de baixa renda, feitas por órgãos públicos. É uma constatação grata à memória de Miran, pois foi também um severo crítico dos projetos que se faziam sob a rubrica de "casas populares".

Relaciona surpreendentes virtudes do trópico: segundo ele, o paraíso bíblico, ficava em clima tipicamente tropical. Afirma ainda que a ilha da Utopia foi imaginada por Tomas Morus em latitude correspondente à de Búzios.

Exalta a fertilidade no cinturão do trópico úmido e compara o número de espécies animais de sangue quente numa pequena ilha, de apenas 15 km^2, isolada, protegida e intacta no Panamá: é igual ao número de espécies de animais de sangue quente existente em toda a França. E o número de animais de sangue frio é igual ao da Europa inteira. Aí, porém, estão incluídos os mosquitos que, segundo bem-humorada tirada de Miran, foram os responsáveis pela expulsão de Adão e Eva do paraíso.

Lista problemas graves e afirma categórico: "a malária é o maior flagelo do trópico". Lembra que o nome da doença deriva do espanhol *malos aires*. E de como era tratada pelos jesuítas com o quinino que eles traziam do sopé dos Andes. Era o famoso "pó-dos-jesuítas". Salvou muitas vidas e fez crescer o prestígio da ordem. A quininologia foi a primeira ciência do trópico, segundo Miran.

Cita ainda as febres palustres e a febre amarela. E de como as doenças endêmicas se transformam em epidemia quando há aumento nas atividades econômicas. Segundo Miran o aumento faz eclodir a doença, em prejuízo imediato das atividades econômicas. "A doença, assim, torna-se a causa da pobreza e essa, por seu turno, dá lugar à doença". É "o ciclo vicioso de doença e de pobreza". (LATIF, 1959, p. 44)

O Rio de Janeiro nos anos iniciais da República era considerado o cemitério dos imigrantes. Estes preferiam os *buenos aires* e seguiam viagem ruma a Argentina e Uruguai.

No terrível o surto de febre amarela de 1895 uma belonave italiana chegou na Guanabara com 340 tripulantes e partiu com apenas 96.

Miran afirma confiante ser "indispensável uma ciência e uma técnica pelas quais o homem tropical há séculos pacientemente espera." (LATIF, 1959, p. 45). Só a ciência poderá salvar o trópico quente e úmido.

Confia no trópico como "pano de fundo das ações humanas" e, ainda na sua visão mesológica: "o que mais unifica a mentalidade dos habitantes deste vasto Brasil é sem dúvida o determinismo do meio." Determinismo que o faz concluir que "a casa brasileira vai juntando detalhes dos quatro cantos do mundo que se caldeiam facilmente na faixa tropical." (LATIF, 1965, p. 81)

Dá uma série de orientações: "para uma boa habitabilidade no trópico torna-se primordial ter, como a primeira das preocupações, uma boa aeração nos meses de canícula tanto da casa como da cidade toda" e arremata: "em Recife o primeiro núcleo urbano teve suas ruas orientadas de modo a canalizar o alísio quase contínuo vindo do Nordeste, e que no verão sopra benfazejo como dádiva." (NICOLAEFF, 11-17, 2002) Sabe que "só pela aeração consegue-se o conforto de um homem que reage contra a canícula pela ação refrescante do suor." (NICOLAEFF, 11-17, 2002)

Sugestões

De suas análises de práticas construtivas voltadas para o conforto térmico é possível listar procedimentos testados pela experiência:

> vazar as paredes em busca de aeração; rendilhar as sancas do forro; pôr suspiros no alto das empenas dos sótãos; preferir grande pé direito nos quartos, tendo porta com bandeira para escoar o ar pela a circulação; (LATIF, 165, 149)

> dispor verdadeiras chaminés de aeração vazando andares, para terminar nas coifas de vidro das claraboias; a inclinação das placas da cobertura terá que ser grande para que por baixo delas escoe o ar quente; o largo balanço dos beirais deve jogar a água para longe dos alicerces. (LATIF, 1965, 56-58)

Hoje em dia dispomos de inseticidas, sulfas, antibióticos, eletricidade, frigoríficos, campanhas de vacinação em massa, e todo um arsenal de recursos. Aumentou consideravelmente a expectativa de vida. Tornou-se possível o adensamento urbano. Com ar condicionado melhora a difusão da cultura em ambientes fechados. Lembro apenas que o Theatro Municipal, no seu início, era refrigerado com gelo. E a comida estragava à toa. Miran previu corretamente, e a ciência venceu o trópico.

Influências

Paulo Casé, arquiteto, projetou o Hotel Pedra do Sino (1966) focalizando o sistema de ventilação com as seguintes palavras: "a redução do calor, proveniente da incidência do sol e da irradiação das rochas, através de uma ventilação forçada, criada pela conjugação de vãos externos e torres, cuja forma foi estabelecida tendo em vista aproveitar os constantes ventos sudoeste, como fator natural de sucção." Foi publicado na revista *Arquitetura*, nº 56, p. 12, pela Editora Artenova Ltda no Rio de Janeiro, em 1967. O projeto harmoniza entradas de ar, chaminés de aeração e ventos dominantes.

O arquiteto Marcos Konder Neto construiu sua residência (1976) numa encosta íngreme de Santa Tereza. Protegeu a área social com a sombra de grandes beirais, colchão de ar entre telhado e laje plana, criando no centro do salão uma coifa com exaustão direta do ar quente, dispensando-se o uso de ar condicionado.

Projetei uma residência em Maricá (1982) num vale longe da brisa marítima. Lajes inclinadas conduzem o ar quente para uma chaminé de aeração por onde é eliminado. Dutos subterrâneos trazem ar fresco, estabelecendo-se uma aeração natural nos ambientes, sem o auxílio de recursos mecânicos. Nunca se cogitou de aparelhos de ar condicionado. A prática confirmou as teorias de Miran.

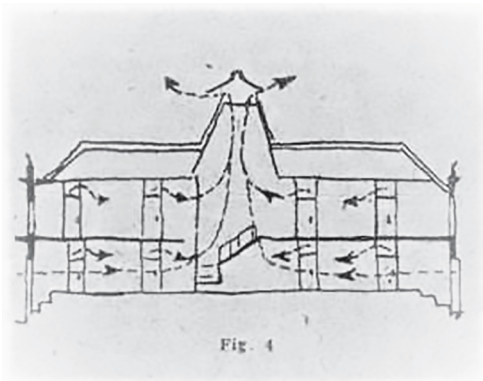
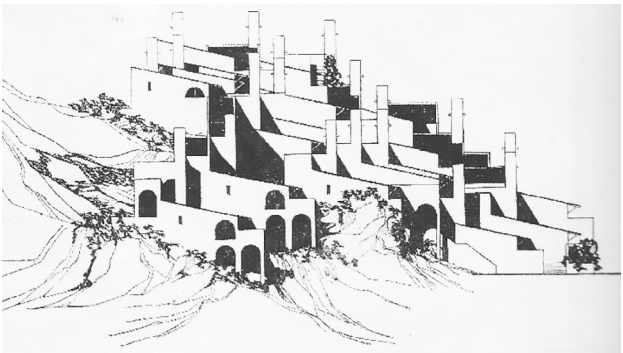
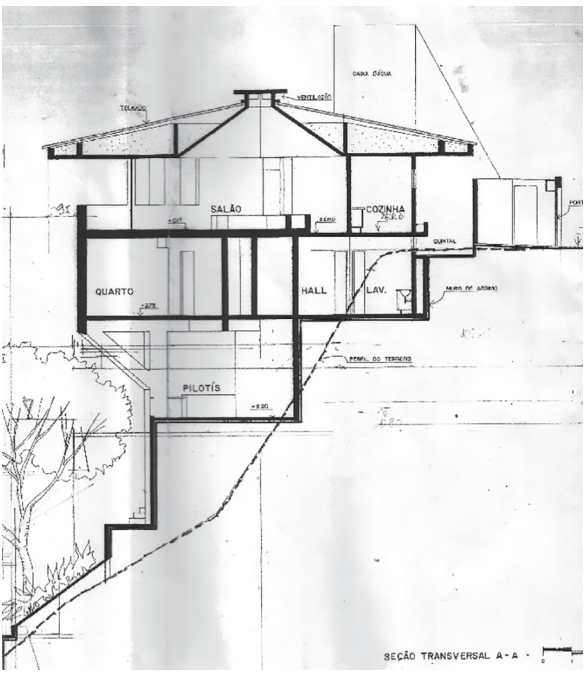


Fig. 4

Chaminé de aeração. Desenho de Miran de Barros Latif.



Hotel em Niterói – elevação. Projeto do arquiteto Paulo Casé.



Residência em Santa Tereza – corte. Projeto do arquiteto Marcos Konder Neto.

Residência em Maricá – projeto do arquiteto Alex Nicolaeff.

Referências bibliográficas

LATIF, Miran de Barros. *São Sebastião do Rio de Janeiro: uma cidade no trópico*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1948 (1ª ed.) Agir Ed., 1965 (2ª ed.)

LATIF, Miran de Barros. *As Minas Gerais: a aventura portuguesa, a obra paulista, a capitania e a a província*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite S. A., 1939.

LATIF, Miran de Barros. *O homem e o trópico: uma experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Agir Ed., 1959.

LATIF, Miran de Barros. *A comédia carioca: na ribalta da rua*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1962.

NICOLAEFF, Alex. Miran, "um engenheiro diferente". *Revista Vivercidades*. Rio de Janeiro: nº 5, p. 11-17, 2002.

Comunicação proferida em 13 de maio de 2019,
no Seminário: Biografias, uma nova perspectiva da História do Brasil.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

A PRESENÇA DOS CRISTÃOS-NOVOS NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Marcelo Miranda Guimarães[1]

Resumo:

Desde a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, foram recebidas em terras brasileiras, vários portugueses com origem judaica. Com ele veio Gaspar Lemos, judeu português, que rodeando o Pão de Açúcar, chegou à Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Este artigo apresenta dados de que esses judeus portugueses que vieram tentar uma nova vida em terras brasileiras, fugindo das perseguições da inquisição católica, foram uns dos primeiros colonizadores do Brasil. Ao longo deste será possível ver como a "Santa Inquisição" processou, sentenciou, encarcerou, torturou, matou e acabou por anular a identidade de um povo. Muitos brasileiros ainda desconhecem detalhes da inquisição no Brasil, acarretando uma lacuna na história da formação do povo brasileiro. Também serão aqui apresentados dados de alguns processos inquisitoriais de cristãos-novos residentes tanto no Rio de Janeiro como em Minas Gerais, durante o ciclo do ouro. Várias foram suas peculiares influências nos costumes e tradições de nosso povo. Uma reflexão faz-se necessária neste momento em que se nota focos de uma crescente intolerância ao redor do mundo. Formar uma sociedade mais livre e tolerante, que respeite os direitos dos cidadãos, abominando qualquer tipo de discriminação devido à raça, cultura, tradição e, sobretudo, de cunho religioso, contribuirá, indubitavelmente, para uma sociedade mais próspera e saudável, alicerçada nos dignos valores e no respeito de seus semelhantes.

Palavras-chave: Cristãos-Novos; Formação do povo brasileiro; Judeus; Santa Inquisição, Intolerância.

Abstract:

Since the arrival of Pedro Álvares Cabral in Brazil, several Portuguese with Jewish origins have been received in Brazilian lands. With him came Gaspar Lemos, a Portuguese Jew, who surrounded the Pão de Açúcar, arrived in Guanabara, today Rio de Janeiro. This article presents data that these Portuguese Jews who came to try a new life in Brazilian lands, fleeing the persecutions of the Catholic inquisition, were one of the first colonizers in Brazil. Throughout this, it will be possible to see how the "Holy Inquisition" prosecuted, sentenced, imprisoned, tortured, killed, and ended up canceling the identity of a people. Many Brazilians are still unaware of details of the inquisition in Brazil, causing a gap in the history of the formation of the Brazilian people. Data on some inquisitorial processes of New Christians living in Rio de Janeiro and Minas Gerais during the gold cycle will also be presented here. Several were his peculiar influences on the customs and traditions of our people. A reflection is necessary at this moment when there are signs of growing intolerance around the world. Forming a freer and more tolerant society, which respects citizens rights, abhorring any type of discrimination due to race, culture, tradition and, above all, of a religious nature, will undoubtedly contribute to a more prosperous and healthy society, based on the dignified values and on the respect of their fellow men.

Keywords: New Christians; Formation of the Brazilian people; Jews; Holy Inquisition, Intolerance.

Um povo que preserva sua identidade e conhece suas raízes, deixará com certeza seu legado na história. As etnias formadoras do povo Brasil são perfeitamente conhecidas, destacando-se o indígena, o europeu e o africano, mor-

1 Sócio Efetivo do IHGMG e Sócio Correspondente do IHGRJ.

mente, o povo lusitano, nosso colonizador. Mas, quem foram esses aventureiros portugueses? Degredados, desafortunados e banidos de seu país? Por que eles se arriscaram bravamente no horizonte desconhecido? Viriam ao encontro do novo mundo atraídos somente pelas riquezas e maravilhas da terra do Pau-Brasil? De fato, vários historiadores do Brasil colonial ocultaram uma relevante etnia que havia em Portugal denominada cristãos-novos, ou seja, judeus ibéricos que foram obrigados à conversão ao catolicismo por imposição dos Tribunais do Santo Ofício da Inquisição.

A história relata que, em 31 de março de 1492, os judeus foram expulsos da Espanha pelos reis católicos Ferdinando e Isabel. Mais de 100.000 judeus cruzaram a fronteira adentrando em Portugal, na esperança de livremente praticar suas crenças. Em 1496, Dom Manoel I, o Venturoso, se casou com a filha dos reis católicos da Espanha, na condição que Portugal também expulsasse os judeus. Dom Manuel, interessado nos benefícios que a união das coroas traria, promulgou o decreto de expulsão em cinco de dezembro de 1496. Referindo-se ao aludido decreto, o historiador Arnold Wiznitzer (1966) destaca:

> Porém este decreto foi fraudulento em sua essência, pois o objetivo que visava não era a expulsão dos judeus e sim alcançar, mediante a força e artifícios, a conversão de aproximadamente 190 mil judeus residentes em Portugal, quase 20% da população total do país. (WIZNITZER,1966, p. 1)

Dom Manuel estabeleceu prazo (de janeiro a outubro de 1497) para que todo judeu passasse por um processo de conversão ao catolicismo, caso desejasse permanecer em Portugal. Em outubro do mesmo ano, o Rei anunciou que disponibilizaria naus às margens do Rio Tejo, que os levaria de volta ao seu país de origem, a Terra Santa. Porém, naquele dia nenhuma nau apareceu e aquela multidão foi forçada à conversão, sendo ali mesmo, naquela praça, batizados em pé[2]. Daí surgiu a expressão até hoje conhecida: *ficaram a ver navios.* Assim, o escopo de Dom Manuel foi alcançado e a permanência dos judeus em Portugal estava garantida, sem desmantelar a situação financeira e comercial daquela época, além de assegurar a grande influência intelectual. Os judeus eram prósperos e muitos deles eram credores da Corte Portuguesa, financiando a construção de naus que zarpavam em direção à Índia e, posteriormente, rumo ao descobrimento do novo mundo.

A situação dos judeus tornou-se muito penosa, pois além de serem obrigados a abraçar a fé cristã, tiveram seus bens espoliados, sendo humilhados e confinados a viver naquele país. Voltar para Espanha, de onde foram expulsos, era impossível, bem como seguir em frente, tendo à vista o imenso oceano Atlântico. Alguns conseguiram escapar pelo Mediterrâneo, alcançando as ter-

2 LIPINER, Elias. *Batizados em Pé*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1983, p. 34.

ras marroquinas e as cidades costeiras ao sul da Europa. Só lhes restava esperar divinamente por um novo milagre: a abertura de um novo Mar Vermelho.

Naquele momento de crise, perseguição e desespero, Pedro Álvares Cabral, juntamente com alguns cristãos-novos, dentre eles o poliglota Gaspar da Gama, capitão-mor, que gozava de grande prestígio junto ao Rei D. Manuel, zarparam em direção ao novo mundo.[3] Pode-se imaginar a alegria de Gaspar da Gama, primeiro judeu a pisar na Terra de Vera Cruz, regressar a Portugal, levando consigo a boa nova: foi descoberto um paraíso, uma terra cheia de rios e montanhas, fauna e flora jamais vistos. Teria pensado consigo: não seria aquele lugar descoberto uma "terra escolhida" para meus irmãos hebreus? Esta imaginação começou a tornar-se realidade quando o judeu de origem italiana, Fernando de Noronha (Ferdinando della Rogna), primeiro donatário do Brasil, demanda trazer um grande número de mão de obra para explorar seiscentas milhas da costa, construindo e guarnecendo fortalezas, na obrigação de pagar uma taxa de arrendamento à coroa portuguesa a partir do terceiro ano (1503 a 1506). Assim, milhares e milhares de cristãos-novos fugindo da chamada "Santa Inquisição" e das perseguições do Santo Ofício de Roma, começaram a colonizar o Brasil, juntamente com os seus patrícios portugueses, europeus, os nativos e, posteriormente, os povos oriundos do continente africano.

Fernando de Noronha iniciou seus negócios com a exploração e comércio do pau-brasil e, em seguida, trouxe o plantio da cana-de-açúcar das ilhas de São Tomé e da Madeira, estabelecendo os primeiros engenhos e o sistema de *plantation* (monocultura para exportação).

Destaca-se, também, outro cristão-novo, Diogo Fernandes, o primeiro dono do Engenho "De Santiago" no nordeste brasileiro (posteriormente, Pernambuco).[4]

Afinal, os criptojudeus[5] portugueses, como qualquer outro judeu da diáspora, procuravam um lugar tranquilo e seguro para ali se estabelecer, trabalhar, e criar sua família dignamente. Na Terra de Santa Cruz os cristãos-novos prosperaram e se multiplicaram.

Em 1531, Portugal obteve de Roma a indicação de um Inquisidor Oficial para o Reino, e em 1540, Lisboa promulgou seu primeiro Auto-de-fé. Daí em diante, a colônia brasileira tornou-se local de exílio, para onde eram transportados os réus de crimes comuns, bem como judaizantes, ou seja, aqueles que aparentemente afirmavam ser cristãos-novos, porém, continuavam em secreto

3 WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: A Pioneira, 1966, p. 5 e 6.

4 WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: A Pioneira, 1966, p. 9.

5 Criptojudeu, este termo se refere aos judeus ou cristãos-novos que praticavam sua fé e seus costumes em segredo, por temer perseguições religiosas.

a professar a fé judaica. Mas, esta tranquilidade acabou em 1591, quando o Brasil recebeu a visita do primeiro inquisidor, Heitor Furtado de Mendonça, enviado pelo Tribunal da Inquisição Portuguesa. A partir desta data iniciam-se as delações daqueles que praticavam o crime de heresia naquela época, a saber, as práticas de tradições e ritos judaicos, bem como, bruxarias, feitiçarias, magias, incluindo também os apóstatas, bígamos, sacrílegos e qualquer outra conduta que ferisse os dogmas da Igreja Católica.

A perseguição aos cristãos-novos brasileiros representou mais de 80% dos processos da Inquisição portuguesa. Isto se deve à discriminação do povo hebreu como "assassinos" de Cristo desde os primórdios do cristianismo, seguido do interesse econômico, haja vista que os bens, daqueles que se encontravam sob processos inquisitoriais, eram confiscados.

Vários historiadores brasileiros que analisaram os processos inquisitoriais disponíveis na Torre do Tombo, em Lisboa, apresentam detalhes históricos desses colonizadores brasileiros, que foram deportados, presos, processados, julgados e condenados às fogueiras da inquisição portuguesa. Portanto, ao se estudar tais processos, pode-se constatar peculiares características, costumes, tradições, que resultaram uma relevante influência judaica na formação do povo brasileiro.

O historiador americano Arnold Wiznitzer, registra:

> Em 1624, o Brasil tinha aproximadamente cinquenta mil habitantes brancos. Em número, tão amplo como era, incluía uma alta percentagem de marranos (cristãos-novos). Eram estes, negociantes, e lavradores, donos e administradores de lavouras e engenhos, exportadores e importadores, pedreiros, clérigos católicos, professores, escritores e poetas. As minutas dos processos da Santa Inquisição em Lisboa contra vinte e cinco judaizantes brasileiros processados antes de 1624 foram muito bem conservadas, (e estão legíveis) nos arquivos da Inquisição da Torre do Tombo, em Lisboa. Os nomes dos judaizantes e os números de seus dossiês são os seguintes[6]. (WIZNITZER, 1966, p. 9)

LISTA DOS 25 JUDAIZANTES BRASILEIROS PROCESSADOS ANTES DE 1624

Alcoforada, Ana	11618	Lopes, Guiomar	1273
Antunes, Beatriz	1276	Maia, Salvador da	3216
Antunes, Heitor	4309	Mendes, Henrique	4305
Costa, Ana da	11116	Miranda, Antonio de	5002
Costa, Brites da	11116	Nunes, João	12464
Dias, Monoel Espinosa	3508	Rois, Ana	12142

6 WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo-SP: A Pioneira, 1966, p. 9

Duarte, Paula	3299	Souza, Beatriz de	4273
Favella, Catarina	2304	Souza, João Pereira	16902
Fernandes, Beatriz	4580	Souza, Jorge de	2552
Fontes, Diogo	3299	Teixeira, Bento	5206
Franco, Lopes Matheus	3504	Teixeira, Diogo	5724
Gonçalves, Diogo Laso	1273	Ulhoa, André Lopes	5391
Lopes, Diogo	4503		

LISTA DE CRISTÃOS-NOVOS BRASILEIROS EXECUTADOS PELA INQUISIÇÃO EM LISBOA ENTRE 1644 E 1748

AUTO-DE-FÉ	NOMES	DOSSIÊ
10 de julho, 1644	Gaspar Gomes	5019
15 de dez.,1647	José de Lis (Isaac de Castro)	11550
14 de julho,1686	Theotonio da Costa	2816
30 de julho, 1709	Rodrigo Álvares	999
14 de outubro,1714	João Dique de Souza	10139
16 de novembro, 1720	Theresa Pais de Jesus	2218
16 de outubro, 1729	João Thomas de Castro	9999
17 de junho, 1731	Felix Nunes de Miranda	2293
06 de julho, 1732	Miguel de Mendonça Valladolid	9973
06 de julho, 1732	Guiomar Nunes	11772
06 de julho, 1732	Diogo Correia do Vale	821
06 de julho, 1732	Domingos Nunes	1729
06 de julho, 1732	Luis Miguel Correia	9249
20 de setembro, 1733	Fernando Henrique Álvares	8172
01 de setembro, 1737	Manoel da Costa Ribeiro	1361
18 de outubro, 1739	Luis Mendes de Sá	8015
06 de julho, 1732	Antonio José da Silva	3464
20 de outubro, 1748	João Henriques	8378

Todos esses dossiês encontram-se na Torre do Tombo em Lisboa (Torre do Tombo é o local onde encontram-se os arquivos dos processos do Tribunal do Santo Ofício. Atualmente, pertence à Universidade de Lisboa).

Durante o domínio Holandês no Brasil (1640-1654) foi permitida a prática do judaísmo, pois a Holanda não fazia parte dos países que adotaram as leis da Inquisição. Centenas de judeus de origem portuguesa que escaparam para a Holanda acompanharam o desbravador e conquistador Maurício de Nassau, que no nordeste brasileiro, fundou a cidade de Maurícia, hoje Recife.

Nessa cidade, sede do domínio holandês no Brasil, foi fundada a 1ª Sinagoga das Américas, a *Zur Israel* (Rocha de Israel) e, depois, a ***Magen Avraham*** (Estrela de Abraão), sendo nomeado o primeiro Rabino **Ytshac Aboab da Fonseca**, holandês de origem portuguesa, como líder espiritual da primeira comunidade judaica do Brasil.

Com a expulsão dos holandeses em 1654, vários judeus regressaram à Holanda juntamente com o rabino Ytshac e seus familiares. No Museu da História da Inquisição, o primeiro do Brasil, localizado em Belo Horizonte, há painéis de fotos das lápides com os respectivos nomes desses judeus colonizadores, que regressaram à Holanda. Eles estão enterrados no Cemitério judaico *Beit Haim* (Casa da Vida), em Amsterdam. Outros se mudaram para o Caribe e de lá ajudaram seus patrícios a fundarem a Nova Amsterdam, hoje, Nova Iorque. No cemitério judaico sefaradita[7] desta cidade, no Bairro China Town, pode-se encontrar alguns nomes dos judeus luso-holandeses oriundos do domínio holandês no nordeste brasileiro. Entretanto, parte dessa importante comunidade permaneceu no Brasil e adentrou-se para o sertão nordestino, sujeitando-se às leis inquisitoriais, as quais foram extintas no Brasil somente em 31 de março de 1821, após vigorarem por quase três séculos. Nas cidades de Caicó, Seridó, por exemplo, ainda é possível encontrar descendentes de judeus da época do domínio do Príncipe Nassau.

Posteriormente, com o início do Ciclo do Ouro em Minas Gerias, milhares de cristãos-novos imigraram para as terras mineiras, atraídos pelo ouro, diamantes e pedras preciosas. A tese de doutorado da professora Neusa Fernandes, intitulada "A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII", (2004) mostra o quão relevante foi a presença e o grande legado desses B´nei Anussim (filhos dos forçados, em hebraico) nas terras mineiras. (Relatar a presença dos cristãos-novos portugueses nas Minas Gerais seria tema a ser abordado numa outra oportunidade).

LISTA DE ALGUNS CRISTÃOS-NOVOS, NATURAIS DO RIO DE JANEIRO, QUE MORAVAM EM MINAS GERAIS, DEVIDO ÀS ATIVIDADES COMERCIAIS E, SOBRETUDO, MINERADORAS QUE FORAM PROCESSADOS E CONDENADOS PELO TSO POR CRIME DE JUDAÍSMO NO SÉCULO XVIII.

I) Condenados à morte

NOMES	**ANO DA PRISÃO**
André de Barros (conseguiu escapar da fogueira)	1730
Joseph de Barros	1714
Mateus de Moura Fogaça	1716

7 Sefaradita ou sefardita, termo oriundo da palavra hebraica "Sefarad" que significa Espanha. Este termo é também empregado para se referir a todo judeu de origem ibérica.

II) Condenados ao cárcere e hábito perpétuo (não inclui o hábito penitencial a arbítrio)

NOMES	ANO DA PRISÃO
Ana Sodré Pereira	1718
Ana do Vale	1735
Antônio de Barros	1713
Antônio Lopes de Leão	1713
Felix Mendes Leite	1718
Francisco de Lucena Montarroio	1712
Inácio Francisco	1712
João Rodrigues de Andrade	1712
José Correa	1714
José de Barros	1714
Luiz Álvares Montarroio	1712
Luiz Matoso de Azevedo	1711
Manoel de Moura Fogaça	1714
Maria Henriques	1703
Salvador Paes Barreto	1716
Salvador Roiz de Faria	1735
Simão Farto	1735

Fonte: FERNANDES, Neusa. A Inquisição em Minas Gerais-Processos Singulares. Vol. 2, Rio de Janeiro-RJ: Mauad X, 2016, p. 127 a 208

Dra. Neusa Fernandes analisou mais de 480 processos do Tribunal do Santo Ofício (TSO) da Inquisição durante o século XVIII em Minas Gerais conforme consta em seu livro intitulado "A Inquisição em Minas Gerais – Processos Singulares." Desse total, 16% eram judaizantes naturais do Rio de Janeiro, que moravam em Minas Gerais. O crime de judaísmo representou 88% dos processados pelo TSO, sendo o restante condenados por crimes de heresia, destacando a bigamia, bruxaria, sodomia, blasfêmia, falsas ideologias, sacrilégios etc.

Dra. Neusa Fernandes, ressalta:

> Interessante o fato de haver cristãos-novos que, apesar de terem família morando no Rio de Janeiro, deslocaram-se para Minas Gerais, deixando os parentes, mas estabeleceram com eles vínculos comerciais, fortalecendo as relações entre as duas regiões. São exemplos disso os processados Francisco de Lucena Montarroio, Antônio Roiz de Andrade, Inácio Cardoso e Mateus de Moura Fogaça. Este viveu em Minas Gerais todo o ano de 1716, com casa montada em Serro Frio, e assistindo em outras cidades, como Sabará e Ouro Preto. No ano seguinte, 1717, já estava novamente no Rio de Janeiro. (FERNANDES,2016, p. 123)

Os bandeirantes cristãos-novos

Não podemos deixar de registrar a presença de alguns bandeirantes, cristãos-novos, como Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros (fundador de São Roque), os irmãos Fernandes (fundadores de Sorocaba) e Borga Gato, bandeirante paulista que descobriu as minas de Sabará, em Minas Gerais.

Influência dos cristãos-novos nos costumes e tradições de nosso povo

A brevidade deste artigo impede discorrer com detalhes sobre o Brasil e a Inquisição, mas torna-se relevante ressaltar alguns interessantes costumes que tiveram origem e influência dos cristãos-novos, como por exemplo:

– Tradição de casamento com consanguíneos por longas gerações, desde os tataravôs, por exemplo. Era comum o pai escolher o noivo ou a noiva para seus filhos;

– Tradição de seguir as fases da lua, correlacionando-as com o ciclo agrícola, segundo o livro de Salmos. (Sl 104:19);

– Deixar um pouco de grão nas lavouras para que os pobres e estrangeiros colhessem. Esta é também uma tradição bíblica e judaica. (Levítico 23:22);

– Fama de praticar usura mediante empréstimos financeiros, mas também negociando objetos e coisas. O fato é que a alcunha de "pão-duro" é empregada a dois povos aqui no Brasil: aos mineiros e aos judeus. Desde a Idade Antiga, os judeus se destacaram entre os outros povos pela prática de mútuo. Na Idade Média, na Espanha, eles detinham o poder e o controle econômico. São considerados os primeiros banqueiros;

– O ato de dizer "Deus te crie" em alusão ao costume hebraico de dizer *Haim Tovim* (boas vidas) quando alguém espirra;

– O modo de preparar e enterrar o defunto e mesmo guardar luto de semana, mês e ano. O vestir-se de preto, fazendo um corte no paletó (isto no hebraico chama-se *keriah*) ou amarrar uma fita preta no braço em sinal de luto, eram costumes judaicos;

– O costume do banho caprichado e o ato de usar uma roupa nova no sábado;

– Expressões até hoje usadas, como: *judiar; que massada*, pagar *sizah*, ou seja, pagar impostos, etc.

– E tantos outros costumes, como o varrer a casa de fora para dentro para não "jogar" a bênção fora em alusão à *mezuzá*[8] que devia ser colocada na porta de entrada de uma casa. (GUIMARÃES, 2005, p. 104-106) [9]

Essas são algumas tradições que se referem à nossa cultura e à nossa etnia que possuem traços da tradição judaica.

É possível reparar os erros históricos da Inquisição?

Alguns passos já foram dados na tentativa de reparar esse inconcebível erro histórico, como por exemplo:

O Papa João Paulo II, durante sua visita a Israel no ano 2000, foi ao Kotel (Muro das Lamentações), colocando, entre suas pedras milenares, a seguinte mensagem:

> Deus de nossos pais, escolheste Abraão e seus descendentes para levar Teu nome às nações. Estamos profundamente tristes com o comportamento daqueles que, ao longo da História, fizeram sofrer esses Teus filhos.[10]

Também o saudoso presidente de Portugal Mário Soares, em visita oficial a Israel em 04 de novembro de 1995, reiterou seu pedido de perdão aos judeus pelas atrocidades da Inquisição:

> Sob o título "A coragem do diálogo difícil" evocou a importância da preservação da memória das grandes atrocidades cometidas ao longo da história, sobretudo quando o racismo, a xenofobia e o fundamentalismo religioso disseminam pelo mundo uma nova vaga de intolerância. Peço perdão pela ignorância dos Autos-de-fé que queimaram livros e pessoas [...] mais negras cenas de terror da história de Portugal [...] Só há um remédio possível para o espírito de intolerância, a liberdade de pensamento.[11]

Um pedido de perdão será sempre o primeiro passo para o conserto e reparo da história, bem como serve como sinal de alerta para que não se incorra nunca mais nos mesmos irreparáveis e inconsequentes erros da humanidade.

8 Mezuzá, pequena caixinha de madeira fixada no marco das portas de uma casa judaica, contendo o texto bíblico do livro de Deuteronômio, cap. 6, versos 6 a 9.

9 GUIMARAES, Marcelo Miranda. *Há restauração para os descendentes de judeus da Inquisição?* Belo Horizonte-MG: Ed. AMES, 2005.

10 JOÃO PAULO II. Peregrinação jubilar à Terra Santa, *Oração no Muro Ocidental de Jerusalém*, 26/3/2000.

11 TAPADEJO, Carolino. *Texto extraído do discurso de Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portugal*. DVD produzido pela Câmara Municipal, 1996.

Finalmente, o que podemos trazer à memória para nos dar esperança?[12]

– *Primeiro*: que nunca mais essa triste e cruel história se repita;

– *Segundo*: temos esperança de que é possível recuperar e preservar a história da identidade desses assimilados cristãos-novos. Resgatar sua cultura, sua etnografia, suas peculiares tradições, costumes e crenças nos leva ao conhecimento do que fomos, do que somos e do que seremos;

– *Terceiro*: uma vez que a identidade desse povo seja restaurada, com certeza sua missão e propósitos serão cumpridos e quiçá um dia, poderão retornar à terra de Israel, o berço de seus ancestrais;

– *Quarto*: é possível formar uma sociedade mais livre e tolerante, que respeite os direitos dos cidadãos, abominando qualquer tipo de discriminação devido à raça, credo, filosofias, convicções políticas ou condutas que atentem contra a liberdade de expressão. É necessário combater a tirania, as ideologias vazias e interesseiras, o antissemitismo, o fundamentalismo religioso, que destituído de alteridade, desconsidera completamente os direitos humanos. Somente assim teremos autonomia suficiente para continuar escrevendo a nossa própria história.

> Matar um homem não é defender uma doutrina, é matar um homem[13]. (ALMEIDA, 2013)

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Leandro Thomaz de. Matar um homem não é defender uma doutrina, é matar um homem. Notas sobre a estratégia argumentativa de Sébastien Castellion no caso de Miguel Servet. *Revista da USP*, V. 17, N. 1, 2013. Disponível: http://www. revistas. usp. br/letrasclassicas/article/view/118435/

FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais-Processos Singulares*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GUIMARAES, Marcelo Miranda. *Há restauração para os descendentes de judeus da Inquisição?* Belo Horizonte: Ed. AMES, 2005.

LIPINER, Elias. *Batizados em Pé*. Rio de Janeiro: Editora Imago,1983.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. São Paulo: *A Bíblia Sagrada*, 2ª. Edição Revista e Atualizada, 2001.

12 Uma analogia à frase do Profeta Jeremias que disse: *Quero trazer à memória o que pode me dar esperança* (Lamentações 3,21).

13 ALMEIDA, Leandro Thomaz de. Matar um homem não é defender uma doutrina, é matar um homem. Notas sobre a estratégia argumentativa de Sébastien Castellion no caso de Miguel Servet. *Revista da USP*, V. 17, N. 1, 2013. Disponível: http://www. revistas. usp. br/letrasclassicas/article/view/118435/

14 Este texto está sendo publicado nesta seção após diversas consultas aos pareceristas (e foram três, como é possível observar), e tendo havido retorno ao autor para revisão do mesmo, em atenção a sugestões dos mesmos.

TAPADEJO, Carolino. *Texto extraído do discurso de Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide*, Portugal. DVD produzido pela Câmara Municipal, 1996.

WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: A Pioneira, Ed. Universidade de São Paulo, 1966.

Recebido em 14 de maio de 2020.
1º parecerista em 22 de maio de 2020.
2º parecerista 25 de maio de 2020.
Revisado em 24 de junho de 2020.
3º parecerista em 9 de julho de 2020.

RESENHAS DE LIVROS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO EM 45 OBJETOS

Elias Thomé Saliba[1]

História do Rio de Janeiro em 45 objetos. organizado por Paulo Knauss, Isabel Lenzi e Marize Malta. FGV Editora/Faperj, 376p.

Com o advento do universo digital, a história dos objetos materiais, também metaforicamente designada como *história tangível*, é uma das muitas áreas, entre tantas, cada vez mais desprezadas das Humanidades. Como fonte de conhecimento, a história tangível apresenta vantagens e desvantagens. A principal virtude dos artefatos do passado é a relativa ausência de preconceito intencional e o seu maior grau de autenticidade. Por outro lado, o passado que se descortina nos objetos e fragmentos é de âmbito restrito e não têm vida própria, eles precisam dos relatos, das reminiscências e principalmente, das narrativas dos historiadores. Relíquias e artefatos materiais do passado também sofrem maior desgaste do que fontes impressas. Impressos podem disseminar-se de modo irrestrito, mas artefatos físicos sofrem desgaste constante, logo se tornam irreconhecíveis nos tempos presentes e, não raro – reforçando aquela nossa crescente vocação pelo descarte – acabam no limbo dos refugos da história.

Daí a importante e oportuna publicação da *História do Rio de Janeiro em 45 objetos*, uma microhistória dos artefatos e da cultura material da cidade, em formato enciclopédico e escritos por 51 historiadores –, cada um elaborando uma narrativa em forma de crônica, relacionando os objetos aos eventos da história carioca e brasileira. Parcialmente inspirado no livro *A História do Mundo em 100 objetos*, do diretor do Museu Britânico, Neil MacGregor, o livro brasileiro é mais abrangente pois, não se limita ao acervo de um único museu, fornecendo um amplo panorama dos mais diversos aspectos da historia do Rio de Janeiro, desde a imagem de São Sebastião, - do século 16 - até o mais recente, que é um fragmento do viaduto demolido da Perimetral, que foi parte das reformas urbanas e da revitalização da zona portuária no ano de 2013. Também não se trata apenas de objetos excepcionais, que acabam virando relíquias pitorescas, mas de fragmentos significativos que relatam acontecimentos, personagens, paisagens, práticas e costumes desaparecidos do universo urbano carioca.

Embora muita gente saiba, a fôrma de pão-de-açúcar, feita de ferro e madeira –, que era um artefato corriqueiro nos engenhos da Guanabara no século 17, pois servia para o processo de "purga" na cristalização do açúcar – é o objeto

1 Historiador, professor titular da USP e autor, entre outros livros, de *Raízes do Riso* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002) e coordenador do site humorhistoria.wordpress.com.

que representa o maior legado econômico daquela época, pois foi ele que forneceu o nome à paisagem que, afinal, transformou-se no símbolo da cidade: o Pão-de-Acúcar. Mais antiga ainda é a imagem de São Sebastião, provavelmente trazida para o Rio, com a armada de Estácio de Sá, em 1565.

Mas saindo fora de tais relíquias consagradoras, nosso olhar desvia-se para objetos que evocam outras histórias, não muito benevolentes. Como as enormes traves de madeira que serviram para enforcar Tiradentes, em 1791: soterradas no antigo calabouço do Aljube (prisão eclesiástica) foram descobertas em 1893 e depois consagradas pelos republicanos que buscavam ansiosamente heróis para o novo regime – dessa necessidade de inventar heróis republicanos, inclusive, provém as dúvidas sobre a autenticidade. De qualquer forma, trata-se realmente de uma trave para os enforcamentos, comumente realizados na época, relembrando alguns dos mais lúgubres eventos da história brasileira. Mais artefatos de perversidade? Um aparelho de eletrochoque da década de 1930, utilizado no antigo *Hospício D. Pedro II* (depois, *Hospital Nacional de Alienados*) para controle de "internos problemáticos", mas que acabou sendo utilizado como instrumento de tortura para homossexuais, usuários de drogas e, sobretudo, dissidentes políticos. Só não perdurou e nem foi mais utilizado graças às resistências da Dra. Nise da Silveira, em 1936, a qual introduziu tratamentos mais humanizados na mesma instituição que hoje, merecidamente, transformou-se no *Instituto Municipal Nise da Silveira*.

Já a terrina com a imagem do Morro do Castelo, evoca uma das muitas paisagens desaparecidas da cidade, cuja destruição já foi dramaticamente narrada por escritores sensíveis como Lima Barreto. Para os aficionados pelo futebol, até mesmo a bola do milésimo gol de Pelé integra a coletânea. Mas, embora também haja dúvidas sobre a sua autenticidade – pois o autógrafo do jogador registra 11 de novembro enquanto o gol ocorreu no jogo Vasco da Gama X Santos, em 19 de novembro de 1969 – o objeto está exposto junto à rede do mesmo gol e, serve como pretexto para uma narrativa que acaba por cobrir a história de importantes eventos esportivos na cidade. É possível também aproveitar a crônica sobre outros objetos ligados à vida musical e festiva da cidade, como a incrível escultura representando o Sambódromo; as batutas de Villa-Lobos ou o Tritonicon de Anacleto de Medeiros – um instrumento de sopro, fabricado em metal e composto de um sistema de quinze chaves – que o famoso clarinetista utilizava quando esteve à frente da Banda do Corpo de Bombeiros da cidade, entre 1896 e 1907. A saia usada por Carmem Miranda, em apresentações nos Cassinos cariocas no final dos anos 1930 – idealizada por J. Luiz Borgerth e inspirada em Di Cavalcanti – também é tema de uma ampla reconstituição de época e da história dos espetáculos. Até a "Boneca Barbie e seus amigos do Rio", um conjunto de bonecas que evoca o ícone da cultura

pop do século 20, desde a sua criação norte-americana em 1959 – comparece e serve de pretexto para uma crônica sobre o imaginário das praias cariocas e sobretudo, para mostrar como a relação dos homens e mulheres com os prazeres do mar se alterou ao longo dos tempos. Há ainda uma flor positivista, peça curiosíssima, bordada por Bernardina Botelho de Magalhães, filha de Benjamin Constant. E mais: a câmera fotográfica de Marc Ferrez, a vitrine usada na Exposição Internacional de 1922, as xícaras de café do antigo Estado da Guanabara e até mesmo o *pince-nez* de Machado de Assis.

Ao ressuscitar o modo de vida de milhões de pessoas que não deixaram vestígios guardados, os artefatos não apenas compensam o preconceito que superestima as fontes escritas como também tornam o conhecimento histórico mais pluralista e público. É o que se percebe no capítulo sobre os estandartes do clubes abolicionistas de 1880, os quais, por terem sido retirados para restauração, escaparam milagrosamente do incêndio que atingiu a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ou do curiosíssimo *rola-rola de favela*, da década de 1940: um barril, envolvido por borrachas de pneu de caminhão e um vergalhão para puxá-lo que servia para o transporte de água morro acima. Não foi, portanto, apenas "a lata d'água na cabeça", imortalizada pelo samba do mesmo nome, gravado por Marlene em 1950, que simbolizou a extrema precariedade da vida nas favelas e morros cariocas.

Os objetos – todos eles acompanhados de suas imagens – e suas histórias quase sempre antecedem a escrita e revelam dimensões da vida humana não captadas pelo registro textual, possibilitando reconhecer vozes não contempladas em suportes escritos. Ao narrar a história destes artefatos em seus locais de origem – lugares que na atualidade ganharam outros nomes e outras funções – o livro como um todo permite articular uma verdadeira cartografia da história da cidade e dos seus inúmeros recantos. Como os objetos existem em diferentes instituições e museus, o livro também pode servir como um inteligente roteiro de acervos espalhados pelo Rio de Janeiro, ampliando a nossa concepção de patrimônio cultural urbano, quase sempre dominada apenas pelos bens materiais imóveis.

Talvez o maior símbolo da importância desta publicação seja o *Vaso de cerâmica Tupinambá*, provavelmente datado do ano 850 D.C. – e consumido pelo desastroso incêndio do Museu Nacional, em setembro de 2018. O receio é que a imagem – e a belíssima crônica que o acompanha – talvez acabe se transformando no único registro que sobreviveu: uma relíquia, literalmente.

O RIO DE JANEIRO ENTRE CONQUISTADORES E COMERCIANTES: MANOEL NASCENTES PINTO (1672-1731) E A FUNDAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA RITA

Denise G. Porto[1]

NARA JR., João Carlos. *O Rio de Janeiro entre conquistadores e comerciantes*: Manoel Nascentes Pinto (1672-1731) e a fundação da freguesia de Santa Rita. Curitiba: Editora Appris, 2019, 101p.

I

O novo livro escrito pelo historiador, arqueólogo, arquiteto e urbanista João Carlos Nara Júnior é o resultado de uma brilhante e inédita investigação, que traz à luz uma história do Rio de Janeiro setecentista ainda esquecida: a da fundação da freguesia de Santa Rita. Sobre essa lacuna na historiografia do Rio de Janeiro colonial, o também historiador Carlos Eugênio Líbano Soares adverte, em texto de sua autoria publicado na quarta capa da obra, que "a academia preguiçosamente reluta em iluminar". Entretanto, ao contrário do recorrente esquecimento acadêmico, o pesquisador e especialista nos estudos sobre a igreja de Santa Rita, João Carlos Nara Jr., com a competência que lhe é característica, reluta para que a história dessa freguesia não siga silenciada nas gavetas dos arquivos. O mérito do autor é incontestável. Essa publicação, portanto, representa um avanço para que essa grave falha historiográfica seja, finalmente, compensada.

Em vista disso, o autor dotado da perspicácia do bom historiador, da sensibilidade do arquiteto, da habilidade do urbanista e da intuição do arqueólogo, reabilita uma história fascinante, que percorre desde os primórdios históricos da criação do antigo bairro da Vila Verde, ainda nas primeiras décadas do século XVII, até alcançar a fundação da freguesia de Santa Rita em meados do século XVIII. A fim de realizar essa investigação de fôlego, João Carlos Nara Jr. constrói sua pesquisa a partir de um surpreendente conjunto de fontes, que permite recuperar os traços biográficos da família Nascentes Pinto e do seu fundador, o patriarca, fidalgo português e oficial alfandegário Manoel Nascentes Pinto

1 Mestre em História. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira-UNIVERSO, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Mary Del Priore. Denise G. Porto é autora do livro *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. A obra encontra-se no prelo e será publicada no ano de 2020 pela Editora CRV. É coautora da obra *História: Diálogos Contemporâneos 3*. Curitiba: Editora Atena, 2019.

(1672-1731). Dessa forma, respaldado por expressivo *corpus* documental, alude sobre outros aspectos que foram igualmente relevantes no contexto histórico daquele século.

Nara Jr. entrelaça ao seu texto questões relativas ao tráfico negreiro, à fé devocional, à fiscalização alfandegária na Colônia, ao papel dessa instituição na manutenção dos soldos da guarnição do Sacramento, à estrutura social vigente no Antigo Regime colonial, ao sistema de mercês e privilégios concedidos pela coroa e pela Igreja, dentre outros mais de igual significância.

No livro, a abordagem de tal complexa conjuntura pretende, portanto, evidenciar para o leitor as motivações que levaram o protagonista da sua narrativa – o comerciante e meirinho do mar, dom Manoel – a edificar a igreja em homenagem a sua santa de devoção, desde os anos de 1719 a 1728, e a envolver-se na fundação daquela freguesia.

Possuidor de uma escrita bem articulada, fluida e de grande inteligibilidade, Nara Jr. reforça que a proposta de seu livro foi "descrever a relação *sui generis* que o fidalgo [...] manteve com seus expoentes coetâneos e, inclusive, o papel que desempenhou na mais remota origem do sistema escravagista carioca, instalado na freguesia por ele fundada" (p. 84). Ainda enfatiza que, nos chãos do entorno do templo devotado a Santa Rita, teve lugar o primeiro campo santo destinado aos pretos novos. Por tudo isso, o livro é de grande interesse heurístico. A contribuição dessa publicação para os estudos sobre a memória africana no Rio de Janeiro setecentista é indubitável. Além de revelar singularidades acerca da estrutura escravagista colonial, evidencia, igualmente – fato que é frequentemente eclipsado tanto pela historiografia, quanto pelas políticas patrimoniais – o local onde foi constituído o primeiro cemitério de pretos novos na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: o Largo de Santa Rita.

O destaque dado pelo autor ao papel que a Alfândega desempenhou nos primórdios do século XVIII evidencia algumas particularidades do comércio de escravos africanos na trajetória expansionista da cidade do Rio de Janeiro. A centralidade da instituição alfandegária nos exercícios fazendários da coroa é amplamente apontada nesse livro. Com grande elegância narrativa, Nara Jr. informa ao leitor sobre as dinâmicas relativas ao comercio de escravos e mormente sobre os mecanismos fiscais praticados naquela instituição, que objetivavam o sustento do projeto militar da Colônia do Sacramento.

De maneira a lançar luz sobre as práticas do cotidiano alfandegário nos idos de 1700, João Carlos Nara Jr. recorre ao interessante testemunho do comerciante inglês oitocentista John Luccock. Da pena do viajante britânico, o leitor é informado, por exemplo, da aparência pessoal, das vestimentas e atribuições dos funcionários da Alfândega, do trabalho desempenhado pelo braço escravo

no desembarque de mercadorias, da precariedade das instalações prediais e ainda do descuido com os negócios alfandegários.

Como fio condutor da narrativa, a biografia de Manoel Nascentes Pinto é reconstruída sob o mesmo cenário urbano onde coexistiam "os principais pontos do tráfico escravagista do Rio de Janeiro setecentista: o entreposto fiscal e o sanitário, o cais dos Mineiros [...] e as lojas que comerciavam cativos" (p. 47).

II

O livro O *Rio de Janeiro entre conquistadores e comerciantes: Manoel Nascentes Pinto (1672-1731) e a fundação da freguesia de Santa Rita* é organizado em quatro capítulos, além da apresentação e da conclusão. A obra perfaz o total de cem páginas.

A capa do livro logo chama a atenção, por ser ilustrada por uma bela e representativa aquarela: *Largo de Santa Rita na rua dos pescadores – 1817*, do pintor austríaco Thomas Ender. À primeira vista, a imagem já convida sugestivamente o leitor a se envolver na cena urbana abordada na obra: O Largo de Santa Rita e o primeiro campo santo contíguo ao frontispício da igreja. Destacado em primeiro plano, o Largo ostenta diante da porta do templo um grande cruzeiro. Nota-se que, nesse contexto, a existência do cruzeiro indica ser aquele um campo santo. Para completar a cena, o artista acrescentou à composição a representação de alguns grupos formados predominantemente por escravos africanos, de ganho e de ofício, que parecem transitar descontraídos, em meio à população livre. Relativo à quarta capa da obra, esta inclui um texto de apreciação escrito pelo historiador Carlos Eugênio Líbano Soares que acrescenta comentários laudatórios sobre a relevância temática da obra.

No capítulo introdutório "As minas de ouro possuíam diamantes, muitos diamantes!" são recuperadas algumas curiosidades dos anos da corrida diamantífera, de forma a apresentar o contexto histórico colonial no qual a família Nascentes Pinto se encontrava. Em seguida, na seção "Elementos biográficos para uma história local e global", o autor revela os limites relativos à disponibilidade de documentos que reúnam traços biográficos de Manoel Nascentes Pinto e de sua família.

Na seção "Fontes sobre o Rio de Janeiro do primeiro quartel do século XVIII" informa sobre a recolha de informações referentes ao Rio de Janeiro em coletâneas de antiqualhas tais como o inventário da igreja de Santa Rita elaborado pelo IPHAN; diversos textos de memorialistas; o levantamento histórico realizado pela Mesa Administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Rita; o inventário da família Nascentes Pinto de autoria do genealogista Nelson Pamplona e ainda, o livro *Cultura e opulência do Brasil* (1711), de autoria

do jesuíta italiano André João Antonil. Sobre dom Manoel, foram encontradas relevantes informações em três fundos. As notas de rodapé referendadas nas páginas do livro, registram os locais de guarda dos mesmos. Dessa forma, são citados pelo autor os seguintes fundos: *Correspondência política e administrativa de instâncias* do Conselho Ultramarino; *documentação cartorial* constante da base de dados fundiários do Recôncavo da Guanabara; *apontamentos eclesiásticos* com registros de batismo, matrimônio e óbito de familiares e escravos, além de processos e testamentos. Outra relevante fonte consultada pelo autor é o atlas diacrônico da evolução social e urbana do Rio de Janeiro, elaborado pelo *Humanities Reserch Center* da Rice University.

Em seguida, a seção "Revisão bibliográfica do período" trata das referências conceituais que nortearam a investigação. Dessa forma, observamos que a esse mosaico teórico, somaram-se Luiz Felipe de Alencastro; Graça Salgado; Manolo Florentino; James Sweet; Laura de Mello e Souza; Luiz Mott e Ronaldo Vainfas. A seção "Inspirações para o método historiográfico", que finaliza os textos introdutórios, alude à metodologia utilizada na pesquisa. Nara Jr, aponta para a escolha da abordagem transdisciplinar, inspirando-lhe os autores, Maurício Abreu; Carlo Ginzburg e Bruno Carvalho.

O primeiro capítulo, denominado "A fidalguia dos Nascentes Pinto", apresenta a primeira seção intitulada "Origem da estirpe", na qual convida o leitor a fazer uma viagem no tempo, levando-o à cidade do Rio de Janeiro do século XVIII e às origens da família Nascentes Pinto. Discorre sobre as bodas celebradas na igreja de Nossa Senhora da Candelária, em 6 de maio de 1697, entre a lisboeta Antônia Maria Lopes Rodrigues (1677-1749) e o fidalgo Manoel Nascentes Pinto (1672-1731). Informa que a noiva "tinha recebido alguns ofícios na Alfândega como herança [...] para que lhe servissem de dote" (p. 27) e que então, "por ser desposada por dom Manoel, tais ofícios foram passados ao marido". Assim, a partir dos ofícios alfandegários que dom Manoel recebeu, o autor reconstruiu a trajetória da carreira administrativa do protagonista, ao mesmo tempo em que analisou, com o virtuosismo que lhe é peculiar, as estratégias de ascensão social e enobrecimento de linhagem da pequena nobreza, práticas típicas do Antigo Regime colonial do Império Português. Pela análise documental apresentada no capítulo, Nara Jr. também focaliza a relação existente entre a fidalguia, a Alfândega e as obrigações com pagamentos para a Colônia do Sacramento. A seção "O bairro de Vila Verde" relata a localização geográfica e a topografia do antigo bairro da Vila Verde e informa que foi ali que os Nascentes Pinto fixaram a sua moradia. Em seguida, a história do bairro é reconstruída desde o ano de 1613, até ser revelado que, por volta de 1718, os Nascentes Pinto tornam-se proprietários de um chão junto ao Largo de Santa Rita para edificar a capela de sua santa de devoção.

O segundo capítulo. "A marinha da cidade". tem no título da sua primeira seção "A Alfândega do Rio de Janeiro". A partir de um mapa do Rio de Janeiro em 1728 (p. 46), é possível localizar o prédio da Alfândega e os principais pontos do tráfico escravagista daquela região. Por serem aqueles lugares próximos ao Largo de Santa Rita, este seria, posteriormente, o local escolhido para ser o primeiro cemitério de pretos novos. Uma planta-baixa da Alfândega de antes de 1752 (p. 49) informa ao leitor como eram distribuídos os compartimentos da repartição. Para ilustrar, é inserida no livro uma belíssima aquarela do pintor austríaco Thomas Ender (p. 50). Igualmente sugestiva e agradável é a inserção na obra dos relatos do comerciante e viajante inglês John Luccock. A partir deles é possível fazer uma aproximação ao tempo em que Manoel Nascentes Pinto foi meirinho, guarda e selador da Alfândega do Rio de Janeiro. Também é apresentada a gravura "Desembarque", de autoria do pintor austríaco Johann Moritz Rugendas (1835), onde é possível ver a chegada de dezenas de escravos africanos na Alfândega do Rio de Janeiro (p. 53). Na seção intitulada "Salários, negócios e soldos" são dadas a conhecer as funções dessa instituição, relativas à manutenção da interdependência entre os comerciantes, os oficiais alfandegários e os militares.

O terceiro capítulo, "A criação de uma nova freguesia", apresenta a primeira seção sob o título "Um litígio com a Mitra". Com base em documentação da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, o autor discorre acerca da criação da Irmandade de Santa Rita pelos Nascentes Pinto, no ano de 1710. Inclui um estudo sobre a concessão eclesiástica do Padroado e revela que em 1721 o casal Nascentes Pinto havia doado a capela, ainda em construção, para a Mitra diocesana e, "como condição, requeriam o exercício do direito de padroado perpétuo e hereditário" (p. 67). Tal requisição, entretanto, foi contestada pela Mitra, o que gerou um impasse que se estendeu pelos vinte e cinco anos seguintes. No texto da seção "O Valverde e o Valongo sob a proteção de Santa Rita", é abordado que, ao fim do litígio com a Mitra, foi criada a freguesia que compreendeu o antigo bairro da Vila Verde e a região do Valongo, "calhando-lhe a cura pastoral, dos escravos recém-chegados à cidade", e que a antiga capela tornou-se matriz da freguesia de Santa Rita "por provimento de 9 de janeiro de 1749" (p. 69-70). Referência incontestável nos estudos históricos, arquitetônicos e artísticos relativos às igreja e à freguesia de Santa Rita, João Carlos Nara Júnior informa que este templo foi tombado em 1938 por sua relevância artística, estilística e histórica. O autor assegura, que a decoração do interior da nave representa a primeira aparição do estilo rococó religioso nas Américas. É também de notável interesse, a revelação de que a igreja ostenta "alguns lustres do Mestre Valentim.

O capítulo quarto, "Estratagemas e Relações", apresenta na seção "O recurso ao Breve apostólico" os resultados que colheu das pesquisas relativas aos

desdobramentos do litígio dos Nascentes Pinto com a Mitra, uma vez que as pretensões de dom Manoel, em ter o padroado da capela de Santa Rita, foram frustradas. Em vista disso, a família serviu-se de um Breve pontifício, que os permitia possuir um oratório próprio. Nara Jr. informa que, após a morte de dom Manoel, a viúva mudou-se para a chácara da família no bairro do Valongo, onde em tempos pretéritos o casal havia construído uma capela em devoção a São José. Não tardou, portanto, para que dona Antônia Maria impetrasse novamente a execução do Breve apostólico para o seu novo oratório particular. Na seção "Rede de influências", é mencionado o tema sombrio da criação do Tribunal do Santo Ofício em 1536, e a atuação da inquisição na perseguição de cristãos-novos no Rio de Janeiro por crime de judaísmo. Nara Jr. finaliza a sua agradabilíssima narrativa, informando ao leitor, que dom Manoel mantinha em suas relações muitos cristãos-novos e cita, inclusive, um certo João Roiz, "morador de Vila Verde e proprietário de engenhos de açúcar, que tivera seus bens confiscados pela inquisição" (p. 79). O texto ressalta, que o modelo tradicional da economia colonial era legitimado eficientemente pelas famílias senhoriais, e que os Nascentes Pinto e os cristãos-novos nesse modelo se incluíam, como meio estratégico para a ascensão social e para o fortalecimento das suas redes de influências.

III

A leitura desse livro reafirma ser a excelência da pesquisa histórica o fundamento primordial para que uma rigorosa reconstrução do passado reabilite, à posteridade, a preservação de sua memória. Assim, meticuloso, João Carlos Nara Jr. organizou seu texto com o rigor metodológico que caracteriza o historiador apaixonado pelo seu ofício. A alternância entre as diversas vozes que foram recuperadas pelo autor possibilitou-o, igualmente, esboçar as mentalidades e as práticas individuais e coletivas daquele contexto histórico colonial. Essa obra é, portanto, uma referência obrigatória na biblioteca do leitor interessado, que se debruça, curioso, sobre os meandros imemoriais e desconhecidos da história da *Mui Leal e Heroica Cidade de São Sebastião*.

Notas Sobre o autor

João Carlos Nara Júnior é Arquiteto e Urbanista (UFF) dedicado à Preservação e Patrimônio Cultural, integrante do quadro funcional do Escritório Técnico da UFRJ e cedido à Coordenação de Recursos Logísticos do Arquivo Nacional. Licenciado em História (Unirio), Mestre em Arqueologia (Museu Nacional/UFRJ) e Doutor em História Comparada (UFRJ). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, de cuja revista é editor. Pesquisa a freguesia de Santa Rita, responsável pelos cemitérios de pretos novos no Rio de Janeiro, cuja matriz é detentora da primeira decoração religiosa rococó nas Américas. Outros

livros publicados: *Arqueologia da Persuasão: o simbolismo rococó da Matriz de Santa Rita*. Curitiba: Appris, 2016, 283 p.

Recebido em 21 de junho de 2020[2].

2 Embora esta resenha seja do livro de um dos editores desta Revista, a decisão de publicá-la foi exclusiva do outro editor, Nelson de Castro Senra.

"O REINO, A COLÔNIA E O PODER", UM MARCO NA HISTÓRIA DE SÃO PAULO

Nireu Oliveira Cavalcanti[1]

O Reino, a Colônia e o Poder: o governo Lorena na capitania de São Paulo – 1788-1797, de Adelto Gonçalves, com prefácio de Kenneth Maxwell, apresentação de Carlos Guilherme Mota e fotos de Luiz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 408 páginas.

I

O Reino, a Colônia e o Poder: o governo Lorena na capitania de São Paulo – 1788-1797, recente livro de Adelto Gonçalves – editado em 2019, pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo –, já nasceu como importante marco da historiografia colonial brasileira e, especialmente, da paulista.

Adelto, como bom paulista e bandeirante intelectual, fincou seu marco de puro cristalino no território histórico colonial de São Paulo. O autor exibe sua peculiar habilidade de escrever com clareza um texto profundamente rico de conteúdo, baseado em vasta pesquisa documental e de leitura de textos consagrados de outros autores que trataram do tema desse livro.

O historiador Kenneth Maxwell na sua apresentação desse livro do Adelto escreveu:

> Esta obra é, em sua totalidade, não só uma rica análise do governo de Bernardo de Lorena, mas um estudo que abre muitas linhas de investigação, formula muitos problemas novos, o que deveria ser a tarefa de todo bom historiador. Para a história de São Paulo no século XVIII tardio, não há guia melhor.

Concordo plenamente com Kenneth Maxwell e acrescento novas qualidades do texto e de sua importância para os leitores e demais pesquisadores.

Divulgação dos variados arquivos consultados por Adelto Gonçalves aqui revelados, como os de São Paulo, pouco utilizados por historiadores que tra-

1 Nireu Cavalcanti, arquiteto formado em 1969 pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, é doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor de pós-graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), da qual foi seu diretor de 2003 a 2007. É autor de O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte (Zahar, 2003), seu trabalho de doutorado; Histórias e conflitos no Rio de Janeiro colonial: da Carta de Caminha ao contrabando de camisinha – 1500-1807 (Civilização Brasileira, 2013); Arquitetos e Engenheiros: sonho de entidade desde 1978 (Crea-RJ, 2007); Crônicas históricas do Rio colonial (Civilização Brasileira/Faperj, 2004), e Tesouro: o Palácio da Fazenda, da Era Vargas aos 450 anos do Rio de Janeiro (Pébola Casa Editorial, 2015, em coautoria com Helio Brasil,) entre outros.

tam de outros territórios brasileiros: Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), os Anais do Museu Paulista (AMP), Atas da Câmara de São Paulo (ATCSP), Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo (DI) e o Registro Geral da Câmara de São Paulo (RGCSP). Além dos arquivos conhecidos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, os portugueses: Torre do Tombo (ANTT), Biblioteca Nacional de Lisboa (BNP), Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e a Academia das Ciências de Lisboa (ACL).

II

O texto de Adelto vai fluindo com a indicação da fonte, elemento de suma importância para o leitor, ao constatar sua habilidade em usar o conteúdo do documento e extrair dele elementos construtivos de sua narrativa. Esse seu método de vincular documento-texto é um traço marcante do autor e deve orientar seu leitor e pesquisador a usá-lo em seus futuros trabalhos.

Outro destaque desse livro é conter a visão ampla do autor sobre o fato histórico. Adelto nos traz a visão do historiador; do escritor cronista e romancista que é; da geografia histórica; da literatura e do rigor cronológico do fato, no espaço-tempo da complexidade do fato narrado.

Adelto contextualiza o fato histórico em suas relações econômicas, sociais, espaciais e políticas, sem se restringir às análises históricas das superestruturas, trazendo em sua narrativa os seres humanos envolvidos, com hábil literalidade, como a descrição da viagem para Cuiabá do governador de São Paulo Rodrigo Cesar de Menezes (1721-1727), pp. 59-61. A expedição saiu em 1726, do porto de "Araritaguaba, às margens do rio Tietê" com 305 canoas carregando negros, índios e paulistas num total de " 3 mil homens, inclusive muitos indígenas – os únicos que sabiam "atravessar o sertão e navegar através dos rios cheios de cachoeiras". Preciosas informações colhidas pelo autor, de documento do AHU, referente a São Paulo (caixa 7, doc. 750, ant. 26/10/1725).

Segundo sua narrativa, a expedição chegou a Cuiabá em 15 de novembro de 1726, mas o governador César de Menezes só elevou o "arraial mineiro de Bom Jesus de Cuiabá à categoria de vila" em 1º de janeiro de 1727. No ato, o governador instalou a Câmara, "reunindo oito vereadores – seis paulistas e dois reinóis casados com paulistas". Considero que esse cuidado de nomear paulistas para a maioria da Câmara é o reflexo do trauma da Guerra dos Emboabas. Para o final da descrição do ato do governador, Adelto usou a obra de Charles R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, 2000, p. 274. Essa capacidade do autor de buscar fontes diversas para construir sua narrativa é um dos pontos altos do livro.

III

Adelto Gonçalves dividiu sua expressiva e marcante obra em duas partes, que se conectam e, ao mesmo tempo, são autônomas. A primeira (pp. 21 a 181) trata do estudo histórico da formação da capitania e da sociedade paulista, anterior à chegada e posse do personagem principal do livro: d. Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, conde de Sarzedas (1788-1797).

A segunda parte, nas páginas 187 a 327, faz o estudo detalhado do personagem Lorena, sua origem familiar, formação intelectual e a exemplar governança da capitania de São Paulo. O autor esmiúça as relações políticas, administrativas, as redes formadas pela elite administrativa-política e econômica, local, na obtenção de poder e fortunas. Relata os interesses econômicos e políticos de Lorena – sociedade com o riquíssimo negociante e capitalista de Lisboa Jacinto Fernandes Bandeira, concedendo-lhe vários privilégios na capitania de São Paulo –, destacando sua positiva forma de governança de muitas obras públicas, de organização administrativa e política da capitania e a equidade com que tratou os súditos da colônia.

O governo de Lorena foi um marco divisor aprovado pelos paulistas, ao ponto de os vereadores da cidade de São Paulo solicitarem o privilégio de postarem o seu retrato na sala principal da Câmara municipal (p. 307). "Para empreender tal iniciativa, os oficiais da Câmara pediram licença à rainha, lembrando que a concessão já havia sido feita à Câmara do Rio de Janeiro", para homenagear o governador Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela (1733-1763).

Em sua petição, os camaristas de São Paulo justificaram a homenagem por ser "um fidalgo que tem sido o pai dos paulistas" (nota 391: AHU Conselho Ultramarino, São Paulo, caixa 41, doc. 3357, 6/3/1793). Nesse mesmo Arquivo Histórico Ultramarino, localizei o pedido dos vereadores do Rio de Janeiro, quando obtiveram permissão dessa homenagem a Gomes Freire. Era proibido que as autoridades da colônia brasileira tivessem representação de sua imagem em lugares públicos.

A pesquisa documental e bibliográfica feita por Adelto Gonçalves para escrever esse livro reflete-se na expressiva quantidade de notas: mais de mil referências. Haja fôlego!

Com autoridade de seu profundo saber histórico, conclui sua obra afirmando:

> Ao contrário do que a historiografia tradicional sempre defendeu, a capitania de São Paulo não vivia isolada nem tampouco estava despovoada, sobrevivendo de sua economia de subsistência, à época da chegada do governador Luís Antônio de Souza Botelho, o morgado de Mateus, em 1765, quando deixou de ficar adjudicada à capitania do Rio de Janeiro (p. 359).

Recomendo a leitura do livro *O Reino, a Colônia e o Poder*: o governo Lorena na capitania de São Paulo 1788-1797, pela sua densidade, nível de informação e por ser um veículo de orientação de como devemos pesquisar e elaborar um texto científico, de leitura agradável e envolvente.

DISCURSOS E SAUDAÇÕES

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO IHGRJ

Lená Medeiros de Menezes[1]

Os Editores

A posse da nova diretoria do IHGRJ, para o biênio 2020-2021, ocorreu na Sala CEPHAS, no Edifício do IHGB, em 12 de março de 2020. A presidência foi transferida por Neusa Fernandes a Lená Medeiros de Menezes que, na ocasião, deu posse a toda a diretoria.

Ilma. Dra Neusa Fernandes, presidente do IHGRJ; Ilmo Dr. Victorino Coutinho Chermont de Miranda, presidente do IHGB e nosso confrade; Ilmo Dr. Paulo Knauss, ex-presidente do IHGRJ; Ilma Dra Vera Lúcia Cabana de Queiroz Andrade, segunda secretária do IHGRJ;

Ilmos confrades e confreiras presentes à esta cerimônia;

Amigos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

Senhoras e senhores,

Em dezembro do ano que se findou, fomos eleitos com o propósito de administrar os destinos de nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro; tarefa difícil e desafiadora, tendo em vista a realidade de ter que exercer nossa função contando com parcos recursos, que impõe, sem dúvida alguma, dificuldades para romper os grilhões que nos impedem, por vezes, de voar. No entanto, temos exemplos a seguir, e, parodiando Guimarães Rosas, estes exemplos permitirão encontrar o real que se disporá a nós na caminhada. Reverencio, assim, todos os que me sucederam na Presidência dessa Casa, aqui representados por Paulo Knauss e Neusa Fernandes, que fazem com que nós pouco tenhamos a inovar. Com relação, especificamente, a Neusa Fernandes, a quem tenho a honra de imediatamente suceder, e com quem tenho um contato mais estreito, ela lega a todas e a todos nós um norte a seguir e a mim, em particular, seu exemplo de dedicação às causas que abraça, de competência no gerenciar, de reinvenção permanente e, principalmente, de dação a esta instituição.

Coube a ela ventilar, pela primeira vez, meu nome como possível futura Presidente, legando-me "a confiança [enquanto] ato de fé", lembrando Carlos Drumond de Andrade, que tocou a essência de meu ser e me levou a trair a promessa de não mais assumir qualquer outro cargo administrativo, desde que, pressionada pela aproximação da aposentadoria compulsória, deixei a sub-reitoria de Graduação da UERJ, para dedicar meu tempo, exclusivamente, à escrita da História que tanto amo. O futuro, porém, é cheio de surpresas e eis-me, aqui,

1 Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

nessa sessão solene, assumindo este honroso cargo, desafiador por excelência, à frente de uma diretoria composta por talentos que o poderiam assumir com muito maior competência do que eu.

É importante mencionar que, se não bastassem os desafios "domésticos", levantam-se aqueles postos pelo tempo presente, ao qual tenho denominado "tempo de assombramentos" – em diálogo com os "tempos interessantes" de Hobbsbawm. Como ignorar ou naturalizar o irracionalismo, que retorna com imensa força e se desdobra em negacionismos. Como ignorar ou naturalizar o individualismo que massacra a solidariedade. Como ignorar ou naturalizar o consumismo que diminui o ser e engrandece o ter. Como ignorar ou naturalizar o anti-intelectualismo que condena a produção do conhecimento. Como ignorar ou naturalizar o racismo que discrimina e mata. Como ignorar ou naturalizar a morte da dúvida metódica e a e a apologia das certezas. Como ignorar ou naturalizar o feminicídio que revela misérias humanas, enraizado em um patriarcalismo que resiste ao passar do tempo. Como ignorar ou naturalizar a onda autoritária que germina nas frestas apodrecidas da democracia e, acima de tudo, como ignorar ou naturalizar o ódio que grassa por toda parte, tornando atual os versos de Baudelaire: "O ódio é um bêbado vil num canto da taverna!/ Sempre sentindo mais a sede da bebida./ A se multiplicar, bem como a hidra de Leira"[2] . Por fim, em um cenário mais próximo, como fechar os olhos aos ataques feitos à Ciência, à História, à Memória e à Cultura, que impõem, a espaços como este, o dever da resistência.

Pensei muito em como apresentar a diretoria que hoje assume a gestão e optei por recorrer a Saramago: "Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória, não existimos, sem responsabilidade, talvez, não mereçamos existir"[3].

A partir das palavras do autor, é importante dizer que a memória "que nos faz existir" converge para longas carreiras, a maior parte delas construídas no campo da Educação, e por "baús de memória" (título apropriado da tese de uma de minhas orientandas, Syrléa Pereira), destinados a guardar lembranças e experiências da instituição. Essa memória "que nos faz existir" será de extrema importância no nosso caminhar, passível de colocar em diálogo o que sabemos e o que iremos aprender, pois, concordando com o grande educador Paulo Freire: "Todos nós sabemos alguma coisa, todos nós ignoramos alguma coisa, por isso, aprendemos sempre".

Com relação às responsabilidades que nos fazem ter o direito de existir, elas, certamente, crescerão em número, dimensão e densidade, superdimensiona-

2 BAUDELAIRE, Charles. *O tonel do ódio*.

3 SARAMAGO, José. Cadernos de Lanzerote, São Paulo: Cia das Letras, 2014.

das, ademais, pela obrigação de responder, de forma satisfatória, a todas e a todos que depositaram em nós sua confiança, não apenas através dos votos que garantiram nossa eleição, mas, também, através das mensagens de apoio enviadas pelos meios eletrônicos, que passaram a fazer parte do conteúdo de nossos "baús de memórias".

Lembrando que a "alegria é a melhor coisa que existe", como já disse nosso tão carioca poeta Vinicius de Moraes, cabe, por outro lado, dizer da enorme alegria que representa conduzir os destinos de uma instituição voltada para a História, para a Geografia, para a Memória e para o Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro e, mais particularmente, orientada na direção de uma cidade-patrimônio da humanidade, que teima em se mostrar maravilhosa, e, apesar de tantas misérias e mazelas, recupera suas cores a cada amanhecer, explodindo em luz que renova nossas esperanças em um futuro melhor.

Como não ser apaixonada por tantos espaços magníficos, por tantos "lugares de memória" que nos fazem encontrar o passado a cada passo do caminho, principalmente, em "lugares monumentais" que conduzem a muitos saberes e muitas lembranças. Dos cantos e recantos da capital colonial, imperial e republicana à beleza de Parati somos transportados aos palácios e casarões de Petrópolis; às fazendas de café e suas senzalas; às capelas singelas e às igrejas suntuosas; aos fortes e fortalezas, que atestam a necessidade da defesa contra a cobiça de tantos "outros"; às estátuas que eternizam, em bronze ou ferro; figuras referenciais de nossa história. Tudo concorre para que o Rio de Janeiro transborde exuberância.

Merecem lembrança, também, os sambaquis, presentes, aqui e ali em nosso litoral; os muros de antigos aldeamentos e missões; as marcas simbólicas de colônias estrangeiras; os pisos por onde foram arrastados homens privados de sua liberdade; as chaminés de antigas fábricas, que nos obrigam a olhar para o céu; as antigas estações de trem, que encantam por sua simplicidade; bem como outras tantas marcas de tempos idos, que se escondem, tímidas, no meio de arranha-céus, escapando ao olhar do transeunte apressado e despreocupado no olhar. Não esqueçamos, enfim, dos registros em ruínas que, por toda parte, clamam por atenção e proteção.

Chegamos, agora, ao momento dos agradecimentos e, eles, certamente, são muitos, dirigidos não apenas aos confrades e confreiras que depositaram, em cada membro da nova diretoria, sua confiança, mas, pessoal e principalmente, aos que se dispuseram a caminhar comigo nesses próximos dois anos, razão pela qual, passo a falar na primeira pessoa do singular, com o objetivo de agradecer:

– Aos meus familiares, em especial ao meu marido, aqui presente, que tem a paciência necessária para adiar continuamente o desfrutar de uma vida com menos compromissos;

– A Neusa Fernandes, que aceitou meu convite para assumir a vice-presidência e, embora seu desejo fosse o de descansar um pouco das atribulações do dia-a-dia, colocou sua experiência, competência e saber ao dispor da nova diretoria;

– A Olínio Gomes Paschoal Coelho, que há pouco conheci, mas que, desde meus primeiros momentos nesta Casa, revelou-me, desde logo, seu comprometimento e empenho em dar o melhor de si em prol da instituição.

– A Vera Lúcia Cabana de Queiroz Andrade, amiga e parceira de quase toda minha vida adulta, que reafirma continuamente sua amizade e se dispôs a emprestar seu conhecimento e competência nesse dar as mãos em nova empreitada;

– A Lúcia Helena da Silva, que aceitou meu apelo para permanecer à frente da tesouraria, comovida, quem sabe, pela minha honestidade em dizer que tudo ficaria muito difícil sem sua preciosa colaboração, agradecimento que estendo a Fania Fridman, que se juntou a nós devido ao afastamento de Ana Maria Moura.

Meu "muito obrigada", ainda, aos membros permanentes e suplentes do Conselho Fiscal: Fernando Tasso Fragoso Pires, Eliana Rezende Furtado de Mendonça, Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo, Roselene de Cássia Coelho Martin, Jaime Antunes da Silva e José de Miranda Neto, bem como das Comissões Especiais de "Admissão e Exclusão de Sócios"; de "História, Geografia e Cartografia" e de "Ciências Auxiliares da História": Cybelle Moreira de Ipanema, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Arno Wehling, Maria de Lourdes Vianna Lyra, Mary Lucy Murray Del Priore, Miridan Britto Falci, Vera Lucia Botrel Tostes e Ondemar Ferreira Dias Gomes, que estarão trocando conosco sua experiência e saber, em prol do bom andamento dos afazeres que nos cabem.

A mesma gratidão estendo a Nelson de Castro Senra e João Carlos Nara Junior, que, por força das disposições estatutárias, não pertencem à diretoria, mas que marcharão conosco, já que responderam afirmativamente ao convite para permanecer à frente de nossa revista.

Com o compromisso de dar continuidade ao trabalho que até aqui tem sido desenvolvido, a diretoria, enquanto unidade enriquecida pela diversidade, compromete-se a lutar por nossa História, preservar nossa memória e defender nosso patrimônio, divulgando pesquisas de ponta na área de atuação do

Instituto; promovendo cursos, palestras e eventos culturais; institucionalizando meios digitais de comunicação e divulgação; incentivando a inserção dos sócios – quem sabe também daqueles que se mantém afastados – nas atividades e na vida da instituição; propondo ações conjuntas com outras instituições, oportunizando, ainda, renovados momentos felizes de encontro e congraçamento.

Como um passo a mais é sempre necessário e salutar, temos o projeto de prover, com novos galhos, a árvore que há 63 anos já deu belas flores e frutos. Esses galhos serão orientados na direção das Universidades, Institutos, Academias e Museus sediados no Rio de Janeiro e em outras Unidades da Federação; na direção das agências de fomento e de outras instituições afins e, aprofundando a experiência adquirida nos últimos anos, em direção à sociedade em geral, usando nossa criatividade no sentido de socializar o conhecimento que aqui é produzido e que por aqui circula.

Para terminar, convicta de que expresso o pensamento de toda a diretoria, recorro à beleza poética de Fernando Pessoa, sob o heterônimo de Alberto Caeiro, no poema "Eu Sou do Tamanho do que Vejo":

> Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
> Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
> Porque eu sou do tamanho do que vejo
> E não, do tamanho da minha altura...
> Nas cidades a vida é mais pequena
> Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
> Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
> Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,
> Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,
> E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.
>
> Alberto Caeiro. *O Guardador de Rebanhos - Poema VII*.

Através dessa linda forma de dizer, expresso meu desejo e de toda a diretoria de que, com a ajuda de vocês, possamos crescer em tamanho, à medida que ampliamos nossa capacidade de ver.

Muitíssimo obrigada!

RELATÓRIO DE NOSSA GESTÃO 2016-2019

Neusa Fernandes[1]

Finalmente, confrades, ei-nos aqui, dia 12 de março de 2020, reunidos nesta primeira sessão do ano para juntos desfrutarmos da satisfação do dever cumprido, da alegria de poder apresentar esta prestação de contas de nossa gestão, quando passamos a presidência para nossa amiga, a competente historiadora Lená Medeiros de Menezes.

Caminhamos para o Centenário, com um universo de cerca de 100 personalidades, marcando sempre a permanência nos nossos objetivos da pesquisa, fomento, memória e divulgação dos estudos cariocas e fluminenses. Nessa caminhada, contamos com o incentivo e a participação dos nossos sócios e, em especial, de colaboradores do IHGRJ, entre os quais destacamos a museóloga Norma Marotti Fairbanks, incansável e sempre presente, que nos deixou prematuramente mês passado, e a quem dedicamos essa sessão.

Registramos com pesar também os falecimentos dos confrades: Salvador da Mata e Silva, incansável trabalhador e constante colaborador da nossa Revista, em 2017; José Nonato Duque Estrada, talentoso confrade que abrilhantou com seu conhecimento, seu ritmo e sua alegria, a sessão magna de 2018, comemorativa do registro do primeiro samba gravado no Rio de Janeiro; e Stella Leonardos, no mês de agosto de 2019, que muitas sessões ilustrou com seu talento e seus vigorosos versos.

A Diretoria cumpriu seus mandatos realizando todas as metas e promessas feitas no dia da eleição, em reunião, aqui na CEPHAS. Além dessas promessas cumpridas, providenciou a posse de 15 sócios eleitos na gestão anterior.

A tesouraria, sob a responsabilidade da sócia efetiva Lucia Helena Pereira da Silva, desincumbe-se, plenamente, recolhendo as anuidades pagas pelos sócios e gerindo a conta do IHGRJ em Banco, onde a receita é aplicada a fim de fazer face aos compromissos de manutenção. As contas dos exercícios de 2016-2019 foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas, por força estatutária, no mês de abril. Vale ressaltar que o IHGRJ não tem dívidas e deixa significativo saldo em caixa.

1 Pós-doutora em História e em Museologia. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Cumpre-me, nesse momento, apresentar o Relatório de Atividades, à guisa de registro, expressando o que foi feito e a colaboração interna e externa dos que nos frequentam e prestigiam.

Durante esses quatro anos de gestão, o IHGRJ desenvolveu grande atividade cultural através da realização de Curso, Seminários, Sessão itinerante, Projeção, Visitas Guiadas, Jornadas, Feiras de livros regulares, Colóquio de Institutos Municipais, Conferências e Lançamentos de Livros.

I – Parcerias

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro associou-se:

1 Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na realização do IV Colóquio de Institutos Municipais.
2 Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na comemoração dos seus 80 anos, com sessão solene realizada no auditório do CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Av. Augusto Severo, 8 - 12º andar, Glória.
3 À Escola Nacional de Belas Artes na organização da Jornada comemorativa do bicentenário da ABA, realizada no mês de agosto na CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Av. Augusto Severo, 8 - 12º andar, Glória.
4 Ao Museu Histórico Nacional na programação de visitas às exposições temporárias, referentes à cidade do Rio de Janeiro, e na cessão do seu auditório, para a realização de curso.
5 À Universidade Salgado Oliveira na realização de Seminário.
6 À Academia Brasileira de Artes na realização de sessão conjunta.

II – Biblioteca

A biblioteca do IHGRJ foi alvo de atenção e comprometimento desta direção. Comprometemo-nos a abri-la para a pesquisa dos sócios; para tanto, foi produzido um Regimento que a norteia e completada a catalogação dos livros, iniciada na gestão do presidente Paulo Knauss. Foram relacionados e etiquetados todos os livros que estão hoje à disposição dos sócios. Também foi enviado a eles cópia do regimento, bem como a relação do acervo. Cabe aqui um agradecimento especial aos sócios que doaram livros para o enriquecimento da nossa biblioteca ou para serem vendidos em benefício do IHGRJ, a saber:

- Arno Wehling doou o livro: *De Formigas, aranhas e abelhas. Reflexões sobre o IHGB*.
- Paulo Knauss de Mendonça doou os livros: *Nos tempos da Guanabara: uma história visual 1960-1975* (org.); Tão importante, tão esquecido: o bairro da misericórdia e Os Vice-reis no Rio de Janeiro, produzidos pela equipe do Museu Histórico Nacional.

- Neusa Fernandes doou os livros: *Eufrásia e Nabuco*; *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. 3.ed; *A Inquisição em Minas Gerais. Processos singulares*. v.2; *Dicionário do Vale do Paraíba Fluminense*, coautoria com Irenilda Cavalcanti e Roselene de Cássia Coelho Martins; *Efemérides Vassourenses*, coautoria com Marco Santos e Olinio Coelho; *Efemérides Cariocas e História e Geografia Fluminense*, coautoria com Olinio Coelho.
- Lená Medeiros de Menezes doou os livros: *Intelectuais e ação política, de Maria Emilia Prado* (org.); *História e imprensa: representações e práticas de poder*, de Lúcia Maria Neves, Marco Morel e Tania Maria Bessone Ferreira (org.); *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos, de Ismênia de Lima Martins e Fernando Sousa* (org.); T*rajetórias de vida na História, de Fernando Tadeu de Miranda Borges, Maria Adenir e Viviane Gonçalves da Silva Costa* (org.); *Los Intelectuales latino-americanos y la modernidad y la tradicion siglos XVI y XIX*, de Hugo Carneiro (coord.); *Migrações Ibero-americanas*, de Lená Medeiros e outros (org.); *De colonos a imigrantes*, de José Robson de Andrade Arruda, Vera Lucia Ferlini e Maria Izilda Santos de Matos (org.); o número 12 da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*.
- Carlos Wehrs doou os livros: *Niterói, cidade sorriso: a história de um lugar*; *O Rio antigo* de Aluísio de Azevedo.
- Miridan Britto Falci doou o livro: *A casa rosa do Leblon*.
- Vera Cabana de Queiroz Andrade doou o livro: *Colégio Pedro II*.
- Roselene de Cássia Coelho Martins doou o livro: *Colonização e política*.
- Marco Santos doou os livros: *Bibliografia Fluminense e Brandão, o Popularíssimo*.
- Nelson de Castro Senra doou o livro: *Teixeira Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*.
- Cybelle de Ipanema doou os livros: *História da Ilha do Governador*; *História regional - A Ilha do Governador*.
- Franci Machado Darigo doou o livro: *Historiografia em ensaios*.
- Vera Lúcia Pereira da Silva doou o livro: *Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro 1778-1878: estudo, administração e práticas de poder.*
- Luiz Costa-Lima Neto doou o livro: *Entre o lundu, a ária e a aleluia*.
- Argeu Affonso doou o livro: *O Globo, quase 100 anos: prós e contras*.

III – Revista

Foram atualizados os números da *Revista do IHGRJ*, permitindo que fosse publicado o décimo sétimo número no ano de 2017. A diretoria cumpriu a sua meta de divulgação e distribuição para todos os sócios, para Institutos Históricos do país, além de várias instituições culturais. A Revista tem saído sem interrupção desde sua criação, em 1987, embora nos anos de 1988/1989, 1990/1991, 1992/1993, 1994/1995 e 1996/1997 tenham ocorrido números bia-

nuais. Até 2012, a Revista foi editada às custas dos autores e, cumprindo disposição estatutária (art. V, parágrafo V), foi distribuído um exemplar a cada sócio.

Em 1998, os editores Cybelle de Ipanema e Carlos Wehrs iniciaram as edições anuais. No ano de 2000, a editora Miridan Britto Falci conseguiu a inscrição da Revista no ISSN e em 2002 conseguiu a inclusão da Revista no julgamento da CAPES para as Revistas de História, obtendo o QUALIS A Nacional. Em 2010, a revista foi reformulada: o número 17, ano 17, saiu com 360 páginas e foi editada pela Imprensa Oficial, em parceria pioneira, obtida pela presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Cybelle de Ipanema, junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Foi festivamente lançada no dia 8 de julho de 2010, com capa nova, de autoria da artista gráfica, nossa confrade, Rogéria de Ipanema. Em 2019, a revista foi novamente reformulada, sob a editoração do confrade Nelson de Castro Senra e João Carlos Nara Júnior.

IV – Lançamentos de livros

Efemérides vassourenses - Marco Santos, Neusa Fernandes e Olinio Gomes Paschoal Coelho.
Efemérides cariocas - Neusa Fernandes e Olinio Gomes Paschoal Coelho.
Dicionário histórico do Vale do Paraíba fluminense - Irenilda Cavalcanti, Neusa Fernandes e Roselene de Cássia Coelho Martins.
Casa rosa do Leblon - Miridan Britto Falci.
Colégio Pedro II - Vera Cabana Andrade.
Entre o lundu, a ária e a aleluia - Luiz Costa-Lima Neto.
Bibliografia fluminense - Marco Santos.
História do Rio de Janeiro em 45 objetos. Dr. Paulo Knauss, Dra. Isabel Lenzi e Dra. Marize Malta (org.). Participação de colegas do IHGRJ: Rogéria de Ipanema, Cybelle de Ipanema, Vera Cabana, Marieta de Moraes, Beatriz Kushnir e Sonia Gomes Pereira.
Eufrásia e Nabuco (2.ed. revista e ampliada) - Neusa Fernandes.
Tramas do Mal: imprensa e discursos de combate à revolução (1917-1921) - Lená Medeiros de Menezes.
O Rio de Janeiro entre conquistadores e comerciantes - João Carlos Nara Júnior.
O Globo, quase 100 anos: prós e contras - Argeu Affonso.

V – Visitas Guiadas

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro realizou importantes visitas guiadas:

1 Visita guiada à exposição temporária sobre a nossa cidade, intitulada "Quando o Rio virou mar", do Museu Histórico Nacional - dia 29 de abril de 2016. Inscreveram-se 20 confrades.

2 Visita guiada à exposição temporária sobre a nossa cidade, intitulada "Achados da Leopoldina: arqueologia urbana na era digital", do Museu Histórico Nacional – dia 28 de outubro de 2017. Inscreveram-se 20 confrades.
3 Visita guiada à sede ao Palácio Maçônico Grande Oriente - dia 20 de novembro de 2018. Total de 20 visitantes. Considerando os vários apelos recebidos de interessados que excederam o número permitido à visita ao Grande Oriente, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro organizou mais três visitas guiadas à sede do Palácio Maçônico Grande Oriente, nos dias 19, 21 e 22 de fevereiro de 2019.
4 Visita guiada ao Arquivo do Museu Imperial - dia 31 de março de 2018- Total de 17 visitantes.
5 Visita guiada ao Museu Imperial - dia 31 de março de 2018- Total de 17 visitantes.
6 Visita guiada à cidade de Belo Horizonte, cumprindo o roteiro do passeio cultural realizado 18 a 20 de agosto de 2018- Total de 10 visitantes. Cumpre agradecer à confreira Fátima Argon, que nos recebeu e nos apresentou a documentação do acervo do Arquivo do Museu Imperial e a exposição permanente do Museu.
7 Visita guiada ao Museu da Inquisição, em Belo Horizonte- Total de 17 visitantes.
8 Visita guiada ao Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte- Total de 17 visitantes - Total de 17 visitantes.
9 Visitas guiadas aos museus que integram o Circuito Liberdade, em Belo Horizonte: Museu Minas Vale, Museu de Artes Populares, Museu de Mineralogia, Centro Cultural Banco do Brasil, Museu Mineiro, Espaço do Conhecimento UFMG. - Total de 17 visitantes.
10 Visita guiada ao Centro Cultural Banco do Brasil, em Belo Horizonte, que apresentava uma exposição retrospectiva de Jean-Michel Basquiat (1960-1988), artista americano que se destacou na retomada da pintura figurativa da década de 1980 - Total de 17 visitantes. Cabe aqui agradecer ao diretor do Museu da Inquisição, Dr. Marcelo Guimarães, que nos recebeu em Belo Horizonte, oferecendo-nos transporte e alimentação. Sua dedicação ao Museu da Inquisição foi sentida por todos na visita guiada que nos proporcionou ao importante acervo do Museu.

VI – Conferências realizadas:

José Bonifácio – Mary Del Priore
Ilha do Governador – Cybelle de Ipanema
Tesouros Fluminenses – Marcos Monteiro

VII – Concursos

Foram realizados dois concursos sobre História do Rio de Janeiro, nos anos de 2017 e 2018, com absoluto sucesso.

Primeiro Concurso de Estudo e Difusão da História do Rio de Janeiro

Concurso Tema: Histórias do Rio

Categorias

Nível médio

Nível superior

Nível pós-graduação

Prêmio Mem de Sá

- Livros de autoria de todos os sócios do IHGRJ aos vencedores dos níveis superior e pós-graduação;
- Prêmio especial ao primeiro colocado do nível superior: um laptop;
- Publicação dos trabalhos dos três primeiros colocados, nos três níveis, na Coluna do IHGV, no Jornal Tribuna do Interior da cidade de Vassouras;
- Publicação, na *Revista do IHGRJ*, dos primeiros colocados nos níveis superior e pós-graduação.

Foram realizados dois concursos sobre História do Rio de janeiro, nos anos de 2017 e 2018, com absoluto sucesso.

Concorreram 19 mestrandos e 5 doutorandos.

VIII – Curso

Mulheres em foco: novos olhares sobre a História e a História do Rio de Janeiro

Número de Horas: 20 horas

Coordenadora: Dra. Lená Medeiros de Menezes

Estruturado em 10 palestras, distribuídas em 5 (cinco) dias da semana. Será ministrado por membros do IHGRJ e palestrantes convidados.

No período de 10 a 14 de setembro de 2018, das 13h30min às 17h30min, no auditório do Museu Histórico Nacional.

Com o apoio do Museu Histórico Nacional (MHN).

Objetivos: Analisar teórica e conceitualmente a História das mulheres e os estudos de gênero; Discutir a presença da mulher na História do Rio de Janeiro, analisando silêncios e visibilidades, dando destaque a mulheres que descreveram histórias excepcionais; Analisar os "papéis" e a atuação feminina, discutindo práticas e representações que afetaram as mulheres ao longo do tempo; Refletir sobre os feminismos e as "ondas" feministas, abordando do feminismo original aos nossos dias, dando ênfase às experiências revolucionárias e à luta das mulheres no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro; Contemplar a discussão sobre mulheres excepcionais e mulheres transgressoras, a partir de estudos de casos relativos ao Brasil e ao Rio de

Janeiro; Discutir mudanças e permanências na participação da mulher nas esferas do trabalho, do ensino e da política; Analisar as superposições existentes nos processos de discriminação por gênero e cor.

IX – IV Colóquio de Institutos Históricos Municipais

Tema: Memórias Fluminenses

Realizou-se no salão Pedro Calmon, do IHGB, nos dias 11, 12 e 13 de julho de 2019.

Somos o único Instituto que pensa a cidade e o estado, que se relaciona e se interliga a todos os municípios. Imbuídos dessa importante tarefa, fomos o primeiro Instituto Histórico de um estado que promoveu o Encontro e seus Institutos Municipais, recomendado pelo IHGB em seu primeiro Colóquio de Institutos Históricos Brasileiros, de 1998, entendidos como os estaduais.

Desde que assumimos a presidência do IHGRJ, pensamos na realização do IV Colóquio de Institutos Históricos Municipais, em continuação ao primeiro realizado na gestão da professora Cybelle de Ipanema. Para este Colóquio foram convidadas todas as instituições em atividade do estado do Rio de Janeiro, do Vale do Paraíba e do Vale do Café. Agora, mais de vinte anos depois da recomendação do IHGB, realizamos o IV Colóquio de Institutos Municipais, cujo tema foi Memórias Fluminenses. Tão concorrido foi que ocupou, pela primeira vez, dois dias de comunicações.

Na abertura, a presidência do IHGRJ conclamou todos e todas confrades, bem como toda a população, a participar do importante encontro, onde as comunicações e as trocas de experiências definiram os relacionamentos institucionais para uma melhor atuação no futuro.

Os traços multiculturais e as práticas cotidianas dos espaços urbanos desenvolvidos nos municípios fluminenses, bem como o rico conjunto patrimonial histórico, seu atual estado lamentável de conservação e as medidas cabíveis para sua preservação estiveram presentes neste Colóquio, demonstrando a sua diversidade e apresentando uma visão abrangente da História, da Geografia, da Economia e da Arquitetura das principais cidades e dos municípios do nosso Estado, além de promover uma reflexão multidisciplinar sobre as expressões socioeconômicas e seus principais personagens, na evolução e na formação da comunidade do estado do Rio de Janeiro.

Com um total de 42 Inscrições.

X – Seminários

Biografias, uma nova perspectiva da História do Brasil

Período: 13 e 15 de maio de 2019

Coordenação Geral: Dra. Mary Del Priore

Promoção Conjunta: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e Universidade Salgado de Oliveira.
Tendo em seu total 13 palestras apresentadas, conferindo certificados de presença.
CEPHAS – Av. Augusto Severo, 8 – 12º andar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
Seminário: cantos & encantos do Rio de Janeiro
Período: 22 e 23 de agosto de 2019
Coordenação Geral: Pós-Dra. Neusa Fernandes
Promoção: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e apoio do Museu Histórico Nacional.
Tendo em seu total 16 palestras apresentadas, conferindo certificados de presença.
CEPHAS – Av. Augusto Severo, 8 – 12º andar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

XI – Sessões – ano 2016

8 de março

Abertura do ano social de 2016

As sessões no ano de 2016 foram plenas, todos os meses, comemorativas ou temáticas, onde sócios e convidados apresentaram suas pesquisas e novos eleitos tomaram posse. Vale ressaltar que, nesse ano e nos seguintes, foram enfocados, nas diversas sessões: a cidade do Rio de Janeiro, o estado do Rio de Janeiro, arte e artistas, monumentos, patrimônio, arquivos, museus, arqueologia e arquitetura.
Iniciamos com a posse festiva da nova diretoria. A sessão foi presidida pela vice-presidente Esther Bertoletti, que deu posse e passou a presidência para a nova presidente Neusa Fernandes, que, em seu discurso, fez uma retrospectiva da história da cidade do Rio de Janeiro.

14 de abril

Sessão comemorativa do lançamento do livro Efemérides Vassourenses

Autores: Marco Santos, Neusa Fernandes e Olinio Coelho
Com apresentação das palestras:
Efemérides - uma construção histórica-jornalística – por Marco Aurélio Santos (primeiro secretário do IHGRJ).
Vassouras presente – por Olinio Gomes Paschoal Coelho.
Ao final da sessão, foi distribuído o Edital do Primeiro Concurso de Estudo e Difusão da História do Rio de Janeiro, que se destina a premiar estudantes de níveis médio e superior, incentivando a pesquisa, o estudo e a difusão da História, além de promover e defender o patrimônio natural e cultural da cidade e do estado do Rio de Janeiro.

12 de maio

Sessão comemorativa comemorativa dos 80 anos do IBGE

Realização conjunta: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro º IHGRJ e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica – IBGE.

Com apresentação das palestras:

Odisseia da criação do IBGE" – por Nelson de Castro Senra.

Teixeira de Freitas e Macedo Soares – dois pilares de um templo chamado IBGE – por Marco Aurélio Santos (primeiro secretário do IHGRJ).

A Letra G do IBGE: a saga da geografia na instituição – por Roberto Schmidt de Almeida (tesoureiro do IHGRJ).

9 de junho

Sessão comemorativa do lançamento do livro Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense

Autores de Irenilda Cavalcanti de Albuquerque, Neusa Fernandes e Roselene de Cássia Coelho Martins.

Com apresentação das palestras:

Introdução à elaboração do livro Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense" – por Neusa Fernandes.

A História através do dicionário: uma apresentação do Vale do Paraíba Fluminense" – por Roselene de Cássia Coelho Martins.

A mata protetora se torna o espaço o espaço sócio econômico do Império brasileiro – por Irenilda Cavalcanti de Albuquerque.

A Casa do meu avô – por Claúdia Braga Gaspar.

14 de julho

Sessão solene de posse

Marieta de Moraes Ferreira – doutora e historiadora do IFCS e da FGV, tomou posse saudada pela sócia Surama Conde;

Ana Maria da Silva Moura – doutora e historiadora do IFCS e da UERJ; e

Hildete Pereira Hermes de Araujo – doutora e economista.

As duas últimas novas sócias foram saudadas pela confreira Miridan Britto Falci. As empossadas, como de praxe após as saudações, fizeram os seus discursos, assinaram o livro de posse, receberam os colares de seus afilhados e convidaram os presentes para um coquetel oferecido por elas, no terraço do IHGB.

11 de agosto

Sessão comemorativa dos 200 anos da Escola Nacional de Belas Artes, inserida na Jornada EBA

coordenação: Olinio Coelho.

Com apresentação das palestras:

A Escola de Belas Artes e seus 200 anos: breve percurso histórico – por Carlos Terra.
Academia Imperial de Belas Artes e metodologia de ensino artístico – por Ivan Coelho de Sá.
Rio de Janeiro: a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – por William Seba Malmann Bittar.
A linguagem neoclássica no Brasil – por Francisco Salvador veríssimo.
A Escola de Belas Artes e sua atualidade ao longo de 200 anos – por Angela Ancora da Luz.

8 de setembro

Sessão comemorativa dos 80 anos da Rádio Nacional

Com apresentação das palestras:
A vida em capítulos: as radionovelas da Nacional – por Dra. Lia Calabre.
Depoimento. Fase áurea da Rádio Nacional – por Gerdal dos Santos.
O conhecido radio-ator, mais antigo funcionário da Rádio Nacional, apresentou uma síntese cronológica da história da rádio e alguns números de seu repertório como comediante, que muito agradaram ao público presente.

13 de outubro

Sessão festiva de lançamento do livro A Casa Rosa do Leblon

Autora: Miridan Britto Falci, então vice-presidente do IHGRJ
Com apresentação das palestras:
A Casa Rosa do Leblon – por Miridan Britto Falci.
Com apresentação de power point.
O Leblon e a história dos bairros cariocas" – por Paulo Knauss.
Sobre os bairros cariocas, seus estudos geográficos e históricos, seus cronistas e suas interpretações.
A sessão foi seguida pelo lançamento do livro citado no terraço, com um coquetel oferecido pela autora.

10 de novembro

Sessão solene de posse

Maria de Fátima Moraes de Argon da Matta – historiadora do Museu Imperial de Petrópolis, responsável pelo arquivo daquela instituição, e atualmente também diretora do Instituto Histórico e Geográfico de Petrópolis.
Vera Cabana de Queiroz Andrade – historiadora e sócia do IHGB. Ambas foram saudadas pela sócia benemérita Cybelle de Ipanema.

8 de dezembro

Sessão Magna, dedicada ao centenário do primeiro samba gravado

Com apresentação das palestras
A Pequena África: a casa da Tia Ciata – por Dra. Lucia Helena da Silva.

Noel Rosa e Sinhô – por José Nonato Duque estrada.
Minibiografia de Cartola – por Pós-doutora Neusa Fernandes.
As palestras foram ilustradas pela cantora Áurea Martins, acompanhada do violonista Lucas Porto. Constou do seguinte repertório musical:
Pelo telefone – composição coletiva, registrada por Donga e Mauro de Almeida.
Jura – Sinhô; Se você jurar – Sinhô.
Último desejo – Noel Rosa.
O mundo é um moinho – Cartola.
As rosas não falam – Cartola.

XII – Sessões – ano 2017

Com a presença de sócios e convidados, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro reúne-se, uma vez por mês, às segundas quintas-feiras, cumprindo um ritual inicial que marca sua presença: leitura da ata da sessão anterior, leitura das Efemérides Cariocas, extraídas do livro de Neusa Fernandes e Olinio Coelho, pela segunda secretária Vera Cabana e leitura das Efemérides Fluminenses, extraídas do livro de Cybelle de Ipanema.
As sessões desse ano de 2017 distribuíram-se em posses, apresentações de comunicações, sessão itinerante, sessões comemorativas, solenes ou temáticas, onde sócios e convidados expuseram suas pesquisas e novos eleitos tomaram posse.

9 de março

Sessão temática Efemérides Cariocas

Contou com a participação do Dr. William Seba Malmann Bittar que apresentou a comunicação O morar carioca, analisando a arquitetura urbana através dos séculos no Rio de Janeiro.
O segundo comunicador foi o arquiteto Olinio Gomes Paschoal Coelho, que apresentou o livro lançado nessa sessão, durante o coquetel de confraternização no terraço do IHGB, intitulado *Efemérides Cariocas*.
Autores: Olinio Gomes Paschoal Coelho e Neusa Fernandes.

13 de abril

Sessão festiva de posse

Quatro novas sócias efetivas, eleitas em 2017 Ismênia de Lima, Beatriz Kushnir, Cinara Jorge e Roselene de Cássia Coelho Martins. A Dra. Ismênia foi saudada pela confreira Rogéria de Ipanema e as demais por Olinio Coelho.
Comunicações das empossadas:
História regional, docência e pesquisa no Brasil contemporâneo – por Dra. Ismênia de Lima Martins.
Mulheres e a cidadania no Brasil: uma história silenciada – por Cinara Jorge.

O Lazareto dos pretos novos nos tempos de D. João VI: política higienista ou um negócio salutar? – por Roselene de Cássia Coelho Martins.
Arquivo, história e historiografia: o caso do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – por Beatriz Kushnir.

11 de maio

Sessão sobre as Fazendas do Vale do Paraíba

Esta sessão contou com a participação do historiador Sebastião Deister, que apresentou comunicação sobre as Fazendas do Vale do Paraíba, detalhando o histórico de cada uma, seu estado atual, tudo ilustrado com ricas imagens.

8 de junho

Sessão dedicada ao bairro novo da nossa cidade

Com apresentação das comunicações:
Arqueologia da persuasão: o simbolismo rococó na Matriz de Santa Rita de Cássia – por João Carlos Nara Júnior (diretor do Escritório Técnico-Científico do Museu Nacional).
A Igreja de Santo Antônio dos Pobres – por Ms. Roselene de Cássia Coelho Martins.

13 de julho

Sessão dedicada à arquitetura de museus contemporâneos

Com apresentação das comunicações:
Museu do amanhã - projeto do arquiteto Santiago Calatrava – por Maria Clara Amado.
Museu de arte contemporânea - projeto do arquiteto Oscar Niemeyer – por Francisco Veríssimo.

10 de agosto

Sessão solene de posse

Os novos sócios Fania Fridman, Margareth da Silva Pereira, Julio Bandeira M. Fonseca e Marcos Cotrim tomaram posse, saudados pelo confrade Dr. Paulo Knauss de Mendonça.
Com apresentação das comunicações:
Uma família de construtores do Rio de Janeiro: os Guilhobel – por Margareth da Silva Pereira.
História dos Intelectuais em Resende – por Marcos Cotrim.
Arte brasileira – por Júlio Bandeira M. Fonseca.
A história territorial fluminense. Os senhores da terra e a invenção de lugares – por Fania Fridman.

Setembro

Não houve sessão em virtude do III Curso *Ao encontro da memória: reflexões em torno de uma História comum*, promovido pelo IHGB e em parceria com

a Academia de História de Portugal, que ocupou todas as salas do 12º andar do prédio.

12 de outubro

Sessão itinerante

Visita à Fazenda Palmas, em Paulo de Frontin, situada no município de Engenheiro Paulo de Frontin, no estado do Rio de Janeiro. Inscreveram-se 16 sócios e mais 3 sócias, que se juntaram ao grupo na parada para almoço que aconteceu no Hotel Parque Santa Amália, em Vassouras. Na ocasião, os participantes da excursão fizeram um tour pela cidade vassourense.

A fazenda Palmas, de propriedade do empresário Antônio Carlos de Almeida Braga, foi construída por Bento Luiz de Oliveira Braga entre o final do século XVIII e início do XIX quando um de seus herdeiros, Antônio Félix de Oliveira Braga, fez da propriedade uma próspera produtora de café e aguardente. Segundo relato do funcionário que guiou os visitantes, em 1878 a fazenda se destacava por investir na mão de obra livre e na pequena agricultura. Foram conhecidos o interior da casa principal, a capela, com retábulo de madeira, o altar e as instalações da fazenda onde se produz a aguardente Pindorama. Encerrando a visita, os proprietários da fazenda ofereceram um lanche com alimentos e bebidas confeccionados no próprio estabelecimento

17 de novembro

Sessão solene de posse

Lená Medeiros de Menezes, sócia efetiva, e Marcelo Miranda Guimarães, sócio correspondente de Minas Gerais, saudados pela segunda secretária do IHGRJ: Vera Cabana de Queiroz Andrade.

Com apresentação das comunicações:

No simbolismo do ato, o diálogo entre tradição e mudança no espaço-tempo do Rio de Janeiro – Dra. Lená Medeiros de Menezes.

O Museu da Inquisição – Marcelo Miranda Guimarães

14 de dezembro

Sessão Magna

Apresentação do relatório da Comissão do Concurso Histórias do Rio: confreiras doutoras Ana Maria Moura, Lucia Helena da Silva, Miridan Britto Falci e Neusa Fernandes.

Apresentação dos trabalhos premiados, entrega dos prêmios Mem de Sá aos vencedores e, no encerramento, distribuição da Revista IHGRJ-2017.

XIII – Sessões – ano 2018

8 de março

Sessão Comemorativa do Dia Internacional da Mulher

Com apresentação das palestras:

Marias, Leopoldinas, Isabel (Isabeis), Dilmas, ignoradas pela História – por Dra. Hildete Hermes de Araujo.
Colégio D. Pedro II: o feminino como exceção – por Dra. Vera Cabana.
Distribuição da Revista IHGRJ- 2017.

12 de abril

Entrega do título de sócio benemérito ao confrade Dr. Victorino Chermont de Miranda.
Fala do Dr. Victorino Chermont de Miranda.
Com apresentação da palestra:
Olhar da descoberta: os frades em duas pinturas do Rio de janeiro de Nicolas Taunay – por Dr. Luis Jorge Gonçalves e Dra. Claudia Matos Pereira.

10 de maio

Sessão solene de posse

Saudação ao novo sócio João Eurípedes Franklin Leal pela vice-presidente do IHGRJ Miridan Britto Falci.
Saudação ao novo sócio João Carlos Nara Júnior pelo confrade Dr. Alex Nicolaeff.
Saudação ao novo sócio Miranda Neto pela confreira Vera Cabana.
Com apresentação das palestras:
Integração de aspectos sociais, culturais e naturais na prática da preservação – por João Carlos Nara Júnior.
O Enigma Guaraciaba – por Miranda Neto.
Inter-relacionamentos históricos e geográficos do Rio de Janeiro e Espírito Santo na época colonial – por Dr. João Eurípedes F. Leal.

14 de junho

Apresentação das palestras:
Tempos da Guanabara: fotografias do governo – por Dr. Paulo Knauss.
Memórias do Santo Padroeiro: história do monumento a São Sebastião – pelo jornalista Carlos Augusto Nobre.

12 de julho

Sessão temática: Colaboradores do IHGRJ

Entrega de diplomas a cinco novos colaboradores: Adua Nesi, Denise Maria Couto Gomes Porto, Elizabeth Soriano Pletsch, Paulo Roberto Carneiro e Norma Fairbanks.
Fala dos diplomados:
Maria Graham e D. Leopoldina: iluminismo, destinos e desventuras na Corte de D. Pedro I – por Prof. Denise Porto.

9 de agosto

Apresentação das palestras:

Estudo histórico comparativo da imagem e da memória do Rio de Janeiro entre 1816 a 1826, através dos pintores viajantes – por Monike Garcia Ribeiro.
Imagens no Rio de Janeiro: a gravura de reprodução de Charles Simon Pradier e a economia política da arte e do poder – por Dra. Rogéria de Ipanema.

12 de setembro

Sessão temática: O Rio de Janeiro do século XVIII

Com apresentação das palestras:
Territórios subalternos: o papel das Irmandades negras como vetores de expansão do Rio de Janeiro – por Marcos Coutinho.
O cemitério dos Pretos Novos – por Dr. João Nara Júnior.

11 de outubro

Sessão Temática: O Globo em pauta - histórias por trás das notícias

Com apresentação das palestras:
O Globo e o Brasil: uma visão crítica do jornal que se perdeu a si mesmo no país que jamais se encontrou a si próprio – por Marco Aurélio Barroso.
O Globo, quase 100 anos: prós e contras – por Argeu Affonso.

8 de novembro

Projeção Crônica da demolição (O Palácio Monroe)

Apresentação e fala de Eduardo Ades, diretor do filme Crônica da demolição.

Comentários sobre o filme. Arquitetos confrades do IHGRJ: Alex Nicolaeff e Olinio Coelho.

13 de dezembro

Sessão magna

Entrega do prêmio Mem de Sá aos vencedores do Concurso Histórias do Rio em sua categorias, ao qual concorreram 15 candidatos, sendo 10 inscritos na pós-graduação e 5 na graduação. Os trabalhos apresentaram temáticas diversas, todas articuladas à cidade do Rio de Janeiro e uma ao território fluminense. Foi desclassificado o candidato que usou o pseudônimo de Madame Aguiar, por não ter cumprido todas as normas do edital.

Em novembro, a Comissão julgou os trabalhos inscritos apresentando o seguinte resultado:

O 1º lugar na graduação foi de Carlos Henrique Milhono Campos, pseudônimo Eneida Dunlop, com o trabalho: Nos trilhos da folia: os bondes no carnaval carioca.

O 1º lugar na pós-graduação foi de Caroline Amorim Gil, pseudônimo Maria do Rio, com o trabalho: Vende-se ou aluga-se: o mapeamento do leite mercenário na Belle Époque Tropical.

Considerando o ineditismo dos temas e o bom nível dos trabalhos apresentados, a Comissão atribuiu os prêmios de Menção Honrosa para os can-

didatos com os pseudônimos de: Ana Paula, Manuela Alves, Mathew Green, Calendário, Dom Casmurro, Eliane, Flor de Lotus, FM, João, Lili Tarantela, Orson Wells e Rachel de Queiroz.

Observou-se, ainda, que os candidatos com os pseudônimos Eneida, Manuela Alves, Maria do Rio, Calendário e Eliane, preferencialmente, foram selecionados para ter seus textos publicados na *Revista do IHGRJ*.

Todos os concorrentes receberam os prêmios constantes do edital no dia 13 de dezembro, durante a sessão magna do IHGRJ que se realizou às 15h, em sua sede.

A Comissão julgadora foi composta pelas professoras doutoras: Ana Maria Moura, Lucia Helena Silva, Miridan Britto Falci e Neusa Fernandes. No encerramento da sessão foi oferecido coquetel aos presentes, bem como a distribuição do 2º volume do livro *Bibliografia Fluminense*.

XIV – Sessões – ano 2019

Com a presença de sócios e convidados, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro reuniu-se, por todo o ano de 2019, na segunda quinta-feira do mês, cumprindo um ritual inicial: leitura da ata da sessão anterior, leitura das Efemérides Cariocas, extraídas do livro de Neusa Fernandes e Olinio Coelho, e Efemérides Fluminenses, extraídas do livro de Cybelle de Ipanema. As sessões foram plenas em todos os meses do ano, assim distribuídas: Posses, Homenagens, Jornadas, Apresentação de Comunicações, lançamentos de livros e, fechando o ano, Eleição de Diretoria e demais órgãos gestores da Instituição, além da Sessão Magna de Aniversário. Por várias razões, inclusive falta de espaço, não houve no mês de setembro a sessão itinerante no Arquivo Nacional.

14 de março

Sessão solene de posse

Marietinha Leão de Aquino e Marcelo Miranda Guimarães, saudados pela sócia Lená Medeiros de Menezes.

4 de abril

Apresentação das comunicações:

Sérgio Porto - de Copacabana à Boca do Mato – por Cláudia Mesquita.

Febeapá - Marco Santos e a participação musical de conjunto e cantora Alê Maria interpretando O samba do crioulo doido, de Sérgio Porto.

10 de maio

Apresentação das comunicações:

A Imprensa no século XIX - a gênese da imprensa neutra – por George Vidipó.

Aspectos da vida de um grande comerciante português no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX – por Daniel Nunes Pêcego.

7 de junho

Sessão conjunta com a Associação Brasileira de Arte

Conferência:

Tesouros do patrimônio cultural fluminense – por Marcos Monteiro

11, 12 e 13 de julho

IV Colóquio de Institutos Municipais

8 de agosto

Apresentação das comunicações:

180 anos de André Rebouças - engenharia, gestão, abolicionismo e socionomia – por Antonio Carlos Higino.

Pesquisa arqueológica em Vassouras – por Ondemar Ferreira Dias.

12 de setembro

Sessão temática: O Rio de Janeiro do século XVIII

Apresentação das comunicações:

Territórios subalternos: o papel das irmandades negras como vetores de expansão do Rio de Janeiro – por Marcos Coutinho (mestrando IPPUR/UFRJ).

O cemitério dos Pretos Novos – por Dr. João Nara Júnior.

10 de outubro

Apresentação das comunicações:

Fazenda Sant'Anna do Turvo – por Roberto Guião de Sousa Lima.

O Barão Homem de Melo – por Marcos Cotrim Barcellos.

9 de novembro

Apresentação das comunicações:

A Imprensa do Rio de Janeiro e os circuitos internacionais da informação no início do século XX – por Lená Medeiros de Menezes.

A hospedaria e o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores – por Luís Reznik.

12 de dezembro

Sessão magna: Comemorativa do 62º aniversário do IHGRJ

Rio de Janeiro: Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana, título recebido da UNESCO

Com apresentação das palestras:

O Rio e o seu Instituto – Dra. Neusa Fernandes - Presidente do IHGRJ.

Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar. Reflexões entre a candidatura e gestão – Doutor Júlio Sampaio - ICOMOS Brasil /Conselheiro da Região Sudeste. Arquiteto e Urbanista. Doutor em Arquitetura (Universidade de York). Mestre em Conservação de Edificações e Áreas Urbanas (Edinburgh College of Art). Especialista em Sociologia Urbana (Uerj).

O Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Mestre Cláudio Prado de Mello - Diretor Geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac).

O Patrimônio Mundial no Rio e a importância dos centros de interpretação: turismo e educação sob a égide do patrimônio cultural - Doutor Manoel Vieira - Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Rio de Janeiro. Arquiteto e Urbanista.

Encerrando a comemoração, foi oferecido coquetel de confraternização no terraço do IHGB e a apresentação do conjunto Roda de Choro da Escola de Música/Centro de Letras e Artes/UFRJ, sob a coordenação da Profa. Sheila Zagury.

Lançamento os livros: *Eufrásia e Nabuco*, 2ª ed.- de autoria de Neusa Fernandes; *Tramas do Mal*, de autoria de Lená Medeiros de Menezes e *O Rio de Janeiro entre conquistadores e comerciantes*, de João Carlos Nara Junior.

XIII – Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias

Assembleia Geral Ordinária de 14 de dezembro de2017

Eleição de Diretoria, Conselho Fiscal e Comissões Especiais para o biênio 2018-2019.

A reunião foi aberta pela presidente Neusa Fernandes que compôs a Comissão Eleitoral, formada pelos Sócios Efetivos Cybelle de Ipanema, Victorino Chermont de Miranda e Nelson Senra, passando a presidência dos trabalhos para a Sócia Benemérita Cybelle de Ipanema para proceder a eleição da chapa inscrita oficialmente. A votação teve início às 14:15 h, com quorum de onze sócios efetivos. Diretoria eleita:

Diretoria e Comissões Especiais
Diretoria Executiva
Presidente: Neusa Fernandes
Vice-Presidente: Miridan Britto Falci
I Secretária: Lená Medeiros de Menezes
II Secretária: Vera Cabana de Andrade
I Tesoureira: Lucia Helena da Silva
II Tesoureira: Ana Maria Moura
Conselho Fiscal
Efetivos
Fernando Tasso Fragoso Pires
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Suplentes
Alex Nicolaeff
Jaime Antunes
Fania Fridman
Comissões Especiais
Admissão e Exclusão de Sócios
Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia
Arno Wehling
Maria de Lourdes Vianna Lira
Mary Del Priore
Ciências Auxiliares da História
Vera Lucia Botrel Tostes
Ondemar Ferreira Dias Gomes

Assembleia Geral Ordinária de 11 de junho de 2017

Eleição de novos sócios, indicados pelos confrades. Foram apresentados, acompanhados de currículos completos e de dez (10) assinaturas, de acordo com o artigo 7o do Regimento e devidamente aprovados pela Comissão de Admissão e Exclusão dos Sócios. As cédulas com os nomes dos sócios foram distribuídas pelos sócios efetivos presentes. A presidente designou a confreira Vera Cabana para o escrutínio e, após a contagem, declarou aprovada a sócia efetiva Lená Medeiros de Menezes.

Assembleia Geral Extraordinária de 12 julho de 2018

Esclarecimentos sobre as indicações de colaboradores do IHGRJ e sobre o Estatuto e o Regimento publicados no site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro era de 1994 e está defasado. O Estatuto atual é de 2004 e foi publicado na Revista 2004.

Assembleia Geral Ordinária de 4 de dezembro de 2018

Eleição de novos sócios para o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Todas as formalidades foram cumpridas, a partir da apresentação das propostas, fundamentadas pelos currículos, com a aquiescência dos propostos e com as assinaturas de dez (10) sócios, como disposto no artigo 7º do Regimento, devidamente aprovados pela Comissão de Admissão e Exclusão dos sócios. As cédulas com os nomes dos sócios foram distribuídas pelos sócios efetivos presentes que aprovaram ou não cada candidatura, ou todo o conjunto. A Presidente designou a segunda secretária Vera Cabana para o escrutínio e, após a contagem, declarou aprovados os seguintes candidatos a sócios efetivos: Elizabeth Soriano Pletsch, Ricardo Sales, Franci Darigo e, para sócia correspondente, Maria Izilda Santos.

Assembleia Geral Ordinária de 5 de dezembro de 2019

Eleição de Diretoria, Conselho Fiscal e Comissões Especiais para o biênio 2020-2021. A reunião foi aberta pela presidente Neusa Fernandes que compôs a Comissão Eleitoral, passando a presidência dos trabalhos para a Sócia Lúcia Helena Pereira da Silva para proceder a eleição da chapa inscrita oficialmente. A votação teve início às 14 h, com quórum de onze sócios efetivos. Eleita Diretoria para o biênio 2020-2021, mandato e posse de 01/01/2020 a 31/12/2021, com seguinte composição:

Diretoria Executiva
Presidente: Lená Medeiros de Menezes
Vice-Presidente: Neusa Fernandes
I Secretário: Olínio Gomes Paschoal Coelho
II Secretário: Vera Cabana de Andrade
I Tesoureiro: Lucia Helena Pereira da Silva
II Tesoureiro: Fania Fridman
Conselho Fiscal
Efetivos
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Fernando Tasso Fragoso Pires
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
suplentes
Roselene de Cassia Coelho Martins
Jaime Antunes da Silva
Manoel José Miranda Neto
Comissões Especiais
Admissão e Exclusão de Sócios
Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal
Victorino Coutinho Chermont de Miranda.
História, Geografia e Cartografia
Arno Wehling
Maria de Lourdes Vianna Lira
Mary Del Priore.
Ciências Auxiliares da História
Vera Lucia Botrel Tostes,
Ondemar Ferreira Dias Gomes
Margareth da Silva Pereira

Agradecemos o apoio recebido em todas as realizações culturais e convocamos para um novo ano que faça o IHGRJ trazer mais ensinamentos, solidificando o agradável e harmonioso convívio conquistado, na alegria de nos sabermos partícipes de um trabalho profícuo que, desde 1957, mantemos em prol de nossa Cidade e do nosso Estado.

O INSTITUTO MÊS A MÊS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

O INSTITUTO MÊS A MÊS EM 2020

12 de março:

1 Relatório das atividades do Instituto no biênio 2018-2019, por Neusa Fernandes (ao passar a presidência).
2 Posse da nova Diretoria, assumindo a presidência Lená Medeiros de Menezes (com Neusa Fernandes na vice-presidência).

09 de abril:

Não houve reunião em razão da pandemia da Covid-19.

14 de maio:

Não houve reunião em razão da pandemia da Covid-19.

11 de junho (reunião virtual, devido a pandemia da Covid-19)

3 "Testemunhos do isolamento", palestra de Beatriz Kushnir, Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e sócia-efetiva do Instituto
4 "Momento Cultural", com Marco Santos, sócio-efetivo do Instituto.

9 de julho (reunião virtual, devido a pandemia da Covid-19)

5 "Epidemias, vacinas e reflexões sobre o Brasil: a história e as ciências sociais na Fiocruz", palestra de Simone Kroft, pesquisadora e professora do Programa de pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, da Fiocruz.
6 "Na saúde e na doença: história, crises e epidemias, reflexões da história econômica na época da Covid-19", apresentação do livro (pela Hucitec, em e-book, gratuito) de Rita de Cássia da Silva Almico, da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

13 de agosto (reunião virtual, devido a pandemia da Covid-19)

7 "Os desafios da preservação do Patrimônio Fluminense em meio à total adversidade e à necessidade de avançar", palestra de Claudio Prado de Mello, Diretor-Geral do INEPAC e Diretor-Presidente do IPHARJ, arqueólogo e historiador.

8 "Momento Cultural", com Marco Santos, sócio-efetivo do Instituto.

10 de setembro (reunião virtual, devido a pandemia da Covid-19)

9 "O Rio de Janeiro e a Carolina do Sul nos tempos da segunda escravidão, c1790-1840", palestra de Ricardo Salles, professor titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e pesquisador do CNPq.

10 "Momento Cultural", com Marcos Santos, sócio-efetivo do Instituto

08 de outubro (reunião virtual, devido a pandemia da Covid-19)

11 Projeção do vídeo "Arthur Ramos: vídeo e obra, o filme", com apresentação pelo responsável pela pesquisa e argumento da obra, Luitigarde de Oliveira Cavalcanti Barros, Doutora em Ciências Socias pela PUC-SP, com estágio pós-doutoral na Unicamp, e professora aposentada da UFRJ e da UERJ.

12 de novembro (reunião virtual, devido a pandemia da Covid-19)

12 "Escolanovismo, escrita e ensino de história no estado do Rio de Janeiro na década de 1920", palestra de Rui Aniceto Fernandes, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e pesquisado da Biblioteca Nacional.

13 Apresentação do livro "Maria Graham: uma inglesa na Independência do Brasil, de autoria de Denise Porto, licenciada e mestre em História, e doutoranda pela Universidade Salgado de Oliveira.

QUADRO SOCIAL

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Fundado em 6 de dezembro de 1957

QUADRO SOCIAL

31 de Dezembro de 2020

FUNDADORES

Afonso Várzea
Antônio Carneiro Leão
Ariosto Berna
Augusto Maurício Queirós Ferreira
Douglas Sidney Amora Levier
Eduardo Tourinho
Henrique Foreis Domingues (Almirante)
João Batista de Matos
Manuel Paulo Teles de Matos Filho
Mario da Veiga Cabral
Nelson Costa
Odorico Pires Pinto
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Silvio Salema Garção Ribeiro

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Américo Jacobina Lacombe (†)
Antônio Pimentel Winz (†)
Arno Wheling
Carlos Wehrs
Cybelle de Ipanema
Francisco de Paula e Azevedo Pondé (†)
Jonas de Morais Correia Filho (†)
José de Azeredo Perdigão (†)
Lafayette Pereira Guimarães (†)
Mario Antônio Barata (†)
Miridan Britto Falci
Vicente Costa Santos Tapajós (†)
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

SÓCIOS EFETIVOS
Cadeiras, patronos e ocupantes

1. **JULIO AFRÂNIO PEIXOTO**
   BRUNO FERREIRA GOMES
   Vera Lucia Bottrel Tostes
2. **ALBERTO FREDERICO DE MORAIS LAMEGO**
   DONATO MELO JÚNIOR
   VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
   Lucia Bastos
3. **MANUEL TOMÁS ALVES NOGUEIRA**
   FRANCISCO GOMES MACIEL PINHEIRO
   MARIA CECÍLIA RIBAS CARNEIRO
   ANTONIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE
   Julio Bandeira
4. **PE. JOSÉ DE ANCHIETA**
   DOM HELDER PASSOS CÂMARA
   MARCIO WERNECK DA CRUZ
   ARY VASCONCELOS
   Ana Maria da Silva Moura
5. **MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE** (BARÃO DE SANTO ÂNGELO)
   MARIO ANTÔNIO BARATA
   PAULO WERNECK DA CRUZ
   AFONSO CARLOS MARQUES DOS SANTOS
   Paulo Knauss de Mendonça
6. **ARIOSTO ESPINHEIRA**
   SILVIO SALEMA GARÇÃO RIBEIRO
   Neusa Fernandes
7. **BALTHASAR DA SILVA LISBOA**
   JOÃO GUIMARÃES
   PAULO BERGER
   PAULO CARNEIRO DA CUNHA
   JOSÉ ANTÔNIO NONATO DUQUE ESTRADA DE BARROS
   José de Miranda Neto
8. **JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS** (BARÃO DO RIO BRANCO)
   RODRIGO OTÁVIO LANGGARD DE MENEZES FILHO
   FERNANDO MONTEIRO
   DINO WILLY COZZA
   Surama Sá Pinto Conde
9. **JOÃO BARBOSA RODRIGUES**
   OSWALDO ORICO
   ARISTIDES PINTO COELHO
   Roberto Guião de Souza Lima

10. BASÍLIO DE MAGALHÃES
MANUEL VIRIATO CORREIA PAIVA FILHO
JORACY CAMARGO
MARCELLO DE IPANEMA
Rogéria de Ipanema

11. BATISTA CAETANO DE ALMEIDA NOGUEIRA
ALBERTO LIMA
JOSÉ FORTUNA ANDRÉA DOS SANTOS
Ney Oscar Souza Ribeiro de Carvalho

12. ARIOSTO BENEVENUTO BERNA
RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO
JOSÉ INALDO ALVES ALONSO
Ângela Ancora da Luz

13. JOÃO CAPISTRANO DE ABREU
LUCAS MAYHOFFER
Cláudio Moreira Bento

14. JOÃO DA COSTA FERREIRA
FREDERICO TROTA
JOSÉ DE OLIVEIRA REIS
Eliana Rezende Furtado de Mendonça

15. D. PEDRO II
PEDRO CALMON MONIZ BITTENCOURT
ANA ELISA LISBOA GREGORI
JÚLIO CÉSAR MACHADO DA SILVA
EDMO RODRIGUES LUTTERBACH
Cínara Maria Bastos Jorge

16. LUÍS GASTÃO D'ESCRAGNOLE DÓRIA
JOÃO BATISTA DE MATOS
ADAÍLTON SAMPAIO
Rachel Esther Figner Sisson

17. EVERARDO BACKHEUSER
SILVIO FRÓES DE ABREU
Ondemar Ferreira Dias Júnior

18. AUGUSTO FAUSTO DE SOUZA
DOUGLAS SIDNEY AMORA LEVIER
HELOÍSA HELENA SANTA CLARA DE CASTRO
CARLOS PATRÍCIO FREITAS PEREIRA
Fernando Tasso Fragoso Pires

19. FELISBELLO FIRMO DE OLIVEIRA FREIRE
ORESTES BARBOSA
CARLOS SATOUR
NILO GARCIA
ARIVALDO SILVEIRA FONTES
Fania Fridman

20. FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO
ADIR GUIMARÃES
MÁRIO FERREIRA FRANÇA
Guilherme Andréa Frota

21. FREI VICENTE DO SALVADOR (VICENTE RODRIGUES PALHA)
LUÍS EDMUNDO PEREIRA DA COSTA
FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ
LUCINDA COUTINHO DE MELO COELHO
Jaime Antunes da Silva

22. FREDERICO HERMETO PEREIRA LIMA
ANTENOR NASCENTES
THALITA DE OLIVEIRA CASADEI
FERNANDO CORREIA DE SÁ E BENEVIDES
Lucia Helena Pereira da Silva

23. CÔNEGO JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA
ADOLFO MORALES DE LOS RIOS
DELSO RENAUT
CARLOS WEHRS
Alex Nicolaeff

24. JOÃO BATISTA RIBEIRO DE ANDRADE
ANTÔNIO PIMENTEL WINZ
LUÍS DE CASTRO SOUZA
Lúcia Maria Paschoal Guimarães

25. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO
ODORICO PIRES PINTO
LAFAYETTE GUIMARÃES
PAULO JOSÉ PARDAL
Mary Lucy Murray Del Priore

26. JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA
JONAS CORREIA FILHO
HERCULANO GOMES MATHIAS
STELLA LEONARDOS
Elizabeth Soriano Pletsch

27. JOSÉ CÂNDIDO GUILHOBEL
SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA
TEREZINHA MARIA LAMEGO DE MORAES SARMENTO
Margareth de Silva Pereira

28. LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS
BRASIL GERSON
FRANCISCO RUAS SANTOS
Roberto Schmidt de Almeida

29. ARMANDO MAGALHÃES CORREIA
AUGUSTO MAURÍCIO QUEIROZ FERREIRA
FRIEDA WOLFF
STÉLIO EMMANUEL DE ALENCAR ROXO
João Carlos Nara Júnior

30. MAX FLEUISS
HENRIQUE FLEUISS
MONSENHOR GUILHERME SCHUBERT
Maria de Lourdes Viana Lyra

31. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (PAI)
JOSÉ ANTÔNIO LIMA GUIMARÃES
ODYLO COSTA FILHO
DAHAS CHADE ZARUR
Beatriz Kushnir

32. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (FILHO)
GUSTAVO DODT BARROSO
AMÉRICO LOURENÇO JACOBINA LACOMBE
EGON WOLFF
GABRIEL AUGUSTO DE MELLO BITTENCOURT
Olínio Gomes Paschoal Coelho

33. CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA
PAULO FERREIRA SANTOS
GERALDO DE MENEZES
RONALDO ROGÉRIO DE FREITAS MOURÃO
Marcos Cotrim de Barcellos

34. MONS. JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO PIZARRO E ARAÚJO
EDUARDO TOURINHO
RAIMUNDO ESTRELA
HUMBERTO FRANCESCHI
Roselene de Cassia Coelho Martins

35. MANUEL DUARTE MOREIRA DE AZEVEDO
ROBERTO MOTTA MACEDO
CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA
ARNALDO MACHADO
Marcus Antônio Monteiro Nogueira

36. ALFREDO MOREIRA PINTO
MARIO DA VEIGA CABRAL
JORGE DOSWORTH MARTINS
PAULO BRAGA DE MENEZES
UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES
JOSÉ HENRIQUE MILLAN
Marco Aurélio Martins Santos

37. PADRE MANUEL DA NÓBREGA
LOURENÇO LUIS LACOMBE
JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
LEVY SCAVARDA
Christóvão Dias de Ávila Pires Júnior

38. FRANCISCO ANGENOR DE NORONHA SANTOS
HENRIQUE DOMINGUES (O ALMIRANTE)
DALMO FREIRE BARRETO
JOÃO RIBEIRO DA SILVA
Nelson de Castro Senra

39. OLAVO FREIRE
JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO
SALVADOR MATTA E SILVA
João Eurípedes Franklin Leal

40. MANUEL DE OLIVEIRA LIMA
PLINIO DOYLE
CARLOS DELGADO DE CARVALHO
FRANCISCO SILVA NOBRE
Marieta Moraes Ferreira

41. OTELO DE SOUZA REIS
JÚLIO RÉGIS BITTENCOURT
JOÃO DO PRADO MAIA
ELYSIO CUSTÓDIO GONÇALVES DE OLIVEIRA BELCHIOR
Lená Medeiros de Menezes

42. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS
ANTÔNIO ALVES CÂMARA
LUCIANO LOPES
ÁUREA MARIA DE FREITAS CARVALHO
Maria de Fátima Da Matta Argon

43. BENJAMIM FRANKLIN DE RAMIZ GALVÃO (BR. DE RAMIZ)
YVOLINO DE VASCONCELLOS
LYGIA DA FONSECA FERNANDES DA CUNHA
Vera Lucia Cabana de Queirós Andrade

44. JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO
MANUEL PAULO FILHO
NELSON FREIRE LAVARNIÈRE-WANDERLEY
ANTÔNIO BUGYA DE SOUZA BRITTO
FRANCISCO DE VASCONCELLOS
Marietinha Leão de Aquino

45. RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA
RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR
MIRIDAN BRITTO KNOX FALCI
Esther Caldas Bertoletti

46. EDGAR ROQUETTE PINTO
GASTÃO CRUZ
VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS
PAULO TAPAJÓS GOMES
SIDNEY GOMES DOS SANTOS
MARIA AUGUSTA MACHADO DA SILVA
Hildete Pereira de Melo

47. TEODORO FERNANDES SAMPAIO
VIRGÍLIO CORREIA FILHO
JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES
MARCOS RIBEIRO CORRÊA
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

48. FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
ANTÔNIO CARNEIRO LEÃO
DEMÓSTENES DE OLIVEIRA DIAS
ALÍPIO MENDES
ARNO WEHLING
Guilherme Pereira das Neves

49. JOSÉ VIEIRA FAZENDA
NELSON NUNES COSTA
João Maurício Wanderley de Araújo Pinho

50. VIRGÍLIO DOS REIS VÁRZEA
AFONSO VÁRZEA
AFONSO CELSO VILELA DE CARVALHO
Ismênia de Lima Martins

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Giulio Sanmartini – **Itália**

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS
por unidade da Federação

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGHL)
Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGA)
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito santo (IHGES)
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS)
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)
Instituto Histórico e Geográfico d Rondônia (IHGRO)
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

NOTA DE FALECIMENTO

Registramos com pesar o falecimento, em agosto, da querida confrade, escritora e poeta de grande sensibilidade, STELLA LEONARDOS, que muitas sessões abrilhantou com seu talento e seus vigorosos versos.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

IHGRJ

AUTORES

Alex Nicolaeff
Cláudia Mesquita
Denise G. Porto
Elias Thomé Saliba
Lená Medeiros de Menezes
Marcelo Miranda Guimarães
Muza Clara Chaves Velasques
Nelson de Castro Senra
Neusa Fernandes
Nireu Oliveira Cavalcanti
Paulo Knauss
Viviane Santos de Oliveira

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

Escaneie o QR Code
para fazer uma
doação ao IHGRJ.